



**Universidade
Estadual de Maringá**

EURICO DA SILVA FERNANDES

**A "INVENÇÃO" DO PARAGUAI: HISTÓRIA, PROJETOS
E INTELECTUAIS NA CONSTRUÇÃO DA
NAÇÃO PARAGUAIA (1870-1935)**

**MARINGÁ
2006**

EURICO DA SILVA FERNANDES

**A "INVENÇÃO" DO PARAGUAI: HISTÓRIA, PROJETOS
E INTELECTUAIS NA CONSTRUÇÃO DA
NAÇÃO PARAGUAIA (1870-1935)**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito à obtenção do título de Mestre

Orientador: Prof. Dr. Luiz Felipe Viel Moreira

**MARINGÁ
2006**

EURICO DA SILVA FERNANDES

**A "INVENÇÃO" DO PARAGUAI: HISTÓRIA, PROJETOS
E INTELECTUAIS NA CONSTRUÇÃO DA
NAÇÃO PARAGUAIA (1870-1935)**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito à obtenção do título de Mestre

Orientador: Prof. Dr. Luiz Felipe Viel Moreira

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Felipe Viel Moreira (orientador)
Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Evaristo Emigdio Colmán Duarte
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Dr. João Fábio Bertonha
Universidade Estadual de Maringá

**MARINGÁ
2006**

FERNANDES, Eurico da Silva. **A “invenção” do Paraguai**: história, projetos e intelectuais na construção da nação paraguaia (1870-1935). Maringá, 2006 (dissertação de mestrado em história). Universidade Estadual de Maringá – UEM

Resumo

Este trabalho tem por objetivo analisar a lógica das ideologias e símbolos históricos que alguns intelectuais, imersos nas vicissitudes da “era liberal” paraguaia (1870-1935), mobilizaram para a construção de diferentes idéias a respeito de uma nacionalidade que acreditaram existir desde o período colonial ou desde a independência do país. O estudo se deu principalmente a partir dos textos historiográficos publicados no país em alguns jornais, na principal revista científica que circulou na passagem do século XIX para o XX, bem como em ensaios e livros historiográficos dos mesmos. Isso permitiu analisar os parâmetros em função dos quais setores intelectuais elaboraram visões de mundo, o arsenal analítico que manejaram e a missão social e política que atribuíram a si e principalmente ao Estado nacional que vislumbravam. As narrativas que fizeram sobre a guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai (1865-1870), o regime lopizta, o povo paraguaio e suas heranças, e a educação que tiveram ou necessitavam ter, foram todos pontos de grande disputa para estes intelectuais, pois a partir deles podiam “inventar” a ideologia nacional da paraguaidade.

Palavras-chave: nacionalismo, história, intelectuais e Paraguai

FERNANDES, Eurico da Silva. **La “invención” del Paraguay: historia, proyectos e intelectuales en la construcción de la nación paraguaya (1870-1935).** Maringá, 2006 (dissertação de mestrado em história). Universidade Estadual de Maringá – UEM

Resumen

Este trabajo tiene por objetivo analizar la lógica de las ideologías y símbolos históricos que algunos intelectuales, inmersos en las vicisitudes de la “era liberal” paraguaya (1870-1935), movilizaban para la construcción de diferentes ideas respecto de una nacionalidad que creyeran existir desde el período colonial o desde la independencia del país. El estudio quedó hecho principalmente a partir de los textos historiográficos publicados en el país en algunos periódicos, en la principal revista científica que circuló en la primera mitad del siglo XIX para el XX, bien como en los ensayos y libros de los mismos. Eso permitió analizar los parámetros en función de los cuales ellos elaboraban su visión de mundo, el arsenal analítico que manejaran y la misión social y política que atribuyeran a sí y en particular al Estado nacional que proponían. Las narrativas que hicieron sobre la guerra entre el Paraguay y la Triple Alianza (1865-1870), el régimen lopizta, el pueblo paraguayo y sus herencias, y la educación que tuvieron o necesitaban tener, fueron todos puntos de gran disputa entre estos intelectuales, pues a partir de ellos podían “inventar” la ideología nacional de la paraguayidad.

Palabras-clave: nacionalismo, historia, intelectuales y Paraguay

AGRADECIMENTOS

A minha mãe, dona Aparecida, pela confiança e motivação.

Ao Prof. Dr. Luiz Felipe Viel Moreira, que acompanhou todas as etapas deste trabalho.

Aos amigos, pela ajuda durante esta jornada.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação desta universidade.

À Adelina e Raquel, profissionais do *Museo Etnográfico Andres Barbero*, e ao Prof. Ricardo Paveti, pela concessão de informações valiosas para a realização deste estudo.

Aos profissionais da *Biblioteca Nacional de Asunción* e da *Academia Paraguaya de Historia*.

A todos os facilitadores deste trabalho.

ÍNDICE

Introdução	8
1 O pós-"Grande Guerra"	
1.1 Reinstitucionalização e implementação de ideários liberais	29
1.2 Difícil reconstrução: alienação das terras públicas e caudilhismo político	43
2 Percepções da história. Projetos, filosofia e pedagogia: um povo a "regenerar"	
2.1 Instruir e povoar: um projeto "nacional"	56
2.2 Evolução da história e "Guerra Grande": José Segundo Decoud, Héctor Decoud e o "Instituto Paraguayo"	70
2.3 A pedagogia "nacional" na condução do povo à guerra e à indolência: Manuel Dominguez, Manuel Gondra e Blás Garay	84
3 Revisionismo histórico: confronto nos diários assuncenos, debate na "Revista del Instituto Paraguayo" e nos partidos políticos tradicionais	
3.1 Fracassos e "mal-estar": de Blas Garay à Juan E. O'Leary	100
3.2 Os polemistas: Báez x O'Leary e Dominguez	115
3.3 "Revolução" de 1904: a luta entre a história e a contra-história no âmbito dos partidos tradicionais e seus intelectuais	135
4 Temáticas do nacionalismo conservador e sua consolidação	
4.1 Centenário da independência	146
4.2 Explosão do nacionalismo conservador	158
4.3 Historiografia do cinquentenário do término da "Guerra Grande" e do centenário de nascimento de Francisco Solano López	167
4.4 Crítica a ordem liberal e movimentos nacionalistas	184
Conclusão	198
Fontes	
Periódicos – “Biblioteca Nacional de Asunción”	201
Periódicos – “Fundación Carlos Pusineri Scala”	204
Ensaio de revista e livros da época – “Museo Etnográfico Andres Barbero” e “Academia Paraguaya de Historia”	205
Referências Bibliográficas	210

Introdução

Em 1º de março de 1936, há exatos 66 anos da morte do Marechal López pelas tropas imperiais do General Cámara, um decreto-lei do governo do Coronel Rafael Franco – governo recém instaurado em um golpe ocorrido há apenas 12 dias – fazia uma série de considerações sobre a história do Paraguai, cujo significado político e cultural era de grande importância para a questão nacional desse país.

O primeiro dos seus artigos punha como “cancelado para sempre dos arquivos nacionais, reputando-se como inexistentes, todos os decretos-libelos ditados contra o Marechal Presidente da República, don Francisco Solano López”. O segundo artigo declarou-o como “herói nacional” e representante máximo “do idealismo paraguaio”. Já o seu terceiro e último, impelia o governo a erigir, “em glorificação da memória do Herói Nacional [...] Francisco Solano López, um grande monumento comemorativo sobre a mais alta colina das margens do rio Paraguai, na entrada da cidade de Assunção”¹.

Além do significado político, com esse decreto ficou legalmente consagrada uma árdua campanha de revisão histórica iniciada há três décadas por um pequeno grupo de intelectuais reivindicadores do heroísmo da “raça” e das “glórias” da história paraguaia e, posteriormente, reivindicadores do próprio Marechal López. Daí terem recebido o nome de lopiztas. Desse momento em diante, o nacionalismo lopizta tornou-se a ideologia oficial do Estado paraguaio, contrapondo-se ao que os seus dirigentes qualificaram como o “antiparaguaio” liberalismo da oligarquia que acabara de ser politicamente derrotada. Surgia então o que ficou conhecido como o Estado “Nacional Revolucionário” paraguaio.

Embora forjado por forças sociais que hoje nos pareceriam confusas e contraditórias, desde militares de extrema direita a movimentos esquerdistas, a política cultural desse “novo” Estado foi a de se apropriar e contribuir para a reprodução generalizada do nacionalismo lopizta, até então rejeitado nos círculos dos governos e elites liberais.

Em sua forma mais “acabada” e duradoura, os mais fortes símbolos desse nacionalismo podem ser sintetizados nos seguintes termos: na condenação do liberalismo “artificial” imposto pelos estrangeiros depois da “Guerra Grande” (1865-1870) que havia levado o país à miséria e à prostração; e, inversamente, na prosperidade e felicidade da “era de

¹ Conf. BREZZO, Liliana M. “La guerra de la Triple Alianza en los límites de la ortodoxia: mitos y tabúes”. **Revista Universum**, Talca, nº 19, v. 1, 2004, p. 7. Disponível em: <<http://www.scielo-test.conicyt.cl/scielo.php>>. Acesso em 16/04/2006.

ouro” em que a “raça guerreira” paraguaia havia vivido durante a “república autônoma” dos heróis López. “Éramos felizes...”, dizia um intelectual. Portanto, à nível ideológico, o lopizmo desse “novo” Estado deveria ser meramente atualização de um passado considerado covardemente destruído, ou, nos termos do decreto-lei do Coronel Franco, uma atualização do verdadeiro “idealismo paraguaio”².

Para a construção dessa ideologia foram selecionados certos elementos dos governos de Carlos Antonio López (1844-1862) e, principalmente, do governo de seu filho, Marechal López (1862-1869/70), o “imolado”. Não deixava de ser importante também o governo do doutor José Gaspar Rodríguez de Francia³ (1814-1840), considerado pela mitologia lopizta, junto dos próprios López, como prócere da Independência do país. Agregava-se ainda aos catalisadores do nacionalismo lopizta, a imagem da preexistência da nacionalidade paraguaia formada já no período colonial em decorrência da “aliança” militar e mescla sangüínea de duas das melhores “raças” de homens do planeta: a goda e a guarani⁴.

Diante desses símbolos, ainda que com objetivos diversos, mesmo conflitantes ou meramente retóricos, nenhum civil ou militar com pretensões de aumento de capital político pôde furtar-se em considerá-los. Eles forneceram legitimação à derrubada do regime político oligárquico-liberal; legitimação ao afastamento do *laissez-fairismo* e ao caráter mais “intervencionista” por parte do “novo” Estado. Este, tornou-se também um indutor do desenvolvimento capitalista do país e um agente de modernização, além de tentar se desvencilhar da constante intromissão externa – representada por Brasil e Argentina – em suas questões político-econômicas nascidas por conta de sua derrota na guerra de 1865-1870.

Contudo, o nacionalismo lopizta também justificou o congênito caráter autoritário do Estado “Nacional Revolucionário”. Como entenderam os seus próprios governos, os López também tiveram que abrir mão das liberdades para poderem consolidar a autonomia, a

² Ainda hoje, segundo o historiador Adriano I. Burgos, alguns mitos políticos se fazem presente na mentalidade política e historiografia do Paraguai. Entre eles estão “o mito do eterno retorno; o maniqueísmo ou uma suposta luta entre o bem e o mal; e a instauração do herói máximo”. Conf. BURGOS, Adriano Irala. “La espistemología de la historia en el Paraguay”. In: **Estudios Paraguayos**, Asunción, v. 20 e 21, n°s 1 e 2, 2003, pp. 179-187.

³ A respeito do nome correto de Francia tem-se dúvidas, pois ele assinava de várias maneiras: Dr. José Gaspar García Rodríguez de Francia; Dr. José Gaspar Rodríguez de Francia; Dr. Rodríguez de Francia; Gaspar de Francia; José Gaspar de Francia; Dr. Francia; Ditador Francia; Francia; Francia, O Ditador. ALCALÁ, Guido Rodríguez. **Ideologia Autoritária**. Asunción: RP. Ediciones, 1987, p. 14.

⁴ Ver MORENO, Fulgencio Ricardo. **La ciudad de la Asunción**. 2^a ed. Asunción: Editorial Paraguaya, 1968, [1926].

independência e a paz interna, coisas sempre ameaçadas no Paraguai⁵. Ainda em 1918, portanto muito antes da instauração desse Estado, um intelectual lopizta já dizia que a “liberdade e sabedoria” paraguaia daquele momento não havia, ainda, “salvado e afirmado a existência nacional”, como fizeram os “heróis” López⁶.

Na década de 1920, os distintos movimentos políticos que mais tarde derrubaram o velho regime liberal implantado no pós-1870 já existiam e comungavam de diversas maneiras com o nacionalismo conservador lopizta. Demandavam uma “Nova Ordem” em que a moral se daria pelo sacrifício, abnegação, disciplina, heroísmo e, sobretudo, pela força “guerreira” da “raça” paraguaia, cujo exemplo maior seria o próprio Marechal López. Durante a guerra do Chaco contra a Bolívia (1932-1935), esses valores foram como que postos a prova de fogo e com a vitória dos exércitos paraguaios, mais do que nunca pareceram destinados ao futuro político do Estado paraguaio, em contraposição ao “decadentismo” da oligarquia liberal⁷.

Findada a guerra esses movimentos políticos formados desde a década de 1920, encabeçados pelas vitoriosas Forças Amadas, em pouco tempo desfecharam o golpe de 17 de fevereiro de 1936, dando surgimento a tal “Nova Ordem” que tornou finalmente oficial esta outra leitura lopizta da história nacional. Era a revisão da história liberal, onde os López, de criminosos e verdugos da pátria, passaram por decreto-lei a “heróis” e exemplos nacionais a serem seguidos, enquanto o paraguaio, de homem degenerado pela tirania com a qual comungou, a grande “guerreiro” e raça perfeita⁸.

Conforme salientou Angela de Castro Gomes, é no momento de esforços para implementação de “grandes projetos políticos” que a atenção dos dirigentes do Estado “volta-se para o passado, buscando reconstruir o seu ‘lugar na história’ e, dessa forma, relendo e

⁵ Com o fim do Estado “Nacional Revolucionário” em 1947, o lopizmo permaneceria legitimando tão só o autoritarismo, abrindo mão do desejo de com ele legitimar um Estado de fato com interesses autonomistas. Ver: GROW, Michael. **Los Estados Unidos y el Paraguay durante la Segunda Guerra Mundial**: Política del buen vecino y autoritarismo en Paraguay. Asunción: Editorial Histórica, 1988.

⁶ Conf. DOMINGUEZ, Manuel. “Constitución de 1844”. In: **El Alma de la Raza**. Buenos Aires: Editorial Ayacucho, 1969, p. 79. [1918].

⁷ Conf. RIVAROLA, Milda. **La contestacion al orden liberal**. La crisis del liberalismo en la preguerra del Chaco. Asunción: Centro de Documentacion y Estudios, 1993a, p. 50.

⁸ É importante ressaltar que o revisionismo histórico não fora algo singular do Paraguai. Na Argentina ele também se dera de forma muito acentuada, tendo, como no Paraguai, grande importância em sua vida cultural e política. A principal figura restaurada foi a de Juan Manuel Rosas, sempre proscritos pelos liberais. Ver SVAMPA, Maristella. **El dilema argentino**: civilización o barbarie. De Sarmiento al revisionismo peronista. Buenos Aires: El cielo por asalto, 1994.

rescrevendo os fatos e as interpretações do calendário cívico de um país”⁹. Foi o que os governos do Estado “Nacional Revolucionario” fizeram a partir do revisionismo oficial.

Não obstante, para as suas “releituras” e “reescrituras” da história do país foram de suma importância as construções ideológico nacionais que alguns intelectuais fizeram ainda durante a vigência do regime liberal (1870-1935), seja para incorporá-las por completo ou para rechaçá-las totalmente. Nesse período, uma geração de intelectuais quase toda nascida logo após a “Guerra Grande”, amadurecida por volta de 1900 e educada nas mesmas instituições paraguaias, “Colegio Nacional”, “Universidad Nacional” e “Escuela de Derecho” – daí ser conhecida como “geração de 900” – passou a escrever, mais ou menos sistematicamente, a história do Paraguai: Manuel Dominguez (1868-1935), Manuel Gondra (1871-1927), Cecilio Báez (1862-1941), Juan Emiliano O’ Leary (1879-1965), Ignacio A. Pane (1879-1920), Blas Garay (1873-1899), Eligio Ayala (1880-1930), Fulgêncio Ricardo Moreno (1872-1933), Arsenio López Decoud (1868-1945) entre outros, foram os principais nomes desse grupo de destacados intelectuais¹⁰.

Posteriormente, agrega-se a ele a figura de Juan Natalício González (1897-1966). Todos eles jovens, além de intelectuais, começaram a atuar socialmente como militantes políticos, legisladores, jornalistas, professores ou funcionários da burocracia do Estado, sendo que Báez, Gondra e Ayala no período liberal, além de Juan N. González no posterior, chegaram até mesmo a chefia da presidência da república.

Por motivos diferentes ou até contraditórios, todos sentiam o Paraguai como um país atrasado, portador de algumas heranças históricas que atuavam negativamente em sua conformação como Estado nacional efetivo. Daí a ânsia que todos tinham em modernizá-lo o mais rapidamente possível, tornando-se os primeiros dentre os representantes da cultura paraguaia moderna. Alias, para este seleto grupo de intelectuais, houve uma espécie de conexão entre o destino de suas vidas e o destino da “pátria” renascida em 1870.

Mas até a conformação dessa “elite” intelectual por volta de 1900, os poucos homens de letras do período – principais mentores dessa juventude estudante – ou eram todos

⁹ Ver GOMES, Angela de Castro. **História e historiadores**. 2^a ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 22.

¹⁰ O termo “geración del 900” foi cunhado por um de seus principais componentes, Juan Emiliano O’ Leary, no ano de 1950. Foi também utilizado pelo historiador Raúl Amaral, significando “a renovação de modos de vida, de sistemas de orientação intelectual e, sobretudo, um método distinto para enfocar os desencontros da história, latentes ainda a trinta anos de terminada a guerra da Tríplice Aliança”. AMARAL, Raul. **El novecentismo paraguayo**: línea biográfica y doctrinal de una generación. Buenos Aires: Publicación del Instituto Judío Argentino de Cultura e Información, s/d, p. 2.

estrangeiros que aportaram ao país depois da “Guerra Grande”, ou então paraguaios formados noutras partes do Rio da Prata, particularmente Argentina, que retornaram ao seu país depois desse conflito bélico. Entre estes, figuram alguns dos principais inimigos dos López que viveram como emigrados ou exilados em Buenos Aires até a capitulação de Assunção, sendo que na guerra muitos se aproveitaram para aderir à campanha militar da Tríplice Aliança.

Para se ter uma idéia, dos primeiros diretores do “Colegio Nacional” fundado em 1877, dois eram estrangeiros e dois formados na Argentina: José Agustín Escudero era de origem mexicana; José Segundo Decoud fora educado na capital portenha; Leopoldo Gómez de Terán era austríaco; e Benjamín Aceval fora educado no velho Colégio Montserrat de Córdoba e na Universidade de Buenos Aires. Portanto, todos expressavam bem esta situação¹¹.

A explicação desse fenômeno está principalmente nas próprias conseqüências da guerra, pois ela afetou decisivamente o processo cultural paraguaio. Após a hecatombe, além da raridade dos homens letrados, o país não possuía arquivos históricos de qualquer natureza, bibliotecas públicas ou privadas, instituições de ensino superior e sequer um sistema de ensino primário minimamente estruturado¹². Tudo começou a ser gestado a partir do nada ou do quase nada, em meio a própria reconstrução do país.

Entretanto, nem tudo foi negativo. Uma explosão de nascimento de jornais rapidamente inundou a capital Assunção, fenômeno que pode ser lido tanto como uma espécie de resposta a recém conquistada “liberdade” de imprensa, por décadas estritamente controlada pelo regime lopizta, mas, ao mesmo tempo, ao prestígio dessa atividade e à ânsia de cultura moderna que tudo invadia, correlacionada também aos violentos debates políticos do “novo” mundo que se anunciava àquele país. Muitos desses jornais, carecendo de estrutura mínima, tiveram vida efêmera. Outros, efêmeros ou não, foram importantíssimos a estruturação ideológica do novo regime, como o “Lá Regeneración” – compilador de um esboço constitucional cerne da constituição aprovada em 1870 –, ainda mais que, como todos os jornais da época, pertenciam ao explícito gênero de “doutrinadores”¹³.

¹¹ Conf. CARDOZO, Efraim. **Apuntes de historia cultural del Paraguay**. 6^a ed. Asunción: Biblioteca de Estudios Paraguayos, 1998, p. 302.

¹² Conf. BREZZO, Liliane. “La historiografía paraguaya: del aislamiento a la superación de la mediterraneidad. **Diálogos**, Maringá, v. 7, 2003, p. 160.

¹³ Segundo Tania Regina de Luca, uma das maiores alterações que os jornais sofreram durante a história de sua existência foi a de abandonar a explícita “doutrinação” em favor da “informação”: “Consagrava-se a idéia de que o jornal cumpre a nobre função de informar ao leitor o que se passou, respeitando a ‘verdade dos fatos’. Mudança sem volta...”. Ver LUCA, Tania Regina. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanegi (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 138.

Portanto, a maior parte das instituições de ensino e cultura em que a “geração de 900” estudou (ou mesmo lecionou) passaram a ser literalmente implementadas a partir do zero, concomitante aos principais projetos político-ideológicos e sócio-econômicos do pós-guerra. À medida que os governantes e também alguns particulares davam vida às escolas primárias e secundárias, ao museu e biblioteca nacional, as instituições superiores, etc., ocorria o drama do violento caudilhismo e suas “revoluções”, formas políticas que depois do fim do poder unipessoal dos López tornaram-se comuns.

Nesse mesmo momento dava-se também a fundação dos dois partidos tradicionais – “Centro Democrático” e “Asociación Nacional Republicana” (1887) – onde todos os intelectuais militaram, e o início da sistemática alienação das terras públicas que o novo regime herdara do regime lopizta, ato promovido inicialmente pelos próprios governos dos “velhos generais”, antigos militares dos López¹⁴. É desse momento e dessas instituições que saíram a “geração de 900”, os primeiros intelectuais paraguaios a escreverem uma história eminentemente nacionalista, embora não fossem historiadores em sentido estrito.

Mas, além da fundação dessas instituições, foi também de grande importância a fundação do “Ateneo Paraguayo” em 1883, um espaço de encontro e intercâmbio reservado a promoção de diferentes atividades culturais para, como historiou Raúl Amaral, “melhorar as condições morais e intelectuais do Paraguai”¹⁵. A iniciativa de fundá-lo, inteiramente particular, coube aos jovens Cecilio Báez e Manuel Dominguez, recém egressos do “Colegio Nacional”, aos irmãos Adolfo Decoud e José Segundo Decoud, e também a Benjamí Aceval, antigos residentes de Buenos Aires¹⁶. O “Ateneu” contou com uma revista própria denominada “Revista del Ateneo Paraguayo”, que, não obstante, teve como a própria instituição uma vida muito curta.

Mas, talvez, a maior importância do “Ateneo Paraguayo” foi o fato de ter sido o precursor da maior e mais bem sucedida instituição desse mesmo caráter. Em 1895 o “Ateneu”, com as suas atividades já findadas a tempo (1889), foi substituído pelo “Instituto Paraguayo”, instituição que ampliou os seus objetivos culturais com uma publicação própria mais ou menos

¹⁴ O governo dos “velhos generais” da guerra são os de Bernardino Caballero (1880-1886), Patricio Escobar (1886-1890), Juan B. Egusquiza (1894-1898), havendo o governo civil intermediário de Juan G. González (1890-1893) e posteriormente o de Emilio Aceval (1898-1902). Todos pertenciam a “Asociación Nacional Republicana”.

¹⁵ Conf. AMARAL, Raúl. **Escritos paraguayos**. Primera parte. Introducción a la cultura nacional. Asunción: Editora Litocolor, 1984, p. 131.

¹⁶ Conf. BREZZO, Liliana M. “El Centenario en Paraguay: historiografía y responsabilidades nacionalistas (1897-1912)”. **Anuario del Centro de Estudios Historicos**, Córdoba, año 4, nº 4, 2004, p. 58.

trimestral. Em outubro 1896 era criada a “Revista del Instituto Paraguayo”, revista que se converteria – até a sua desapareição em 1909, depois de 64 números – na mais importante de seu tempo. Seus objetivos, conforme anunciado pelos editores no seu primeiro número, foram o de promover “o desenvolvimento da cultura intelectual e artística e [também] o espírito de associação, tão útil ao humano progresso”¹⁷. Adiante, aclarando ainda mais os objetivos, fizeram a seguinte afirmação:

“La fundación de la Revista del Instituto Paraguayo de carácter esencialmente científico, literario y histórico, es un verdadero acontecimiento, no solamente para la sociedad de cuyo seno surge á la vida, sinó también para nuestra querida patria, única quizá en el mundo civilizado desposeída de una publicación de este género. Y sin embargo, ningún país merece y necesita mas que el Paraguay, que sus hijos y los extranjeros que cariñosamente acoge al amparo de sus libérrimas leyes, se ocupen no sentido que iniciamos: la iliada y la odisea de su interesantísima historia, sublime epopeya en que no se sabe que admirar más, si la nobleza y el valor insuperable de este pueblo martir ó la tenacidad de su infortunio...”¹⁸,”

De fato, para a vida cultural que se institucionalizava, principalmente para a história nacional, ela se tornou uma espécie de centro gravitacional aonde os poucos intelectuais do país, entre eles os jovens da “geração de 900”, contribuíram com as suas publicações e debates¹⁹. Aparte as obras de cada um, foi ali que publicaram e debateram as figuras de Cecilio Báez, Manuel Domínguez, Blas Garay, Fulgencio R. Moreno, Juan E. O’Leary e Ignacio A. Pane. Pelas peculiaridades de seu país, ainda longe de recuperar-se da guerra, estes jovens forçaram para atuar nos domínios da organização institucional, produzindo o efeito de renovação dos quadros dirigentes do “Centro Democrático” e da “Asociación Nacional Republicana”, e também o de exercerem postos em todas as instâncias da vida política local.

Assim o atual e delicado dilema que o intelectual contemporâneo vive, conforme apontou Norberto Bobbio, o de saber se deve participar diretamente da luta política acabando por colocar-se a serviço desta ou daquela ideologia, ou se, por outro lado, deve pôr-se acima do

¹⁷ EDITORES. “Nuestros propósitos”. In: **Revista del Instituto Paraguayo**, Asunción, año 1, nº 1, octubre de 1896, p. 1.

¹⁸ Idem.

¹⁹ Conforme a declaração do artigo “Nuestros propósitos”, ela se colocou claramente como “órgão da juventude paraguaia”, embora, como disse, não signifique que “desdenhe” a contribuição dos “velhos”. Idem, p. 3.

necessário combate social para não cair nas paixões da cidade, não cabe aos acima aludidos²⁰. Todos eles não só estavam completamente imersos nos combates políticos, históricos e ideológicos do Paraguai da época, como para afirmarem-se como intelectuais deveriam e faziam questão de estar²¹. Isso levou Raul Amaral a afirmar que esta geração de intelectuais paraguaios, quando comparada com a geração de intelectuais argentinos de 1880, se caracteriza por, entre outras coisas:

“una más intensa inmersión en los acontecimientos, ya que su posición de partícipes directos les impedía sustraer su propensión intelectual de los fragores de la lucha. Sus lectores eran a la vez partidarios o adversarios, que desde luego los leían como a tales y no con ánimo deprevenido o por fuición estética. Esa postura será momentáneamente superada al erigirse, en 1895, el Instituto Paraguayo, y al aparecer, en el siguiente año, su valiosa Revista, pero volverá a ahondarse a partir de 1904”²².

Esta foi a chamada “geração de 900”, toda ela educada no “Colegio Nacional” de Assunção. Uma “elite intelectual” que se dedicou a construção e reconstrução da memória coletiva no campo do conhecimento de acordo com a impregnação de valores modernos pelo qual passava a cultura da elite paraguaia. Foi ela, portanto, a precursora dos estudos históricos que ajudaram na configuração da “consciência nacional” paraguaia a partir da elaboração de suas ideologias nacionalistas.

Aliás, o “Album Gráfico”, trabalho datado de 1911 para se comemorar o centenário da independência do país, escrito com a contribuição de vários deles, entre os quais figura o nome de Blas Garay, morto desde dezembro de 1899, é o reconhecimento deles próprios como um grupo de homens, uma “elite” pensante com a obrigação de dar formas a “história pátria”. Como disse Arsenio López Decoud, organizador da obra, o objetivo desse trabalho, “fruto de sua intelectualidade”, era “dar uma visão completa, ainda que rápida da vida nacional durante um século”, isto é, do ano de 1811, data da independência, à 1911²³.

Conforme assinalou Eric J. Hobsbawm em seu estudo sobre as condições históricas para o surgimento da nacionalidade, a formação dessa “consciência” se desenvolve

²⁰ Conf. BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Editora Unesp, 1997, 21 e 22.

²¹ Segundo Jean-François Sirinelli, uma possível caracterização dos intelectuais, é de que eles “podem ser reunidos em torno de uma [...] definição estreita e baseada na noção de engajamento na vida da cidade”. Ver SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René (org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 243.

²² Ver AMARAL, Raúl. **Paraguayos del 900 y argentinos del 80**. Asunción: 1978, p. 11.

desigualmente através do tempo entre os “grupos e regiões sociais de um mesmo país”. A propósito, ainda segundo este autor, a grande parte dos estudiosos concordaria que, qualquer que seja a natureza dos primeiros grupos sociais capturados pela consciência nacional, “as massas populares – trabalhadores, empregados, camponeses – são as últimas a serem por ela afetadas”, enquanto, por outro lado, os intelectuais e políticos, talvez as elites em geral, podem ser considerados os primeiros²⁴.

Refletindo sobre a história da Europa a partir de fins do século XVIII, este mesmo historiador disse que o nacionalismo possui ao menos três fases: a primeira seria puramente literária e folclórica, sem implicações políticas ou mesmo sem conseqüências verdadeiramente “nacionais”; a segunda fase contaria com a ação de pioneiros e militantes da “idéia de nação”, uma espécie de *minorité agissante* que se dedica a campanhas políticas e culturais para a expansão dessa idéia; e a terceira fase, por fim, existiria quando “programas nacionalistas” começam a adquirir alguma sustentação das massas²⁵, fato que no Paraguai ocorreu, ao menos de maneira mais acentuada, a partir da implantação do Estado “Nacional Revolucionário” no pós-guerra do Chaco²⁶.

Embora esquemático, esse quadro proposto por Hobsbawm pode ajudar. Os intelectuais da “geração de 900”, num ambiente social quase que exclusivamente rural camponês, exerceram no Paraguai este papel de *minorité agissante*, isto é, os que no campo da literatura histórica e da atuação política estiveram entre os primeiros militantes da “idéia nacional”, tornando-a instrumento privilegiado de suas lutas políticas e ânsias modernizadoras.

Os resultados de seus trabalhos, como eles mesmos entendiam, deveriam contribuir, e de fato contribuíram, para que a “consciência nacional” do povo se “despertasse”. Cecilio Báez deixou isso muito claro em um discurso dirigido aos fundadores da “Revista del Instituto Paraguayo”, dizendo o seguinte a respeito dos enlaces entre os intelectuais, a história, entendida como “história pátria”, e a “nacionalidade”:

²³ Ver DECOUD, Arsenio López. **Álbum Gráfico de la República del Paraguay**. Buenos Aires: Talleres Gráficos de la Compañía General de Fósforo, 1911, p. 8.

²⁴ Ver HOBBSAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 21.

²⁵ Idem.

²⁶ Como afirmou Evaristo Duarte, o “Paraguai, no final do século XIX, era sim um Estado, mas não tinha propriamente uma nação [...]. O momento em que o Estado paraguaio enfrentou o desafio de ser um fator de desenvolvimento capitalista foi o período ‘Nacional Revolucionário’ (1936-1947). É nesse período que o nacionalismo lopizta funcionou como grande força organizadora” da nação. Ver

“sois en el momento actual los representantes mas legítimos de la cultura paraguaya, y los llamados á **preparar la história patria** la qual no es outra cosa sinó el momento que cada pueblo se levanta á su propia nacionalidad, al heroismo de sus guerreros, al mérito de sus grandes hombres, a las virtudes de sus varones ilustres, en una palabra, á las glórias de la patria [destaques meus]”²⁷.

Não se tratava, contudo, de “despertar” a “consciência nacional”, ou, nas próprias palavras de Báez, de “preparar a história pátria” para a independência política do país – obra que os países da América Latina já haviam alcançado por pequenos grupos de aristocratas, soldados e elites comerciais mais ou menos afrancesadas que pela época elas mesmas não possuíam senão o “embrião” dessa “consciência”²⁸ –, mas sim de destacar de forma bastante seletiva, no momento em que o Paraguai inseria-se subalternamente no capitalismo global, certas “lembranças” de um passado comum visto como positivo e/ou negativo, e também de traçar, implicitamente, os projetos e os rumos do “destino” imante ao futuro nacional²⁹.

Durante toda a “era liberal” (1870-1935) – conjuntura aberta com o fim “Guerra Grande” (1870), marcada pela constituição liberal de 1870 e pela luta dos partidos de extração liberal acima anotados – foi de grande importância a conquista do investimento emocional e da lealdade de uma população imersa numa cultura platina muito maior e disposta mesmo a “abandonar” o Paraguai pós-1870 em benefício argentino, problema crônico do ponto de vista das elites de então pela própria carência populacional do país, isto é, de mão-de-obra, e, na década de 1920, devido a uma outra guerra que se anunciava contra a Bolívia³⁰.

COLMÁN DUARTE, Evaristo E. **Nacionalismo e movimento operário na origem do Estado Nacional Revolucionário paraguaio: 1936 – 1947**. Assis: UNESP, 2002, p. 38 (Tese de doutorado).

²⁷ Conf. BÁEZ, Cecilio. “Discurso del doctor don Cecilio Báez”. *Revista del Instituto Paraguayo*, Asunción, año 1, nº 1, octubre de 1896, p.10.

²⁸ Conf. HOBBSAWM, Eric. **A Era das Revoluções (1789-1848)**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p. 162.

²⁹ Para Hobsbawm, a “consciência nacional” aparece com a “interseção da política, da tecnologia e da transformação social”, isto é, a existência da nação, enquanto imaginação histórica e devir imaginado de uma comunidade qualquer, exige historicamente uma série de transformações tecnológicas que ocorrem no momento da transição ao capitalismo, e mais especificamente à época da criação da imprensa, da alfabetização e escolarização em massa que permitem a universalização do fenômeno e a própria adesão às novas entidades. Portanto, segundo o entendimento do autor, a nação é um fenômeno estritamente moderno, sendo um equívoco buscá-la noutros períodos históricos. A este respeito diz que: “a nação pertence exclusivamente a um período particular e historicamente recente. Ela é uma entidade social apenas quando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno, o Estado-nação; e não faz sentido discutir nação e nacionalismo fora desta relação”. Ver HOBBSAWM. **Nações e nacionalismo...**, 2002, p. 19.

³⁰ Eligio Ayala, um dos intelectuais da “geração de 900” e também presidente da república (1924-1928), publicou um estudo tentando explicar a emigração paraguaia. Ver AYALA, Eligio. **Migraciones**. Assunção: Editorial El Lector, 1996, [1915].

Portanto, para os nossos propósitos, como disse Ernest Gellner, é o “nacionalismo que engendra nações”. É a militância ideológica de uma “elite” política e intelectual que as “inventa”. Esta “elite”, conforme Gellner, se aproveita de forma “seletiva”, “transformando radicalmente a multiplicidade [...] [da] riqueza cultural preexistente, herdadas historicamente”³¹. Nessa tarefa de “engendra[r] nações”, no Paraguai a atividade intelectual por excelência foi o jornalismo e a historiografia, cuja forma preferencial desta última foi o ensaio histórico por vezes escrito nos próprios diários.

Alguns motivos podem ajudar a explicar a preferência desse tipo de linguagem. O Paraguai carecia de um poema ou romance épico em torno do qual se poderia ter investido na questão da identidade nacional, como foi o caso, por exemplo, da obra “Os Lusíadas” de Camões para Portugal ou da obra “Martin Fierro” de José Hernández para a Argentina. Não havendo esse tipo de tradição literária, o discurso histórico, imprescindível em qualquer nacionalismo, praticamente ocupou todo o espaço e de fato foi o mais importante no processo de constituição da identidade nacional paraguaia.

Houve, porém, outros motivos ainda mais fortes que os literários para o uso hegemônico da linguagem histórica. Entre eles está o grande drama vivido pelo país na guerra contra a Tríplice Aliança, guerra que permanecia uma espécie de ferida aberta, tornando-se uma lente pela qual todos os discursos de fundo histórico passavam quase que inevitavelmente. Tão grande foi a importância da guerra para o país que não seria errôneo afirmar que, de certo modo, os nacionalismos paraguaios giraram em torno da história desse acontecimento e de suas dezenas de intermináveis controvérsias. Ele tornou-se, quase necessariamente, a matriz da nacionalidade paraguaia e também a matriz das leituras históricas no período em questão.

Quando, por exemplo, Juan E. O’ Leary ousou iniciar a campanha de revisão histórica e refutar veementemente as teses liberais da guerra defendidas desde o início dela em 1865, de fato encontrou em certos espaços informais quem o escutasse ou mesmo o apoiasse, mas também quem o condenasse. Agrega-se, ainda, a esses catalisadores da linguagem histórica a necessidade de se rechaçar os argumentos também históricos que a Bolívia levantava para apoderar-se do Chaco e, ao mesmo tempo, fundamentar os supostos direitos seculares do Paraguai sobre este mesmo território. O Estado chegou a contratar como

³¹ Ver GUELLNER, Ernest. **Naciones y nacionalismos**. Buenos Aires: Alianza Editorial, 1997, p. 80. Hobsbawm concorda perfeitamente com este pressuposto teórico. Para ele as “nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto”. Ver HOBBSAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde...**, op. cit., p. 19.

assalariado alguns intelectuais para trabalhar regularmente na busca de documentos históricos que comprovassem a pertença do Chaco ao Paraguai³².

Nessa trajetória da disciplina história, a “geração de 900”, a partir da militância político nacional de seus membros, isto é, dos diferentes nacionalismos que paulatinamente foram empreendendo, sublinhou as origem da nação, os grandes problemas do passado e do presente, os desvios, os erros e acertos, os modelos e anti-modelos nacionais, os novos caminhos a seguir, os heróis ou anti-heróis da história do país, etc.; e, dessa forma, também os projetos políticos defendidos implicitamente. Podemos afirmar que já a princípio do século XX dois nacionalismo, expressos principalmente por discursos históricos, portanto também duas filosofia da história, se enfrentaram.

Uma tinha sua matriz de pensamento herdada do humanismo iluminista e das revoluções burguesas norte-americana (1776) e francesa (1789). Era o positivismo, particularmente em sua versão spenceriana que privilegiava o critério evolucionista das ciências naturais na análise das sociedades, cuja filosofia da história manifestava-se numa suposta luta universal empreendida entre as forças da liberdade e soberania nacional, isto é, soberania do corpo de cidadãos que compunham o Estado-nação, contra as do “despotismo” e “barbárie”. Conforme afirmou Cecilio Báez na “Revista del Instituto Paraguayo”, “A liberdade” era “nova”, ligando-se as revoluções acima anotadas; enquanto o “despotismo” era muitíssimo “antigo”³³.

Genericamente, parte desses intelectuais permaneceram com tais critérios, comungado com uma visão liberal da história acorde com a da oligarquia que se formou após a “Grande Guerra” sob os auspícios da constituição liberal de 1870, visão sumamente influenciada pela ideologia e cultura letrada argentina onde a dicotomia sarmientina entre “civilização e barbárie” eram os nortes principais³⁴. Traduzido ao campo do conhecimento histórico, nesta tradição os López foram absolutamente proscritos e tidos como os “culpados” e “verdugos” da aniquilação sofrida pelo país na guerra, além de os camponeses índios e

³² Uma lei de 1895 obrigava o poder executivo a enviar pesquisadores a estudar a questão dos limites territoriais no “Archivo General de Indias” em Madrid. O escolhido foi Blas Garay, que na época contava com apenas 23 anos. Conf. CARDOZO, Efraim. **Historiografia Paraguaya**. Paraguay indígena, español y jesuita. México: Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 1959, 112.

³³ Ver BÁEZ, Cecilio. “Estudio sobre la historia de España: segunda parte” In: **Revista del Instituto Paraguayo**, Asunción, año 5, nº 43, 1903, p. 376.

³⁴ Para observar a importância de Sarmiento e de sua produção intelectual para toda a América Latina ver PRADO, Maria Ligia Coelho. “Para ler o *Facundo* de Sarmiento”. In: **América Latina no século XIX**: Tramas, Telas e textos. São Paulo: Edusp e Edusc, 1999, p. 161.

mestiços guarani falantes serem vistos como degenerados tanto por sua herança cultural hispano-guarani, como por supostamente terem permitido ou seguido a “tirania” lopizta.

Tal visão da história não se restringia à literatura histórica. No Paraguai da “era liberal”, este pensamento foi mais herdado que originalmente produzido pelos intelectuais da “geração de 900”. A origem dele provinha de leis e decretos promulgados pelo próprio Estado liberal paraguaio do pós-1870 e, portanto, também dos discursos políticos, cujo destaque fica para os proferidos pelos ex-emigrados de Buenos Aires, em particular pela família Decoud³⁵. Daí termos agregado o estudo dos trabalhos de José Segundo Decoud (1848-1909) e Héctor Francisco Decoud (1855-1930), este último reelaborador de um manual de história (já existente) para as escolas paraguaias. Nessa tradição, além dos irmãos Decoud, podemos citar Cecilio Báez como o grande nome, Manuel Gondra, Eligio Ayala, Manuel Dominguez e também, em certo sentido, Blas Garay³⁶.

A outra tinha sua matriz nos pensadores românticos franceses como Taine e Gobineau que destacavam a nação como uma individualidade de sangue, território geográfico e heranças históricas comuns³⁷. Nesta vertente, a nacionalidade deixava de significar cidadãos soberanos que por sua vontade própria constituíam leis e Estados legítimos para significar, em particular, vínculos étnicos e culturais herdados involuntariamente. “Povo” e “nação” – como na palavra “volksgeist” de língua alemã – tornaram-se as mesmas coisas, carregados de sentido biologizante e espiritualista³⁸.

Na América Latina, aliás, a veemência com que até então toda a tradição hispânico-indígena estava sendo rechaçada pelo pensamento liberal positivista na ânsia que ele possuía em modernizar os países pela importação de europeus, levou, em contrapartida, ao surgimento de uma outra corrente, que mesmo dentro do âmbito liberal, começou a fazer a defesa do indigenismo, do negro e também da cultura hispânica em geral. Tais idéias apareceram no final do século XIX e princípio do XX, tendo os seus principais expoentes nas figuras do cubano José Martí e do uruguaio José Enrique Rodó.

³⁵ Família formada por inimigos de Solano López que exilaram-se em Buenos Aires e que após a guerra retornaram a Assunção com grande influência na vida político-ideológica do país. Juan Francisco Decoud era o pai. Juan José, José Segundo, Adolfo e Hector Decoud eram os irmãos.

³⁶ Embora Blas Garay tenha compartilhado com a proscrição de toda tradição hispânico-guarani, isto é, proscrição dos jesuítas e índios, não condenou as figuras dos López. Foi, nesse sentido, o primeiro revisionista da história paraguaia. Não obstante o seu revisionismo, restrito aos López, não causou profundo impacto cultural como o que se daria adiante com o de Juan E. O’ Leary, em 1902.

³⁷ Para se ter uma idéia do quadro geral europeu da passagem do nacionalismo racionalista para o romântico ver KOHN, Hans. **A era do nacionalismo**. São Paulo: Fundo de Cultura S. A., 1962.

Este último, proclamado profeta de um “novo idealismo”, publicou no ano de 1900 o seu famoso ensaio “Ariel”, evocando o “espírito” e as positividades americanistas a medida que questionava o utilitarismo e a democracia formal norte-americana. A historiadora Cláudia Wasserman enumerou vários intelectuais latino-americanos inspirados em Rodó, os chamados “arielistas”. Entre eles destacam-se o brasileiro Manoel Bonfim, os argentinos Paul Grossac e Ricardo Rojas, os mexicanos Antonio Caso e José Vascocelos, o dominicano Pedro Henríquez Ureña e muitos outros³⁹.

No Paraguai, quando O’ Leary fazia o grande revisionismo histórico da guerra e da caracterização do povo, não deixou de recorrer a Rodó, relembando e celebrando a herança hispânica mesmo quando o velho império espanhol deixava de existir ao perder – após uma breve guerra contra os EUA (1898) – a sua última colônia: a ilha de Cuba. Nesta tradição, além de O’ Leary, podemos colocar, ainda, Arsenio López Decoud, Juan N. González, Fulgencio R. Moreno, Ignacio A. Pane e também Manuel Dominguez. Este último, depois de “explicar” o porquê da superioridade paraguaia na guerra contra a Tríplice Aliança, evoluindo o seu pensamento da primeira para a segunda matriz e contrapondo-se claramente a tese do “cretinismo” paraguaio recentemente sustentada por Báez, afirmou o seguinte:

“El paraguay civilizado y blanco y sus vecinos también civilizados y blancos, son hermanos étnicamente, pero el primero, por ser superior á los segundos en fortaleza corporal [como lo demostró en la guerra] debe serlo también en iteligencia”⁴⁰.

Esta suposta superioridade, selo distintivo do povo paraguaio em relação aos seus vizinhos, Manuel Dominguez “explicou-a” como o resultado da soma dos “evidentes” fatores raciais com os geofísicos e psicológicos⁴¹. Na década de 1920, em torno da comemoração do centenário de nascimento do Marechal López e da ebulição em torno da questão do Chaco, tal evolução alcançaria mesmo os contornos antiliberais do francês Charles Maurras, com o seu “nacionalismo integral”. Juan E. O’ Leary e principalmente o seu discípulo Juan Natalício

³⁸ Conf. RECALDE, José Ramón. **La construcción de las naciones**. Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1982, p. 223.

³⁹ Conf. WASSERMAN, Claudia. “Percurso Intelectual e Historiográfico da Questão Nacional e Identitária na América Latina: as condições de produção e o processo de repercussão do conhecimento histórico”. **Anos 90**, Porto Alegre, nº 18, 2003, p. 109.

⁴⁰ Ver DOMINGUEZ, Manuel. “La talla humana y la inteligencia”. In: **Revista del Instituto Paraguayo**, Asunción, año 4, nº 39, 1903, p. 776.

⁴¹ “Unidade étnica com fisionomia própria é a nação. Cada nação tem seu caráter gravado, mais que no corpo, na alma, o que a constitui uma personalidade diferente das outras. Causas que se chamam

González, além da superioridade do paraguaio, falaram do caráter guerreiro, antiindividualista, coletivista, e antiliberal da “nação” paraguaia, “raça” que teria em Solano López o perfeito ideal desses que seriam os reais valores da “paraguaidade”. Aliás, isso que chamaram de “paraguaidade”, ideais também latentes na população prontos para “despertarem”, cedo ou tarde, como consideraram, tornaria a dominar o Estado, expurgando a oligarquia liberal e o seu “artificialismo” estrangeiro imposto pela Tríplice Aliança e pelos maus paraguaios, os ex-emigrados de Buenos Aires e traidores “legionários”⁴².

Um importante impulso do revisionismo histórico foi a “revolução” de 1904 que levou o “Centro Democrático” ao poder e alijou dele a “Asociación Nacional Republicana”. Experimentando um grande trauma político, este partido progressivamente pôs-se como o representante da “nação” enquanto o adversário, recém chegado ao poder, como defensor dos valores estrangeiros, notadamente argentinos. Não obstante, o grande impulso dessa revisão da “história pátria” deu-se no próprio âmbito intelectual. Não poderia dar-se de outro modo senão por uma violenta briga, cujo cenário principal foi o periodismo.

Dois dos mais conhecidos intelectuais do país até hoje, Cecilio Báez e Juan E. O’ Leary, sustentaram em fins de 1902 uma dura polêmica que refletiu em todo o país, definindo parcialmente a atmosfera intelectual da época. Báez escrevia no periódico “El Cívico”, enquanto O’ Leary, seu ex-discípulo e ainda correligionário no “Centro Democrático”, no “La Patria”. Quase ninguém ficou alheio a esse embate, segundo afirmou o argentino Atilio Garcia Melliad⁴³.

Naquele momento, quando a temática sobre a figura do Marechal López era apenas timidamente prenunciada, a discussão fundamental girou em torno da qualificação do povo paraguaio. Cecilio Báez, herdeiro da tradição positivista, considerou-o como “cretinizado” por um “secular despotismo” e pela “escravidão” dos López, fenômeno que ainda persistia segundo o seu entendimento, de modo que ele necessitava ser submetido a um processo de “regeneração” educativa e cívica, para assim “despertar-se” enfim. O’ Leary, por seu turno, por meio de um pseudônimo, Pompeyo González, rechaçou a Báez seu velho mestre e companheiro de militância no “Centro Democrático”.

naturais, étnicas e psicológicas determinam o caráter nacional”. Ver DOMINGUEZ, Manuel. “La Nación”. In: **Revista del Instituto Paraguayo**, Asunción, año 10, nº 61, 1908, p. 729.

⁴² Soldados paraguaios que lutaram contra o Paraguai.

⁴³ Conf. MELLID, Atilio Garcia. **Proceso a los falsificadores de la historia del Paraguay**. Tomo II. Buenos Aires: Ediciones Theorias, 1964, p. 424.

Seu interesse na restauração das “glórias” da “raça” na guerra de 1865-1870 e, em seguida, na do próprio Marechal López, contrapondo-se a tese do “cretinismo”, é bastante controvertida. Esquecendo-se de considerar os novos valores românticos que começaram a reger a “história pátria” em substituição do velho positivismo racionalista, Francisco F. M. Doratioto afirmou que o revisionismo conservador de O’ Leary reduziu-se a princípio, a interesses pragmáticos: dinheiro. Ele teria conhecido a Enrique Solano López – filho do Marechal López – na campanha jurídica que este empreendia para tentar derrubar um decreto-lei ainda de 1869 que condenava o seu pai como “fora da lei” e “assassino de sua pátria”. Sendo tal decreto derrubado, os direitos civis do ex-presidente seriam reavivados, podendo Enrique S. López iniciar uma outra luta nos tribunais para assim conseguir reaver os bens que entendia como herdeiro de direito, fundamentalmente grandes extensões de terras⁴⁴.

Com este suposto interesse imediatista, O’ Leary rechaçou o caráter do “cretinismo” em que o paraguaio estaria imerso, enquanto Báez tentava prová-lo culpando os ditadores do passado e a tradição despótica hispâno-paraguaia. Esta briga na imprensa teve imensa repercussão no país: passeatas e manifestos se deram a favor e contra um e outro lado. No âmbito dos intelectuais e da história em particular foi uma cunha indelével que produziu marcas culturais ainda hoje remanescentes tanto na cultura historiográfica como no “mitos políticos” paraguaios⁴⁵. De qualquer forma, depois de décadas da proscrição do Marechal López, nascia, embora marginalizado, o nacionalismo lopizta paraguaio. Muito tempo depois alguns movimentos políticos serviram-se dele para criticar o regime liberal em vigor.

Levando em consideração estas formas distintas de se compreender a nação paraguaia, a preocupação central deste trabalho é justamente verificar a lógica dos diferentes símbolos e ideologias históricas que alguns dos intelectuais paraguaios da “era liberal” (1870-1935), na ânsia da modernização de seu país, mobilizaram para construção da idéia de uma nacionalidade paraguaia existente desde o período colonial ou desde a independência. A análise das interpretações históricas permite verificar os parâmetros a partir dos quais os intelectuais em questão elaboraram sua visão de mundo, o arsenal analítico que manejaram e a missão social e política que atribuíam a si e ao Estado-nacional. Entendo, conforme assinala os pressupostos de Gil Delannoi, que para a formação de qualquer “consciência nacional” o discurso histórico é imprescindível, pois nele está a sua própria essência, já que a “nação”,

⁴⁴ Conf. DORATIOTO, Francisco Fernando Mondeoliva. **Maldita Guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 85 e 86.

imaginada na duração do tempo, como os próprios mitos religiosos, é também um modo de se alcançar a “consciência histórica” e a “consciência política”, embora, deve-se dizer, não o melhor, pois o “nacionalismo” é pura “ideológica”⁴⁶.

Eric J. Hobsbawm dando também conotação ideológica ao nacionalismo, enfatiza claramente as relações entre a “história” dos políticos e intelectuais e a “nação” por eles imaginada, uma forma perigosa de se chegar a consciência histórica e política na modernidade⁴⁷. Como afirmou a “história é a matéria-prima mais fácil de trabalhar no processo de fabricar as nações”⁴⁸, entidades políticas recentes que se querem, contudo, eternas, portanto dispostas a manipulação da história com maior ou menor escrúpulos. “A história” – dizia O Leary em uma obra de comemoração do cinquentenário do término da “Guerra Grande (1920)” – “se converteu em uma ciência transcendental, em algo assim como um evangelho de moral patriótica”. Ele próprio, portanto, reconhecia na história a “matéria-prima” do patriotismo paraguaio:

“En una palabra, hacemos de la **historia una escuela de patriotismo**, convencidos de que sólo ella há de crear un ideal único, por encima de nuestras injustificadas malquerencias, capaz de establecer un punto de contacto entre todos los paraguayos, trayendo así la fraternidad promisor, bajo cuyo influjo salvador podremos reanudar un día la marcha ascendente, interrumpida por una bárbara e injustificada agresión de nuestros gratuitos enemigos [destaque meu]”⁴⁹.

Já para Montserrat Guibernau, um pouco mais otimista, esta “matéria-prima”, isto é, estes símbolos e ideologias mobilizadas, objeto do meu estudo, são justamente o que confere o poder que o nacionalismo tem, pois eles fornecem e possibilitam o “preparo de investimentos emocionais que habilitam os indivíduos a se reconhecerem enquanto tais”, dada a “necessidade

⁴⁵ Sobre “mitos políticos” ver BONAZZI Tiziano. “Mito Político”. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs). **Diccionario de Política**. México: Siglo Veinteuno Editores, 1976.

⁴⁶ Ver GIL, Delannoi. “Naciones e Ilustración, Filosofías de la Nación antes del Nacionalismo: Voltaire y Herder”. In: GIL, Delannoi; TAGUIEFF, Pierre-Andres (org). **Teorías del nacionalismo**. Barcelona: Paidós Ibérica, 1993, p. 26.

⁴⁷ Falando sobre o perigo de manipulação da história para identidades, este autor disse o seguinte: “As frases digitadas em teclados aparentemente inócuos podem ser sentenças de mortes”. Ver HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia da Letras, 1998, p. 292.

⁴⁸ Ver HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**..., op. cit., p. 28. Em outro trabalho, esse historiador disse algo parecido: “Os historiadores estão para o nacionalismo como os plantadores de papoula do Paquistão para os viciados em heroínas: fornecemos a matéria-prima essencial ao mercado”. Ver HOBBSAWM, Eric. “Etnia e Nacionalismo na Europa de Hoje”. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org). **Um Mapa da Questão Nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 271.

⁴⁹ Ver O’ LEARY, Juan Emiliano. **El Libro de los Héroes**. Páginas históricas de la Guerra del Paraguay. Asunción: Librería la Mundial, 1921, p. 229.

de identidade coletiva, bem como individual”, inerente ao ser humano⁵⁰. Em outras palavras, a mesma autora diz que o poder do nacionalismo advém da “habilidade de engendrar [...] sentimentos em torno de pertencer a uma comunidade específica”, sendo que nisto os “símbolos e ritos” possibilitam a “solidariedade entre os membros do grupo”⁵¹.

Não obstante, não se pode separar essa mobilização de “símbolos e ritos”, que nesse caso de estudo referem-se aos mobilizados e/ou manipulados pelos intelectuais paraguaios da “era liberal”, dos projetos políticos particulares de cada um deles e das próprias elites paraguaias. A afirmação de Antonio Gramsci de que os intelectuais, mesmo aqueles que se julgam “independentes”, são “os ‘comissários’ do grupo social dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social”, adequa-se bem aos paraguaios em questão⁵². Portanto, mobilização simbólica afim de “engendrar os sentimentos” que supram uma “necessidade de identidade” mais acorde com a formação das novas estruturas sociais do capitalismo periférico sim, mas também selecionamento das mesmas de acordo com a postura político-social dos atores históricos em questão⁵³.

Assim, uma crítica que se pode fazer as teses culturalistas defendidas por Guibernau é que elas não vislumbram a dimensão política e arbitrária da questão da identidade nacional, salvo para o caso extremo dos regimes e movimentos fascistas. Como teorizou José Ramon Recalde, o nacionalismo é sempre “projeto político” e está ideologicamente orientado buscando regulamentar a vida de uma coletividade intitulada “nacional”. Nesse sentido, tal projeto, concluiu o autor:

“Implica afirmar que no existe la conciencia de una realidad nacional, por lo menos como función política, sino a través de la expresión ideológica de tal realidad; además, que esa expresión ideológica es propiamente el nacionalismo”⁵⁴.

⁵⁰ Ver GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos**. O estado nacional e o nacionalismo no século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997, p. 84.

⁵¹ Idem, p. 11 e 12.

⁵² Conf. GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo: Círculo do Livro S. A., 1984, p. 14.

⁵³ Conforme Afonso Pérez-Agote, “em relação com as características ou elementos distintivos utilizados pelos atores sociais para definir a nação [...], temos estabelecido o caráter arbitrário da identidade coletiva em geral e da consciência nacional em particular”. Tais elementos particulares “não são a soma das diferenças objetivas, senão somente aqueles que os próprios atores consideram significativo”. Ver PERÉZ-AGOTE, Afonso. “Nación y nacionalismo: la politización de la identidad colectiva”. In: BENEDICTO, Jorge; MORÁN, Maria Luz. (org). **Sociedad y política**. Madrid: Alianza Editorial, 1995, p. 127.

⁵⁴ Ver RECALDE, José Ramón. **La construcción de las naciones...**, op. cit., p. 4 e 5.

Portanto, com vistas a estas constatações, para a análise da produção dos símbolos que culminaram nas diferentes ideologias nacionalistas da “geração de 900”, onde lopizmo e antilopizmo foram os nortes principais, levo em conta os pressupostos teóricos do catalão Joseph Fontana no que concerne ao comportamento da história como disciplina. Para ele, o historiador tende a ordenar os fatos do passado de forma a conduzir sua seqüência até dar conta da configuração “natural” do presente, eternizando-a quase sempre com o fim, consciente ou não, de justificar uma dada ordem social, o que chamou de uma “economia política”, de modo que “toda visão global da história constitui uma genealogia do presente” e, também, um “projeto social” para o futuro⁵⁵. Fontana, ainda que sinteticamente, teorizou isto da seguinte maneira:

“Dessa evolução do passado ao presente, mediatizada pelo filtro da ‘economia política’, obtém-se uma projeção até o futuro: um projeto social que se expressa numa proposta política. O que sustento, é que as três partes deste conglomerado – história, ‘economia política’ e projeto social – encontram-se indiscutivelmente unidas: que nenhum é plenamente compreensível separada das outras⁵⁶”.

“Nação” e “história pátria”, engendradas, entre outras coisas, por ideologias nacionalistas, compartilham, portanto, de um dos principais componentes de qualquer ideologia: a de não possuir história *real*. Tanto o nacionalismo liberal quanto o conservador aqui considerados, ideologias nacionais em conflitos, tenderam “a produzir estruturas categorias que [...] eterniza[ra]m os parâmetros estruturais do mundo social”⁵⁷ e cancelaram a dimensão sócio-histórica a serviço da ordem vigente ou proposta. E isso aconteceu mesmo com discursos pretensamente históricos, pois, procurando no passado as formas hegemônicas do presente e futuro, tornaram-nos alijados do movimento histórico real, portanto paralisados⁵⁸. A “nação” em construção foi, em suma, vista como entidade abstrata, extra-social e exterior ao movimento histórico efetivo do Rio da Prata.

⁵⁵ O autor justifica-se dizendo que não se trata de uma reelaboração individual dos dados do passado à luz das preocupações do historiador, senão de algo que se realiza coletivamente e que tem uma função social. Ver FONTANA, Josep. **História**: análise do passado e projeto social. São Paulo: Edusc, 1998, p. 9.

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ Ver MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Editora Ensaio, 1996, p. 28.

⁵⁸ K. Marx e F. Engels foram os primeiros a afirmar que ideologia não possui história *real*: “Toda concepção histórica, até o momento, ou tem omitido completamente esta base real da história, ou a tem considerado como algo secundário, sem qualquer conexão com o curso da história”. Ver MARX, K. ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. 6ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1987, p. 57. Sobre um estudo de como estes autores compreendem a dinâmica histórica ver FONTES, Virgínia. “O Manifesto Comunista e o pensamento histórico”. In: FILHO, Daniel Aarão Reis. **O Manifesto Comunista 150 anos depois**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

Assim, para o caso empírico em questão, as estruturas das categorias liberais próprias de fins do século XIX foram transpostas para um passado longínquo, e, implicitamente, projetadas ao futuro da “nação” paraguaia, conforme teorizou Joseph Fontana. Concomitantemente, um suposto passado idílico onde a “aliança” no leito de amor e no campo de batalha entre o espanhol e o guarani, bem como uma suposta “era de ouro” lopizta, foram, também, transpostas e cristalizadas no presente do povo e ao futuro do país, propondo derrotar o Estado liberal imposto no pós-guerra. O uso problemático dessas categorias se caracterizaram por em cancelar a verdadeira dinâmica da histórica colonial e independente paraguaia, primeiro a serviço daqueles que propuseram e de fato implantaram uma nova ordem diferente da dos López, e depois para os que queriam derrubá-la.

No primeiro capítulo desse trabalho, a partir de uma bibliografia de historiadores contemporâneos, procuro expor os principais processos sócio-econômico e político-ideológico implantados no pós-guerra. Refiro-me a reinstitucionalização do país a partir da implementação dos ideários liberais, como a constituição de 1870; ao processo de estruturação do regime fundiário com a alienação do patrimônio público herdado dos López; ao caudilhismo e violência política com o fim do poder outrora concentrado nas mãos dos López; e ao fim, a fundação dos partidos tradicionais, “Centro Democrático” e “Asociación Nacional Republicana”.

No segundo capítulo é analisado o projeto nacional de se “regenerar” o povo paraguaio. Juntamente dos processos fundamentais trabalhados no primeiro capítulo, tem-se o projeto de instrução e “regeneração” do povo para que ele não mais seguisse ou permitisse qualquer “tirania”, e também para que pudesse, talvez, a partir do exemplo europeu, contribuir para o “progresso” do país. Tal projeto representava uma forma da oligarquia liberal procurar interditar certas tradições populares de um passado tido como “bárbaro”, “despótico” e “lopizta”, procurando modernizar o país a partir de modelos europeus, norte-americano ou mesmo argentino. Este projeto justificou tanto a criação das instituições de ensino e cultura do pós-guerra, entre elas a criação da “Revista del Instituto Paraguayo”, bem como o imenso desejo, nunca porém alcançado, de se importar gente européia em grande quantidade. Não deixando ele de influir decisivamente na intelectualidade paraguaia, a partir de ensaios publicados nesta revista e de um manual de história reformulado por Héctor Decoud, analiso a concepção de história subjacente e como a questão da guerra tornou-se um marco essencial, investido de sentido “revolucionário” para se “produzir” a nação liberal paraguaia. Analiso também como a questão pedagógica contemporânea, isto é, a ação “regeneradora” pretendida

pela elite liberal do pós-“Guerra Grande”, investiu de sentido negativo a história pedagógica dos jesuítas e governos de Francia e López: ela, tornando o povo “degenerado”, pouco afeto ao trabalho, “indolente” e “inconsciente”, inevitavelmente tornou-o vulnerável a vontade dos tiranos, que, por sua vez, conduziram-no a morte na guerra e a “vagabundagem” do presente.

No terceiro capítulo, concomitante ao sentimento de “fracasso” no projeto de reconstrução implementado no pós-guerra, surge Juan E. O’ Leary dando uma nova interpretação não só ao povo, mas particularmente ao próprio drama da guerra. Junto de Manuel Dominguez, o seu revisionismo construiu uma interpretação histórica não mais pelo rechaço dos valores do passado e do lopizmo em nome da soberania do povo frente às autoridades “despóticas” e “bárbaras”, mas pela peculiaridade do heroísmo, da raça, e das glórias paraguaias frente aos inimigos de outrora e aos vizinhos do presente. Neste sentido, a construção da nação começou a dar-se pela valorização dos elementos nativistas e das tradições históricas. A grande polêmica empreendida entre Cecilio Báez e Juan E. O’ Leary nos diários “El Cívico” e “La Patria” em 1902, além das publicações na “Revista del Instituto Paraguayo” do próprio Báez, mas também de Manuel Dominguez, servem-me de fontes. No auxílio da compreensão do processo histórico do nacionalismo paraguaio, busco averiguar, ainda, como, pouco tempo depois do embate intelectual, o nacionalismo conservador tornou-se domínio da “Asociación Nacional Republicana”, enquanto o liberal domínio do “Centro Democrático”.

No quarto e último capítulo, estão analisadas as publicações historiográficas de três momentos de grande militância intelectual sobre a questão nacional, o que possibilitou a consolidação das temáticas do revisionismo histórico prenunciadas anteriormente. Em 1911 houve, oficialmente, a comemoração do centenário de independência do Paraguai; em 1920, extra-oficialmente, a comemoração do cinquentenário do término da “Guerra Grande”; e em 1926, também extra-oficialmente, a comemoração do suposto centenário de nascimento de Francisco Solano López. Por esta última data o lopizmo, perfilando direta ou indiretamente um sentido antiliberal, ajudou a fundamentar os movimento políticos que derrubariam o regime liberal implantado em 1870.

1 O pós-“Guerra Grande”

1.1 Re institucionalização e implementação de ideários liberais

Em 1º de março de 1870 a guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança (1865-1870) foi oficialmente findada com a “morte” do Presidente da República e chefe do exército paraguaio, Marechal Francisco Solano López. Efetivamente, porém, já em 1º de janeiro de 1869 a capital Assunção foi dominada pelas tropas da Tríplice Aliança, fundamentalmente imperiais, de modo que a guerra embora prosseguindo reduzia-se a uma mera “caçada” ao Marechal López. Dom Pedro II tinha na morte do líder paraguaio uma “questão de honra”⁵⁹.

Desde essa data – concomitante ao retorno para Assunção de “farrapos” humanos famintos ainda sobreviventes⁶⁰ –, paraguaios opositores e fugitivos do governo dos López, em particular os emigrados em Buenos Aires, retornavam ao seu país para organizarem um novo governo “nacional” e assim poderem “negociar” as condições do pós-guerra com os componentes da aliança. Com esse objetivo, em 31 de março de 1869, trezentos trinta e cinco paraguaios assinaram e entregaram aos aliados uma petição onde expressavam o desejo de constituírem tal governo, e, ao mesmo tempo, de seguirem colaborando para a completa destruição das forças restantes do Marechal López⁶¹.

Não obstante, as coisas não seriam tão simples. A intromissão externa na política paraguaia seria, daí para frente, uma constante muito concreta por décadas a fio. Isso se daria na concorrência entre os dois principais aliados da Tríplice Aliança, isto é, na concorrência entre o Império do Brasil – posteriormente República do Brasil – e a República Argentina, sendo que cada um dos lados buscava cooptar facções da própria oligarquia política paraguaia.

⁵⁹ Conf. MALERBA, Jurandir. **O Brasil Imperial (1808-1889)**. Panorama da história do Brasil no século XIX. Maringá: Eduem, 1999, p. 91 e 92.

⁶⁰ “Umas duzentas pessoas”, dizia o “La Regeneración”, “a maior parte de crianças e mulheres de 10 a 12 anos se agrupavam nas portas da ‘Proveduria’ do Sr. Lanús, esfarrapados e nós pedindo a gritos uma esmola que comer”. Ver “La Regeneración”, 9 de fevereiro de 1870.

⁶¹ Vejam os trechos dessa petição. “Assunção, 31 de março de 1869. Os cidadãos paraguaios, abaixo assinados, animados do desejo de ver cessar o quanto antes o horrível martírio do povo paraguaio e de organizar um Governo que seja a expressão da legítima soberania popular, considerando que é um dever de todos cidadãos paraguaios contribuir para que seja combatido o poder que ainda resta do general López [...]; resolvem, na falta de outros meios práticos e legítimos: 1º Nomear uma comissão representativa [...]. Ver ESTEVES, Gómes Freire. **História Contemporânea del Paraguay (1869-1920)**. Asunción: Biblioteca Paraguaya. Ediciones NAPA, s/d, p. 35.

As velhas rusgas e desconfianças mútuas, nunca superadas nem mesmo pelo “fantasma” do Marechal López, retornaram renovadas e revigoradas entre os aliados⁶².

Mas, naquele momento em particular, as disputas entre o Brasil e a Argentina se deram em torno da constituição de um novo governo paraguaio. O chanceler imperial José Maria da Silva Paranhos, futuro visconde do Rio Branco, tinha ordens de o mais rápido possível constituir um governo paraguaio com o qual os aliados pudessem “negociar” a paz e os limites territoriais segundo as bases estabelecidas pelo Tratado Secreto da Tríplice Aliança, tratado celebrado em 1º de maio de 1865 entre o Império do Brasil, a República Argentina e a República Oriental do Uruguai⁶³. Paranhos defendeu esta posição frente aos outros dois aliados através de um memorando que lhes enviou em 30 de abril de 1869⁶⁴.

Dois fatores colaboravam para estes objetivos do Brasil. Um era o oneroso custo da manutenção das tropas no Paraguai, estando o Império imensamente endividado depois de anos de guerra. O outro era o medo de que a grave instabilidade do país vencido desse a impressão da inviabilidade de sua sobrevivência como Estado independente, vindo então a anexar-se à Argentina, já que não faltavam desejosos disso. Mas, ao mesmo tempo, para que as tropas fossem retiradas, os acordos estabelecidos e o perigo da impossibilidade do Paraguai como país independente passasse, um mínimo de institucionalização política fazia-se necessário. Esta, segundo Francisco Doratioto, era a própria leitura que Paranhos fazia da situação, considerando-a nada fácil⁶⁵.

Contudo, o governo argentino de Domingo Faustino Sarmiento (1868-1872), por meio de seu representante em Assunção, chanceler Mariano Varela, disse não aceitar qualquer governo e menos ainda qualquer acordo definitivo enquanto o Marechal López continuasse a “pelear” no norte do país. Contava a seu favor o artigo 6º do próprio Tratado Secreto que

⁶² A respeito destas disputas entre Brasil e Argentina antes, durante e imediatamente depois da guerra ver DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. “La rivalidad argentino-brasileña y la reorganización institucional del Paraguay (1869-1870)”. In: **Historia Paraguaya**, Asunción, v. 37º, 1997. Ver também DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. “La participación del Brasil en el golpe de 1894 en Paraguay: la misión Cavalcanti”. In: **Historia Paraguaya**, Asunción, v. 38º, 1998. Ver, por último, BREZZO, Liliana M. “La Argentina y la organización del gobierno provisorio en el Paraguay. La misión de Jose Roque Peres, 1869”. In: **Historia Paraguaya**, Asunción, v. 39º, 1999.

⁶³ De acordo com o seu artigo 1º, “Sua Majestade o Imperador do Brasil, a República Argentina e a República Oriental do Uruguai, se unem em aliança ofensiva e defensiva na guerra promovida pelo governo do Paraguai”. Ver O’ LEARY, Juan Emiliano. **Nuestra Epopeya**. Asunción: Biblioteca Tellechea/Gómez Rocha, 1985, p. 27. [1919].

⁶⁴ Ver este memorando em SALUM-FECHA, Antonio. **Historia diplomática del Paraguay de 1869 a 1990**. 4ª ed. Asunción, 1990, p. 14.

⁶⁵ Conf. DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. “La rivalidad argentino-brasileña...”, op. cit., p. 247.

rezava que a guerra não acabaria senão quando estivesse “derrubada a autoridade do atual governo do Paraguai” – leia-se autoridade de Solano López que, segundo Sarmiento, ainda arregimentava muitos paraguaios em sua fuga –, e também a criação de uma extemporânea tese que dizia que a vitória não dava “direito aos aliados”⁶⁶. No fundo, porém, o que o governo argentino fazia era aguardar um melhor momento para tentar impor as negociações de paz e limites que melhor conviesse ao seu país, como o fazia o Brasil. A resposta da chancelaria argentina a Paranhos deu-se por um outro memorando com data de 8 de maio de 1869:

“No podemos hoy exigir de aquel [gobierno] que nosotros hemos de nombrar, la celebración de tratados que comprometen los derechos e intereses permanentes del país y que sólo deben negociarse por los poderes constituidos por la ley fundamental o por una soberanía del pueblo... Casi todas la naciones de la tierra han mostrado horror a la guerra del Paraguay, por desconfianza de nuestras intenciones. No podemos, por tanto, dar pretexto de que tales recelos se confirmen”⁶⁷.

Diante desse impasse, em 2 de junho de 1869, quando os aliados davam enfim uma resposta oficial a petição de 31 de março para uma comissão de três paraguaios reunidos na capital argentina – pessoas escolhidas entre os 335 que a assinaram⁶⁸ –, ficou postulado o princípio erigido pelo artigo do Tratado Secreto acima comentado, de maneira que nenhum acordo definitivo seria firmado por enquanto, embora ficasse permitida a constituição de um governo paraguaio provisório. Tal acordo, famoso na história paraguaia, representou vitória e derrota parcial à ambas chancelarias, pois, se de um lado, os acordos definitivos não se celebrariam desatendendo o interesse do Brasil, de outro, a contragosto argentino, ficou permitida a constituição de um governo provisório para o Paraguai⁶⁹.

Esse desencontro de interesses dos dois representantes de seus respectivos países era o primeiro sinal de que a aliança ruía. A partir de então o Paraguai continuaria a ser um campo de batalhas, contudo já não apenas de exércitos, mas também das chancelarias brasileira

⁶⁶ Logo mais a chancelaria argentina abandonaria essa tese, pois ela ficou em oposição aos próprios interesses argentinos sobre o território do Chaco paraguaio. Passaria então a defender irrestritamente o cumprimento do Tratado Secreto para que esta imensa e cobiçada porção de terras passasse aos seus domínios, conforme autorizava o seu artigo 16 °. Diante dessa possibilidade o Brasil uniu-se ao Paraguai contra tal pretensão argentina, sendo que o resultado final dessa contenda foi resolvida somente em 1878 mediante a arbitragem do governo norte-americano Rutherford B. Hayes. Conf. SALUM-FECHA, Antonio. **Historia diplomática del...**, 1990, pp. 19-22.

⁶⁷ Memorando de Mariano Varela. *Apud*. SALUM-FECHA, Antonio. **Historia diplomática del...**, op. cit., p. 15.

⁶⁸ Félix de Egusquiza, Bernardo Valiente e José Díaz de Bedoya.

⁶⁹ Buenos Aires desde o primeiro momento olhou com desconfiança a petição paraguaia encaminhada aos aliados. Varela, chanceler argentino, chegava a entender que um triunvirato de paraguaios, eleito

e argentina. Para elas, exercer a hegemonia sobre o governo paraguaio a se formar significava, de imediato, uma melhor fração no bolo do butim de guerra, extremamente cobiçada.

Mas isso, porém, não passava de um fator meramente secundário. De fato, o que mais importava a cada um dos lados concorrentes a médio e longo prazos era impedir a realização dos objetivos que atribuíam ao antigo aliado e, evidentemente, isso era visto como o meio de se realizar os próprios objetivos. Paranhos chegava a dizer que o Brasil não podia “entregar” o Paraguai aos argentinos sem “cavar [...] um poder mais perigoso que o de López”. Tinha medo do velho e nunca esquecido anseio portenho de reconstrução do vice-reinado do Rio da Prata, mesmo porque, naqueles dias de falência total não só de um governo mas também de um regime, onde mais da metade de sua população fora morta, não eram raros os que viam a impossibilidade do Paraguai permanecer como um país independente. Por seu turno, o governo argentino, tendo também o mesmo temor anexionista por parte do Brasil, temor explicado por conta da presença das tropas imperiais na capital Assunção, temia ainda um governo paraguaio pró-Império, isto é, um governo que não fosse senão mero fantoche brasileiro – como de fato aconteceria entre os anos de 1874 e 1904 –, daí não permitir a celebração imediata dos acordos de paz e limites segundo as bases do Tratado Secreto.

Foi nesse clima de mútuas desconfianças e jogos de interesses desencontrados, que se deu na reunião de 2 de junho o acordo em que os aliados concederam aos paraguaios – “amigos” da aliança e assinantes da petição de 31 de março – a permissão de realizarem a constituição de um governo de caráter provisório, sob a seguinte forma:

“En el deseo de avivar el espíritu de unión entre los paraguayos y de asegurar el más decidido apoyo nacional al nuevo Gobierno, conviene que éste se componga de **tres miembros**, bajo la denominación de junta gubernativa u outro parecido. Aun en el caso de que uno de ellos lleve el título de presidente y ejerza como tal las funciones especiales, la autoridad suprema residirá en el cuerpo colectivo, distribuyéndose las diferentes atribuciones administrativas de la junta, de una manera racional entre cada uno de sus miembros” [destaque meu]⁷⁰.

E, assim, o Triunvirato Provisório seria a forma de governo que os aliados imporiam, a princípio, ao Paraguai. Ainda muito antes da permissão de 2 de junho, dois grupos políticos rivais se formaram para governar o país. Um liderado pelo ex-emigrado em Buenos Aires Juan Francisco Decoud e o outro pelo ex-ministro do Marechal López na Europa, Candido Bareiro. Este segundo tornou-se polo de aglutinação dos antigos elementos

na Assunção “ocupada” por brasileiros, seria para legalizar a anexação do Paraguai ao Império. Conf. BREZZO, Liliana M. “La Argentina y la organización del gobierno provisorio en...”, op. cit., p 289.

⁷⁰ Ver ESTEVES, Gómes Freire. **História Contemporanea del...**, op. cit., p. 40.

sobreviventes do regime lopizta, que, no dia 26 de junho, formalizaram-se no chamado “Club Unión”. Já o primeiro, liderado por Decoud, com caracteres mais liberais, tornou-se polo de aglutinação dos inovadores e reformistas liberais, figuras que se constituíram, por sua vez, no chamado “Club del Pueblo”. Os dois clubes, não obstante os seus nomes, tornaram-se mais conhecidos simplesmente como “bareirista” e “decouista” conforme a derivação do sobrenome de cada um dos seus respectivos líderes.

Mas em que pese o grande acirramento entre estes dois grupos políticos, o governo do Triunvirato Provisório a se formar a partir deles haveria ainda que acatar uma série de determinações estipuladas pelos aliados neste mesmo acordo de 2 de junho. Estas determinações são importantes, pois evidenciam a completa ausência da soberania do país e a total liberdade dos aliados em relação a qualquer governo paraguaio a ser formar.

“2º.) Este Gobierno debe constituirse en forma y con persona que den garantías de estabilidad, paz y perfecta inteligencia con los Gobiernos aliados. El buen sentido de los mencionados ciudadanos paraguayos, sus manifestadas declaraciones de reconocimiento para con los Aliados, y el propio interés nacional que ahora los reúne, aseguran que esa condición será satisfecha por la libre elección a que aspiran y para lo cual cuentan y pueden contar con las más generosas simpatías de parte de los Gobiernos aliados;

[...]

5º.) La acción de los Gobiernos aliados quedará enteramente libre o independiente del Gobierno provisorio, en lo que respecta al ejercicio de su jurisdicción militar y las operaciones contra el enemigo común. Estos podrán ocupar los puntos que juzgaren necesarios, y aprovecharán de todos los recursos del país, sobre la propiedad particular de los neutrales o amigos, cuyo uso dará derecho a indemnización;

6º.) La jurisdicción civil y criminal del Gobierno provisorio no se extenderá a los cuarteles, campamentos e individuos pertenecientes a los ejércitos aliados. En caso de algún delito entre un militar o un empleado de dichos ejércitos, y persona que le sea extraña, preferirase la jurisdicción militar, salvo que la autoridad militar competente entregare el delincuente a la justicia de la autoridad paraguaya”⁷¹.

De qualquer modo, mesmo como simulacro de governo autônomo, o Triunvirato Provisório foi empossado no dia 15 de agosto de 1869, data escolhida para coincidir com o suposto aniversário de fundação da capital Assunção⁷². Com muita discussão e disputa política entre ambos grupos, uma espécie de Colégio Eleitoral – formado primeiro por 21 e depois por

⁷¹ Idem, p. 40 e 41. De forma mais sintética ver MELLID. **Proceso a los falsificadores de la historia...**, op. cit., Tomo II, p. 412. Ver também SALUM-FECHA, Antonio. **Historia diplomática del...**, 1990, p. 16 e 17.

⁷² O nome original do que se tornou a capital paraguaia, forte militar fundado em 15 de agosto de 1537, era “Nuestra Señora Santa Maria de la Asunción”.

apenas 5 pessoas – reunido em 5 de agosto de 1869 nomeou como triúnviro os senhores Juan Francisco Decoud, Carlos Loizaga e José de Bedoya, todos opositores do regime lopizta. Contudo, antes mesmo da posse, o nome de Juan Francisco Decoud foi vetado pelo chanceler Paranhos. Um de seus filhos, Juan José Decoud, escrevia artigos anti-brasileiros na imprensa da província argentina de Corrientes, acusando e condenando as tropas brasileiras pelos saques que realizou na Assunção capitulada.

Mas o fator explicativo de maior peso para este ato de Paranhos dá-se, porém, pela notoriedade das posições argentinistas dos Decoud, verdadeiro motivo para atrair a sua antipatia. Em seu lugar Paranhos colocou Cirilo Antonio Rivarola, paraguaio que, recomendado pelo conde D’eu, o sucessor do trono imperial, tornou-se o seu principal protegido. Cirilo A. Rivarola era filho de Juan Bautista Rivarola e, como o seu pai, era um dos grandes liberais inimigo dos López. Para Paranhos a vantagem dele em relação a Juan Francisco Decoud, também um liberal antilopiztas convicto, era que ele simplesmente não possuía qualquer vínculo com a Argentina, país com o qual Paranhos rivalizava por meio das intrigas de chancelaria⁷³.

Evidentemente o Triunvirato Provisório instalado haveria que aceitar todas as condições estabelecidas pelos aliados para o reconhecimento de seu governo, sendo que junto delas, a proscrição legal do Marechal López era também um ato simbólico essencial. Significava tanto a legitimação da guerra empreendida contra o Paraguai pela Tríplice Aliança, bem como uma suposta legitimação que o povo dava ao governo provisório recém criado, já que, para muitas das repúblicas americanas, o legítimo presidente paraguaio, Solano López, seguia vivo e resistindo. Neste sentido os triúnviro firmaram no dia 17 de agosto, apenas dois dias depois de sua posse, um decreto-lei que em seu primeiro artigo reconhecia a “todos os habitantes do território” como “soberanos” e “liberados da opressão do tirano Francisco Solano López”, bem como condenava em seu 3º artigo as pessoas que seguiam servido-o em sua fuga. Vejamos:

“El ciudadano paraguayo que continua á servir la odiosa tirania de Francisco Solano López, dejando por voluntad propia de acudir la defensa de la existencia de su Patria, y de la vida de sus mujeres, ancianos y niños forzados a morir en la mas

⁷³ Após a morte de José Gaspar Rodríguez de Francia, estando o legislativo reunido em 12 de março de 1841 para dar posse ao novo governo, o então deputado Juan Bautista Rivarola confronta-se com Carlos Antonio López, presidente da Assembléia. Rivarola exigia que antes de se nomear um novo governo qualquer, se desse a promulgação e o juramento de uma constituição. O seu pedido foi ignorado, dando-se a nomeação dos governos consulares do próprio Carlos Antonio López e de Mariano Roque Alonso.

espantoza miseria en los desiertos, será considerado y punido con todo el rigor, considerado traidor de la Nación e inimigo de la humanidad”⁷⁴.

Mas, a condenação do Marechal López deu-se claramente num outro decreto promulgado nesse mesmo dia. Nele foi considerado como “desnaturado ficando fora da lei para sempre, expulso do solo paraguaio como assassino de sua pátria e inimigo do gênero humano”⁷⁵. Um anátema que na década de 1920 os lopiztas, entre os quais alguns intelectuais, com o desejo de revisar oficialmente a história paraguaia quiseram apagar, pois seguia valendo mesmo depois da inexistência de Solano López. Mas isso se deu muitos anos depois. Por décadas o tom oficial dos discursos que se referiam a López não eram nem um pouco lisonjeiros. “Monstro”, “aniquilador da pátria”, “verdugo”, “criminoso”, “bárbaro”, “traidor”, “Átila”, entre outros, foram algumas das qualificações depreciativas atribuídas a sua figura.

No entanto, entre as principais depreciações, estavam os títulos de “tirano” e “déspota”, estes sim aglutinadores importantíssimos sob os quais girou todo o nacionalismo liberal de raiz iluminista no Paraguai. A partir deste entendimento, toda a história da pretensa “nação” foi apresentada como incompleta ou desviada, pois não seria senão a história da falta de “soberania” do povo por conta do despotismo que sofreu não só com os López pai e filho, mas também com a maioria dos governadores espanhóis e jesuítas.

Nesse ínterim, a oligarquia política paraguaia começava a sua formação. Antigos inimigos de ambos os López, como os liberais ex-emigrados de Buenos Aires, bem como os conservadores outrora beneficiados e membros do governo lopizta (militares, diplomatas, estudantes enviados para Europa e burocratas), alimentavam-na em sua vida incipiente. Estes últimos – depreciados como “lopiztas” pela chancelaria argentina – foram tolerados por Paranhos apenas porque eram os que ofereciam maiores garantia para o futuro interesse brasileiro no Paraguai. Devido as enormes desconfiças que Paranhos nutria contra os ex-emigrados de Buenos Aires, passou a ver nos subordinados de López, prestes a se tornarem órfãos, uma possível alternativa à manutenção desses interesses. Assim, mesmo que o Imperador não suportasse sequer a idéia de uma negociação com o Marechal López, estava disposto a compor com aqueles que outrora foram os seus colaboradores. Daí a sobrevivência política de muitos deles⁷⁶.

⁷⁴ “La Regeneración”, 14 de outubro de 1869.

⁷⁵ Idem.

⁷⁶ Conf. DORATIOTO, Francisco Fernando Mondeoliva. **Maldita...**, op. cit., p. 429.

Isso não significou, porém, que os ajustes do novo regime se dariam nesses termos, isto é, não significou que se dariam entre inovadores “antilopiztas” de um lado e restauradores “lopiztas” de outro. E isso devido a uma questão estrutural: a guerra. Ela pôs marcas indeléveis na história do país, sendo impossível aos civis e militares dos tempos dos López, por mais prestigiosos que pudessem ser, qualquer tentativa de verdadeira restauração do regime lopizta. As suas bases foram literalmente destruídas e sobre elas pesavam a absoluta desmoralização e proscrição. Mesmo os antigos membros dos governos e burocracias lopiztas condenavam as figuras dos López, pois era preciso sobreviver na nova realidade. Além do mais, as próprias forças externas, isto é, os exércitos de “ocupação”, absolutos naquele momento, impediriam tentativas aventurescas de retorno do regime lopizta, tentativas que de fato nunca ocorreram⁷⁷.

Portanto, os pólos da oligarquia política em formação contavam tanto com personalidades outrora inimigas como também com aquelas participativas do governo dos López. Os dois clubes políticos formados ainda em 1869, logo após o anúncio do “fim” da guerra e do Marechal López em 1º de março de 1870, trocaram de designação⁷⁸. O “Club Unión” e o “Club del Pueblo” passam a chamar-se “Club del Pueblo” e “Gran Club del Pueblo” respectivamente. Tal mudança representou um reajuste e tomada de fôlego para as próximas lutas “democráticas”, a convenção “nacional” constituinte e a formação de um governo permanente, governo com quem se daria a negociações definitivas de paz e limites. O “impecílio” representado pelo Marechal López já não mais existia.

O primeiro, o agora “Club del Pueblo”, que contava com a marcante personalidade de Candido Bareiro, ex-ministro do Marechal López, passou também a contar com a do Coronel Iturburu, ex-emigrado de Buenos Aires que por toda a guerra liderou as tropas paraguaias intituladas “Legión Paraguaya”, tropas que lutaram junto da aliança contra o seu próprio país⁷⁹. Iturburu agregou-se as fileiras mais conservadoras, isto é, as “menos” liberais, porque era grande inimigo de Juan Francisco Decoud, figura que o secundou na hierarquia da “Legión Paraguaya” até abandoná-la em 1866 quando o Tratado Secreto da aliança tornou-se de conhecimento público.

⁷⁷ Salvo em termos mitológicos com a instauração do Estado “Nacional Revolucionário” em 1936.

⁷⁸ Esse anúncio ocorreu 5 dias depois. Junto dele anunciou-se, também, várias comemorações festivas para o mesmo dia. “Hoje às 11 da manhã se cantará um solene ‘TeDeum’ em ação de graça ao Todo-Poderoso no templo da Catedral pela morte do Tirano e término da guerra”. Um outro conclamava todos a um baile na rua “Rivera”, número 35. Ver “La Regeneración”, 6 de março de 1870.

⁷⁹ A respeito da Legião Paraguai ver AGUINAGA, Juan B. Gill. **La Asociación Paraguaya en la guerra...**, op. cit.

Logo, em 1871, depois de estar “preso” no Rio de Janeiro recebendo um soldo relativo ao posto de Coronel, incorporou-se também ao “Club del Pueblo” a figura de Bernardino Caballero, General que permaneceu e lutou ao lado do Marechal López até o último momento da guerra⁸⁰. Não obstante, perseguido e preso, ainda no ano de 1871 viu-se obrigado a abandoná-lo para exilar-se na Argentina, retornando a Assunção no ano seguinte com tentativas golpistas. O “Club del Pueblo” teve como porta-voz um periódico denominado “La Voz del Pueblo”, cujo primeiro número saiu em 24 de março de 1870.

O segundo grupo político, o agora “Gran Club del Pueblo”, além de contar com o Coronel Juan Francisco Decoud – antigo conspirador contra López –, aglutinava também as figuras de José Segundo Decoud e Juan José Decoud, seus filhos, um dos Coroneis da “Legión Paraguaya”, Benigno Ferreira, o senhor Carlos Loizaga e outros ex-emigrados, todos ferrenhos inimigos do Marechal López⁸¹. Também criaram um periódico como porta-voz, o “La Regeneración”, com o seu primeiro número publicado ainda em 1º de outubro de 1869. Na verdade, este foi o primeiro jornal publicado sob a égide do novo regime paraguaio, tornando-se também porta-voz oficial do Triunvirato Provisório.

É interessante destacar que a presença de Candido Bareiro no “Club del Pueblo” permitiu ao seu oponente, o “Gran Club del Pueblo”, caracterizá-lo como o “representante da tirania” lopizta e a si mesmo como representante do liberalismo paraguaio⁸².

Depois da morte do Marechal López, a grande tarefa do Triunvirato Provisório era a de encaminhar a elaboração da nova constituição da república, constituição que indiscutivelmente haveria que possuir o máximo de caracteres liberais possíveis conforme o desejo dos aliados. Além do mais, para a formação de um governo permanente com quem se daria as “negociações” definitivas, exigia-se uma constituição “nacional” para que ela desse a “legalidade necessária para sustentar os acordos de paz e fronteira [ainda] pendentes”⁸³ com os aliados. Não obstante, caso houvesse muita “demora” na promulgação de uma constituição e na formação de um governo permanente com quem “negociar”, os próprios aliados se entenderiam “entre si” para a conclusão dos “ajustes definitivos”, conforme autorizavam as salvaguardas do

⁸⁰ Bernardino Caballero e José Maria da Silva Paranhos tornaram-se amigos e juntos freqüentaram a noite carioca. Conf. DORATIOTO, Francisco Fernando Mondeoliva. **Maldita...**, op. cit., p. 419.

⁸¹ Para maiores informações sobre estes dois clubes políticos ver CENTURIÓN, Carlos R. **Historia de la Cultura Paraguaya**. Asunción: Biblioteca Ortiz Guerrero, 1961, pp. 315- 319. Tomo I.

⁸² Conf. MELLID. **Proceso a los falsificadores de la historia...**, 1964, p. 488. Tomo II.

⁸³ Ver COLMÁN DUARTE, Evaristo E. **Nacionalismo e movimiento operário na...**, 2002, p. 38.

7º artigo de um acordo provisório de paz celebrado entre os aliados e o Triunvirato Provisório em 20 de junho de 1870⁸⁴.

Para que isso não acontecesse, apressaram-se os trabalhos. No dia 3 de julho de 1870 foram eleitos os convencionais, sendo a sua maioria pertencente ao “Gran Club del Pueblo”, facção mais liberal da oligarquia política nascente⁸⁵. Findava nessa mesma data o governo do Triunvirato Provisório, ficando um novo governo provisório a cargo de Facundo Marchaín. Entretanto, durante os trabalhos da convenção constitucional, iniciados em 15 de agosto, ocorreram os primeiros golpes de Estado que tanto caracterizariam a história da república paraguaia do pós-guerra. Como resultado final deles, saiu reforçado o grupo liderado por Candido Bareiros do “Club del Pueblo” e mais afastado o grupo liberal do “Gran Club del Pueblo”, liderado por Juan Francisco Decoud. Marchaín, proveniente do grupo liberal, também não se sustentou no executivo provisório; enquanto o “La Regeneración”, diário da família Decoud, invadido, foi obrigado a encerrar suas atividades⁸⁶.

De qualquer modo estas disputas intestinas da oligarquia política paraguaia em fase de formação, pouco ou nada influenciaram nas diretrizes da constituição a ser promulgada. Cada representante dos dois principais aliados da Tríplice Aliança já haviam apresentado a constituição de seus respectivos países como modelo para o Paraguai. Paranhos, por meio de Cirilo Antonio Rivarola, apresentou a constituição brasileira de 1824, enquanto a Argentina, por meio de Juan José Decoud – filho de Juan Francisco Decoud –, apresentou a sua constituição de 1853, que havia servido de modelo a um esboço constitucional propagandeado nas páginas do “La Regeneración” desde outubro de 1869⁸⁷.

Após 81 sessões, em 18 de novembro de 1870 a constituição “nacional” paraguaia foi sancionada. O juramento dela deu-se no dia 25 do mesmo mês, ficando, assim, estabelecido o principal instrumento regulador sob o qual o novo Estado, agora muito mais liberal, deveria instituir-se. No mesmo dia de sua sanção, findava também os governos provisórios, iniciando o governo permanente de Cirilo Antonio Rivarola, um dos antigos triúnviros, sustentado principalmente pelo Brasil.

⁸⁴ Ver SALUM-FECHA, Antonio. **Historia diplomática del...**, op. cit., p. 26; ESTEVES, Gómez Freire. **História Contemporânea del...**, op. cit., p 63.

⁸⁵ Ver WARREN, Harris Gaylord. **Paraguay and the Triple Alliance**. The Postwar Decade, 1869-1878. Texas: Institute of American Studies, 1978, p. 78.

⁸⁶ Idem, p. 79. Para acompanhar com detalhes estas movimentações políticas ver SCALA, Adelina Pusineri. “Las luchas político-democráticas através de la prensa y la Convención Nacional Constituyente de 1870”. **Diálogos**, Maringá, v. 9, nº 2, 2005, pp. 67-78.

⁸⁷ “La Regeneración”, 10 de outubro de 1869.

Dos modelos de constituição dados aos convencionais o que de fato serviu de inspiração foi o argentino, pois o esboço defendido pelos Decoud nas páginas do “La Regeneración” tornou-se o cerne da constituição paraguaia de 1870, de maneira que ela ficou fortemente influenciada pela constituição liberal argentina de 1853. Vários de seus artigos eram simples plágios da carta magna desse país vizinho. O vigésimo sexto, por exemplo, relativo à proibição de privilégios de sangue e relativo a declaração da igualdade de todos os cidadãos perante a lei, não era outra coisa senão uma cópia literal do artigo dezesseis da constituição argentina⁸⁸.

Em suas “declarações gerais”, o artigo 3º mantinha a religião católica como a oficial do Estado, mas autorizava a liberdade de culto. O artigo 4º permitia a venda e locação de terras públicas e outros bens do Estado, determinação muito importante nas décadas posteriores para a alienação maciça destas terras. O artigo 7º falava da livre navegação dos rios para todas as bandeiras. Na declaração dos “direitos e garantias”, o artigo 19º imputava a propriedade como inviolável, não podendo nenhum habitante da república ser privado dela, como foi costumeiro no regime dos López. O artigo 20º dizia que nenhum habitante da república podia ser penalizado sem prévio fundamento legal, anterior processo e julgamento. O artigo 25º eliminava definitivamente a escravidão⁸⁹. Das “atribuições do congresso”, o 72º artigo falava que somente ele podia impor contribuições diretas por tempo determinado. Era uma tentativa de acabar com as “requisições” e “auxílio” de trabalhadores forçados, principalmente os que sofreram as forças armadas no tempo dos López⁹⁰.

Estes artigos são suficientes para exemplificar o desejo de se tentar fundar um Estado liberal de direito, oposto às arbitrárias relações entre o regime do Estado lopizta e a sua população. Eles expressam como a questão da soberania da nação, isto é, soberania do corpo de cidadãos perante o governo e o Estado, selo distintivo das revoluções norte-americana (1776) e francesa (1789), tornaram-se simbolicamente essencial. A partir de então, pelo menos a nível teórico, esta noção passava também a fazer parte dos marcos reguladores do novo regime, de maneira que teria grande importância na construção da ideologia nacionalista liberal a partir de

⁸⁸ Conf. OTERO, Luis Mariña. **Las Constituciones del Paraguay**. Madrid: Ediciones cultura hispánica del Centro Iberoamericano de Cooperación, 1978, p. 71.

⁸⁹ Ironicamente o fim da escravidão no Paraguai repercutiu muito mal no Brasil, pois ele seguia um país escravista. Citando o historiador brasileiro R. Magalhães Junior, Efraim Cardozo afirma que “choveram crítica de todos os lados. Os escravistas, descontentes, viam naquele ato um precedente perigoso, um passo dado imprudentemente pelo príncipe consorte [Conde D’eu], uma ajuda aos radicais e um atentado ferindo o direito da propriedade privada...”. Ver CARDOZO, Efraim. **Hace 100 años: crónicas de la guerra del 1864-1870**. Asunción: EMASA, 1982, p. 10. Tomo XIII.

⁹⁰ Ver OTERO, Luis Mariña. **Las Constituciones del Paraguay...**, op. cit., pp. 145-175.

um entendimento peculiar. Supostamente, a soberania e a cidadania paraguaia foi alcançada somente após a guerra (1865-1870) que conseguiu pôr fim ao “despotismo” e implantou a “liberdade”, constituindo-se assim num esteio seguro – arraigado na velha tradição iluminista – que permitia a condenação de todo o passado da “nação”, em particular o dos López, podendo pô-los como um dos promotores da degeneração do povo. Inevitavelmente, esta construção política influenciou pesadamente no pensamento intelectual e político liberal “nacional”.

Completando o quadro formal da criação desse Estado de direito e soberania popular, não poderia faltar o sufrágio universal. Ele ficou assegurado aos paraguaios masculinos maiores de 18 anos. Além do mais, diferentemente do que rezava a constituição de 1844⁹¹, podiam, agora, ao menos formalmente, serem eleitos e eleitores qualquer cidadão independentemente das antigas restrições de posse e índole moral. Mas, seguindo ainda no reiterado propósito de se criar um Estado liberal, durante as décadas de 1870, 1880 e 1890 o Congresso paraguaio começou a adotar, a “livro fechado”, os códigos argentinos de diversas matérias. Conforme afirmou Efraim Cardozo, estando...

“promulgada la Constitución de 1870, al año siguiente el Congreso sancionó la vigencia de los códigos argentinos en materia civil, penal y procesal, pero el Poder Ejecutivo vetó la ley. No obstante, posteriores leyes fueron dando vigor a dichos códigos. Así en 1876 se adoptó a libro cerrado el Código Civil elaborado por Vélez Sarsfield, en 1876 el Código Rural, en 1880 el Código Penal, en 1883 el Código de Procedimientos Civiles, el Código de Procedimientos Penales en 1890 y en 1891 el Código de Comercio. En algunos casos se agregaron modificaciones al texto original de los Código y en otros fueron también adoptadas modificaciones introducidas por el Parlamento Argentino [...]. No fue sino en 1910 que el Paraguay contó con el primer Código propio.”⁹².

Mas, o mais importante aos nossos propósito é destacar o sentido político para a época dessas instituições e ideários liberais: o de serem totalmente antilopizta. A própria constituição estabelecia salvaguardas contra governos fortes, centralizados e regimes não liberais, numa explícita referência ao governo dos López⁹³. Intentava, igualmente, estabelecer um novo regime no país, regime antilopizta, cujo ordenamento jurídico deveria ser eminentemente capitalista e moderno conforme os inquestionáveis auspícios dos vencedores,

⁹¹ Em 13 de março de 1844, estando reunido o Congresso Geral, aprovou-se a proposta de dom Carlos Antonio López de se adotar uma constituição com o nome de “Lei que estabelece a administração política da República do Paraguai”.

⁹² CARDOZO, Efraim. **Apuntes de historia cultural del Paraguay...**, op. cit., p. 293.

⁹³ Esta hipótese fica evidenciada no artigo 13 da própria constituição que afirmava que qualquer “ditadura é nula e inadmissível na República Paraguaia”, referência clara aos López, ficando condenado como “infames traidores da pátria” os que porventura confabulassem novamente em favor dela. OTERO, Luis Mariña. **Las Constituciones del Paraguay...**, op. cit., p. 147-148.

mesmo que nem de longe correspondesse a efetiva materialidade de suas relações e estruturas sociais.

Não obstante, embora todo esse novo arcabouço legal e institucional fosse uma inegável imposição estrangeira, cópias de ideários argentinos, sua essência liberal não estava em oposição com a frágil elite oligárquica do país que se refazia institucionalmente. Na guerra, com o descarte de qualquer hipótese de vitória, ela não pensou noutra coisa senão em salvar a sua própria pele, aderindo, pelo menos ideologicamente, ao antilopizmo dos inimigos dos López, isto é, aderindo aos emigrados de Buenos Aires, que, a partir de janeiro 1869, de fato dariam o norte ideológico ao “novo” Paraguai. Houve assim, para a maioria dela, nas palavras de Milda Rivarola,

“una verdadera transmigración de nuestra pasada experiencia política, poniéndonos a la altura y dignidad de un Pueblo Soberano, libre e independientes por la cual el país entraba en su nueva era política apareciendo por primera vez en el catálogo de los demás pueblos libres⁹⁴.”

Entretanto, seria hoje um equivoco considerar os governos dos López como essencialmente contrários às modernas instituições e idéias liberais. Se no plano estritamente político sempre recearam qualquer ampliação de certas liberdades, foi um regime comprometido, igualmente ao do pós-guerra, com a formação de desapossados de terras e meios de vida, ainda que acumulando-os majoritariamente não nas mãos de uma classe privilegiada – classe minguada devido ao aniquilamento que sofrera no governo do doutor Francia – mas nas do Estado. Portanto, era um regime que a longo prazo tendia a produzir, inevitavelmente, uma classe de proletarizados rurais a partir do elemento étnico indígena. Dentre várias, a mais radical medida nesse sentido deu-se quando, em 1848, o governo de Carlos Antonio López declarou como de propriedade do Estado todos os bens e direitos dos 21 povos indígenas localizados no território da república.

Com essa medida ficaram legalmente despossuídos de seu gado e terra os nativos e mestiços não assimilados que constituíam a grande maioria da população de vários povoados. Todas as suas terras, comunais ou privadas, passaram a formar parte do patrimônio estatal e, em troca, esses 21 povos ganharam o retumbante direito de serem “cidadãos” paraguaios⁹⁵.

⁹⁴ Ver RIVAROLA, Milda. **Obreros, utopías & revoluciones**. Formación de las clases trabajadoras en el Paraguay liberal (1870-1931). Asunción: Centro de Documentacion y Estudios, 1993b, p. 23.

⁹⁵ Conf. PASTORE, Carlos. **Lucha por la tierra en el Paraguay**. Montevideo: Editorial Antequera, 1972, p. 128 e 129. Devemos lembrar que a “cidadania” é um dos pilares do pensamento liberal. Mesmo que esvaziada do conteúdo revolucionário, os López também defendiam-na.

Além do mais, embora os monopólios do Estado seguissem vigentes quando o regime ruiu com a “Guerra Grande”, segundo constatação de Evaristo Duarte, “não é menos verdadeiro que foi” sob égide do próprio Estado lopizta “que começou a venda ou passagem de grandes extensões de terras a particulares, o que, com o tempo, poderia vir a constituir uma classe de latifundiários⁹⁶” liberais, como noutras partes do Rio da Prata.

Não obstante, esse mesmo autor reconhece a peculiaridade do Estado lopizta. Embora preocupado com a formação gradativa de relações de produção e também classes sociais modernas, isto é, proletários e burgueses rurais – bem mais rapidamente com a primeira, pode-se considerar –, o regime dos López teve especial atenção com a formação de uma indústria estatal realmente autônoma. Ainda que com grandes dificuldades, ele conseguiu construir com capitais próprios uma incipiente base industrial a partir da instalação de uma fundição de ferro em Ybycuí, uma das primeiras da América Latina.

Diversos especialistas europeus, particularmente ingleses, entre eles engenheiros, técnicos, mecânicos, mineralogistas, e outros, foram contratados com altos salários para atender esta finalidade. Eles deveriam não só construir e dirigir a fundição em seus primeiros anos, mas também ensinar a técnica aos próprios paraguaios. Muitos vieram depois da viagem de Francisco Solano López pela Europa entre os anos de 1854 e 1855, mas já em março de 1854 a fundição dava suas primeiras provas de êxito: nos primeiro e segundo experimentos produziram-se 75 libras de ferro; no terceiro experimento produziu-se 750 libras⁹⁷.

Não se pode também esquecer da construção dos 72 Km de estrada de ferro ligando Assunção à Paraguari; da construção do telégrafo e do astilheiro de Assunção, todos com capitais próprios. Com estas características autonomizantes e peculiares quando comparadas a outros processos latino-americanos do período, com o qual o Paraguai do pós-guerra se ajustou, parte da “geração de 900” – a partir da evolução das idéias positivistas e liberais rumo as construções de cunho românticas, isto é, a partir do revisionismo da história liberal – tiveram como selecionar os elementos para “constatarem” a grandeza e riqueza do Estado lopizta, apresentando-o como uma potente “nação” onde todos viviam “felizes” na “igualdade” e prosperavam.

⁹⁶ Conf. COLMÁN DUARTE, Evaristo E. **Nacionalismo e movimento operário na...**, op. cit., p. 43.

⁹⁷ Para uma boa noção da construção e atividades da fundição de Ybycuí ver WHIGHAM, Tomas Lyle. “La fundición de hierro de Ybycuí: el desarrollo industrial del Paraguay a mediados del siglo diecinueve”. In: **Revista Paraguaya de Sociología**. Pasado y Presente de la Realidad Social Paraguaya, Asunción, v. 1, 1995, pp. 97-116.

Todavia, para evitar equívocos como os quais tanto uma literatura de esquerda como uma de direita cometeram frente a interpretação do regime lopizta, atribuindo-lhe, equivocadamente, semelhanças ou proximidades com o comunismo, levamos em consideração o pressuposto de István Mészáros que diz que o capital segue existindo tanto na forma de propriedade privada como na de propriedade estatal dos meios de produção⁹⁸, forma esta construída, ou ao menos aproximada pelo Paraguai lopizta. Antes que comunista ou se encaminhando para ele, o Estado lopizta foi caracterizado por Carlos Pastore como um “Estado mercantilista” que, detendo em suas mãos as principais “fontes de riqueza” do país, exportavam-nas as outras regiões do Rio da Prata, podendo assim angariar recursos e promover a incipiente modernização técnica da qual falamos⁹⁹.

1.2 Difícil reconstrução: alienação das terras públicas e caudilhismo político

Toda a boa intenção desses ideários e instituições liberais, em particular o de devolver ao povo a sua “soberania” roubada, não conseguiram fazer real as expectativas de “felicidade humana”. Na verdade ficaram muito aquém dessa promessa. Diante da falta total de recurso para a reconstrução do país e do novo fundamento ideológico do regime, totalmente “laissez-ferista” e de empresa privada, os governantes recorreram a empréstimos estrangeiros, britânicos em essência, rapidamente dilapidados por práticas corruptas¹⁰⁰. Isso, não obstante, não foi suficiente. Muito cedo a alienação dos bens do Estado foi vista como a única “salvação” do país. Juan Baustista Gill, que assumiu a presidência da República em 1874, quando então ainda na condição de Ministro da Fazenda do governo do Triunvirato Provisório, afirmou a este respeito que “a âncora de salvação para o governo, para o país e para o mundo com ele relacionado, estava na desamortização de todos os bens do fisco”¹⁰¹.

Em 1870, findada oficialmente a guerra, o Estado paraguaio era proprietário de 72 quilômetros de estrada de ferro; de 148 edifícios na capital Assunção e outros 352 no interior do país. O mais importante, porém, é que ele era proprietário de quase a totalidade das terras do país: 100% das terras do Chaco e 97.88% das terras de sua parte oriental, regiões dividida pelo

⁹⁸ Conf. MÉSZÁROS, István. “Ir além do capital”. In: **Globalização e Socialismo**. São Paulo: Núcleo Emancipação do Trabalho/Xamã Editora, 1997.

⁹⁹ Ver PASTORE, Carlos. **Lucha por la tierra en...**, op. cit., p. 113.

¹⁰⁰ Conf. CARDOZO, Efraim. **Paraguay Independiente**. Asunción: Editorial El Lector, op. cit., p. 333 e 334.

¹⁰¹ Ver PASTORE, Carlos. **Lucha por la tierra en...**, op. cit., p. 178.

rio que lhe dá o nome. Em léguas quadradas significa que o Estado era dono de 16.239 das 16.590 léguas de todo o território “nacional”. Mas durante toda a década de 1870 esse expediente proposto por Juan B. Gill não foi sistematizado, embora já se tenham ocorrido importantes vendas de parcelas de terras para os membros e amigos do próprio governo, inclusive da estrada de ferro Assunção-Paraguari para o capital britânico, cujo objetivo era o pagamento de empréstimos internacionais dilapidados, ocorridos em 1871/1872, e o alicerce de emissão de mais moedas.

Contudo, diante do constante déficit do Estado o governo do General Bernardino Caballero (1880-1886), a partir das leis de vendas de terras de 1883 e 1885¹⁰², começou a recorrer a alienação sistemática de praticamente quase todo o patrimônio público a estrangeiros, isto é, a venda das principais fontes de riqueza do país: bosques, pastagens, terras agricultáveis, ervais e prédios de Assunção e do interior, etc. O plano oficial do governo era fazer frente a penúria do Estado e, ao mesmo tempo, promover e alavancar a colonização do país, principalmente com o aporte do imigrante europeu. Este, teoricamente, com o seu labor produtivo, logo ajudaria a aumentar os ingressos fiscais do Estado, amenizando a sua extrema dificuldade material. Entretanto os resultados práticos da venda do patrimônio público foram, segundo Carlos Pastore, o de promover rapidamente...

“la formación de los grandes latifundios, al mismo tiempo que dificultaba la existencia de los pequeños y medianos productores de ganado, al prohibir la venta de fracciones de campos de pastoreo menores de una legua cuadrada”¹⁰³.

Junto dos capitalistas estrangeiros, ânglo-argentinos principalmente, para os quais os preços das terras eram quase que irrisórios, a fração oligárquica do governo aproveitou subalternamente para adquirir propriedades até então do Estado, enquanto a maioria da população camponesa era expulsa dos campos de seus ancestrais ou, nas palavras do geógrafo e jornalista francês Eliseu Reclus, citadas por Pastore, se se quisesse continuar a “cavar um buraco em sua pátria”, via-se obrigada a pagar “rendas aos banqueiros de Nova Iorque, Londres ou Amsterdã”¹⁰⁴. Inicava-se, assim, uma nova etapa na renda predial rural no Paraguai. Se antes ela destinava-se ao acúmulo do Estado lopizta, agora destinava-se ao acúmulo de proprietários particulares, estrangeiros em sua maioria.

¹⁰² Estas leis permitiram a estruturação do regime fundiário de latifúndio no Paraguai, portanto são de capital importância. Idem, 1972.

¹⁰³ Idem. p. 216.

¹⁰⁴ Idem. p. 256. Muitos dos detentores de bônus paraguaios emitidos na década de 1870, desvalorizados no mercado, também tornaram-se grandes proprietários. Eles foram os que mais pressionaram os governos para dar início a venda desse imenso e cobiçado patrimônio público.

A privatização das terras gerou alguns imensos consórcios pecuário-extrativista, outros que simplesmente esperavam a valorização da terra, ou seja, simplesmente especulativos¹⁰⁵. Eles caracterizariam, daí para frente, a modalidade do capitalismo no Paraguai e influenciariam quase que decisivamente os rumos da política deste país.

As principais empresas e consórcios criados foram “La Industrial Paraguaya” (erva-mate e “obrajes”, fundada em 1886) que chegou a adquirir 2.647.727 hectares; a “Cía. Domingo Barthe” (erva-mate, gado e “obrajes”, fundada na década de 1880) que adquiriu 1.875.000 hectares; a “Mate Laranjeira” (erva-mate e “obrajes”, fundada na década de 1880) que adquiriu 800.000 hectares; “Carlos Casado el Alisal” (tanino, fundada em 1890) com 5.625.000 hectares; “Liebig’s Extract of Meat and Co.” (gado e empacotamento de carne, fundada em 1898) que adquiriu 562.326 hectares; “Société La Foncière” (gado, fundada em 1893) que adquiriu 502.500 hectares; “Sociedade Rural Belgo-Sudamericana” (gado, fundada em 1896) com 300.000 hectares; e a “The Paraguay Land & Cattle Company” (gado e “obraje”, fundada na década de 1880) com 1.687.500 hectares. No período de treze anos, entre 1883 e 1896, quatorze milhões de hectares dos quarenta milhões e meio do território “nacional” passaram nestes anos à categoria de propriedade privada de uns oitos consórcios europeus, argentinos e brasileiros¹⁰⁶.

É possível afirmar, assim, que a república paraguaia, a partir de 1870, mas particularmente a partir das vendas do imenso patrimônio público, saía do isolamento e começava a trilhar os mesmos caminhos das demais repúblicas latino-americanas do período. Como elas inseria-se de forma subalterna no capitalismo global, “ganhando” com a “Guerra Grande” um ordenamento jurídico eminentemente capitalista e moderno e, no âmbito da divisão internacional do trabalho, adequando-se perfeitamente aos modelos e padrões dos demais Estados-nacionais dessa região do planeta. Segundo o entendimento de Smith e Skidmore, todos eles tomaram “um caminho comercial de desenvolvimento econômico” fundamentado na “exportação-importação” e “dependente das decisões e da prosperidade de outras parte do mundo”¹⁰⁷.

¹⁰⁵ A especulação imobiliária chegou a um grau tão elevado que, na virada do século XIX para o XX, uma série de bancos que tinham terras como forma de garantia vieram a bancarota quando se deu a desvalorização das mesmas.

¹⁰⁶ Ver RIVAROLA, Milda. **Obreros, utopías & revoluciones...**, op. cit., p. 65. Ver também COLMÁN DUARTE, Evaristo E. **Nacionalismo e movimiento operário na...**, op. cit., p. 55 e 56.

¹⁰⁷ Ver SKIDMORE, Thomas E.; SMITH, Peter H. **Historia contemporánea de América Latina**. América Latina del siglo XX. Barcelona: Editorial Critica, 1999, p. 55.

O Paraguai não foge deste padrão geral¹⁰⁸. Entretanto, do ponto de vista da autonomia nacional, a dependência das “decisões e prosperidade” de outros lugares torna-se nele ainda mais aguda se comparada aos países vizinhos. O liberalismo no plano político-ideológico e a atividade pecuário-extrativista no sócio-econômico não foi, neste país, produto da imposição de um setor dominante da sociedade, isto é, produto da imposição de uma burguesia oligárquica nacional como nos demais, mas simples imposição da Tríplice Aliança. Por conseguinte, a elite dominante do país reduzia-se a uma mera oligarquia política, oligarquia que, subordinada as empresas estrangeiras, mantinha uma posição social privilegiada diante do restante da população. Tamanha era a dramaticidade dessa situação que em 1916, Eligio Ayala, um dos intelectuais da “geração de 900”, fazia, com muita perspicácia, a seguinte afirmação: “o Paraguai não tem indústria nenhuma que não a do politiquismo”¹⁰⁹.

Mas, o início da alienação sistemática do patrimônio público lopizta só se tornou possível quando uma relativa tranqüilidade substituiu a grande violência do processo político dos primeiros anos. É nesse mesmo momento, igualmente, que se dá também a formação dos dois partidos políticos tradicionais do Paraguai, prenunciados nos Clubes do passado. Em 1887 as facções rivais da mesma oligarquia, institucionalizando sua forma de luta, criaram duas agremiações. De um lado fundaram em 2 de julho o chamado “Centro Democrático”, partido que, em 1894, passou a chamar-se “Partido Liberal”. Constituía-se no partido oposicionista que congregava a fração caudilhesca alijada dos benefícios da política de privatização e que, pelo menos enquanto na oposição, até 1904, tinha também a pretensão de representar a classe camponesa prejudicada pelos processos de alienação das terras, além do incipiente “operariado” assunceno que começou a organizar-se no final do XIX nas sociedades de socorro mútuo e resistência¹¹⁰.

De outro lado, como resposta ao “Centro Democrático”, a fração oligárquica da situação fundou em 25 de agosto a “Asociación Nacional Republicana”, popularmente chamada de “Partido Colorado”, partido conservador constituído pelos caudilhos governistas que juntamente com os capitalistas estrangeiros aproveitaram-se para adquirir as terras outrora do

¹⁰⁸ Ver FERNANDES, Florestan. “Padrões de Dominação Externa na América Latina”. In: BARSOTTI, Paulo; PERICÁS, Luiz Bernarndo. **América Latina: história, idéias e revoluções**. 2ª ed. São Paulo: Núcleo Emancipação do Trabalho/Xamã Editora, 1999, p. 101.

¹⁰⁹ Ver AYALA, Eligio. **Migraciones...**, op. cit., p. 15.

¹¹⁰ O espírito “associativo” era incentivado entre as categorias trabalhadoras de Assunção. Militantes de ambos partidos não deixaram de o fazer, porém destaca-se nisso certas figuras liberais como Cecilio Báez e Ignacio Ibarra. Este último, bastante próximo de setores dos trabalhadores, desde o “La Democracia” manifestava explícito apoio a mobilização destes a partir de associações mutualistas e

Estado lopizta¹¹¹. Bernardino Caballero, Patricio Escobar e Pedro Duarte, por exemplo, todos homens do círculo de poder antes e depois da guerra, tornaram-se, segundo Guido Alcalá, grandes latifundiários¹¹².

Os caudilhos desta segunda agremiação vinham dominando o poder político desde 1874, ano em que por meio de um golpe enfim exitoso, depois de outras duas frustradas tentativas, Bernardino Caballero e Candido Bareiro conseguiram derrotar as tropas legalistas do Coronel Benigno Ferreira – antigo membro da “Legión Paraguaya” – e assim destituir da presidência da república o senhor Salvador Jovellanos. Em seu lugar assumiu o mando do país Juan Bautista Gill, caudilho que, pelo menos naquele momento além da simpatia de Caballero e Bareiro, contava ainda com a simpatia externa do Brasil.

Esta agremiação monopolizaria o poder político do Paraguai até agosto 1904 com o explícito apoio da diplomacia brasileira, mesmo sendo o país dependente umbilicalmente da economia ligada a Argentina. Em 25 de novembro de 1880, Caballero, com um “golpe interno” fez-se designar presidente provisório por conta da morte inesperada do seu “correligionário”, o então presidente da república Candido Bareiro. O seu governo deveria se estender somente até 1882 para completar o mandato de Bareiro, mas permaneceu governando até 1886, e, em verdade, nos bastidores influenciou decisivamente na vida política do Paraguai até os primeiros anos do século XX, quando a revolução de 1904 deslocou o eixo de poder em favor do “Partido Liberal”, partido francamente argentinista.

Essas duas forças políticas que se formalizaram em partidos políticos, vinham atuando, desde a guerra, com muita violência política em torno de “grandes” personalidades caudilhescas civis ou militares. Para as suas finalidades políticas, elas se serviam do prestígio e da influência particular dentro dos quartéis; da influência nos círculos de amigos formados ao redor da fração oligárquica a que pertencia, e, conforme Efraim Cardozo, também do “arrasto popular” que faziam no campo ou mesmo na capital Assunção¹¹³. Portanto, embora todos os caudilhos coincidissem com as finalidades fundamentais de um regime antilopizta e também na

de resistência. Ver GAONA, Francisco. **Introducción a la historia gremial y social del Paraguay**. Asunción/Buenos Aires: Editorial “Arandu”, 1967, p. 35. Tomo I.

¹¹¹ Para maiores dados sobre a fundação de ambos partidos políticos tradicionais do Paraguai ver CENTURIÓN, Carlos R. **Historia de la Cultura...**, op. cit., pp. 408 a 411. Tomo I.

¹¹² Caballero era sócio da “Industrial Paraguaya SA”; Escobar recebeu direito exclusivo e gratuito de explorar erva-mate do Estado por dez anos isentos de impostos; Duarte tinha grandes fazendas de gado na zona de Paraguay. Conf. ALCALÁ, Guido Rodríguez. “Imágenes de la guerra y del sistema”. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Paris, n.º 6, 2005, p. 6. Disponível em: <<http://www.nuevomundo.revues.org/document1639.html>>. Acesso em 16/04/2006.

¹¹³ Conf. CARDOZO, Efraim. **Apuntes de historia cultural del Paraguay...**, op. cit., p. 296 e 297.

manutenção e defesa da constituição liberal de 1870, não tinham nenhum programa permanente e agiam de modo pragmático ao azar das necessidades eleitorais – momento em que a violência aumentava – e dos interesses pelo poder político.

Instaurou-se, por conseguinte, a instabilidade entre os membros da nova oligarquia política, ficando o país ainda mais assemelhado aos seus vizinhos. O fim do poder concentrado nas mãos do Marechal López causou abruptamente uma espécie de vácuo de poder, com muitos caudilhos desejando preencher e monopolizá-lo. Isso levou, desde os primeiros dias depois da guerra, em que pese as boas intenções das instituições e ideários liberais, a revolta armada impulsionada por caudilhos do “partido” fora do governo e, mais freqüentemente, por facções dissidentes dentro do próprio “partido” do governo, rapidamente a estabelecer-se como o único método eficaz de transferir o poder, pondo em marcha um ciclo de instabilidade que produziria não menos de oito governos entre 1869 e 1884/5. Milda Rivarola sintetiza parcialmente para os primeiros anos do pós-guerra as mudanças de governo no executivo, da seguinte maneira:

“El primer presidente, C. A. Rivarola, fuerza con el apoyo aliado la renuncia del constitucionalmente electo [Facundo Machaín], ocupando su puesto. Tras haber disuelto el Congreso, se ve obligado a entregar el poder a su Vicepresidente, S. Jovellanos, quien completa su período formalmente, bajo el control real de J. B. Gill. Este logra iniciar legalmente el segundo período, y es asesinado tres años más tarde, terminando su período H. Uriarte, su vicepresidente. C. Bareiro, candidato único, asume la presidencia en 1878, y muere dos años más tarde, fecha en que su Ministro de Interior toma el poder gracias a un golpe de estado y logra ser re-electo – sin candidatos de oposición – en 1882¹¹⁴.

A forma de se dirimir as diferenças políticas era o recurso às quarteladas, golpes, “revoluções” e mesmo os assassinatos. Segundo Evaristo Duarte, a prática comum era que “cada caudilho arregimentava uma centena de homens armados para enfrentá-los aos de outro caudilho, contando não poucas vezes com o apoio dos exércitos aliados de ocupação, enquanto esta durou”¹¹⁵. O “El Independiente”, por exemplo, escrevia um artigo cujo título era “Principia la anarquía: Matanza en San Pedro”, se referindo a “injustiça” de um “chefe político” do interior cometida contra certos “homens” e suas respectivas “famílias”:

“Los hombres fueron perseguidos a balazos por un grupo de 20 hombres mandados por un **gefe político**, refugiándose en los bosques. Sus familias fueron

¹¹⁴ Ver RIVAROLA, Milda. **Obreros, utopias & revoluciones...**, op. cit., p. 34.

¹¹⁵ Ver COLMÁN DUARTE, Evaristo E. **Nacionalismo e movimento operário na...**, op. cit., p. 47.

azotadas y violadas. Una comisión mandada por el gobierno nos instruyo tan solamente un sumario, y la injusticia quedo en pié [destaque meu]”¹¹⁶.

A violência e o terror político, como o acima descrito, chegou a ser tamanho na década de 1870, que, quando Caballero assumiu a presidência por meio de mais um golpe (1880), a oposição organizada havia sido praticamente destruída por assassinatos¹¹⁷ ou desterros, ficando relativamente fácil o seu governo, podendo o país iniciar um período de tranquilidade relativa e normalização institucional. Foi justamente nesse momento, entretanto, que as leis de alienação do patrimônio público, particularmente a das terras públicas, foram promulgadas e rapidamente executadas. Uma “nova” oposição política reorganizou-se somente com a fundação do “Centro Democrático” em 1887, logo mais, poucos dias depois, respondida a altura, como o vimos, com a fundação da “Asociación Nacional Republicana”.

Entretanto, esse fenômeno político caudilhista não foi resolvido com a simples criação destes dois partidos políticos. O período transcorrido entre 1899 e 1911, por exemplo, é caracterizado novamente por grande violência e instabilidade política. Nele houve dez presidentes, três “revoluções” cívico-militar e outros nove golpes de Estado frustrados ou exitosos. De qualquer maneira, segundo entendimento de Milda Rivarola, toda essa violência expressou o lento declínio dos governos colorados e a ascensão da hegemonia dos liberais ao poder, embora sempre com o mesmo problema da luta entre as facções internas¹¹⁸.

Para entender essa prática comum da política caudilhesca, prática que tanto fez sofrer o camponês do interior, é fundamental levarmos em conta como se estruturou o exército “paraguaio” no período do pós-guerra, possibilitando o uso particular que fazia dele as facções caudilhescas. A principal característica é que ele não foi um exército nacional senão pelo menos até a guerra civil de 1922 e 1923, quando então suas formas partidárias foram parcialmente destruídas e finalmente recompostas em bases verdadeiramente nacionais, mesmo porquê o prenúncio da guerra do Chaco contra a Bolívia o exigia. Contudo, até aquele período, cada facção da oligarquia político-partidária, hegemônica em um ou outro quartel, comandava

¹¹⁶ “El Independiente”, 25 de abril de 1889.

¹¹⁷ Juan B. Gill foi assassinado em 1877; nesse mesmo ano, no dia 29 de outubro foram assassinados os encarcerados José Dolores Molas, Francisco Galeano, José Dolores Franco, o italiano Scotto e a figura de grande capital político Dr. Marchaín. Em fins de 1878 o ex-presidente da República Cirilo Antonio Rivarola é também assassinado. Não se pode esquecer da violência no interior e mesmo na capital no tempo das eleições. Conf. RIVAROLA, Milda. **Obreros, utopias & revoluciones...**, op. cit., p. 35 e 36. Ver também ESTEVES, Gómes Freire. **História Contemporanea del...**, op. cit., p. 159.

¹¹⁸ Idem, p. 101.

ou arregimentava certas parcelas de soldados para atender aos seus fins políticos imediatos, daí a grande incidência das “revoluções” e quarteladas.

Segundo Gustavo Gatti Cardozo, os quadros militares paraguaios do período de 1870 à 1923 estavam sociologicamente caracterizados e estruturados por cinco elementos principais: uma origem social popular e camponesa para os soldados rasos, sendo os oficiais recrutados nos elementos da oligarquia terratenente; um baixo nível de profissionalização; uma ação direta na sociedade em benefício das frações oligárquicas; uma orientação dada pela filosofia liberal manchesteriana, segundo a qual as Forças Armadas deveriam estar subordinadas ao poder civil; e, por último, se caracterizavam pela dominação internacional brasileira ou argentina. Estes cinco elementos combinados davam a possibilidade ao uso privado do exército pelas facções caudilhescas concorrentes e, portanto, o recurso freqüente da violência contra à sua oposição política¹¹⁹.

Conflitos à parte, originalmente o que distinguia ambos agrupamentos político-partidário-caudilhescos não eram as questões ideológicas. Ambos se confessavam liberais e tinham fé no progresso do país segundo os cânones desta doutrina. Todos seguiam fazendo, pelo menos verbalmente, a condenação explícita das figuras e dos regimes não liberais de Francia e dos López. Divergências e brigas de natureza doutrinária só se dariam no futuro. Por enquanto, os conflitos davam-se tão só em relação ao apoio estrangeiro que recebiam dos ex-aliados na guerra, isto é, em relação ao apoio brasileiro ou ao apoio argentino, e, o mais importante, em relação a simples conquista e manutenção do poder político.

Mas se não possuíam distinções ideológicas claras – tendo ambos partidos ideários francamente liberais¹²⁰ – a auto-imagem que cada um fazia de si e do outro não podem

¹¹⁹ Conf. CARDOZO, Gustavo Gatti. **El papel político de los militares en el Paraguay (1870-1990)**: Asunción: Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción e Biblioteca de Estudios Paraguayos, 1990, p. 31 e 32.

¹²⁰ Cecilio Báez e José Segundo Decoud foram os redatores do ideário do “Partido Liberal” e do “Partido Colorado” respectivamente. Mais tarde, contudo, a influência do liberalismo de Decoud sobre o “Partido Colorado” seria amenizada em favor de um nacionalismo cada vez mais acentuado, conforme veremos. É importante ressaltar que José Segundo Decoud aparece como militante colorado, embora exista um “Partido Liberal”. A sua trajetória pessoal, primeiro membro da facção liberal “Gran Club del Pueblo” e depois membro do partido conservador, o colorado, não se pode estranhar, pois, de algum modo, os grandes projetos levados adiante pelos governos colorados foram de sua inspiração, portanto de matriz liberal. Aliás, ante a eminência de Segundo Decoud tornar-se presidente paraguaio, o Brasil organizou em 1894 um golpe destituindo o então presidente que o apoiava para suceder-lo, pois Decoud sempre foi identificado como argentinista e mesmo como “inimigo” do Brasil. Ver DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. “La participación del Brasil en el golpe de 1894...”, op. cit.

ser desconsideradas¹²¹. Elas, após a revolução de 1904, seriam potencializadas e daí para frente marcariam posturas ideológicas cada vez mais distintas entre ambos, e, no que particularmente mais nos interessa, no engendramento da questão nacional na discussão historiográfica dos intelectuais da “geração de 900”, todos militantes políticos partidarizados.

Contando o “Partido Colorado” desde o início de sua vida com a participação de homens e militares dos governos dos López, entre eles os “velhos generais” que se tornaram presidentes – Bernardino Caballero (1880-1886), Patricio Escobar (1886-1890) e Juan B. Egusquiza (1894-1898) –, o “Partido Liberal” tomou para si uma auto-imagem e um discurso mais intelectualista e civilista, dizendo que o poder não podia ser exercido senão por civis, fato que o “Partido Colorado, situacionista, não estaria cumprindo¹²². Além do mais, os colorados, beneficiando-se das vendas das terras públicas e exercendo o poder com métodos bastante assemelhados com os dos López, principalmente na violência contra os seus opositores políticos, desde muito cedo relativizaram, na prática, o liberalismo que professavam, embora nunca o tenha negado.

Isso possibilitou aos caudilhos liberais a reivindicação da constituição de 1870, acusando os colorados de fazê-la letra morta. Inclusive, a despeito de todos os interesses em jogo, a revolução de 1904 – que pôs os liberais no poder – foi feita em nome dela, embora desde muito antes os opositores liberais viessem acusando os caudilhos do poder de não seguirem-na. Um dos fundadores “Centro Democrático”, José de la Cruz Ayala, no estatuto que propôs ao seu partido recém fundado, mesmo não tendo sido ele aprovado, afirmou a grandeza da constituição do seu país, mas lamentou que o “sistema democrático” estivesse em franca “negação” pelos que os governavam:

“Tenemos una de las constituciones políticas más libres del mundo a la cual no es dado renunciar y que asegura los derechos del hombre y del ciudadano que habita el suelo paraguayo.

[...]

Pero la historia de nuestra era constitucional es la casi negación del sistema democrático representativo, porque los derechos más sagrados han sido violados generalmente, ofendidos los graves intereses nacionales, ineficaces grandes

¹²¹ Não se trata aqui em estabelecer uma profunda discussão, mas apenas de apontá-la.

¹²² Isto não impediu ao “Partido Liberal”, no dia 18 de outubro de 1891, tentar tomar o poder por meio de um golpe militar comandado pelo Major Eduardo Vera: “O governo da Nação, não é, numa palavra, mais do que uma sociedade comanditária que a explora e saqueia, a humilha e a envelhece”, dizia o manifesto dos revoltosos. Nem tampouco significa que nas fileiras liberais não houvesse militares, sendo um exemplo é o General Benigno Ferreira. Ver COLMÁN DUARTE, Evaristo E. **Nacionalismo e movimento operário na...**, op. cit., p. 192.

garantías, las administraciones sin respeto a las leyes generales de la República, alternándose así en sus fundamentos nuestras libres instituciones¹²³.

José de la Cruz Ayala não viveu até o seu partido tomar o poder e reproduzir as mesmas práticas caudilhescas de que acusava os colorados. Faleceu no exílio do Paraná – capital da província argentina de Entre Ríos – em 29 de janeiro de 1892. Mas, de qualquer modo, enquanto na oposição, acusações como a sua serviram para os liberais se pôrem e se considerarem, em oposição aos colorados, como os defensores da constituição liberal de 1870 e os verdadeiros antilopiztas. Aliás, a agremiação liberal contava em seus foros com a presença de Cecilio Báez, uma das expressões máximas do liberalismo paraguaio e, também, mestre da “geração de 900”.

Depois dele vencer a disputa interna que sustentou com o próprio José de la Cruz Ayala (1887), conseguindo aprovar o estatuto que propôs ao “Partido Liberal”, imprimiria a hegemonia intelectual na vida desta agremiação e também a nada desprezível influência na vida cultural do seu país. Ao dizer de José G. G. Fleytas, Báez foi “a figura estelar do liberalismo paraguaio”¹²⁴.

Em 1902, o mesmo ano da briga com O’ Leary, apresentou pessoalmente ao “Partido Liberal” um outro projeto de estatuto, possuindo este um conteúdo liberal agora profundamente sistematizado, que também foi aprovado. Dois anos depois este seu segundo estatuto tornou-se base da sustentação ideológica da “revolução” de 1904. Era a consagração de uma ideologia que com os anos foi-se refinando ainda mais no interior deste partido, enquanto do lado dos colorados – ou pelo menos para alguns que logo se aperceberam do desastre que estava sendo a política de alienação abrupta das terras públicas – falava-se em relativizá-la mesmo no âmbito da economia, a partir das propostas de Fulgêncio Moreno, também um dos jovens intelectuais da “geração de 900”.

Após o golpe “interno” de 1902 contra o governo do colorado de Emilio Aceval¹²⁵, Moreno esteve a frente do cargo de Ministro de Fazenda do último governo colorado – o do presidente Coronel Juan Ecurra e do vice-presidente doutor Manuel Dominguez (1902-

¹²³ Ver FLEYTAS, José Gaspar Gómez. “Ubicación histórica de los partidos tradicionales en el Paraguay”. In: **Revista Paraguaya de Sociología**. Pasado y Presente de la Realidad Social Paraguaya, Asunción, v. 1, 1995, p. 467.

¹²⁴ Idem, p. 465.

¹²⁵ O golpe de 1902 pode ser considerado uma reafirmação do “setor caballerista” do Partido Colorado contra o anterior predomínio do “setor egusquicista” formado em torno do General Juan Bautista Egusquiza, presidente da República entre 1894-1898 e partidário a uma maior abertura a oposição liberal

1904) –, quando tentou por em prática uma política econômica de grande taxaço sobre as casas comerciais de importação e exportação, base sócio-econômica explicativa da revolução de 1904¹²⁶.

Por seu turno, o “Partido Colorado” – fundado logo após a criação do “Partido Liberal” – configurou rapidamente uma auto-imagem de um certo nacionalismo colorado, o “caballerismo”. Não se tratava ainda, é importante ressaltar, do futuro nacionalismo lopizta, pois o antilopizmo liberal dos próprios colorados seguia imperativo pelo menos nos registros oficiais e públicos. Contudo, a simples presença de Bernardino Caballero tinha a força de imprimir uma tonalidade “épica” ao partido. O seu estatuto, embora escrito por José Segundo Decoud, foi assinado por ele mesmo – o ex-presidente da República e o ex-combatente da guerra – na qualidade de presidente da nova instituição.

Mais tarde, Juan E. O’Leary na obra “El Centauro de Ybicuy (1929)” incorporaria o “caballerismo” ao nacionalismo lopizta através de uma construção bastante curiosa: a de que o Marechal López, nos seus dias finais em Cerro Corá, haveria passado a Caballero a tarefa e a responsabilidade da reconstrução da “nação”, mas isto veremos ainda com maiores detalhes¹²⁷. Mas, em que pese o “caballerismo” dos colorados, a ideologia oficial do partido era igualmente o liberalismo. Quem melhor traduzia tal postura era a marcante personalidade de José Segundo Decoud, antigo dirigente da facção liberal “Gran Club del Pueblo” e antigo alistado na fileiras da “Legión Paraguaya”.

Mesmo estando nos primeiros anos do pós-guerra ao lado dos liberais – desiludido com os seus companheiros e para não ser alijado do processo político e da influência sobre os rumos do Paraguai –, Segundo Decoud aliou-se a Bernardino Caballero, tornando-se um dos principais idealizadores da colonização do Paraguai por meio de europeus e da alienação sistemática das terras públicas, cujo arcabouço legal deu-se no próprio governo de Caballero. Em suma, tornou-se, nas palavras de Francisco Doratioto, “o intelectual do ‘outro lado’”, imprimindo o seu liberalismo ao “Partido Colorado”¹²⁸.

Não obstante, sua influência intelectual no interior da agremiação colorada seria paulatinamente relativizada. Sofreu, em 1897, quando na qualidade de Ministro das Relações

¹²⁶ Conf. KRAUER, Juan Carlos Herken. “La Revolución Liberal de 1904 en el Paraguay: El transfondo socio-económico y la perspectiva británica”. In: **Revista Paraguaya de Sociología**. Pasado y Presente de la Realidad Social Paraguaya, Asunción, v. 1, 1995b.

¹²⁷ Ver O’ LEARY, Juan Emiliano. **El Centauro de Ybicui**. Vida heroica del General Bernardino Caballero en la Guerra del Paraguay. Asunción: Ministerio de Hacienda, 1970, [1929].

Exteriores, a gravíssima acusação ante o parlamento de ser um traidor da pátria, um portenhista. Teria, em conchavo com outros, trabalhado em 1893 para que o Paraguai fosse anexado à república Argentina sob a condição de mera província, um delicado tema para a história deste país devido à real pretensão de círculos argentinos e mesmo paraguaios concretizarem tal anexação. As ameaças Juan Manuel Rosa, por exemplo, nunca cessaram enquanto esteve no comando da Confederação Argentina (1830-1852). Para se defender dessa acusação contou com a brilhante atuação do então deputado, Manuel Dominguez, outro membro da “geração de 900”¹²⁹.

Embora tenha saído ileso do processo parlamentar, sua reputação ficou inevitavelmente manchada, mesmo porque eram conhecidas suas grandes relações com o país vizinho, pois lá vivera e lá se educara na condição de exilado no tempo dos López. Somado a este grande desgaste político, alguns dos destacados intelectuais da “geração de 900”, ainda na década de 1890, adentraram na briga política com o peso específico que lhes conferia a especialização de estarem atuando como jornalistas e, posteriormente, como historiadores. Referimo-nos, particularmente, aos jovens Blas Garay, Fulgencio R. Moreno e Ignacio A. Pane. Por conseguinte, o “Partido Colorado” passou a contar com um quadro intelectual mais diversificado, que, de maneira sutil, conforme José G. G. Fleytas, rivalizou com José Segundo Decoud, atenuando a influência do seu liberalismo na agremiação colorada e impingindo-lhe o nacionalismo acima comentado: o colorado¹³⁰.

Como símbolos os liberais contavam com a cor azul e os colorados com a vermelha. Ademais, ambos partidos possuíam seus respectivos hinos: a “Polca Liberal” e a “Polca Colorada”. Miguel de los Santos foi quem compôs, em 1887, a chamada “Polca Liberal” que, mais tarde, em 1891, foi substituída pela denominada “18 de outubro”, cuja origem é atribuída a Buenaventura González¹³¹. O nome dessa canção refere-se à data em que o “Partido Liberal”, a partir de uma sedição militar, tentou tomar o poder dos colorados e saiu derrotado. Tal acontecimento tornou-se simbolicamente muito importante tanto para a mitologia como para unidade partidária, sempre ameaçadas pelas brigas caudilhescas¹³². A “Polca Colorada” foi

¹²⁸ Ver DORATIOTO, Francisco Moteoliva. “Guerra e regeneração: três estudos sobre o Paraguai”. In: **Diálogos**. Maringá, v. 9, nº 2, 2005, p. 84.

¹²⁹ Conf. DOMINGUEZ, Manuel. **La traición a la patria y otros ensayos**. Asunción: FF.AA., 1959, [1899].

¹³⁰ Ver FLEYTAS, José Gaspar Gómez. “Ubicación histórica de los partidos...”, op. cit., p. 471.

¹³¹ Conf. CENTURIÓN, Carlos R. **Historia de la Cultura...**, op. cit., p. 414. Tomo I.

¹³² Em 18 de outubro de 1902 era possível ler o seguinte no “El Cívico”, periódico de uma fração do Partido Liberal: “Em 18 de outubro de 1891 o povo paraguaio, rechaçado dos comícios, perseguido em seus lares, sem voz nem voto, na alta direção dos destinos nacionais, teve que fazer uso da

obra do italiano Francesco Guerresi, maestro da “Banda de Policia” da capital Assunção, também composta em 1887¹³³.

Estes símbolos tinham alguma importância, pois, mesmo sendo as decisões políticas tomadas em outros espaços que não nos das urnas, levando em consideração as constantes fraudes e a prática de violência política e do “arrasto” popular, coisas que pareciam fazer parte da regra do jogo, começou a haver, de fato, uma relativa adesão da população a um ou outro partido, ou melhor, a um ou outro caudilho, e, segundo Evaristo Duarte,

“uma peculiar forma de ‘politização’, vigente até os dias de hoje, que faz com que os paraguaios se dividam em dois grandes agrupamentos sem muita vinculação à doutrinas ou programas políticos, mas justificados no apego às cores partidárias [...] como se fossem duas grandes torcidas”¹³⁴.

Essas medidas de reconstrução do país –, implementação de ideários e instituições liberais, brusca alienação das terras públicas e fundação dos dois partidos tradicionais com suas respectivas nuances, todas das primeiras décadas do pós-guerra – foram processos fundamentais que implantaram marcos sócio-econômicos e político-ideológicos de longo alcance. Víctor Jacinto Flecha no seu estudo sobre os movimentos sócio-políticos da década de 1920, chegou a afirmar que até esta década o Paraguai possuía “estruturas econômicas e políticas sem grandes variações desde o fim da guerra” contra a Tríplice Aliança¹³⁵.

Contudo, para se construir uma nação liberal diferente da lopizta era também necessário se alterar ou mesmo reconstruir a “moral” do povo, desde há muito vista como “degenerada” pelo secular “despotismo”. Esta visão, mais ou menos hegemônica na elite oligárquica da sociedade que se refazia, era considerada um legítimo apelo de “civildade”, particularmente forte entre os que outrora foram os principais inimigos dos López: os ex-emigrados de Buenos Aires. Para eles, mas não só, o povo era um objeto a ser emoldurado em novas bases liberais, ou seja, “regenerado” mediante a educação e instrução pública e também mediante o exemplo do imigrante europeu, teoricamente um povo ativo, industrioso, bem diferente do camponês paraguaio. Esta será a matéria do próximo capítulo.

suprema razão dos povos oprimidos, para voltar a sua dignidade, vertendo generosamente seu sangue um núcleo de cidadãos nos grados do sólido gosto da democracia”. Ver “El Cívico”, 18 de outubro de 1902.

¹³³ Conf. CENTURIÓN, Carlos R. **Historia de la Cultura...**, op. cit., p. 414. Tomo I.

¹³⁴ Ver COLMÁN DUARTE, Evaristo E. **Nacionalismo e movimiento operário na...**, op. cit., p. 60.

¹³⁵ Ver FLECHA, Víctor Jacinto. “Años 20: movimientos socio-políticos en el Paraguay y proyección posterior”. In: **Revista Paraguaya de Sociología**. Pasado y Presente de la Realidad Social Paraguaya, Asunción, v. 1, 1995, p. 528.

2 Percepções da história. Projetos, filosofia e pedagogia: um povo a “regenerar”

2.1 Instruir e povoar: um projeto “nacional”

Entre as ações de reconstrução do novo país, devolver ao povo “paraguaio” a sua “soberania” outrora roubada pelos que foram considerados os “ditadores” e os “déspotas” do passado foi simbolicamente fundamental. Para isso foi visto como primordial inculcar-lhe o gosto pela “liberdade” recém conquistada nos campos de batalha, e também “regenerar-lhe” para que não mais permitisse ou seguisse a “tirania” e a vontade de “tirano” algum. Estes foram os signos justificadores com os quais se deram todas as ações públicas junto das camadas populares, particularmente as de ensino, mas também, amalgamado com interesses sócio-econômicos, um dos signos justificadores da própria política de importação de europeus.

Logo que findada a guerra, os novos governantes se dedicaram (ou ao menos pretenderam) à cultura e instrução popular. Por decreto de 23 de abril de 1872 foi criado o “Consejo de Instrucción Pública”, cujos membros eram Facundo Machaín, José Segundo Decoud, Jaime Sosa e José C. Mazó, todos inimigos do Marechal López. Em agosto do mesmo ano o legislativo autorizava ao governo contratar professores de ensino primário e secundário, enquanto Machaín fundava o “Colegio Nacional” da capital, que teve vida efêmera, contudo. Ele foi novamente refundado em 1877, no governo de Juan B. Gill, junto de outros quatro colégios nacionais: o de Villa Rica, o de Concepción, o de Pilar e o de Encarnación¹³⁶.

O “Colegio Nacional” da capital Assunção tornou-se desde a sua fundação a mais importante expressão de (res)surgimento da cultura institucionalizada paraguaia, embora os seus primeiros diretores fossem todos de educação ou origem estrangeira. Mas, a respeito disso, não havia muito que fazer. A contratação de professores estrangeiros foi, quase necessariamente, a única medida possível para reativar o trabalho educativo, significando, não obstante, segundo Domingo Rivarola, uma “mecânica transferência de modelos e objetivos

¹³⁶ Conf. BÁEZ, Cecilio. “Historia de la Instrucción Pública en el Paraguay”. In: DECOUD, Arsenio López. **Album Gráfico de la República del Paraguay**. Buenos Aires: Talleres Gráficos de la Compañía General de Fósforo, 1911, p. 274.

forâneos”¹³⁷. Mas foi nesse colégio, de qualquer modo, que se formaram como bacharéis todos os intelectuais da “geração de 900”.

Em 17 de janeiro de 1875 também foi fundado o “Museo Nacional”, ficando ele anexo a “Biblioteca Nacional”¹³⁸. Mas, ainda antes, durante o governo do Triunvirato Provisório, se deram as primeiras medidas em favor da instrução pública. Em 7 de março de 1870, Cirilo Antonio Rivarola promulgou um decreto onde ordenava aos políticos e autoridades de cada departamento do interior a criar escolas primárias e públicas¹³⁹. Quatro meses antes, o mesmo governo provisório havia tomado a primeira iniciativa do novo regime no âmbito do ensino: encomendou a junta do governo da municipalidade de Assunção, presidida por D. S. Alcorta, a construção de escolas primárias para a capital, sendo de fato construída uma para meninas e outra para meninos¹⁴⁰.

Já o ensino superior demorou um pouco mais. Utilizando como material humano os primeiros bacharéis egressos do “Colegio Nacional” fundou-se em 1882, por ordem do ministro de instrução pública do governo de Caballero, senhor José Bazarás, a “Escuela de Derecho”, estabelecida em anexo ao próprio “Colegio Nacional”. Contudo, por conta da falta de recursos, em 1884 esta instituição fechou suas portas, tornando a reabri-las em 1888.

Dois anos depois se tem também a fundação da “Universidad Nacional”. Ela iniciou suas primeiras atividades em 31 de março de 1890, sendo que o mérito da iniciativa de abri-la coube a José Segundo Decoud, que, na qualidade de deputado, dispôs-se a apresentar ao parlamento um projeto de lei sancionado em 24 de setembro do ano anterior. O seu projeto chegou a ser vetado pelo executivo, que logo, contudo, voltou atrás. Esta instituição contou inicialmente com três cátedras: de Medicina, de Direito e Ciências Sociais e de Matemática. A única que de fato frutificou, entretanto, foi a de Direito e Ciências Sociais, que nas palavras de Efraim Cardozo, “se converteu no viveiro da classe dirigente do país”¹⁴¹. Em 1893 ela formava os primeiros advogados paraguaios, entre os quais estava Cecilio Báez.

Aqui estão listadas somente a fundação das instituições mais importantes para o processo cultural institucionalizado do pós-guerra. Delas é que os nossos intelectuais,

¹³⁷ Ver RIVAROLA, Domingo M. “Estado y educación superior: su evolución histórica. In: **Revista Paraguaya de Sociología**. Pasado y Presente de la Realidad Social Paraguaya, Asunción, v. 1, 1995, p. 1047.

¹³⁸ Conf. CARDOZO, Efraim. **Apuntes de historia cultural del Paraguay...**, op. cit., pp. 297-299.

¹³⁹ SILVA, Alberto Ribeiro da. “A noite das Kygua Vera”. In: **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, vol. 1, nº 1, 1996, s/p. Disponível em: <<http://www.rhr.uepg.br/v1n1/alberto-htm>>. Acesso em 11/01/2006.

¹⁴⁰ Conf. CENTURIÓN, Carlos R. **Historia de la Cultura...**, op. cit., p. 319. Tomo I.

concluindo ou não os seus estudos superiores, conquistaram parte dos seus trunfos escolares e culturais. Avessas aos anseios tecnicistas dos López, elas privilegiaram uma formação que Dominguez Rivarola qualificou como “intelectual-humanista”, enfatizando modelos de erudição enciclopédica destinadas, ao menos em seu nível secundário e superior, a formar uma “elite intelectual, política e administrativa” para o Estado nacional¹⁴².

Contudo, dezenas de outras iniciativas – públicas ou privadas e mais ou menos importantes, como a do “Ateneo Paraguayo”, a da “Revista del Instituto Paraguayo” (como veremos), a da “Escuela Normal”, a da “Facultad Notorial” e de outras esporádicas fundações de escolas pelo interior da campanha paraguaia – foram tomadas e legitimadas em comunhão com o modelo de ideologia que o Paraguai “moderno” buscou alcançar depois de finalmente adentrar, com a “Guerra Grande”, na era do “progresso” e “civilização”, como sua elite considerou.

Era uma curiosa teoria, a da “regeneração do povo”, que dava fundamento a todas essas ações. Não se tratava de nada excessivamente elaborado, mas apenas de afirmações políticas antilopiztas, que, ainda assim, expressavam uma noção histórica muito clara e ao mesmo tempo serviam para dar legitimação moral as ações “instrutivas” almejadas pelo novo regime. Algo mais sistematizado ocorreria somente nas publicações de cunho efetivamente historiográfico da “Revista del Instituto Paraguayo” e também na sustentação da tese de Báez a respeito do “cretinismo” do povo por conta de suas heranças históricas, quando se desentendeu com O’ Leary.

A primeira manifestação oficial do novo regime a respeito da necessidade de “regeneração do povo” foi proclamada pelo próprio Triunvirato Provisório em 10 de setembro de 1869. Os triúnviros expressaram-na por meio de um famoso proclame denominado “Manifiesto del Gobierno Provisorio”, uma confecção da imprensa do exército brasileiro de “ocupação” com 200 exemplares¹⁴³.

Neste manifesto, junto da certeza da necessidade de se “empreender uma árdua tarefa na preparação dos elementos para a organização da Nacionalidade Paraguaia”; da extensiva condenação dos “tiranos” López e da “tirania”; da convicção de que o Paraguai foi até aquele momento a “terra clássica da tirania”; foi, também, taxativamente expressa a necessidade de se promover a “regeneração do povo” por meio da “instrução pública”, pois

¹⁴¹ Idem, p. 301.

¹⁴² Conf. RIVAROLA, Domingo M. “Estado y educación superior: su evolución histórica...”, op. cit., p. 1049 e 1050.

uma terrível dúvida acerca de seu caráter, dúvida herdada dos ex-emigrados, ganhou ainda mais crédito devido ao fato de farrapos humanos terem lutado e seguido a “tirania” do Marechal López por anos a fio. Vejamos:

“La tiranía del país, ya en su agonía, escupe todavía a la faz de la civilización, devolviéndole en la condición más mísera y abyecta, los restos truncados del heroico pueblo cuyo valor, virtud, abnegación merecen el respeto universal. ¿Puede inculparse al pueblo paraguayo de todos estos crímenes? ¡No! El Gobierno Provisorio, primera autoridade del país constituida en condiciones de civilización, de derecho y de moral, levanta su voz para protestar contra tamaña injusticia. No, nunca. La víctima jamás fue cómplice del verdugo: éste es un hecho que repugna a la razón y la historia no presenta un ejemplo semejante. Pero, es preciso que el pueblo paraguayo sea **regenerado** para que outra vez no caiga en la esclavitud. Es preciso hacer por medio de la **instrucción pública y liberales instituciones**, imposible la creación e elevacion de un tirano [grifos meus]¹⁴⁴.

Esta curiosa teoria, expressão do questionamento acima levantado, diplomaticamente chegou, contudo, ao menos por hora, a absolver o povo de qualquer culpa pela existência da “tirania” que alguns ainda continuavam a seguir quando este manifesto foi lançado. Mas, obrigava-o a ser “regenerado” pela “instrução pública” e pelas “instituições liberais” para que se tornasse “impossível” um novo “tirano” no país, o que supõe claramente que o povo foi considerado pelas elites de então como um ser degenerado. Conforme se pode supor, se há algo a se “regenerar” é porque há algo degenerado e a mudança de tal estado de coisa deveria ter como um dos instrumentos privilegiados a escola.

Aliás, toda a literatura especializada no estudo do fenômeno nacional concorda que para uma elite alcançar, ou ao menos tentar alcançar um formato qualquer de nação, o sistema de ensino projeta-se como um dos espaços mais importantes. No controle dos Estados liberais, elas dão vida as instituições de ensino incumbidas desta obrigação e buscam, ainda, regular o mercado de acesso aos títulos profissionais úteis a esta finalidade. Assim, escolas e professores tornam-se, respectivamente, os lugares e os agentes por excelência propulsores da ideologia das pessoas que primeiramente são “capturadas” pela “consciência nacional”, isto é, as próprias elites em geral e a sua parcela intelectualizada em particular. H. J. Graff, por exemplo, citado por Montserrat Guibernau, disse o seguinte a respeito da “função da escola moderna”:

“A maior função da escola moderna foi ensinar um novo patriotismo além dos limites naturalmente conhecidos por seus pupilos. A escola foi, a princípio, um agente de socialização. A mensagem [nacional] era comunicada com maior

¹⁴³ Conf. MELLID, Atilio Garcia. **Proceso a los falsificadores...**, op. cit., p. 420. Tomo II.

¹⁴⁴ Ver ESTEVES, Gómes Freire. **História Contemporanea del...**, op. cit., p. 52.

eficiência juntamente com a leitura e escrita. [...]. Ensinar a ler e a escrever envolvia a constante repetição do catecismo cívico-nacional em que a criança era impregnada de todos os deveres que dela se esperavam: defender o estado, pagar impostos, trabalhar e obedecer às leis”¹⁴⁵.

Não foi por acaso, portanto, que Domingo Faustino Sarmiento, um dos grandes “pais” da nacionalidade argentina, tornou-se importante mentor paraguaio sobre a questão educacional. Autor de “*Facundo Quiroga, civilização e barbárie*”¹⁴⁶, obra fundamental para se entender a cultura da elite argentina daquele tempo, Sarmiento produziu, segundo Lúcia Prado, uma série de idéias, imagens e símbolos que, tendo como fio condutor a dicotomia entre civilização e barbárie, extrapolou o contexto argentino para o qual foi produzida, ajudando a cristalizar uma vasta gama de estereótipos sobre toda a América Latina. O campo, por exemplo, seria para Sarmiento o lugar da “barbárie”, território livre dos malditos “gaúchos” e federalistas”, enquanto “as cidades”, por outro lado, o lugar da “civilização, protótipo da cultura, do progresso e da riqueza”. Córdoba, não obstante, cidade “colonial” e “hispanica”, seria, ainda, signo do atraso, e, Buenos Aires, lugar da “civilização”¹⁴⁷.

No Paraguai a influência dessa dicotomia sarmientina foi muitíssimo forte. A atração de Buenos Aires sobre sua elite política foi quase que irresistível, embora, contraditoriamente, frente a esta capital o Paraguai aparecia como o lugar da barbárie e atraso. No árduo trabalho de “regeneração do povo” – forma por excelência de superação desta barbárie e atraso –, o próprio Sarmiento daria também a sua contribuição para a normatização e planificação da educação paraguaia em todos os seus níveis.

Depois dele não conseguir se reeleger presidente da república argentina em 1880, foi nomeado em 1881 Inspetor Geral de Escolas deste país, cargo que seis anos depois o habilitaria para trabalhar no Paraguai. Em 1887, atuando já neste país, inspirou a Lei de Educação Comum pela qual o Estado paraguaio pôs-se como encarregado da instrução primária, até então sob controle das municipalidades. Deve-se a ele, também, as criações do Conselho Superior de Educação e da Superintendência de Instrução Pública, órgãos do poder executivo encarregados de administrar e inspecionar a educação primária.

Mas até sua morte em 11 de setembro de 1888, ocorrida em Assunção, Sarmiento influenciou outras diversas ações educativas, como a organização de conferências pedagógicas,

¹⁴⁵ Ver GRAFF, H. J. **The Legacies of Literacy**. Bloomington-Indiana, Indiana University Press, 1987. *Apud*. GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos...**, op. cit., p. 79.

¹⁴⁶ Para uma edição em português ver SARMIENTO, Domingo Faustino. **Facundo: civilização e barbárie**. Trad.: Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1997.

¹⁴⁷ Conf. PRADO, Maria Lúcia Coelho. “Para ler o *Facundo* de...”, op. cit., p. 161.

a contratação e jubilação de professores, a contratação de inspetores para a educação, etc. Tamanho foi o seu peso que chegou mesmo a ser cogitado como candidato a disputa da chefia do Conselho Superior de Educação¹⁴⁸.

Para se construir a nação civilizada e antilopizta almejada, os valores da ideologia liberal platina da época, notadamente argentina, dariam o norte. Entre esses valores, traduzidos em práticas cotidianas, o que mais diretamente atingiu a população sobrevivente da guerra, particularmente as mulheres, maioria dela por um bom tempo devido ao próprio conflito, foi a depreciação da língua guarani, língua de fato falada por todas, tida, contudo, como prova de “atraso” e, por isso mesmo do próprio lopizmo¹⁴⁹.

O decreto de 7 de março de 1870 em que Cirilo Antonio Rivarola ordenou as autoridades do interior a construir escolas primárias continha uma expressa proibição do uso dessa língua indígena, desqualificada como uma aberração social¹⁵⁰. Não disponho de dados que indiquem com que grau este decreto tornou-se prática, mas, se de fato o tornou ainda que minimamente, aportaram a estas escolas crianças que talvez nunca tivessem ouvido outra língua senão a guarani¹⁵¹. Também no programa de estudos implementado nas duas escolas construídas na capital Assunção, a despeito das diferenças segundo o gênero das crianças, houve, porém, uma constante: o ensino da leitura e escrita do castelhano, em depreciação do guarani¹⁵². Em termos da época significava o ensino da língua da “civilização” e do “progresso” e a “natural” depreciação da língua da “barbárie” e do “atraso”.

É interessante notar que após o anúncio da construção dessas duas escolas, primeira iniciativa do novo regime, Adolfo Decoud, irmão de José Segundo Decoud, através do “La Regeneración” manifestou sua opinião num artigo denominado “Escuela Municipal”. Nele felicitou o governo da junta municipal pelo empreendimento “civilizatório”, “regenerador” e anti-“despótico”, comparando-o aos dos países “democráticos” como os executados na “República do Norte”, provavelmente Estados Unidos, e “Argentina”, países, na época, símbolos e modelos do progresso promovido pelo liberalismo. Vejamos:

¹⁴⁸ Ver CARDOZO, Efraim. **Apuntes de historia cultural del Paraguay...**, op. cit., p. 300 e 301.

¹⁴⁹ Um artigo do “La Regeneración” intitulado “La educación de la mujer” defendia uma educação “adiantada” também para elas, pois, como disse “Deus”, “Anda, anda”, daí a proibição do guarani. Ver “La Regeneración”, 4 de setiembre de 1870.

¹⁵⁰ Conf. SILVA, Alberto Ribeiro da. “A noite das...”, op. cit., s/p.

¹⁵¹ Bartolomeu Melià defende a tese de que até a guerra de 1865-1970 o Paraguai era um país onde o guarani era a única língua como fato social e que nem mesmo os mestiços eram bilíngües. Conf. MELIÀ, Bartolomeu. **La lengua guaraní del Paraguay**. Madrid: MAPFRE, 1992, p. 164 e 165.

¹⁵² Conf. CENTURIÓN, Carlos R. **Historia de la Cultura...**, op. cit., p. 319. Tomo I.

“La municipalidad comprendiendo las necesidades del país, siendo interprete de sentimientos nobles y regeneradores, hoy da este primer paso en la senda que marca la civilización y el progreso para llegar a realizar así el cimiento de la democracia que es la Educación pública.

Y ella, mirando los resultados prácticos que la educación alcanza en el seno de las sociedades para formar hombres libres no lugar de siervos, para enseñar al ciudadano sus derechos y aprender á ser republicanos, dá el primer grito de iniciación para lanzarse á esa gran cruzada contra los despotismos y los déspotas, por que estos huyen solamente a la presencia de la luz.

Hoy ya podemos decir que ha empezado la regeneración del Paraguay – por que esta significa – educación, república y libertad.

En los países libres y democraticos como la República del Norte y la Argentina, es allí donde se dá el primer lugar á la Educación pública, por que comprenden los resultados benéficos que se alcanzan”¹⁵³.

Mas se a educação tinha por objetivo tornar impossíveis os “despotismos” e os “déspotas” dos tempos passados com a “luz” que trazia, não bastava a mera proibição da fala guarani, supostamente um signo privilegiado de tal “despotismo”. Assim, junto das proibições formais contra esta língua, empregaram-se, ainda, os antigos métodos de castigos físicos e psicológicos contra as crianças que a usasse, métodos herdados do próprio sistema de ensino lopizta¹⁵⁴. As memórias de Ramón Indalecio Cardozo, um dos mais famosos pedagogos do Paraguai, conta-nos o que acontecia com a criança que usava a língua guarani na época de sua educação primária:

“La palmeta continuaba ejerciendo su señorío. [...] hata 12, a razón de 6 a cada mano [...].

Como instrumento de disciplina se usaban unos vales de madera, pero el vale no era de abono sino de castigo para aquél en cuyo poder se encontrase. Era para perseguir a los que hablaban en *guaraní*, lo cual estaba prohibido terminantemente. Si uno estaba en posesión del siniestro valecito y oía a su compañero hablar en guaraní, en el acto le pasaba el vale. De este modo, el poseedor del indeseable adminículo se convertía en el espía de sus compañeros y amigos del dulce idioma nativo para obsequiarle con el presente. El maestro revisaba la clase y castigaba al portador [destaque do autor]¹⁵⁵”.

Não obstante, não só no ambiente escolar a língua guarani foi repudiada. Talvez, com a exceção do espaço do lar, isto se deu em quase todos os outros, embora no do ensino tenha sido de fato mais sistematizada, já que por décadas, e não só no Paraguai, foi o espaço

¹⁵³ “La Regeneración”, 14 de outubro de 1869.

¹⁵⁴ O açoite e a delação faziam parte do método pedagógico da escolas implantadas por Carlos Antonio López.

¹⁵⁵ Ver CARDOZO, Ramón Indalecio. **Mi vida de ciudadano y maestro**. Asunción: El Lector, 1991, p. 9. [s/d].

privilegiado da “propaganda secular” nacionalista¹⁵⁶. Noutras palavras, a repulsa ao guarani não estava reduzida a uma mera manifestação esporádica. Pertencia, ao contrário, ao campo das arraigadas convicções ideológico-culturais de matriz liberal, de maneira que pesou sobre ela uma repressão mais ou menos institucionalizada.

Os exemplos de contenção ou desejo de contenção artificial dessa língua indígena podem multiplicar-se¹⁵⁷. Em 26 de fevereiro de 1904, às vésperas da “revolução” liberal que levaria o “Partido Liberal” ao poder, o Coronel da polícia assuncena José C. Meza, recém nomeado, promulgou um edito proibindo suas tropas de utilizar o “idioma guarani nas dependências policiais” e, proibindo também, o uso do poncho *ñemondé* por parte dos homens e do cigarro *poguazú* por parte das mulheres quando estivessem andando nas ruas da capital Assunção¹⁵⁸.

A nova nação liberal, progressista e anti-“despótica” deveria ser construída nas minúcias da vida cotidiana, daí o fato de o Estado, a partir de seus modestos mas onipresentes agentes, como professores, policiais, entre outros, alcançarem o “cidadão”, particularmente o assunceno, no tempo de sua vida diária. Um último exemplo: em 20 de agosto de 1870, durante a sexta reunião da Convenção Nacional Constituinte, o deputado Pedro Recalde apresentou uma moção pedindo para que se permitisse, pelo menos para alguns dos convencionais do interior, expressarem-se em guarani. O seu pedido foi motivo de escárnio, indignação e também de diversão. Como um deputado poderia defender o uso da língua da “tirania” justamente na convenção da constituinte que tinha por objetivo ajudar a varrer tal estado lastimável da história do Paraguai?

“Esta moção produziu entre os convencionais uma grande hilaridade e foi combatida energicamente pelos deputados Decoud [...], Godoi [...], Recalde [...], Machain [...] e Collar [...], que pediram não apenas que ela fosse rejeitada, mas também que fosse proibido terminantemente promover o assunto em futuras sessões. A Assembléia, por maioria das duas terceiras partes de seus membros, aprovou a rejeição, nos termos propostos”¹⁵⁹.

Mas a “regeneração” do povo dar-se-ia não só pela “instrução pública”. Deveria colaborar com esse objetivo a presença do imigrante europeu, isto é, a presença de mulheres e

¹⁵⁶ Segundo Hobsbawm, “até o triunfo da televisão não houve meio de propaganda secular que se comparasse à sala de aula”. Ver HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Impérios (1875-1914)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 213.

¹⁵⁷ Adiante veremos como alguns intelectuais trataram a questão.

¹⁵⁸ Conf. MELLID, Atilio Garcia. **Proceso a los falsificadores...**, 1964, p. 434. Tomo II.

¹⁵⁹ Actas de la Convención Nacional Constituyente - Sesión sexta. Asunción, 20 de agosto de 1870. *Apud* SILVA, Alberto Ribeiro da. “A noite das...”, op. cit., s/p.

homens que no interior da lógica da ideológica liberal eram supostamente ativos e industriais, bem diferente do camponês paraguaio. Diante desse, o vigor do imigrante lhe serviria de exemplo a ser seguido ou imitado. Não nos cabe aqui fazer a exposição das leis e decretos que com o tempo foram sendo promulgados para se regulamentar a vinda do europeu¹⁶⁰. Como nota, porém, é importante destacar que já na constituição de novembro de 1870, logo em seu artigo de número seis, como no de número 125 da constituição argentina, estava disposto que caberia ao governo central a obrigação de “fomentar a imigração americana e européia”¹⁶¹.

Mas mesmo antes da promulgação dessa constituição, num pronunciamento feito em maio de 1870 os triúmviros Cirilo Rivarola e Carlos Loizaga deixaram claro a importância desse outro componente da teoria da “regeneração”. Nele fizeram a apologia da necessidade de o governo incentivar a vinda de gente européia e de capitais estrangeiros para se reconstruir o país, pois, como imaginavam, os paraguaios seriam desqualificados para tal, visão bastante persistente na cultura da elite paraguaia¹⁶². Nesse pronunciamento foi dito que o Paraguai...

“necessita de paz que traga capitais e braços industriais para explorar a imensa riqueza desta terra, e levá-lo assim, em breve, a uma surpreendente prosperidade. Esperamos que esses braços virão, e com eles a indústria, que é o elemento poderoso e fecundo da paz e do progresso. [...]. O governo que compreende os destinos a que está chamado o país, e os meios de realizá-los, faz um chamamento a essa imigração, especialmente ao imigrante europeu, oferecendo-lhes todas as vantagens que lhe permitem suas atribuições, enquanto chega o momento de lhes brindar de uma maneira mais positiva e por autorização da lei, com elementos que contribuam para sua felicidade”¹⁶³.

Aliás, o próprio “Manifiesto del Gobierno Provisorio” dos triúmviros também falava da imigração: condenava os López por supostamente terem “fechado as portas” para ela, “que é a civilização”, a “vanguarda pacífica” das “artes” e da “grandeza” que tanto os tiranos temem, pois significa a “liberdade” que não querem¹⁶⁴. Mais tarde, em 1877, essa idéia, constantemente reificada nos círculos da elite assuncena, foi melhor aclarada por José Segundo Decoud. Sua figura, ao menos depois da morte de seu irmão Juan José Decoud em 1871,

¹⁶⁰ Para síntese deles ver ZALAZAR, Raquel. “Regeneración de la sociedad paraguaya: aporte de los inmigrantes (1870-1904)”. In: **Diálogos**, Maringá, v. 9, nº 2, 2005, pp. 67-76.

¹⁶¹ Ver OTERO, Luis Mariña. **Las Constituciones del Paraguay...**, op. cit., p. 146.

¹⁶² Já em meados do século XX, intelectuais como Justo Pastor Benítez e Justo Prieto, que se propuseram a fazer grandes sínteses da história nacional paraguaia, não deixaram de mencionar a pouca iniciativa do paraguaio para as atividades econômicas e para a riqueza. Além do mais, isso seria um traço comum de toda a história do país, que, na visão destes autores, começou com o período colonial.

¹⁶³ Ver LAINO, Domingo. **Paraguay: de la Independencia a la Dependencia**. Historia del saqueo inglés en el Paraguay de la posguerra. Asunción: Intercontinental Editora, 1989, p. 24 e 25. *Apud*. COLMÁN DUARTE, Evaristo E. **Nacionalismo e movimento operário na...**, op. cit., p. 74.

tornou-se a de maior cabedal intelectual no Paraguai até o surgimento da “geração de 900”. Em 1887 ele seria o primeiro ideólogo doutrinador da “Asociación Nacional Republicana”, além de um dos principais inspiradores da política de imigração europeia, questão que agora nos ocupa.

Num artigo publicado no “La Reforma” intitulado “Cuestiones políticas y económicas”, evidenciou suas idéias a este respeito, defendendo, ante a carência de recursos para os governantes promover a colonização, a imigração de europeus fomentada pela iniciativa de consórcios particulares. Em suas considerações fez, contudo, uma afirmação bastante sugestiva, na qual a presença do europeu é posta como a maneira de se alcançar a “necessária” alteração da péssima “moral” do paraguaio. José Segundo Decoud disse o seguinte:

“la fisonomía moral de un pueblo no es tan fácil de mudar. Era necesario que el elemento extranjero estuviera en mayor número para que pudiera operar el fenómeno de la transformación de nuestro pueblo, tradicionalmente indolente por más que se diga lo contrario, donde los hombres de la campaña son muy poco afectos al trabajo y prefieren en su mayor parte la vida haragana y vagabunda...”¹⁶⁵.

Independente da tonalidade e cores “partidários-caudilhescas”, a imprensa em geral dava grande atenção à questão da imigração e do imigrante. O “La Democracia”, por exemplo, periódico dirigido pelo futuro militante e caudilho liberal Ignacio Ibarra, publicou em maio de 1881 um emblemático artigo intitulado “La Inmigración”. Apócrifo, nele a imigração maciça de gente europeia é tida não apenas como um projeto de reforma que deveria ser encaminhado pelos dirigentes de todos os Estados americanos, inclusive o paraguaio, senão uma profissão de fé e uma espécie de “convicção universal” da modernidade:

“Despiertase entre nosotros la convicción universal de que sin el poderoso contingente de la inmigración europea, las tierras en Sud América permaneceran indefinidamente incultas y desiertas, á despecho de los gobiernos fanatizados y débiles que temen el contacto del extranjero por precauciones de nacionalidad.

Mas las ideas avanzan en civilización, las épocas purificanse y el gran motor de tan admirable transformación del mundo no será outro, sinó la libre locomoción de los hombres á todas partes, sobre todos cieles, formando asi el cosmopolitismo verdadero, sin distinción de razas, de creencias, ni de language...

¡La inmigración es el todo!

¹⁶⁴ Ver ESTEVES, Gómes Freire. **História Contemporanea del...**, op. cit., p. 51.

¹⁶⁵ Artigo de Jose Segundo Decoud intitulado “Cuestiones políticas y económicas” publicado nas páginas do “La Reforma” em 1877. *Apud.* PASTORE, Carlos. **Lucha por la tierra en...** op. cit., p. 190.

En vano el egoismo [...] luchara a brazo partido contra la corriente inevitable del progreso.

No hay forza que resista a esa inmensa mole que rodea el mundo de una á outra parte...

[...]

La inmigración es la que impulsa el progreso de las naciones por que trae capitales y sus brazos á fomentar la riqueza y el trabajo... Asi el elemento extranjero constituye en toda América la base de la inteligencia, del capital y del trabajo.

[...]

De la inmigración depende el porvenir de la patria. Sin este poderoso elemento no llegaremos nunca á acrescentar nuestra población diminuta, ni hacer que la riqueza pública, las industrias y demas ramos del trabajo tomen el necesario inclemento para ir desenvolviendose gradualmente...¹⁶⁶.

Sem entrar em detalhes, é importante destacar que os argumentos que os governos mobilizaram para promover o brusco processo de alienação das terras públicas em benefício de capitalistas estrangeiros – terras que o novo Estado liberal herdara do regime “monopolista” dos López¹⁶⁷ –, estiveram sempre centrados em justificativas liberais de “progresso” e “civilização” e, por conseguinte, também acompanhados de um discurso desqualificador do camponês paraguaio¹⁶⁸. De forma bastante simplificada, supostamente “incultas” e “desertas”, as terras não saíam da ociosidade já que o camponês não as cultivavam por não gostar ou saber trabalhar, de forma que não precisava delas. José Segundo Decoud foi um dos principais produtores deste tipo de afirmação, e o artigo que publicou no “La Reforma” acima mencionado é um bom exemplar.

Assim as formulações ideológicas da nação liberal paraguaia, cujo um dos pilares fincou-se na depreciação de uma população de matriz indígena sobrevivente à guerra, tinham fundamentos sócio-econômicos bastante arraigados. Conforme proposição de Anita Helena Schlesener, há uma inegável “reciprocidade e organicidade entre o estrutural e o superestrutural, [um] vínculo concreto entre as ‘forças materiais e ideológicas’, entre o ‘econômico-social e o ético-político de cada momento histórico’”¹⁶⁹. E, de fato, embaladas por

¹⁶⁶ “La Democracia”, 4 de maio de 1881.

¹⁶⁷ Para se ter uma boa visão panorâmica da política agrária no Paraguai Ver CAMPOS R. D, Daniel. “Lucha por la tierra y políticas publicas: un intento de periodizacion socio-historica, 1811-1954”. In: **Revista Paraguaya de Sociología**. Pasado y Presente de la Realidad Social Paraguaya, Asunción, v. 1, 1995, pp. 433-458

¹⁶⁸ Ver RIVAROLA, Milda. **Obreros, utopías & revoluciones...**, op. cit, p. 65 e 66.

¹⁶⁹ Ver SCHLESENER, Anita Helena. **Hegemonia e cultura: Gramsci**. 2^a ed. Curitiba: Editora da UFPR, 2001, p. 17. Mészáros, na mesma linha, afirmou que para se compreender temas “ideológicos dominantes dos vários climas intelectuais”, entre outras duas considerações, o estudo dos

afirmações de uma suposta inferioridade “moral” e racial do camponês, ainda antes do século XX quase um terço das melhores terras do país já haviam passado as mãos de alguns poucos consórcios de capitalistas internacionais, sendo que o antigo e mal visto habitante dela, quando não expulso, ficou obrigado a pagar arrendamentos a capitalistas estrangeiros.

Embora, corretamente, se poderia argumentar que o desejo de importação de europeus respondia a drástica carência populacional do país causada pela recente guerra, como outras oligarquias da época, porém, as elites paraguaias ao aceitarem as teorias racistas da época, comungavam também a respeito de uma profunda preocupação que todas elas alimentavam acerca da suposta inferioridade racial e cultural de sua população nativa ou mestiça, daí, conforme Smith e Skidmore, “propugnarem constantemente fortes imigrações”. Preferiam, bem a verdade, imigrantes do norte de Europa¹⁷⁰ com a “esperança de que os hábitos de confiança em si mesmo e a capacidade empreendedora – selos distintivos do ideal liberal – se reforçariam em seu continente”¹⁷¹.

Devemos nos lembrar que na Argentina, país cuja oligarquia sempre foi muitíssimo influente na vida cultural do Paraguai, houve até matança física de índios na chamada “Campanha do Deserto” pela inserção da Patagônia ao território nacional em 1880, enquanto os sobreviventes foram empurrados para o extremo sul dessa região. O índio literalmente não cabia dentro da nacionalidade argentina nos moldes como ela era imaginada pelos intelectuais e políticos liberais do período, com destaque para Domingo Faustino Sarmiento, sendo que, do outro lado, o imigrante europeu era muito bem visto¹⁷².

Exceto o assassinato sistemático como política de Estado, algo bastante semelhante também se passou no Paraguai, embora, ao contrário do que realmente se concretizou naquele país vizinho, ele nunca conseguiu atrair imigrantes europeus em quantidade significativa. Lyra Pidoux de Drachenberg que estudou a migração ao Paraguai entre os longos anos de 1870 e 1970, além de análises qualitativa, como a das atividades sócio-

“parâmetros socioeconômicos de uma determinada fase histórica” se fazem imprescindível. Ver MÉSZÁROS, István, **O poder da ideologia**..., op. cit., p. 84.

¹⁷⁰ Embora muito menos acentuado que na Austrália ou América do norte, na América Latina um racismo também se estendeu aos europeus do sul. João Fabio Bertonha, por exemplo, chega a falar de manifestações e massacres “antiitaliano” em São Paulo e Tandil, Argentina, respectivamente. Ver BERTONHA, João Fábio. **Os Italianos**. São Paulo: Contexto, 2005, pp. 97-99.

¹⁷¹ Ver SKIDMORE, Thomas E.; SMITH, Peter H. **História contemporânea de...**, op. cit., p. 56.

¹⁷² Conf. PRADO, Maria Lígia Coelho. “Para ler o *Facundo* de Sarmiento...”, op. cit., p. 176. Ver também PRADO, Maria Lígia Coelho. “Prefácio à edição brasileira”. SARMIENTO, Domingo Faustino. **Facundo: civilização e...**, op. cit., p. 39.

econômicas dos imigrantes, deu-nos os seguintes números ao aporte de europeus a este país entre os anos de 1881 e 1920:

<i>“Paraguay, Inmigración Acumulada, 1881-1920”</i>	
1881-85.....	885
1886-90.....	5.635
1891-95.....	7.448
1896-900.....	8.695
1901-05.....	11.015
1906-10.....	16.088
1911-15.....	20.732
1916-20.....	22.305
[grifos da autora] ¹⁷³ .	

Isolados de um contexto maior, estes números podem parecer significativos. Contudo, quando se lembra que a parte sul do Brasil e o Rio da Prata juntos foram, depois dos EUA, a região que mais recebeu imigrantes europeus na grande onda de migração européia do século XIX e XX, observa-se que eles são na verdade extremamente baixos, ainda mais para um país que ansiosamente contava, como afirmou o “La Democracia”, com a “inteligência”, com o “capital” e com o “trabalho” dos estrangeiros para erguer-se de uma recente catástrofe. Vejamos os números que Krauer deu para Argentina, Brasil e Uruguai para assim podermos compará-los, ainda que genericamente, com o paraguaio.

“Argentina recibió a 6.405.000 inmigrantes durante el período que va de 1856 a 1932. Brasil recibió a 4.431.000, de 1821 a 1932. Uruguay contó con 713.000 desde 1832 a 1932. En su conjunto, los países del Plata y Brasil constituyeron [...] un total aproximado de 11.500.000¹⁷⁴”.

Instrução pública e imigração foram os eixos de uma pretensa política de “regeneração do povo”, política herdada particularmente dos velhos ex-emigrados de Buenos Aires. Luciano Recalde, por exemplo, secretário da “Asociación Paraguaya” dessa capital, falava já em 22 de dezembro de 1864, quando a guerra mal estava começada, das qualidades que haveria de possuir a pessoa que se designasse a ocupar o governo da “pátria”, depois de se conquistar a “liberdade” nos campos de batalha. Para ele o novo governo paraguaio deveria, nada mais nada menos, “que fundar a pátria e até o povo”, pois o povo que existia no Paraguai

¹⁷³ Ver DRACHENBERG, Lyra Pidoux. “Inmigracion y colonizacion en el Paraguay 1870-1970”. In: **Revista Paraguaya de Sociología**. Pasado y Presente de la Realidad Social Paraguaya, Asunción, v. 1, 1995b, p. 885.

¹⁷⁴ Ver KRAUER, Juan Carlos Herken. “La Inmigracion en el Paraguay de Posguerra: el caso de los ‘Lincolnshire Farmers’ (1870-1873)”. In: **Revista Paraguaya de Sociología**. Pasado y Presente de la Realidad Social Paraguaya, Asunción, v. 1, 1995b, p. 760 e 761.

eram “massas dóceis” que obedeciam “caprichos de um malvado”¹⁷⁵. Quatro dias antes, aliás, havia sido firmada uma ata de fundação desses emigrados em Buenos Aires que, aproveitando o momento do anúncio de guerra contra o Marechal López, se dispuseram a aliar-se nela com uma tropa de soldados próprios, dispositivo importante para no futuro próximo constituírem a famosa “Legión Paraguaya”. Conforme se pode averiguar na declaração desta ata, desde lá já estava o desejo de “regeneração da pátria”¹⁷⁶.

Não foi por acaso que o primeiro jornal do novo regime chamou-se justamente “La Regeneración”. O seu nome já anunciava o desejo de se fazer e de se acelerar o tempo de reconstrução “nacional” por meio de um projeto de interdição da cultura do passado e das tradições populares, vistas como “retrogradadas”, “lopizta” e contrárias a evolução da “civilização”. Era a ideologia hegemônica da época, compartilhada pela elite oligárquica em geral, sejam elas liberais ou conservadoras, elite que sequer falava o guarani sociocultural da população que realmente lá havia e pretendiam comandar, tentando consolidar depois da “Guerra Grande” a presença paraguaia na era da modernidade.

Mesmo estando estes dois componentes da ideologia liberal postos de modo a se “adequarem” as peculiaridades da história paraguaia, peculiaridades estas reforçadas pela natureza dos regimes anteriores à guerra e pela própria guerra, não se pode vê-los como componentes genuínos, particulares a conturbada e difícil construção da nação paraguaia. Segundo Maria Ligia Coelho Prado foi comum na visão de muitos pensadores e políticos latino-americanos a idéia de que a “América Latina para incorporar-se à civilização e ao progresso, devia apagar o seu passado colonial, propor novas formas educativas e, particularmente, novo sangue”, tendo sempre como modelo certas nações européias e também a norte-americana¹⁷⁷.

No Paraguai, contudo, alguns olhares mais refinados, logo se aperceberam da grande dificuldade da imigração maciça, sendo que para a necessária obra regeneradora, da qual não abriam mão, jogaram todas as suas fichas na instrução pública. Este foi o caso de Manuel Franco, que por abril de 1904 era diretor do “Colegio Nacional” da capital. Ele disse o seguinte a este respeito:

¹⁷⁵ Ver MELLID. **Proceso a los falsificadores de la historia...**, op. cit. Tomo II, p. 412. Ver também AGUINAGA. **La Asociación Paraguaya en la guerra...**, op. cit., p. 103.

¹⁷⁶ Idem, p. 106.

¹⁷⁷ Ver PRADO, Maria Ligia Coelho. “América Latina: tradição e crítica”. **Revista brasileira de história**, São Paulo, vol. 1, n° 2, 1981, p. 169.

“No siendo país de inmigración, ni debiendo serlo [en] lo por-venir, por su clima, sino en limitada escala, no puede esperar **transformar su raza** por la infusión de sangre europea. Debe pues, hacer obra **de auto-transformación**, modernizando sus ideas y aumentando su capacidad económica...”

Si la obra para nosotros debe ser de auto-transformación, el medio está indicado: es trabajo de educación, en el más amplio sentido de la palabra...” [destaques meus]¹⁷⁸.

2.2 Evolução da história e “Guerra Grande”: José Segundo Decoud, Héctor Decoud e o “Instituto Paraguayo”

O olhar dos fundadores da “Revista del Instituto Paraguayo” sobre a finalidade desse órgão impresso fundado em 1896 – aparte os objetivos peculiares da revista, o de ser local de publicação de textos científicos, literários e históricos –, não estava alheio a todo esse arcabouço ideológico reinante desde a guerra, segundo o qual era hora de se lançar “luz” ao Paraguai, “regenerá-lo” de modo a desfazê-lo da “ignorância” dos tempos de outrora, principalmente do passado imediato da “tirania” lopizta.

É nesse sentido que em um de seus artigos inaugurais, artigo apócrifo intitulado “Nuestros propósitos”, houve o chamamento dos intelectuais à sua responsabilidade, conclamando-os a empreender um grande labor intelectual e artístico com vistas a necessária “instrução do homem paraguaio”, prosseguindo com a seguinte afirmação:

“Ya que amaneció por fin, el suspirado día en que la luz naciente de la libertad alumbra el vacío y las ruinas dejadas por la tiranía, despidamos de una vez esa **edad desventurada** en que la pereza y la ignorancia nos ha costado tantas y tan amargas lágrimas [destaque meu]”¹⁷⁹.

A valoração negativa do passado, “idade desventurada”, e as grandes esperanças do futuro foram uma das principais marcas da construção da nação liberal paraguaia. O passado é o tempo da ignorância, barbárie e tirania; já o futuro é o tempo da instrução, civilização e liberdade¹⁸⁰. Os próprios nomes de alguns dos jornais fundados no pós-guerra, jornais que,

¹⁷⁸ Ver FRANCO, Manuel. “Memoria del Colegio Nacional de la Capital”. Asunción, abril de 1904, p. 218. *Apud*: RIVAROLA, Domingo M. “Estado y educación superior: su evolución histórica...”, op. cit., p. 1048.

¹⁷⁹ Ver EDITORES. “Nuestros propósitos”. In: **Revista del Instituto Paraguayo**, n.º 1, año 1. Asunción, octubre de 1896, p. 2.

¹⁸⁰ Segundo Mészáros, o positivismo encontrou “um modo de assegurar ‘um tipo correto de avaliação’ das inegáveis mudanças, [de modo] que não prejudicasse a ideologia que insistia na naturalização e na insuperabilidade da ordem estabelecida. Daí toda a importância de noções como a de “progresso”, por exemplo. Ver MÉSZÁROS, István, **O poder da ideologia...**, op. cit., p. 249.

como gostavam de ressaltar, ganharam a liberdade de imprensa nesse novo regime, expressavam grande confiança e entusiasmo no porvir: “El Progreso”, “El Fénix”, “El Porvenir”, sem falar do mais conhecido e famoso, o “La Regeneración”.

Este último, em seu primeiro número impresso em outubro de 1869, publicou um ensaio histórico bastante sugestivo de Adolfo Decoud, uma espécie de paradigma para a história paraguaia na qual também havia uma clara distinção de temporalidade. Era o “passado” e o “porvir” separados pela guerra. O seu título era “Nuestro Pasado”. Vejamos como se deu a sua conclusão:

“Ya se ha dicho que **Nuestro Pasado** es el jesuitismo, el feudalismo de la Edad Media, el terror, el fanatismo, los dógmas de odio y el guarani: espantosa creación de la ignorancia, del retroceso, digno aplaudido por los apóstatas que se servían de él como enemigos de todo progreso y civilización.

El jesuitismo dejó, pues, en el Paraguay, una huella tenebrosa, - y su obra ha sido la destrucción, el hecatombe que se ha presenciado llenará de luto las **páginas de la historia...**

Tal es **Nuestro Pasado** Ciudadanos! ejemplo elocuente que deve servir para el Porvenir y para todos los pueblos de la tierra que indiferentes dejan entronizarse encarnaciones monstruosas del génio del mal.

¡Que ejemplo para el **Porvenir** [destaques meus]”!¹⁸¹

Entre os 26 anos que separam este ensaio de Adolfo Decoud publicado no “La Regeneración” e o artigo “Nuestros propósitos” publicado na inauguração da “Revista del Instituto Paraguayo”, não houve qualquer alteração no modo de se olhar para o passado e de se projetar o futuro político do Estado paraguaio. Uma leitura liberal da história concebia a sua dimensão temporal como linear, cujo ponto crucial de evolução e ruptura, a guerra, separava a barbárie da civilização, o despotismo da liberdade e, como imaginou Adolfo Decoud, a Idade Média da Modernidade¹⁸².

¹⁸¹ “La Regeneración”, 1º de outubro de 1869.

¹⁸² Segundo Gil Delannoi, para a ideologia da ilustração, cujo um de seus maiores mestres foi Voltaire com a sua obra “Essai sur les mœurs et l’ esprit des nations”, a Idade Média é a “idade suprema da barbárie cristã: a Idade Média e as Cruzadas são um período de tibieza. As lisonjeiras reputação de Carlos Magno são enganosas. As invasões haviam feito a Europa extremamente barbara [...]. Até o século XII ‘alguns capitães bárbaros disputavam com bispos bárbaros o domínio de alguns cervos imbecis’. Se desencadeia seguidamente o horror das Cruzadas com um dinamismo compreensível, pois o papa propôs a uns guerreiros a remissão dos pecados mediante, como penitência, a satisfação de suas paixões. Na tomada de Jerusalém, se fazem pregações atrás de massacres. São Luiz foi um rei de digno de elogios, porém seu reinado malogrou por conta das cruzadas, segundo Voltaire”. Ver GIL, Delannoi. “Naciones e Ilustración, Filosofías de la Nación...”, op. cit., p. 26.

O princípio geral ordenador desta evolução histórica foi a suposta luta entre os pólos dessas oposições. Numa palavra, a história da “pátria” paraguaia foi entendida como uma versão local do conflito universal em que se digladiavam as forças da civilização e liberdade contra as da barbárie e despotismo.

Embora a história paraguaia fosse vista como uma realidade única e um todo compreensível por si mesma, como logo assim também a veria a história revisada, diferentemente desta, porém, a universalidade também se fazia nela presente pelo menos segundo a lógica do humanismo iluminista burguês. Todos letrados entendiam-na como constituída por um corpo de homens iguais, livres e soberanos, e que, estando ultrajadas estas premissas estabelecidas pela natureza, eles poderiam ou mesmo deveriam se insurgir contra o maldito ultrajante, normalmente expresso por duas velhas autoridades teoricamente postas em xeque pela modernidade: a do Estado absoluto controlado por déspotas e tiranos e a do legado do passado histórico, com as suas tradições populares e religiosas e mesmo, como na América, com o seu legado “racial”¹⁸³. Daí a existência do conflito universal acima aludido, mesmo quando sua realidade empírica se expressasse de maneira estritamente localizada, isto é, na imanência da história nacional.

No Paraguai um dos que melhor sintetizou essa filosofia da história foi José Segundo Decoud nos seus ensaios intitulados “La libertad”¹⁸⁴, de 1901, e “La Patria”¹⁸⁵, de 1904, ambos publicados na “Revista del Instituto Paraguayo” em meio ao próprio nascimento do revisionismo histórico. Naquele momento Decoud estava passando pelo alijamento do monopólio ideológico da “Asociación Nacional Republicana”, pois, além da acusação recente de ser um “portenhista”, a partir da “revolução” de 1904, quando o “Partido Liberal” chegou ao poder, o seu próprio partido também se alinhou com o revisionismo. Defensivamente, reafirmando as suas posições ideológicas, no primeiro artigo Decoud se propôs a historiar o “rico legado do século XIX” para a causa da “liberdade”, a verdadeira “aspiração universal” da

¹⁸³ Lord Acton estudando o surgimento da nacionalidade, afirma que foi justamente “a idéia da soberania do povo, não controlada pelo passado, [que] deu origem à [este sentimento] [...]. Ela brotou da rejeição de duas autoridades: o Estado [absoluto] e o passado”. Ver ACTON, Lord. “Nacionalidade” In: BALAKRISHNAN, Gopal (org). **Um Mapa da Questão Nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 28. Eric Hobsbawm observa o mesmo fenômeno ao dizer que a “‘nação’ era o corpo de cidadãos cuja soberania coletiva os constituía como um Estado concebido como sua expressão política. Pois fosse o que fosse uma nação, ela sempre incluiria o elemento da cidadania e da escolha ou participação da massa” Ver HOBBSAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780...**, op. cit., p. 31.

¹⁸⁴ Ver DECOUD, José Segundo. “La libertad”. In: **Revista del Instituto Paraguayo**, Asunción, año 3, nº 29, febrero de 1901, pp. 125-135.

humanidade. Dessa forma, como disse, algo sempre muito relevante para o seu “pedaço de solo americano”, pois ele, depois de ter sepultado na “Guerra Grande” “secular tirania odiosa”, também finalmente fazia crescer a “planta da futura árvore da liberdade”¹⁸⁶.

No segundo, parafraseando uma definição do que é a “Patria” segundo o entendimento de Fustel de Coulanges, José S. Decoud incorporou as sensações emotivas em relação ao solo a que se pertence, mas, ao fim, enfatizou novamente, como no ensaio “La Libertad”, a premissa da liberdade para se constituir uma nação: “Os escravos não possuem Pátria porque esta só se forma com o concurso de homens livres e iguais”¹⁸⁷. A modo de exortação trouxe alguns exemplos onde povos que abdicaram da liberdade foram cedo ou tarde reduzidos a escravidão, como aconteceu com o “lastimoso” caso do povo bizantino. Imerso em brigas e “dogmatismo religiosos”, descuidou-se dela e foi esmagado pelas “terríveis” hordas de “muçulmanos”. Vejamos a sua exortação conclusiva:

“Sólo las naciones que han implementado en su suelo los principios de la libertad y de la justicia; que crecen armónicamente aumentando la suma de inteligencia, de virtud y sabeduría política; que operan su regeneración moral y mejoran las aptitudes del pueblo para el gobierno próprio, que prosiguen con incansable constancia la labor del progreso y la civilización, que difunden la educación y las condiciones de bienestar en toda las classes sociales, no estan condenadas á la decadencia y muerte á que estuvieran fatalmente sujetos los pueblos de la antigüedad”¹⁸⁸.

Embora não tenha citado uma só vez o caso da “nação” paraguaia, exortou, sem dúvida, pensando nela e no que via como o modelo mais próximo para ela seguir, o da “nação” Argentina. Numa interessante nota falou da brilhante atuação do povo deste país no que concerne ao seu desenvolvimento material graças ao “espírito expansivo e liberal de comércio, imigração e a suas leis de proteção à indústria”¹⁸⁹. Já no ensaio “La libertad”, os modelos para o Paraguai seriam europeus e norte-americano. Começando pela história da Inglaterra, “terra clássica da liberdade”, José S. Decoud expôs uma série de “comoções”, lutas e conquistas históricas empreendidas em favor da “liberdade” por diferentes nações, sendo que dentre estas, Holanda, França, Alemanha e EUA, juntas da própria Inglaterra, foram as que deram os principais exemplos de conquistas.

¹⁸⁵ Ver DECOUD, José Segundo. “La Patria”. In: **Revista del Instituto Paraguayo**, Asunción, año 6, n° 4, febrero de 1904, pp. 165-180.

¹⁸⁶ Ver DECOUD, José Segundo. “La libertad”..., op. cit, p. 125.

¹⁸⁷ Ver DECOUD, José Segundo. “La Patria”..., op. cit., p. 168.

¹⁸⁸ Idem, p. 179 e 180.

¹⁸⁹ Idem, p. 179.

Não obstante, os que mais nutriram a admiração de Decoud foram os exemplos da nação norte-americana: lá a velha liberdade inglesa se “aperfeiçoou” e deixou de existir sequer uma só forma de “trava”, “restrição” ou “classe privilegiada”; enquanto, ao mesmo tempo, houve o cultivo da mais “larga base de democracia”, com “sufrágio universal”, igualdade de direitos políticos, “liberdade religiosa”, “liberdade de imprensa” e aperfeiçoamento “moral” e “intelectual” do povo a partir um “vasto sistema racional de educação”¹⁹⁰. Este último exemplo da nação norte-americana é importantíssimo para Decoud, pois, como julgava, a “tirania se apóia [justamente] na ignorância popular”¹⁹¹, visão recorrente no Paraguai para se condenar o seu povo, recurso, como logo mais veremos, utilizado por Cecilio Báez.

Deve-se considerar, contudo, que foi muito comum no pensamento histórico e político da América Latina, pelo menos de modo particularmente acentuado até o período que se abre com a Primeira Guerra Mundial, a influência e a desesperada busca em se alcançar os modelos das nações européias e norte-americana. Conforme teorizou Claudia Wasserman: “[elas] serviam de parâmetro ideal para a análise das realidades latino-americanas e [também de] [...] paradigma civilizatório” a se alcançar¹⁹².

Peculiarmente, para a elite paraguaia incluía-se também como modelo o ideal de “paradigma civilizatório” representado pela oligarquia liberal argentina, já que ela, vizinha, – com os “pais nacionais” Bartolomé Mitre e Domingo Faustino Sarmiento principalmente – estava desde há pelo menos 1880 galgando grande desenvolvimento econômico para o seu país, desenvolvimento que também sonhava para o Paraguai.

Mas, por outro lado, se a Argentina, os EUA e os outros países europeus citados por José S. Decoud constituíam exemplos de civilização, outros, como China e Egito, eram exemplos de contra-modelos, portanto países que deveriam ser suprimidos da história. Seriam países que ainda sofriam com regimes “despóticos” e não formavam “nações em gradação alguma” e nem “cidadãos”, senão “adoradores” do “sol” que não possuíam qualquer “iniciativa” e “aspiração” e não passavam de verdadeiros “servos” ou “escravos”¹⁹³. Mas Decoud, com entusiasmo e alegria, entendia que os tempos desses odiosos regimes já haviam passado, sendo o século XIX finalmente o século da tão esperada redenção da humanidade:

¹⁹⁰ Ver DECOUD, José Segundo. “La libertad”..., op. cit., p. 129.

¹⁹¹ Idem, p. 132.

¹⁹² Conf. WASSERMAN, Claudia. “Percurso Intelectual e Historiográfico...”, op. cit., p. 99.

¹⁹³ Ver DECOUD, José Segundo. “La libertad”..., op. cit., p. 133.

“En momentos que todos saludan alborozados el advenimiento del nuevo siglo [XX], no como el niño enfermizo y debil de precaria existencia, sino como Hércules en la cuna vigorosa y fuerte; quando todos contemplan el porvenir con la fé ardiente del creyente, con esperanzas risueñas é ilusiones sin fin, enorgullecidos por un caudal inmenzo de conquistas y progreso, parece que nada fuera mas digno de la humana inteligencia, como dirigir una mirada retrospectiva hacia el pasado y examinar prolijamente el rico legado trasmitido por el siglo XIX”¹⁹⁴.

Se o século XIX foi o da vitória em quase toda a humanidade ocidental, no Paraguai havia sido recente a guerra “revolucionária” que finalmente a trouxe, fazendo a balança pender para as forças da “civilização” e “liberdade”. Mais de trinta anos antes, o irmão mais velho de José Segundo Decoud, Juan José Decoud, estando Assunção “ocupada” pelas forças brasileiras, publicou um poema chamado “Canto dedicado a la libertad del Paraguay”, onde esta idéia já está bastante nítida. Segue algumas estrofes:

I

“Libertad, libertad, Paraguayos
Toda América os brinda Feliz
Y los pueblos hermanos ya libres
Os prometen igual porvenir.
Levantad vuestra frente sumisa
Al vil yugo de un ser infernal
Y arrogantes mostrada por siempre
Con valor proclamando iguadad

II

Ya sonó aquella **hora esperada**
Eterna hora de paz, redención:
Que los amos y esclavos iguales
A la ley juraran sumisión.
En que fieros tiranos oscuros
No osaran ya jamás levantar
Esos tronos en sangres bañados
Sostenidos por fuerza brutal

III

En el cielo se vé colorando
Disipada la ferrea opresión
Nuevo y bello horizonte fulgente
Que despeja aquel centro de horror.
Y tras si se verá mas brillante
Ese sol de progreso es ‘igualdad’
Borrará la feroz tirania
Que fatal os nego ‘libertad’.

IV

Este **siglo** de luces, progreso
En sus fastos jamás contará

¹⁹⁴ Idem, p. 125.

Dia tan grande, tan bello y tan santo
 Cual recuerda este echo inmortal.
 Y en los siglos futuros, felices
 Vuestros hijos tampoco verán
 Declarando la guerra y la muerte
 Al infame que osáre usurpar.
 [...] [destaques meus].¹⁹⁵”

Assim, a guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança tornou-se para os políticos e letrados da elite assuncena um marco essencial, investido da mesma significação e caráter que possuíram as revoluções francesa e norte-americana. Como se tornou comum afirmar, ela foi feita para trazer àquele pedaço da América a “cidadania” e a “soberania nacional” frente aos “tiranos” de até então¹⁹⁶. O tema da guerra, dentro dessa ótica, foi inscrito na idealização da “guerra revolucionária”, uma “comoção” democrática em que os verdadeiros “cidadãos paraguaios”, emigrados de Buenos Aires e inimigos dos López em geral, pegaram em armas e fizeram valer os sacrossantos direitos naturais do gênero humano, que até o momento sofriam os mais formidáveis abusos¹⁹⁷.

Na década de 1920, quando o culto ao Marechal López era fortíssimo, Héctor Decoud repetia este entendimento, os mesmos que décadas antes os próprios paraguaios interessados na derrubada do regime lopizta tiveram. Lembrava que a “Asociación Paraguaya” dos exilados em Buenos Aires, fundada em 2 de agosto de 1858, tinha por nobre finalidade, conforme o próprio manifesto dela, “redimir uma nação escravizada [...], iniciar os trabalhos da liberdade naquela tão fértil como depreciada parte do globo e comunicá-la com o espírito civilizador” daquela época¹⁹⁸. Seguindo com este feliz propósito, ela teria conseguido, como considerou Héctor Decoud, permissão do governo Argentino para acompanhar a Tríplice Aliança com as tropas da “Legión Paraguaya”.

Esta leitura, conforme proposta teórica de Alain Renaut, tornou a temática da guerra apresentada como uma “guerra revolucionária”, supostamente com a finalidade de dar uma identidade comum, isto é, nacional, a “direitos” fundamentados no reconhecimento

¹⁹⁵ “La Regeneración”, 3 de outubro de 1869.

¹⁹⁶ A nítida comparação entre a Revolução Francesa e a “Guerra Grande” pode ser vista em “La Regeneración”, 31 de outubro de 1869.

¹⁹⁷ Como bem nos relembra Sartre, o pensamento burguês clássico fazia a “rejeição do princípio de autoridade e dos entraves ao livre comércio, [rogava pela] universalidade das leis científicas, universalidade do homem oposta ao particularismo feudal, esse conjunto de idéias [...] tem um só nome: *humanismo* burguês [grifo do autor]”. Conf. SARTRE, Jean-Paul. **Em defesa dos intelectuais**. São Paulo: Editora Ática, 1994, p. 21.

universal dessa identidade, e, igualmente, na união das vontades dos “cidadãos” paraguaios em formar uma livre associação de adesões por meio de um contrato social de reconhecimento público, algo impossível até então¹⁹⁹. José Segundo Decoud nos seus ensaios não fazia outra coisa senão seguir e referendar esta leitura da “Guerra Grande”, a mesma que a “Asociación Paraguaya” tivera anos atrás. Fazia, a nível teórico, o culto da liberdade; ansiava por uma nacionalidade fundada na concordância popular e no apoio ativo e participativo do povo.

Sendo isso impossível até o momento da guerra, toda a história que se tem antes dela foi negativamente valorada, de modo que os governos dos López, os índios, os jesuítas e o sistema colonial como um todo, foram os alvos mais atacados, pois, como se entendia, estavam alinhavados com as forças da “barbárie”. Nesse grande período que abarca toda a era colonial e independente até 1870, conforme declarou o primeiro presidente do “Instituto Paraguayo”, Cleto Sánchez, num dos ensaios inaugurais da revista desta mesma instituição, teria havido uma extrema “ausência de aspiração” individual na história paraguaia. Faltaram, segundo o seu entendimento, as “faculdades do espírito”; houve um povo “artificialmente indiferente para tudo”; uma “sociedade sem vida ativa”, na qual “tudo” se “aniquilava”²⁰⁰.

A iniciativa individual, selo mágico do ideal liberal, projetada e não encontrada na remota história paraguaia induziu inexoravelmente os contemporâneos homens de letras a repudiá-la como um todo, repudio particularmente acentuado para as autoridades políticas e religiosas colonialistas, supostamente maiores culpadas de tal lastimável estado de ausências. Estas “despóticas” autoridades – certos governadores, os reis, os vice-reis e os jesuítas –, teoricamente teriam feito a aniquilação de qualquer germe de “atividade”, de maneira que a “ausência de aspiração” da qual falou Sánchez, não foi senão o “produto” de uma constante “opressão”²⁰¹.

O desfecho que o presidente Sánchez deu ao seu ensaio de inauguração dos trabalhos da revista é emblemático. Nele, a “opressão” aniquiladora das atividades humanas que tanto fez o Paraguai perecer durante a era colonial, um período já despótico, foi o “terreno” que preparou a horrível “tirania” do doutor Francia e dos López na era independente, aprofundando ainda mais o “obscurantismo” paraguaio justamente quando as forças da

¹⁹⁸ Este manifesto está integralmente em DECOUD, Hector. **Sobre los escombros de la guerra**. Una década de vida nacional. 1869-1888. Asunción, 1925, p. 45.

¹⁹⁹ Conf. RENAUT, Alain. “Lógicas de la nación”. In: GIL, Delannoi; TAGUIEFF, Pierre-Andres (org). **Teorías del nacionalismo**. Barcelona: Paidós Ibérica, 1993, p. 45.

²⁰⁰ Ver SÁNCHEZ, Cleto. “Discruto de Apertura”. In: **Revista del Instituto Paraguayo**, Asunción, año 1, nº 1, 1896, pp. 4-8.

²⁰¹ Idem, p. 5.

“democracia” já venciam noutras partes do globo, como nos Estados Unidos e na França. Contudo, como considerou, a “tirania” não poderia ser “eterna”. Vejamos:

“Esse estado fué el terreno preparado que encontró, para el ejercicio de una tiranía poco igual, el doctor Francia horrible verdugo de su patria, que no solo llevó mucho más adelante el predominio del oscurantismo, sinó también sacrificó centenares de inocentes víctimas nada más que en satisfacción de una ambición maligna.

Aun fué continuada su obra por los López, pero las creaciones de la maldade no son de eternidad; y se bien, remanentes del productos de la opreción y las tiranías aun tenemos, paulatinamente, al empuje irresistibles del tempos, ya han disipándose...”²⁰².

Embora a “maldade” do doutor Francia tenha sido continuada pelos López, elas “não são eternas” e tal estado não poderia continuar por muito tempo, daí a importância da guerra. Ela foi parte do “empurro irresistível dos tempos”, portanto inscrita na própria natureza do devir histórico. Não obstante, como continuou, impõe-se ainda aos “jovens” de hoje, “esperança da pátria”, a obrigação de iniciar uma “luta tenaz” contra os “remanescentes” dessa “praga”, de modo a se apagar definitivamente da história paraguaia qualquer sombra de sua recente barbárie. Somente assim, como entendia Sánchez, se chegará a alcançar a completa “regeneração” da “sociedade” paraguaia²⁰³.

Resumidamente, estas foram as justificativas que Sánchez deu à criação do “Instituto Paraguayo” e sua revista²⁰⁴. Justificativas que no seu bojo, ainda que sinteticamente, expunham o sentido da história da “nação” paraguaia segundo o entendimento oficial da época, isto é, segundo o entendimento da elite oligárquica liberal que ansiosamente buscava por em prática, e de fato o pora parcialmente, um projeto sócio-econômico que também projetava-se para a superação dos malditos “remanescentes” a partir da ânsia dos capitais, da tecnologia e mão-de-obra européia. Em suma, um projeto de nação paraguaia que em suas linhas mestras não contemplava o povo que lá existia, a não ser para tentar “regenerá-lo”.

Era a história, o nacionalismo de uma intelectualidade e a ideologia liberal, fundidos, construindo uma versão da história paraguaia, cuja filosofia, a luta entre a liberdade e o despotismo, isto é, a luta pela cidadania e soberania da nação, davam o norte principal.

²⁰² Idem, p. 6.

²⁰³ Idem, p. 7 e 8.

²⁰⁴ Como disse Maria Lígia Coelho Prado, para se entender uma instituição qualquer “é preciso buscar as concepções filosóficas que a informam e nas quais funda sua legitimidade e, ao mesmo tempo, cruzá-las com o mundo das vicitudes políticas, enlaçando-as com a sociedade na qual nasce e da qual

Portanto, a nova instituição cultural se propôs a ser uma espécie de contribuição que a nova geração dava para se apagar as marcas de um passado odiado. Fiel a ideologia liberal do pós-“Guerra Grande”, ela deveria servir, dentro dos limites específicos de sua atuação, de meio de instrução pública a um povo degenerado, etnicamente de matriz indígena e que, entre outras coisas, sequer falava a língua da civilização: o espanhol. O discurso histórico-científico por ela veiculado estava em perfeita sintonia com o político-ideológico da época e, na medida do possível, também com as suas práticas cotidianas através da perseguição de antigos costumes populares.

Entretanto, isso não era nenhuma novidade. Anos antes, por exemplo, reproduzindo um artigo do “La Prensa” de Buenos Aires, o “La Regeneración” dizia algo parecido a respeito da obrigação dos convencionais de 1870. Cabia-lhes, do mesmo modo, lutar contra os malditos “ressábios do passado” e “costumes” seculares. Vejamos:

“Grande es la misión del Congreso Constituyente. Él vá a encontrarse en presencia de un pueblo que no tiene el habito de la libertad ni conoce sus beneficios. Va a tener que luchar contra los fatales resabios del pasado, con la costumbre de tantos siglos que hacia pesar el yugo sobre la cabeza del pueblos; y mucho tino, mucha habilidad y patriotismo van a ser necesarios”²⁰⁵.

Cecilio Báez, eminente membro da “geração de 900” e chefe intelectual do “Partido Liberal”, também fez um pronunciamento na abertura dos trabalhos da “Revista del Instituto Paraguayo”. Embora mais breve, sua essência em nada difere do de Cleto Sánchez. Da mesma forma expôs uma breve incursão sobre a história paraguaia, destacando o “obscurantismo”, a “esterilidade”, as funções da “alma” reduzidas ao “terror”, a “morte intelectual”, a “paralisação dos cérebros”, a morte dos sentimentos de “fraternidade” e “solidariedade”, entre outros valores negativos.

No desfecho de seu pronunciamento sobre a história paraguaia também ressaltou a importância do ato de fundação que a “juventude” empreendia no sentido de se superar, por definitivo, todas estas heranças inconvenientes que atrapalhavam a nacionalidade. O mais interessante, contudo, é que todo esse desejo cultural e científico da revista e dos intelectuais, Báez expressamente entrelaçou-os com “os destinos” políticos “da nação” paraguaia:

depende”. Ver PRADO, Maria Lígia Coelho. “Universidade, Estado e Igreja na América Latina”. In: **América Latina no século XIX: Tramas, Telas e Textos**. São Paulo: Edusc e Edusp, 1999, p. 94.

²⁰⁵ “La Regeneración”, 5 de agosto de 1870.

[soys] una juventud ilustrada que se incorpora al movimiento intelectual de la época y aspira á dirigir los destinos de la nación combinando las inspiraciones del patriotismo con los principios de la ciencia²⁰⁶.

Como teorizou José Ramon Recalde o nacionalismo está sempre buscando “regulamentar” – ou como disse Báez na citação acima, “dirigir” – a vida de uma comunidade “intitulada nacional”²⁰⁷. Evidentemente, tal concepção e objetivos políticos da história não eram senão a ideologia liberal olhando para o passado. Conforme a proposição feita às diversas historiografias por Joseph Fontana, houve também aqui a clara ordenação dos fatos do passado de modo a se conduzir sua seqüência até dar conta da configuração “natural” do presente, com a finalidade de se justificar a ordem imposta com a “Guerra Grande”. Noutras palavras, justificar o que Fontana genericamente chamou de uma dada “economia política” e um “projeto social” para o futuro pós-guerra.

Fontana, com vistas a evitar equívocos, se assegurou dizendo que isso não se refere a algo criado pelo indivíduo historiador, mas sim a catalisação de uma realização, que, embora arbitrária, é também coletiva e tem uma “função social” pré-determinada.

De fato, para o caso em estudo, o grande projeto político e social da elite paraguaia do pós-guerra, catalizado aqui por estes intelectuais, foi o de reconstruir um novo Paraguai segundo as bases da modernidade representadas pelo liberalismo ao molde portenho, ideologia que criou um inimigo político já inexistente, o lopizmo, e um inimigo ainda mais abstrato no âmbito das idéias históricas: o arcaísmo e a barbárie dos tempos passados, com o qual o homem humilde supostamente ainda estaria em comunhão. A intelectualidade paraguaia também pretendia e ansiava, como estas elites, a interdição da cultura popular.

Para elas, o Paraguai, país com “vocação” para a pecuária extensiva de exportação²⁰⁸, portanto destinado, segundo o “irresistível empurro dos tempos”, a inserir-se no mundo do comércio internacional, possuía dessa maneira um papel definido no concerto das nações que buscavam se “regenerar” e progredir, estando alinhavado, diferentemente dos bárbaros povos orientais, ao contexto de civilização do ocidente europeu e norte-americano, por

²⁰⁶ Conf. BÁEZ, Cecilio. “Discurso del doctor don Cecilio Báez”..., 1896, p. 10.

²⁰⁷ Conf. RECALDE, José Ramón. **La construcción de las naciones...**, loc. cit., p. 4.

²⁰⁸ Em consonância com a mensagem do presidente Caballero recentemente dada ao congresso e também com os critérios econômicos da elite local, o “La Reforma” reafirmava e dava crédito uma a teoria que dizia que o Paraguai “tinha que começar por ser pecuarista antes de ser agricultor [...]”; como necessita ser agricultor antes de chegar a ser industrial. Assim se tem formado todos os países e a razão indica que o Paraguai deve seguir o mesmo caminho”. Ver “La Reforma”, 3 de abril de 1884.

mais que isso tenha demorado a chegar. A teleologia referida por Fontana, ordenação dos fatos passados até a configuração natural do presente, isto é, até a sua “economia política”, foi um recurso amplamente utilizado pelos trabalhos e discursos históricos, em consonância com a ordem do pós-guerra²⁰⁹.

Como exemplo desta assertiva, a obra assinada pelos professores do “Colegio Nacional” de Assunção – fundado em 1877 –, o austríaco Leopoldo Gomez Terán e o colombiano Próspero Pereira Gamba, denominada “Compendio de Historia del Paraguay”, é também cabal. Ela foi escrita em 1882, e, em 1901, Héctor Francisco Decoud, irmão mais novo da família Decoud, modificou-a, sendo que daí para frente todas as suas edições contariam com as alterações deste intelectual²¹⁰.

A importância desta obra advém do fato dela ter sido utilizada como manual didático nas escolas paraguaias até o fim da “era liberal”, em fevereiro de 1936, e também a de ser, possivelmente, a primeira síntese geral da história da “nação” paraguaia.

Fiel aos princípios do positivismo liberal²¹¹, a história pátria é descrita em 493 pequeninas lições. Ela inicia-se com a chegada da civilização ao Rio da Prata no século XVI e desenvolve-se cronologicamente, de governo a governo, até a presidência do general Bernardino Caballero em 1886²¹². O princípio geral ordenador destes 300 anos de história é, igualmente aos ensaios publicados na “Revista del Instituto Paraguayo”, a suposta luta entre o despotismo e a liberdade, entre o isolamento e a abertura da pátria ao concerto das nações civilizadas a partir da guerra contra a Tríplice Aliança.

Como afirmou Milda Rivarola, como toda boa história do século XIX, este manual trata de eventos políticos e atos de governos, de empresas bélicas, de tratados diplomáticos e instituições jurídicas. Fala de conquistadores heróicos e de próceres ilustres; deleita-se com as origens da República. Nada de história social, econômica ou cultural, embora tampouco seria justo cobrar este tipo de história desse manual, pois cairíamos em completo anacronismo. Mesmo a “escola” dos Annales foi produto do século XX.²¹³

²⁰⁹ Para maior esclarecimento da “teleologia” ver ELIAS, Norbert. **Sobre o Tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 151.

²¹⁰ TERÁN, Leopoldo Gómez de; GAMBÁ, Próspero Pereira. **Compendio de historia del Paraguay**. 16ª ed. Asunción: Tipografia Quell & Cia, 1920. (versão reformulada por Héctor Francisco Decoud).

²¹¹ Sobre os enlaces do positivismo com a história disciplina ver o que sucintamente escreveu Hobsbawm em HOBSBAWM, Eric. **Sobre História...**, op. cit., pp. 155-157.

²¹² Existe na verdade mais uma página onde são listados os nomes dos presidentes que seguiram o governo de Caballero. A lista desenvolve-se até o nome do presidente Benigno Ferreira.

²¹³ Conf. RIVAROLA, Milda. “Filosofías, pedagogías y percepcion colectiva de la historia en el Paraguay”. In: **Historia Paraguaya**, Asunción, v. 36º, 1996, p. 48 e 49.

Na renitente luta entre civilização e barbárie, o período colonial foi descrito como uma sucessão de confrontos contra índios hostis, jesuítas e governadores tiranos expulsos pelos membros do cabildo. Cada batalha e cada governador foram alinhavados em uma cronologia e classificados e avaliados segundo este princípio geral. E por tratar-se de uma história da luta pela liberdade, a “Revolução dos Comuneros” (1717-1735), – onde se enfrentaram jesuítas e autoridades vice-reinais de um lado e membros do cabildo assunceno e encomienderos do outro – foi descrita com grande riqueza de detalhes. Nela teriam morrido os “primeiros mártires da pátria” que lutaram por sua independência. Não obstante, nesse conflito de quase 20 anos, os defensores da barbárie e do atraso, isto é, os jesuítas e as autoridades colonialistas, saíram vencedores enquanto os defensores dos princípios de “liberdade e justiça” foram os derrotados e os mortos.

Embora haja alguma homenagem as últimas décadas do período colonial por conta das reformas ilustradas dos Bourbons, ela é negativamente valorado em seu conjunto. Faltou “instrução popular”, “imprensa”, “atividades” e sobrou “monotonia”, “fanatismo”, “crenças”, “livros místicos”, “desenfreno dos costumes”, etc. De algum modo todos eram “escravos”, pois dependiam “no temporal de um chefe civil e militar quase absoluto, e no religioso de um comissário do Santo Ofício e de um prelado intransigente que [...] tiranizava a consciência”.

As reduções jesuítas, por sua vez, são particularmente desqualificadas como um “regime monopolistas e teocrático” que teria privado a todos do progresso, pois tanto os índios a elas submetidos como os colonos que sofreram com os monopólios da companhia, sucumbiram por mais de um século diante do “empório” de poder da companhia. Em resumo, o manual não deixa opção ao regime colonial sintetizando-o da seguinte maneira: sua política foi “despótica”, sua religião foi “intolerante”, e em moral foi “licencioso”.

A independência do país começa a ser descrita com grande entusiasmo e riqueza de detalhes, pois é vista como um passo a mais rumo à liberdade. Contudo, o período independente, como o colonial, também não teria conseguido levar o Paraguai a civilização. Desde os primeiros dias de vida independente, o governo do doutor Francia já “ambicionava” que a pátria fosse sujeitada ao seu “domínio” e “poder absoluto”. Mas antes de expor esta conclusão, nossos autores já vinham caracterizando Francia de forma bastante negativa. Ele possuía uma “origem questionável”, sendo possivelmente filho de um “mameluco” paulista²¹⁴;

²¹⁴ Em 1907, Fulgêncio Moreno publicou um ensaio na “Revista del Instituto Paraguayo” discutindo precisamente a origem do doutor Francia. Nele negou que Francia fosse paulista ou que tivesse

era “ambicioso”, “vingativo”, “sangüinário”, “taciturno”, etc.; só pensava em “dominação” e tinha um “coração rancoroso”.

O seu governo, um “reinado de terror”, é descrito como aquele que abortou os germes de “democracia” e “regeneração” que o movimento de independência havia começado. Ele teria apartado o Paraguai do contato com o estrangeiro, isolando e mantendo-o longe do restante do mundo e do influxo civilizatório, de modo a torná-lo assemelhado aos regimes despóticos orientais, como o da “China” por exemplo. Colabora para esta condenação de seu governo o início que deu ao “monopólio mesquinho” e a montagem das “tendas” do Estado, posteriormente levadas adiante pelos López. Em suma, o sonho da pátria livre teria tornado-se o pesadelo da “pátria escravizada”. Por meio de uma passagem que relembra o humanismo burguês expressos nos ensaios de José Segundo Decoud, os autores exortam os paraguaios insinuando-lhes uma espécie de merecido castigo por terem abdicado de “seus direitos”:

“Los pueblos no abdicar impunemente sus derechos, y las tristes consecuencias del gobierno de Francia son una prueba más de que un país, para progresar y desarrollarse debe preferir, aún a costa de sacrificios, las agitaciones, de las instituciones, a la quietud de las tiranías”²¹⁵.

Por sua vez, os governos de Carlos Antonio López (1844-1862) e de Francisco Solano López (1862-1869) foram descritos como governos que inegavelmente haviam feito o progresso material do país. São várias as passagens onde esta idéia fica evidenciada pelos autores. Contudo, dirigiram suas críticas ao ordenamento jurídico do regime, em particular a lei “constitucional” de 1844 que “limitava as garantias individuais e a igualdade legal”. Assim, os nossos autores concluem que apesar do “adianto material” promovido pelos López, houve, por outro lado, a “falta completa daquele progresso moral que dá ao povo consciência de seus direitos e deveres”. Sem este progresso o povo não pode se “regenerar”.

Em suma, o regime dos López, como o do doutor Francia, também teria posto a vontade de “um só homem” no lugar da vontade do povo, de maneira que a “cega obediência” permaneceu sancionando o recorrente “despotismo”. O manual tampouco exagera em entusiasmo sobre a questão da guerra, preferindo não expor as teses liberais dos motivos desse conflito, onde os López seriam os únicos culpados. Suas batalhas são reconstituídas de forma concisa e os fuzilamentos em São Fernando e Itá Ibaté (1868-1869) contra supostos traidores de

sangue negro. Ver MORENO, Fungêncio R. “El origen del doctor Francia”. In: **Revista del Instituto Paraguayo**, Asunción, año 9, nº 58, 1907, pp. 357-384.

²¹⁵ TERÁN, Leopoldo Gómez de; GAMBA, Próspero Pereira. **Compendio de historia...** op. cit., p. 106.

guerra, entre eles pessoas do próprio seio familiar do presidente Marechal López, dão margem a um severo juízo a sua figura: “mereceu com justiça o título de tirano”.

O sentido geral do manual foi severo com o Paraguai. Do mesmo modo como o período colonial, o independente também não teria conseguido trazê-lo aos trilhos da civilização. As esperanças nascidas com a independência foram proteladas para depois de 1870, pois se ela conseguiu eliminar o despotismo de uma autoridade absoluta externa, o da monarquia espanhola, trouxe, porém, a dominação absoluta dos tiranos internos, de forma que a degeneração do povo prosseguia.

O passado colonial e independente são em bloco rechaçados pelo manual: índios hostis, credices, jesuítas, imoralidades, monopólios, monotonias, tiranias, língua guarani, etc. era o que havia na história da “pátria” paraguaia. Tudo estava por “regenerar”. Nela, as forças da liberdade não venceram senão com a guerra, ficando ela justificada. Implicitamente, contudo, está posta a seguinte questão: quem sabe agora depois dela, com a implementação das instituições e dos ideários liberais, a pátria alcança enfim a almejada civilização²¹⁶?

2.3 A pedagogia “nacional” na condução do povo à guerra e à indolência: Manuel Dominguez, Manuel Gondra e Blás Garay

Toda essa forma de conceber a “história pátria”, sua evolução e ruptura na “Guerra Grande”, expressa aqui pela “Revista del Instituto Paraguayo” e pelo manual reformulado por Héctor Decoud, intentava inculcar nos paraguaios e em particular nos estudantes toda uma filosofia da história segundo os parâmetros ideológicos do pós-guerra, filosofia que tinha no seu bojo a visão de que a própria instrução pública, isto é, a própria ação pedagógica era um dos meios de se promover a “regeneração” do ignorante e ainda lopizta paraguaio. Dada a importância dessa concepção, ela mesma tornou-se tema específico de estudos e debates históricos, pois no julgamento negativo que tais estudos empreendiam sobre o passado, um importante critério levado em consideração foi justamente o mundo do ensino.

Nesse sentido, Manuel Dominguez, membro da “geração de 900” e que no futuro próximo seria um dos grandes revisionistas da história paraguaia, não deixou de compartilhar

²¹⁶ Segundo hipótese defendida pelo historiador Júlio J. Chiavenato, a própria guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai pode ser culturalmente lida como um meio de se varrer do Rio da Prata pelo menos parte de uma barbárie representada pelos índios: “foi uma guerra de conquista, cujo fim era a

tal idéia no início de sua produção historiográfica. Esteve tão imerso nela como os que nunca a abandonaram – como Cecilio Báez ou os Decoud – que chegou a escrever na “Revista del Instituto Paraguayo” um emblemático ensaio contando a história geral do “ensino nacional”. Datado de agosto de 1897, o título deste seu ensaio é “Historia de la enseñanza nacional”²¹⁷. Escreveu-o em um momento que a questão da instrução pública ganhou grande notoriedade, pois Manuel Gondra, também um dos membros da “geração de 900”, há pouco havia escrito nas páginas do jornal “La Democracia” uma série de artigos – concentrados principalmente no mês de maio de 1897 – tratando da educação na era dos governos lopiztas, série intitulada “La Obra del Dr. Garay: impresiones de una lectura”²¹⁸.

A motivação de Gondra para se dedicar a este tema deu-se por algo bastante singular: rebater as teses de Blas Garay, o primeiro intelectual da “geração de 900” que ao prenciar o revisionismo histórico resvalou justamente na temática da instrução pública. Garay, recém graduado em Direito e Ciências Sociais, viajou oficialmente à Espanha, em março de 1896, sob mando do governo do General Juan Bautista Egusquiza (1894-1898) na condição de “Encarregado de Negóios en Madrid y Secretario de la Delegación en Paris y Londres”. Pouco tempo depois, ainda na Europa, foi comissionado como secretário de uma outra delegação, cujo objetivo desta era buscar documentos históricos no “Archivo de las Indias” em Sevilha que comprovassem a pertença do território do Chaco ao Paraguai.

Os resultados do seu trabalho, publicados na “Revista del Instituto Paraguayo”, foram de grande importância “nacional”. Possibilitaram alicerçar toda a argumentação histórica do Paraguai frente ao ímpeto boliviano sobre o Chaco. Mas, concomitante ao seu trabalho oficial na Europa, publicou ainda em 1896 a obra “Compendio Elemental de Historia del Paraguay”²¹⁹, também utilizada como manual de história nas escolas paraguaias por vários anos. O sentido geral desta obra não difere muito da de Héctor Decoud. Contudo, ao contrário de toda a era colonial, também negativamente valorada segundo a lógica do mesmo sistema de pensamento, descreveu como sendo positivo e promissor o governo de Carlos Antonio López e

destruição de um povo”. CHIAVENATO, Júlio José. **Genocídio Americano**. A guerra do Paraguai. São Paulo: Editora Moderna, 1998, p. 77.

²¹⁷ Ver DOMINGUEZ, Manuel. “Historia de la enseñanza nacional”. **Revista del Instituto Paraguayo**. nº 10, año 1. Asunción, 1897, pp. 217-247.

²¹⁸ Não obstante a existência destes artigos no “La Democracia”, como, por exemplo, o de 15 de maio de 1897, para este trabalho utilizei uma compilação dos trabalhos de Gondra, datada de 1942. Ver GONDRA, Manuel. **Hombres y letrados de América**. Asunción: El Lector, 1996.

²¹⁹ Ver GARAY, Blas. **Compendio Elemental de Historia del Paraguay**. Madrid: Librería y Casa Editora, s/d, [1896].

Francisco Solano López: entre outras coisas eles haveriam feito um bom governo no âmbito do ensino nacional, pondo-o como obrigatório, gratuito e inspirado nos ideais liberais.

Foi justamente contra estas conclusões de Blas Garay que Manuel Gondra, citando-o, insurgiu-se, ainda que cordialmente. Entretanto, esta rusga não deixou ser uma pequena prévia do que mais tarde, muito mais seriamente, porém, aconteceria entre O' Leary e Báez. Para Gondra, como também para Manuel Dominguez pelo menos por enquanto, e também para Báez, durante toda a história paraguaia até o fim dos López na guerra, o ensino ao invés de contribuir para “regenerar” o povo, degenerou-o de vez. Tornou-o “indolente” e passivo, possibilitando sua condução, de modo inconsciente, ao sofrimento da guerra. A demarcação temporal que tem na “Guerra Grande” o divisor de águas também para a instrução, compartilhada pelos três, Báez deixou-a muito clara:

“Recien, después de 1870, podese decir que el Paraguay llegó a incorporarse al movimiento de los pueblos civilizados e posui escuelas de verdad, onde el individuo ilustra el espíritu y adquiere consciencia de su personalidad, que antes no la tenia”²²⁰.

Começando pelo período colonial, o próprio Garay não tinha dúvida do fracasso e equívoco que foi – pelo menos para os que, como ele, eram preocupados em promover a sensibilidade do povo ao civismo e à liberdade – o ensino deixado a cargo da Companhia de Jesus. Na sua obra “El Comunismo de la Compañia de Jesus”²²¹, livro publicado também em 1896, embora um trabalho dedicado ao estudo de todas as ações dessa ordem religiosa em seus 150 anos de estada no Paraguai, inevitavelmente não deixou de tecer comentários sobre as obras de ensino. Sendo absolutamente severo com a companhia, entendia que os jesuítas ao invés de levar o índio guarani, como supostamente pretendia a Coroa, a completa autonomia por meio da inculcação de valores como os de “propriedade privada”, “caudal”, “administração”, “imaginação”, entre outros, fizeram exatamente o oposto, para que deste modo os índios sempre permanecessem sob a sua tutela:

“Mas no dió el nuevo arreglo los resultado que se esperaban; perdida, o mejor dicho, desconocida de aquellos desgraciados toda noción administrativa, pues nunca tuvieron caudal propio ni imaginaron que pudiesen tenerle, no era de esperar que acertaran a componerse de tal suerte que, arreglándose a los rendimientos de su trabajo, no pasaran estrechez y miseria. Bien lo sabían los misioneros, y en ello se apoyaban para resistir la innovación: los indios eran

²²⁰ BÁEZ, Cecilio. **La Tiranía en el Paraguay**. Asunción: Intercontinental Editora, 1992, p. 19. [1903].

²²¹ Ver GARAY, Blas. **El Comunismo de las misiones jesuíticas**. Asunción: Carlos Schauman Editor, s/d, [1897].

incapaces de gobernarse por sí mismos; pero faltaba añadir que su incapacidad no era nativa, sino obra deliberada y fruto de la educación, del alejamiento de todas las ocasiones en que pudieran aprender lo que a sus doctrineros no convenía que aprendiesen [grifo meu]²²²”.

Já o artigo de Manuel Dominguez acima aludido, “Historia de la enseñanza nacional”, foi construído de tal forma que a Companhia de Jesus é mostrada como uma instituição que, embora com “fama” de “pedagoga”, deixou de cumprir os acordos que estabeleceu com a autoridade “paraguaia”, o governador dom Hernando Airas de Saavedra em princípios do século XVII. Tais acordos Dominguez os expôs numa grande citação das exigências de Saavedra: “conversão dos índios” e promoção dos “estudos” aos filhos dos espanhóis. Assim, a companhia estaria incumbida de “criar um seminário e um colégio de caráter civil”, e, também, promover a “conversão dos índios”²²³. Não obstante, o “Colegio de la Asunción” destinado aos paraguaios civis levou uma “vida lânguida” apesar de possuir enorme quantidade de “bens” e recursos. A conclusão de Dominguez a respeito dele é brutal. Vejamos: “Em suma, o Colégio, como sítio de ensino, valeu zero, porém era a única e forte coisa de comércio e o que perdia em eficácia doutrinal, ganhava em dinheiro contado”²²⁴.

Num outro tópico desse ensaio, sendo complacente com a companhia, reconhece a dificuldade de se dar um bom ensino ao índio, já que o cérebro, órgão do pensamento, ele “o teria pouco desenvolvido”²²⁵. Não obstante, condena e lamenta profundamente o fato dela não ter ensinado ao índio reduzido ao menos a língua da “civilização”. Pois, como considerou, “salvo para a poesia, aquele que não fala outra língua senão a guarani, estará sempre a respeito de seu estado de civilização, por debaixo do que conhece o castelhano”²²⁶.

Manuel Dominguez, como tantos outros políticos e intelectuais de sua época, reconhecia na língua guarani um sinal de permanência do estado de barbárie, sendo que já os primeiros incumbidos de apagá-lo, os jesuítas, não o fizeram, pois os seus verdadeiros propósitos foram “criminosos”. Desse modo, a “instrução” que deram aos índios esteve “10º abaixo de zero” e mesmo a finalidade de convertê-los nunca foi realmente alcançada.

Aqui fica bastante explícito como o discurso “científico” e o discurso político se confundem e por vezes estão de tal maneira imbricados, que, no dizer de Claudia Wasserman, “pode-se aventar a hipótese da existência de uma certa influência de um sobre o outro” e que a

²²² Idem, p. 60.

²²³ Ver DOMINGUEZ, Manuel. “Historia de la enseñanza nacional...”, op. cit., p. 219.

²²⁴ Idem, p. 221.

²²⁵ Idem, p. 222.

respeito da questão nacional, “os trabalhos de ciências sociais (história, sociologia, ciência política) e os discursos políticos têm traços muitos semelhantes”²²⁷. Há várias décadas a língua guarani vinha sendo atacada tanto por políticos e agentes do Estado quanto por homens letrados, sendo que na maioria das vezes, como no caso da “geração de 900”, ambos eram ou se tornaram as mesmas pessoas.

Após a guerra, a depreciação dela contou com o peso ainda mais acentuado do militante liberalismo, pois o “cidadão” paraguaio, isto é, o civilizado Paraguai antilopizta, deveria ser construído sob o alicerce da língua comum espanhola. Projetada esta ideologia nacional ao campo do conhecimento historiográfico, a condenação da Companhia de Jesus tornou-se certa, e não só Dominguez a condenou, mas também, de forma tão clara como as dele, foram severas as plumas de Cecilio Báez. Este, na briga que empreendeu com O’ Leary em 1902, não deixou de expressar sua angustia pela educação ofertada pelos discípulos de Santo Inácio, bem como todo o seu desprezo à língua autóctone guarani, um mal ainda persistente no Paraguai e que haveria preparado o “sistema de isolamento do doutor Francia”:

“Los jesuitas, los fundadores de las Misiones, habían constituido una República independiente con las reducciones de los indios. Cada reducción tenía su escuela, pero no concurrían a ella sino un corto número de niños o jóvenes, los destinados al servicio del culto o a desempeñar algunos cargos concejiles. Aprendían a leer y escribir guaraní y a contar. Leían también el latín y el castellano, pero sin entenderlo. Les estaba prohibido en absoluto aprender la lengua española, por el temor que abrigaban los misioneros [...] de que la raza nueva se comunicase con la antigua. De esta suerte el guaraní ha llegado a ser la lengua generalmente hablada en el país, y sustraía el pueblo a la comunicación de los pueblos civilizados, preparando el sistema de aislamiento del doctor Francia”²²⁸.

Nove anos mais tarde, o próprio Báez, mesmo destoando do caráter da história revisionista do “Album Gráfico” de 1911 – trabalho comemorativo do centenário de independência do Paraguai – onde contribuiu com o ensaio “Historia de la Instrucción Pública en el Paraguay”, lamentou o fato, uma vez mais, de os jesuítas terem ensinado as crianças guarani a ler, a escrever, a bailar, a cantar e a tocar música, porém as terem “proibido [de] aprender o castelhano, para isolá-las pela linguagem”. Os “primeros pedagogos do mundo”, como considerou, “proibiram uma língua civilizada”²²⁹

²²⁶ Idem.

²²⁷ WASSERMAN, Claudia. “Percurso Intelectual e Historiográfico...”, op. cit., p. 99.

²²⁸ Ver BÁEZ, Cecilio. **La Tiranía en el Paraguay...**, op. cit., p. 17 e 18.

²²⁹ Conf. BÁEZ, Cecilio. “Historia de la Instrucción Pública en el Paraguay”..., op. cit., p. 273.

Considerando que estes intelectuais viam a “nação” paraguaia como algo dado desde a independência ou mesmo desde a “descoberta” do Rio da Prata e que eles, no máximo, buscavam tão só dar uma contribuição à sua “regeneração” – quando, de fato, eram os que articulavam a matéria-prima ideológica para a sua construção –, não vislumbravam o fato de que no *Ancien Régime* a língua comum nunca foi, como em vosso tempo, um dado a ser considerado no sistema político de então, isto é, no Estado nacional.

Para John Breuilly é só com a expansão de uma “opinião pública” politizada através de jornais, revistas e panfletos populares, estando isso ligado a crescente importância das assembléias eleitas, algo que começava a acontecer no Paraguai, é que se torna necessária a “escolha e a padronização da língua”²³⁰. Assim, se a depreciação da língua guarani no presente significava comungar com a ideologia hegemônica de então, desprezi-la na história significava, além disso, uma transposição de valores para um período onde não os cabia. Evidentemente isto não nos pode preocupar, pois este processo, bem como o da própria “criação” e/ou “invenção”, faz parte de quaisquer sistemas de pensamento nacionalista, particularmente o de forma historiográfica, independentemente de seu conteúdo ideológico.

Contudo, com a ajuda das constatações teóricas de Gellner, é necessário deixar assinalado que até o fim do *Ancien Régime* as sociedades européias, modelos para os nossos intelectuais, estavam divididas em inúmeras corporações. Eram as ordens, os feudos, as guildas, cada qual procurando proteger-se estabelecendo para si uma cultura diferenciada do restante social, sendo que o próprio modo de recrutamento de cada uma delas, a simples hereditariedade, colaborava para este fenômeno.

Mas, o mais importante, é que mesmo a elite clerical e aristocrata, monopolizadora do poder político institucionalizado, também procurava acentuar as diferenciações culturais em relação às outras classes, e qualquer tentativa de os de “baixo” em tentarem imitá-la, correspondia a uma insolência, um sério crime passível de punição, pois, parte considerável do poder dessas elites e sua legitimação provinha justamente da heterogeneidade cultural. Daí o fato de muitas se comunicarem numa língua diferente da de seus subalternos, como as línguas mortas, por exemplo. Estes, leigos na cultura “superior”,

²³⁰ Conf. BREUILLY, John. “Abordagens do nacionalismo”. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org). **Um Mapa da Questão Nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 161.

viam-na, ou pelo menos deveriam, como parte dum sistema mágico e inatingível, e que não lhes cabia aprender²³¹.

Ainda que o próprio Gellner reconheça que o seu trabalho represente apenas um modelo teórico, certamente aí está, pelo menos em parte, a explicação do fato de a Companhia de Jesus, ainda uma corporação do *Ancien Régime*, nunca ter se preocupado em ensinar aos seus reduzidos sequer os rudimentos do castelhano, fato lamentado pelos nossos intelectuais: os índios “seguiram aprendendo o insuficiente para serem cidadãos, o necessário para manterem-se na servidão”, dizia Manuel Dominguez²³².

Mas é só na modernidade – que a elite paraguaia desesperadamente procurava adentrar – que há a exigência de homogeneidade cultural, e dessa forma, também da homogeneidade lingüística. Nela o fonema de uso estrito e limitado é um problema, devendo ser substituído por um universal, com símbolos dotados de significação padronizada que independa de contextos limitados. Daí a construção de um sistema educacional padronizado, normalmente estatal, que “processa todo o material humano formador da sociedade, que transforma a matéria-prima biológica num produto cultural aceitável e útil”. No bojo desse “produto cultural” certamente estará o ideal de nação buscado²³³.

Mas, não foi só a educação jesuíta o único exemplo de fracasso, ou, como disse Báez, de inculcamento de “ignorância”. Entretanto, seguindo a linearidade da periodização da história liberal, há alguma tolerância em relação às últimas décadas do século XVIII devido às iniciativas ilustradas de Carlos III. Este monarca, segundo Manuel Dominguez, recomendou “aos governantes” que “assegurassem a educação das crianças”, e, na prática, tal recomendação haveria sido minimamente seguida pelos últimos governadores paraguaios, a exceção de Velasco, o último²³⁴.

Mas estas décadas foram uma exceção, e a obra de instrução da era colonial Manuel Dominguez a condenou em seu conjunto. Empreendida por civis ou eclesiásticos, ela teria sido pautada por motivações “religiosas” e “fanáticas”, sendo o “ensino laico coisa de

²³¹ Conf. GUELLNER, Ernest. “O Advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe”. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org). **Um Mapa da Questão Nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, pp. 107-154.

²³² Ver DOMINGUEZ, Manuel. “Historia de la enseñanza nacional...”, op. cit., p. 225.

²³³ Conf. GUELLNER, Ernest. “O Advento do nacionalismo...”, op. cit., p. 119.

²³⁴ Ver DOMINGUEZ, Manuel. “Historia de la enseñanza nacional...”, op. cit, p. 230.

outro mundo”; além do mais teria havido, ainda, severas sanções aos que introduzissem livros; e a “instrução primária não passou da leitura, escrita, e das quatro operações aritméticas”²³⁵.

O ensaio de Dominguez, como a obra reformulada por Héctor Decoud, também nutre grandes expectativas para o início da vida independente do Paraguai. Se o plano de instrução pública de Pedro Juan Cabalero e Fulgêncio Yegros, os heróis da mitologia liberal, não tivessem sido abortado pelo “tirano” Francia, o Paraguai não “cederia em instrução pública a nenhum povo”²³⁶. Mas a esperança tornou-se desencanto e a noite tornou a cair rapidamente sobre o Paraguai.

Lamentando-se, Manuel Dominguez expõe uma lista das atitudes do governo francista a respeito de sua política para a instrução pública e, ao final, tece o seguinte comentário: “decididamente o Ditador em matéria de instrução pública fez pior que não fazer nada [...] e o amigo da humanidade tem que lamentar com amargura o bem que deixou de fazer e os males que causou”²³⁷. Entre estes “males”, estaria o “isolamento” em que jogou o Paraguai, permitindo tão só chegar livros e jornais para o seu próprio uso; a destruição dos livros que já existiam na capital, utilizando-os na “fabricação de naipes”; além de ter sido ele, “o ÚNICO dos governantes da República que não estabeleceu nenhuma escola [grifo do autor]”²³⁸. A explicação dessa maldade, conclui Dominguez, é que o “Ditador” considerava a ignorância a base de sustentação de sua “tirania”.

Comparado ao governo francista, o de Carlos Antonio López, por sua vez, dedicou-se a instrução pública. Construiu uma Academia Literária, algumas escolas e enviou jovens bolsistas à Europa. Logo se tornou raro no país quem não sabia “escrever e contar”. No entanto, Manuel Dominguez dirigiu suas críticas à qualidade do ensino, dizendo que ele não acompanhava o “adianto do século”. O uso do “açoite” era o método pedagógico privilegiado, além de os pedagogos usarem o catecismo de San Alberto, um dos “códigos do despotismo”. O governo lopizta, de cunho “paternal”, trabalhava para anular a “personalidade humana”, mantendo-a sob a “onipotência” do Estado. Numa palavra, a educação lopizta, embora ampliada suas bases, foi boa tão só para formar “bestas de carga”²³⁹, tese fundamental do nacionalismo de matriz liberal.

²³⁵ Idem, p. 233.

²³⁶ Idem, p. 235.

²³⁷ Idem, p. 239.

²³⁸ Idem, p. 240.

²³⁹ Idem, pp. 245 e 247.

Esse ensaio de Manuel Dominguez representa, uma vez mais, a reafirmação da grande dúvida da elite paraguaia – dúvida posta já pelo Triunvirato Provisório em 10 de setembro de 1869 – acerca de os porquês de seu povo ter “seguido” o Marechal López na guerra, já que ele expressava nada mais senão própria encarnação da “barbárie”. Dominguez, em parte, sintetizou uma possível explicação a partir da história do “ensino nacional”. Por séculos, como entendeu, salvo para alguns lapsos temporais, os “paraguaios” foram privados de uma educação que lhes assegurassem os naturais valores e direitos humanos de liberdade, de modo que ao invés de se tornarem “cidadãos” não passaram de “servos” bestializados e conduzidos com indiferença segundo a vontade dos “tiranos”. Degradados com a ajuda de um péssimo ensino, não puderam tomar consciência do que a guerra significaria para ele mesmo, daí terem marchado resignadamente ao lado do “tirano” até a sua morte em Cerro Corá.

Logo mais Cecilio Báez faria uso destes mesmos argumentos para explicar e “provar” o “cretinismo” do povo paraguaio e os motivos dele ter marchado com o Marechal López. Não obstante, essa tese de Dominguez e Báez existia desde há muito, embora tenha sido eles os que melhor a desenvolveu. O “La Regeneración”, ainda em 1869, quando López estava em fuga pelo norte do país, publicou um artigo de Juan José Decoud intitulado “Lopez y los Paraguayos: la guerra ó el despotismo”, anotando como os paraguaios estavam sendo “obrigados ao combate” pelo “monstro” López. Sua conclusão dizia que a “indiferença” e o “silêncio” do povo a tudo o que ocorria na “pátria” explicaria porque 2000 homens ainda continuavam a seguir a “tirania” mesmo diante do seu absoluto fracasso contra a Aliança²⁴⁰.

Para Juan José Decoud ficava, por conseguinte, mais do que justificada a empresa levada adiante pelo “La Regeneración”, jornal onde escrevia. Referia-se a empresa da grande “propaganda” da “liberdade” – uma “arma” contra López –, já que o povo do Paraguai era secularmente carente dela. Ficava justificada também a necessidade de “ensinar” à criança que ela teria “a fortuna de criar-se já livre”²⁴¹. Em resumo, era a guerra e a ordem com ela imposta servindo de lente e cristalização também aos estudos da história do ensino paraguaio. Conforme resumiu Manuel Dominguez, foi só depois dela que a educação tornou-se, enfim, “conveniente” para formar verdadeiros “cidadãos”.

Décadas depois, em 1925, quando o lopizmo era já uma realidade incontestada, Báez seguia firme na mesma tese de Juan José Decoud e Manuel Dominguez, ainda que na contramão da historiografia nacional da época. Os López com um sistema político semelhante

²⁴⁰ “La Regeneración”, 21 de outubro de 1869.

²⁴¹ Idem.

as das “autocracia[s] asiática[s]” teriam anulado toda a “personalidade humana” e toda a “vida cívica”, criando uma espécie de “sonambulismo coletivo”. “Asno e touro”, escravizado, pode-se dizer, o povo teria sido incapaz de derrubar a “opressão” que o aniquilava e, por outro lado, capaz de todo o sacrifício quando o Marechal López obrigou-lhe a marchar para a guerra. Portanto, como aconselhava em sua obra “Política Americana”, que a juventude “pense nisto” e “ilustre-se verdadeiramente”, pois o...

“pueblo nunca intentó derrumbar la tiranía y [...] no cuenta con héroes de la libertad; por consiguiente, cada ciudadano de nuestros días debe aspirar a ceñirse la corona de la gloria que procuran las artes y las letras, la educación y la ciencia, en lugar de pretender justificar al autor principal de la ruina nacional”²⁴².

Estas conclusões de Báez, Juan José Decoud e Dominguez, todas de momentos diferentes, foram as mesmas de Manuel Gondra quando ele se insurgiu – poucos meses antes de Dominguez publicar o ensaio “Historia de la enseñanza nacional” – contra as de Blas Garay, autor do manual “Compendio Elemental de Historia del Paraguay”. Gondra havia ingressado no curso de Direito e Ciências Sociais em 1891, mas abandonou-o sem coroar os seus esforços para assim poder atuar como professor de castelhano e geografia no “Colegio Nacional de Asunción”, além de jornalista em diversos diários e também como militante nas fileiras liberais. Já Garay, socialmente melhor posicionado, após o seu retorno da Espanha continuou a escrever, agora no “La Prensa”²⁴³, ácidos artigos jornalísticos, uma de suas marcantes características como escritor. Anos antes, esta sua característica fizera que o próprio General Bernardino Caballero – observando a sua atuação jornalística nos tempos de estudante na “Universid Nacional” – o convidasse para militar nas fileiras coloradas.

Não obstante, mesmo apadrinhado por Caballero, nunca deixou de escrever artigos criticando aspectos de governos provenientes de seu próprio partido, em especial do governo civil de Emilio Aceval (1898-1902). E se criticava os seus próprios correligionários, escrevia ainda mais severas críticas a imprensa e ao “Partido Liberal”, sendo que numa delas, ironicamente perguntou-lhes se ao invés ficarem atacando o governo colorado do General Egusquiza (1894-1898), alguma vez teriam ofertado-lhe alguma boa proposta desinteressada. Evidentemente que a resposta implícita era um grande “não”. Vejamos:

²⁴² Ver BÁEZ, Cecilio. **Política Americana**. Asunción: Imprenta Zamphirópolis & Cia, 1925, s/d.

²⁴³ Diário criado e dirigido por ele mesmo.

¿Por ventura han ofrecido arbitrios para aliviar las angustias del tesoro público o para combatir a la ya crónica crisis que consume a la Nación, o han dado los medios de persuadir a nuestros campesinos a que trabajen”²⁴⁴?

Essa investida de Garay contra os liberais anota, a contra-pelo, um dos grandes males sociais e preocupações da elite do período: a emigração de camponeses para a capital Assunção ou para o norte da Argentina, já que as condições de vida no campo eram-lhes aviltantes. Desde a guerra o Paraguai seguia carecendo de mão-de-obra no campo, de forma que esta emigração colaborava para tornar ainda mais crônica uma situação que nenhum governo nunca conseguiu resolver de fato, apesar das enérgicas arbitrariedades que empregaram. Em 1º de janeiro 1871, por exemplo, Cirilo Antonio Rivarola levando em consideração o benefício dos ervateiros ditou um decreto limitando o direito de mobilidade interna no território paraguaio à uma parcela específica de cidadãos: os peões rurais. O 2º artigo deste decreto estabelecia que o peão ficava obrigado a portar um “concentimento” do patrão para separar-se do trabalho²⁴⁵. Em 1902 um outro decreto com semelhante espírito foi editado²⁴⁶. Era o Estado liberal colaborando diretamente com as empresas pelo controle da escassa e “fugitiva” mão-de-obra.

De qualquer forma, para os letrados e políticos da época, “persuadir” o camponês para que se fixasse no campo e nele “trabalhasse” era uma das grandes tarefas atribuídas a instrução pública e as instituições liberais, embora os reais motivos de sua fuga, perda de terras e gados e violência caudilhesca, poucos ousavam em afirmá-las²⁴⁷. Preferiam atribuir o

²⁴⁴ “La Prensa”, 5 de abril de 1898. *Apud.* GARAY, Blas. **Paraguay 1899**. Asunción: 1984, p. 57.

²⁴⁵ Ver RIVAROLA, Milda. **Vagos, Pobres y Soldados**. La domesticación estatal del trabajo en el Paraguay del siglo XIX. Asunción: Centro de Documentación y Estudios, 1994, p. 32.

²⁴⁶ Por conseguinte, a forma predominante de extração de trabalho forçado do pós-guerra foi o antigo “enganche” colonial, termo reavivado com que se designava o meio por qual se “induzia” o camponês que não tinha necessidade ou vontade de abandonar os seus afazeres a irem trabalhar nas pesadas tarefas exigidas pelos ervais. Segundo Evaristo Duarte o mecanismo utilizado “era o de forçar esses infelizes a consumir produtos a que só podiam ter acesso através da compra (panos, ferramentas, facas, etc.), o que, pela natureza da economia de subsistência em que levavam suas vidas lhes era impossível. Intermediários dos arrendatários (e depois proprietários) forneciam-lhes esses produtos, endividando-os e forçando-os, dessa forma, a se empregar nos ervais para ‘pagar’ essa dívida. Uma vez *engachados* descobririam que a dívida assim contraída era impagável, dada as formas de organização da produção. Pois tudo que consumiam nos bosques carregando as folhas, era descontado do seu ‘salário’ e no final sempre acabavam devendo mais do que no começo”²⁴⁶ [grifo do autor]. Ver COLMÁN DUARTE, Evaristo E. **Nacionalismo e movimiento operário na...**, op. cit., p. 170.

²⁴⁷ A cada golpe ou tentativa de golpe, a população rural era obrigada a tomar armas em favor de um ou outro lado em contenda. Aliás, segundo Francisco Gaona, tamanha era a representação do camponês como sendo preguiçoso que o suíço Moises Bernoni pronunciou uma conferência no “Instituto Paraguayo” em defesa do trabalhador do campo. Para ele o problema do campo não era o da

problema, entre outras coisas, à própria inadequação ou “falta de instrução pública”, e que, sendo ela dada ao camponês de maneira correta, isto é, liberal, magicamente se corrigiria a sua tão propalada inferioridade moral, levando-o assim a trabalhar. Até aqui tanto Gondra como Garay concordariam, assim também como Dominguez e Báez.

Por conseguinte, dentre os motivos da “ignorância” e “vagabundagem” do camponês estaria – exceto para Garay – a própria educação não liberal que o recém destruído regime lopizta havia lhe dado. Por que trabalhariam se os López não lhes inculcaram qualquer “iniciativa”, ânimo, vontade de “cabedal” ou coisas do tipo, senão a cega e passiva obediência que os conduziram a dor, perdas e aos sofrimentos da “Guerra Grande”?

Assim, quando Garay no seu livro destacou diversas e positivas obras que o governo de Carlos Antonio López fizera, sendo que dentre elas estaria a sua dedicação em procurar “estender a instrução pública”, fazendo-a “obrigatória e gratuita”, e, ainda, que teria imprimido “as teorias mais liberais dos modernos reformadores”²⁴⁸, bastou para Manuel Gondra insurgir-se e publicar em abril e maio de 1897, no “La Democracia”, uma espécie de réplica, rebatendo-o a partir de uma singela questão: “Que liberalismo é esse que disse o doutor Garay”? Seria ele, continuou, proveniente dos “métodos pedagógicos”? Não, pois, como contra-argumentou, todos os textos dados aos alunos seguiam pertencendo ao gênero dos “antigos manuais” de pergunta e resposta, e, além disto, as escolas estavam sob responsabilidade de “pedagogos ignorantes e cruéis que acabavam por embrutecer aos pobres meninos com palmadas e açoites”, fazendo-lhes apenas com “*o sangue entrar a letra*” [grifos do autor]. Seria ele proveniente das “idéias infundidas”? Tampouco, pois, como prosseguiu, elas estavam muito longe de serem verdadeiramente liberais²⁴⁹.

Em que pese o “sanguinário” método pedagógico, foi nesse segundo ponto, o das “idéias infundidas”, que Gondra aprofundou seus escritos contra a tese de Garay. Nele, conforme considerou, se revelaria que “os ulteriores propósitos de ambos os López foram [...] [os de] cimentar sobre sólidas bases morais a tirania que exerceram, deprimindo o espírito do povo, moldando-o para suportá-la sem protestos”²⁵⁰. Foi, aliás, com tais objetivos que eles teriam buscado um manual que guiasse as crianças para estes “cálculos de déspota”, a partir das

preguiça do trabalhador, mas as empresas estrangeiras que se tornaram donas de suas terras. Conf. GAONA, Francisco. **Introducción a la historia gremial...**, op. cit., p. 199.

²⁴⁸ Ver GARAY, Blas. **Compendio Elemental de Historia del Paraguay...**, op. cit., p. 269.

²⁴⁹ Ver GONDRA, Manuel. **Hombres y letrados...**, op. cit., p. 45 e 46.

²⁵⁰ Idem, p. 48.

sugestões dos sacerdotes que os rodeavam. Em 1863 adentrou nas escolas paraguaias o “Catecismo de San Alberto”, o que para Gondra seria um dos símbolos da tirania lopizta.

Conforme assinalou Guido Rodriguez Alcalá, este trabalho foi originalmente escrito em fins do século XVIII por um carmelita conhecido como San Alberto, religioso que na época ocupou a sede episcopal de Tucumán e o arcebispado de Charcas. Reimpresso na “Imprenta Nacional” lopizta, o catecismo continha apenas algumas ligeiras modificações deixadas a cargo do bispo Urbietta, que adequou-o para melhor atender ao sistema de governo dos López. Várias passagens, por exemplo, onde Urbietta escreveu “presidente da República”, originalmente estava escrito a palavra “rei”. Contudo, esse tipo de substituição não aconteceu naquelas passagens que se remetiam aos textos sagrados, isto é, a Bíblia, onde o texto original de San Alberto foi mantido²⁵¹.

Para Gondra o próprio nome completo desse catecismo – “Instrução onde por lições, perguntas e respostas, se ensina aos meninos e meninas as obrigações mais essenciais que um *vassalo* [grifo do autor] deve a seu rei e senhor” –, seguido por seu prefácio, demonstrariam cabalmente o desejo “despótico” tanto de seus autores como do próprio governo e regime lopizta. Neles, o povo paraguaio ao invés de “soberano” e livre foi tratado como “vassalo” de um governo cuja “emanação” de sua autoridade provinha de uma “divindade”, devendo ser, portanto, “respeitado e obedecido”.

Aliás, para maior espanto e lamento de Manuel Gondra, o prefácio seguia dizendo que o catecismo deveria “dar à criança uma justa idéia do que é e se merece um soberano, para depois impor nelas o amor, respeito, obediência e fidelidade que lhes devem os vassalos”. Das várias citações que Gondra fez de suas pequenas lições, todas seguem exatamente esse mesmo acorde anunciado no prefácio. O da origem e direitos além mundo do governo e/ou o das obrigações dos governados. Vejamos, como exemplo, partes da lição de número IV: “P. – Quem é superior ao Rei? R. – Só Deus... P. – O Rei está sujeito ao povo? R. – Não; isto seria estar sujeita a cabeça aos pés”²⁵².

Manuel Gondra, como o fez Manuel Dominguez, também recordou as idéias vertidas em 1812 por Yegros e Cabalero a respeito da instrução pública, comparando-a com a lopizta. Vejamos o que disse:

²⁵¹ Conf. ALCALÁ, Guido Rodriguez. **Ideologia Autoritária...**, op. cit., p. 35.

²⁵² Ver GONDRA, Manuel. **Hombres y letrados de América...**, op. cit., p. 54.

“... en un documento digno de las loas del historiador, [Yegros y Cabalero] encarecían la necesidad de educar en las escuelas **ciudadanos útiles a la patria**, y considérese, después, que todos los conatos de los déspotas fueron sólo encaminados a formar en los colegios **vassalos fieles a su soberano**, y dígase si debe aplaudirse sin reservas una educación que trataba de perpetuar a la República bajo el yugo del despotismo [destaques do autor]²⁵³”.

Evidentemente que, para Manuel Gondra, não se poderia aplaudi-la, pois não criava “cidadãos úteis” senão verdadeiros “vassalos”. E foi com esse rol de argumentação que ficou rebatida a tese de Garay segundo a qual a educação ofertada pelos López teria sido “liberal”, embora Gondra não o convencesse conforme se pode aferir de um artigo que publicou no “La Prensa” em outubro de 1899. Neste artigo intitulado “La civilización moderna y el Paraguay”²⁵⁴, Blas Garay, cantando louros a racionalidade da civilização liberal, falou das qualidades do regime lopizta, comparando-o, novamente na questão educacional, com o regime de então: em 1856 haveria no Paraguai 408 escolas públicas, além das particulares, enquanto em 1899, quando escreve, haveria apenas 224, quase 50% a menos.

Naquele tempo, prossegue, era raro o paraguaio que não sabia ler, pois Carlos Antonio López fizera obrigatória a instrução primária. Junto de outras benéficas obras – como a construção dos arsenais, da linha de ferro, de caminhos, de pontes e tratados comerciais – mandou estudantes à Inglaterra e chamou numerosos germanos de ciência para servir e trabalhar no Paraguai. Enfim, repetia a mesma tese do “Compendio Elemental de Historia del Paraguay”. Na conclusão desse artigo – trabalho publicado poucos dias antes de ser assassinado – Blas Garay sem rodeio algum afirmou que o estado de miséria econômica que seu país se encontrava era causada, dentre outras coisas, pelo “atraso do cultivo intelectual da multidão”. Vejamos suas próprias palavras:

“El lento proceso económico del Paraguay de hoy y las caprichosas perturbaciones del crédito pecuniario tienen su origen, el primero directamente y el segundo indirectamente, en el retraso del cultivo intelectual de la muchedumbre; además en el mal estado de los caminos y puentes, que cohibe al comercio, y en la poca premeditación para escoger los elementos etnológicos para la raza paraguaya regeneradora”²⁵⁵.

Numa palavra, o causador direto da “miséria” do Paraguai era sempre o mesmo, o camponês que lá existia, embora os culpados indiretos, isto é, os governantes que não lhes

²⁵³ Idem, p. 61 e 62.

²⁵⁴ Ver “La Prensa”, 21 de octubre de 1899. *Apud.* GARAY, Blas. **Paraguay 1899**. Op. cit., p. 306.

²⁵⁵ Idem.

davam a adequada instrução, ambos os autores, Gondra e Garay, discordaram quando os apontaram. Mesmo com essa dissonância, isso não estava em descompasso com o discurso ético-político da elite da época. Em 1871, por exemplo, o presidente Cirilo Antonio Rivarola deu como justificativa ao decreto dirigido aos chefes políticos dos distritos do interior para que se incumbissem de obrigar a todos os indivíduos ao “cultivo do tabaco”, o fato de constatar “como causa do atraso [...] da campanha [...], a apatia e indolência de muitos de seus habitantes, que, esquecendo-se sua dignidade e seus deveres de homem e cidadão, viv[iam] na mais completa estéril e folgada [vida]...”²⁵⁶. Em 1877 no “Cuestiones políticas y económicas”, José Segundo Decoud fez afirmações parecidas.

Por décadas esses discursos provenientes de ideários liberais foram comuns na caracterização do paraguaio. Assim, se a correta instrução pública daquele momento, junto da imigração, tinha por objetivo “regenerá-lo”, o estudo da história da “educação nacional” ajudou a “constatar” e a “explicar” o lastimável estado de sua degeneração política, e, em particular, àquela referente a uma suposta aversão do camponês para o trabalho. Para Manuel Gondra – podendo estender-se também para Dominguez – a instrução lopizta não criou “cidadão úteis” à nação, enquanto para Garay a atual não se comparava em qualidade e extensão com a daquela época, daí a atual “fuga” dos camponeses do trabalho e tudo mais de ruim no Paraguai.

Embora os intelectuais da “geração de 900” não estivessem ligados imediatamente ao mundo da produção material – como o estão as classes essenciais de qualquer sociedade contemporânea, isto é, os capitalistas e trabalhadores –, eles estavam ao menos “mediatizados” por este mundo, além de todo o contexto social, daí não deixarem de se preocupar com a extração de trabalho do ainda tido degenerado “paraguaio”²⁵⁷. Todos, com maior ou menor grau, importavam-se com a ação e a “cabeça” dos trabalhadores. Cecilio Báez, por exemplo, possuiu vínculos com uma organização de artesãos chamada “Los Artesanos del Paraguay”, fundada em 1882. Mais tarde (1897) tentou organizar uma “Central Gremial” com vistas a afastar a influência anarquista sobre os trabalhadores, influência argentina que começava a se despontar. Quando presidente da república (12/1905 à 11/1906), diante do anarquismo que norteava a recém fundada “Federación Obrera Regional Paraguaya”, negou terminantemente qualquer indício de “luta de classe” no Paraguai²⁵⁸.

²⁵⁶ Ver VIOLA Alfredo. “Asunción bajo la dominación extranjera”. In: **Historia Paraguaya**, Asunción, v. 25, 1988, p. 96.

²⁵⁷ Sobre as relações dos intelectuais com a produção e o todo social ver GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e...** op. cit. p. 13.

²⁵⁸ Conf. GAONA, Francisco. **Introducción a la historia gremial...**, op. cit., p. 96. Tomo I

De qualquer modo, a premente refutação que Manuel Gondra dirigiu – através da série “La Obra del Dr Garay: impresiones de una lectura”, publicada no “La Democracia” – a Blas Garay evidencia ao menos duas coisas. Primeira, o peso que tinha para a ideologia liberal da época a questão da instrução popular e sua funcionalidade prática para se adequar uma população “atrasada” a um ideal de nação liberal segundo os modelos europeus, norteamericano ou mesmo argentino, nações estas tidas como modernas e civilizadas por conta do liberalismo que implementaram, daí a importância do estudo do “ensino nacional”. Como demonstra a citação acima, Garay estava plenamente de acordo com esta interpretação, de forma que podemos concluir que o revisionismo que iniciou deu-se estritamente dentro dos marcos do velho liberalismo do século XIX. Na contramão de todos, acreditava que os governos dos López foram mais liberais que os de sua época, daí a prosperidade nacional daquele momento destruído na “Guerra Grande”.

Segunda, o antilopismo político herdado dos ex-emigrados de Buenos Aires que seguia imperativo, embora sofresse com Garay, pelo menos no âmbito do discurso histórico, o seu primeiro arranhão. Era o ponta-pé inicial do revisionismo histórico, dando a ele a sua principal matéria-prima histórica, inclusive para o revisionismo da guerra, amarga ferida que não passaria despercebida para a construção da nação paraguaia segundo um modelo diverso de pensamento. Mas esta polêmica foi algo notado apenas em círculos restritos, sendo que a própria fama de intelectual conquistada por Manuel Gondra, que após a “revolução de 1904” praticamente abandonou as letras em favor da política²⁵⁹, foi proveniente de outros trabalhos, particularmente do “En torno de Rubén Darío”, obra de caráter literário publicada originalmente no jornal “La Democracia” em janeiro de 1898 e, posteriormente, publicada na “Revista del Instituto Paraguayo”²⁶⁰. Com ela o nome de Gondra chegou a ressoar até na Europa.

²⁵⁹ Manuel Gondra, além de diversos cargos no executivo e legislativo, foi presidente da república por duas vezes: de 25 de dezembro de 1910 à 17 de janeiro de 1911; de 15 de agosto de 1920 à 29 de outubro de 1921.

²⁶⁰ Ver GONDRA, Manuel. “En torno de Rubén Darío”. In: **Revista del Instituto Paraguayo**, Asunción, año 2, nº 17, junio de 1899, pp. 167-201.

3 Revisionismo histórico: confronto nos diários assuncenos, debate na “Revista del Instituto Paraguayo” e nos partidos políticos tradicionais

3.1 Fracassos e “mal-estar”: de Blas Garay à Juan E. O’ Leary

Mesmo sem impacto, a sugestão de Blas Garay de que o governo e o regime lopizta, ao contrário do que se propalava, tinha qualidades que chegavam até a suplantam os atuais governos colorados, pode ser considerada o sinal de um mal-estar que começava a tomar conta da sociedade paraguaia, particularmente assuncena, em que pese os ensaios de seu correligionário José Segundo Decoud, publicados na mesma época, ainda estarem anunciando um entusiasmado porvir antilopizta²⁶¹.

No campo político esse mal-estar resultou na “revolução” de 1904, “revolução” que embora muitíssimo violenta, não foi senão uma mera reorganização das forças caudilhescas em benefícios dos liberais. Já no campo historiográfico resultou no grande revisionismo de Juan Emiliano O’ Leary em sua polêmica com Cecílio Báez. Nesse empreendimento O’ Leary fugiu de tal forma dos padrões e modos tradicionais de se entender a história da “nação” paraguaia, que chegou mesmo a motivar Milda Rivarola a afirmar que “duas filosofias da história se enfrentaram desde inícios do século XX no Paraguai: o positivismo liberal e o nacionalismo”²⁶².

Mas antes desse embate voltemos a Garay. Ainda que a sua visão otimista a respeito do regime lopizta nunca tenha alcançado a crítica geral da ideologia imposta ou acentuada com a guerra, ela chegou a tal ponto, porém, que ousou propor nas páginas do “La Prensa” em julho de 1899, num artigo que intitulou “Nuestros Partidos Políticos”²⁶³, a própria extinção de ambos os partidos, tanto do colorado, no qual militava, quanto do liberal. Conforme escreveu, eles “não serv[iriam]” ao país e estariam “desgastados por uma série de desacertos e de erros”. Com muita clareza acusou-os de partidos “personalistas” constituídos de “uma, de duas, de quatro, de dez pessoas se se quer, porém personalistas sempre” e que não possuíam outro programa senão o de “conseguir o poder”. Além do mais, acusou os governantes de

²⁶¹ Refiro-me aos ensaios “La Libertad” e “La Patria” publicados respectivamente em 1901 e 1904.

²⁶² Ver RIVAROLA, Milda. “Filosofias, pedagogias y percepcion...”, op. cit., p. 43.

²⁶³ Ver “La Prensa”, 4 de julho de 1899. *Apud.* GARAY, Blas. **Paraguay 1899**. Asunción: Araverá, 1984, pp. 77-80.

“enriquecimento” ilícito a partir dos “despojos do tesouro fiscal”, sendo que eles, prossegue, nunca entregariam o mando a quem fosse capaz de “converter-se em incorruptível”²⁶⁴. Eram, verdadeiramente, agudas críticas que atingiam tanto os liberais da oposição, como, ainda mais seriamente, os seus próprios correligionários colorados, ainda situacionistas, que seguiam se beneficiando da alienação do patrimônio público.

Aliás, particularmente entre os anos de 1903 e 1904, anos nos quais a república foi dirigida pelo último governo colorado, o do reformista Coronel Escurra, as acusações de corrupção foram tamanhas que segundo Harris G. Warren, um estudioso da imprensa do período, era necessário acreditar em uma pequena parte das acusações para concluir que todo funcionário do governo era “ladrão”; que cada oficial de justiça estava disposto a ser “comprado”; e que o país como um todo estava imerso na “corrupção”²⁶⁵. Dado os extremos com que a corrupção era percebida, Garay concluiu o seu artigo dizendo que o país deveria ser entregue a um governo “patriota” que soubesse fazer bom uso da “imensa força” desse sentimento, por conseguinte, entregue a uma pessoa com completa “independência” em relação aos partidos e que se dedicasse, definitivamente, a “regenerar” os paraguaios²⁶⁶.

Esse tipo de afirmação, embora de nenhuma forma radicalizada, serviria para no futuro os historiadores Juan E. O’ Leary e o seu discípulo Juan Natalício González reivindicarem-se continuadores de Garay, ainda mais que este intelectual, em um outro artigo denominado “El factor económico en nuestra política”, declarou-se inclinado ao “socialismo”, sistema que entendia como mais condizente com os “antecedentes históricos” do Paraguai²⁶⁷. Como ainda veremos, González no futuro também defenderia o que definiu como “o profundo senso igualitário de seu povo”, afirmação que, não obstante, muito longe do que Garay realmente predicou, significava uma oposição radical ao que considerava o “arbitrário” liberalismo oligárquico imposto com a “Guerra Grande”²⁶⁸.

Evidentemente, isso que chamei de mal-estar, aqui expresso por Garay, não se restringia ao campo político-ideológico. Tinha, ao contrário, uma materialidade bastante profunda, isto é, originada na própria estrutura da sociedade paraguaia. Tal estrutura, criada em parte pela própria oligarquia a partir das leis de terras de 1883 e 1885, a impedia de levar a

²⁶⁴ Idem, p. 77 e 78.

²⁶⁵ WARREN, Harris G. **The Paraguayan Revolution of 1904**. The Americas, XXXVI, January, 1980. *Apud*. KRAUER, Juan Carlos Herken. “La Revolución Liberal de 1904 en el...”, op. cit., p. 510.

²⁶⁶ Conf. “La Prensa”, 4 de julho de 1899. *Apud*. GARAY, Blas. **Paraguay 1899...**, op. cit., p. 80.

²⁶⁷ Idem, pp. 80-84.

²⁶⁸ Conf. GONZÁLEZ, Juan Natalício. **El Paraguay Eterno**. Asunción: Editorial ‘Guaranía’, 1935, p. 43.

cabo a outra parte de sua política de “progresso” e “civilização” de acordo com o grande entusiasmo que possuía em relação ao porvir liberal antilopizta. Daí, em parte, a explicação da insistência que tinham na tese da degeneração do povo, pois, como o vimos no capítulo anterior, ele era tido como um dos principais culpados da “miséria” nacional.

Politicamente decisiva, a oligarquia caudilhesca paraguaia, como todas as demais elites do Rio da Prata do período, acreditava que o caráter liberal do seu Estado era uma espécie de porto-seguro, pois isso, somado aos imensos recursos naturais do país, seria suficiente para convencer financistas estrangeiros a emprestar grandes quantidades de recursos com os quais o Estado financiaria a expansão da produção pecuarista. Ao mesmo tempo, ela esperava ansiosamente que capitalistas internacionais introduzissem capitais e tecnologias para diversificar a estrutura produtiva do país para que ele pudesse fugir, deste modo, da dependência secular do comércio de erva-mate e do vínculo com a economia regional platina.

Por último, como foi comum da crença liberal do século XIX e de parte do século XX, “governar é povoar”, famosa máxima do pensamento liberal compartilhado pelas elites platinas, expressada nessa lapidária conclusão pelo argentino Juan Bautista Alberdi²⁶⁹: daí a importância que davam a imigração européia. Em suma, o Estado liberal paraguaio e a sua “democracia”, garantidos tanto pela liberalíssima constituição de 1870 como pelo códigos jurídicos importados da Argentina, trariam capitais privados, empréstimos ao governo, tecnologia e homens brancos, de preferência da Europa setentrional, e fariam o progresso e a civilização no Paraguai²⁷⁰, como o que ocorria na Argentina.

Independentemente do facciosismo e da violência política entre os membros dessa mesma elite, todo o projeto de reconstrução nacional fundou-se, portanto, em elementos externos, quer os humanos, quer os tecnológicos, quer os de capitais e quer mesmo o ideológico²⁷¹. Grande engano. O sonho de um Paraguai “grande e feliz” com um acelerado

²⁶⁹ Ver ALBERDI, Juan Bautista. **Fundamentos da Organização Política da Argentina**. Campinas: Unicamp, s/d, [1852].

²⁷⁰ Este projeto foi esboçado por KRAUER, Juan Carlos Herken. “La Revolución Liberal de 1904 en el Paraguay: El transfondo socio-económico y la perspectiva británica”. In: **Revista Paraguaya de Sociología**. Pasado y Presente de la Realidad Social Paraguaya, Asunción, v. 1, 1995b.

²⁷¹ Embora organizado de maneira “estatizante”, isso não significa dizer que o regime lopizta tenha sido muito diferente, como imaginou uma certa literatura de esquerda das décadas de 1950, 1960 e 1970, exemplificada pelo poeta uruguaio Eduardo Galeano. Ver GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Trad. Galeno de Freitas. 21ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970. Ao contrário do que predicou esta esquerda, o regime lopizta também paltou-se em elementos externos de crescimento econômico, o chamado “crescimento para fora” sem a prosperidade do povo, baseando-se “essencialmente nas exportações de produtos primários”, mesmo que o seu governo

progresso sob “a sombra d[a] [...] constituição liberal” – conforme o desejo dos sobreviventes e dos ex-emigrados anunciado em 1º de outubro de 1869 no programa do jornal “La Regeneración” – parecia esfumaçar-se²⁷². O país se encontrava permanentemente assolado numa avassaladora crise econômica, pois o esperado capital privado não chegou; os empréstimos ao Estado não na proporção desejada; a tecnologia e os imigrantes muito menos, sem falar no drama das “revoluções” políticas.

Por conseguinte, também o sonho de se imitar e acompanhar a prosperidade material que se iniciava na Argentina ou mesmo no Uruguai, geograficamente tão próximos, parecia não querer virar realidade. Isso possibilitou, ao final do século, tomar conta de alguns paraguaios a sensação de que a guerra “civilizadora” talvez não se justificasse, ainda mais que o modelo lopizta começava a parecer-lhes, ao contrário do de então, bastante promissor. Exatamente assim imaginou Blas Garay tanto no seu “Compendio...”, como já o vimos, como também no seu “Reseña Histórica del Paraguay”. Neste pequeno ensaio, Carlos Antonio López ainda sob o título de Cônsul e dividindo o poder com Roque Alonso, teria tomado “oportunas medidas” de governo. Com elas, segundo Garay, o Paraguai podia...

“combatir la vagancia, fomentar la producción nacional y facilitar la traslación de un puto á outro de la república ó a entrar en ella disminuyendo el rigor en materia de pasaporte; la erección de la Villa de Encarnación y del pueblo de Cármén; la conversión de los diezmos á una tasa fija segun las especies; la exenciones de los tributos concedidos á algunos pueblos en recompensa de servicios públicos; la conceción de terras fiscales [estatais] en enfiteusis para fomentar la ganadería; la construcción de un edificio especial para el Congreso; la creación de una fábrica de tercerolas; la apertura de grandes caminos públicos; la introducción de una imprenta oficial, y muchos otros importantes trabajos...”²⁷³.

Mas Garay – como também O’ Leary e Dominguez, este agora com uma tradição diferente de pensamento – teoricamente possuía ainda maiores motivos para olhar com bons olhos o regime lopizta e desconfiar do de então. Este último, emergido de um país semi-destruído, vivendo sob extremada crise econômica e da não concretização imediata do ambicioso projeto liberal acima aludido²⁷⁴, não deu outra opção aos seus governantes – pelo

buscasse modernizar tecnicamente o país. DORATIOTO, Francisco Fernando Mondeoliva. **Maldita...**, op. cit., p. 29.

²⁷² “La Regeneración, 1º de outubro de 1869.

²⁷³ Ver GARAY, Blas. “Reseña Histórica del Paraguay”. In: DECOUD, Arsenio López. **Álbum Gráfico de la República del Paraguay**. Buenos Aires: Talleres Gráficos de la Compañía General de Fósforo, 1911, p. 41.

²⁷⁴ Deve-se dizer que enquanto durou o regime instaurado em 1869/70, ele nunca fora realmente abandonado.

menos no interior da própria racionalidade desse mesmo projeto – senão a alienação do rico patrimônio público aos estrangeiros, ato que, supostamente, alavancaria ao menos a colonização do país. E foi só o tenso clima político dos primeiros anos amenizar para os caudilhos colorados, ávidos por tornarem-se eles próprios proprietários particulares, comecem a vender sistematicamente as terras do Estado, apesar de possuírem grandes vínculos com o antigo regime “estatizante” destruído na guerra.

Momentaneamente, durante a década de 1880 e parte da de 1890, essa política de privatização teve o efeito de fazer refluir o constante déficit dos cofres públicos, problema crônico da economia paraguaia. Não obstante, logo mais nos últimos anos da década de 1890, este problema retornou com a mesma dimensão e intensidade dando seqüência ao velho pesadelo. Já as outras conseqüências dessa política de privatização foram, todavia, muito mais longas. A alienação colaborou para formar grandes latifúndios pecuaristas ou simplesmente improdutivos, que além de saírem do controle dos governos, tiveram o efeito de tornar ainda mais improvável a imigração dos tão desejados colonos europeus, pois estes migravam com o intento de tornarem-se pequenos proprietários agrícolas, mesmo que de subsistência, enquanto a lógica do regime de terras recém estruturado no país era a de expulsá-los dela em favor da grande propriedade pecuarista.

Por conseguinte, junto da “fuga” dos próprios camponeses paraguaios às províncias do norte da Argentina ou à capital Assunção – “fuga” que tomou proporções alarmantes, 30% da população na primeira década do novo século, ainda mais que coincidia justamente com a instalação e expansão das grandes indústrias argentinas exportadoras de madeira, carne, mate, tanino, etc. –, muitos europeus já instalados no Paraguai abandonaram-no em favor de outras partes do Rio da Prata, particularmente Argentina²⁷⁵.

Por décadas foram constantes nos jornais assuncenos as denúncias, as explicações e a caça dos culpados dessa emigração de imigrantes²⁷⁶. Na década de 1920 o periódico “El Liberal” pode exemplificar – como também o poderia o “El Independiente” de 1889²⁷⁷ – o quão comum se tornou essa situação no Paraguai. Em um artigo apócrifo de dezembro de 1922

²⁷⁵ Ver RIVAROLA, Milda. **Obreros, utopías & revoluciones...**, op. cit., p. 109. A motivação mais provável dessa fuga dos próprios europeus do Paraguai deve-se ao não cumprimento por parte dos governos das condições que lhes havia prometido; soma-se a isso a situação sócio-política do campo, onde o respeito aos bens e a propriedade do europeu colono via-se afetada pela sua posição política.

²⁷⁶ É verdade que a mudança de imigrantes a outros países americanos e o retorno deles a própria Europa ocorreu também em outros países. Contudo, talvez, as proporções no Paraguai podem Ter sido superiores a do restante dos países da América do Sul.

²⁷⁷ “El Independiente” de 19 de abril 1889

intitulado “El exodo de colonos”, denunciou o abandono de oitenta famílias da colônia alemã de “Mubebo” ou “Independencia”, embora afirmasse que o culpado de tal abandono fosse o próprio chefe desta colônia, um velho senhor alemão²⁷⁸.

A atitude desses, europeus que diante das dificuldades preferiam se mudar mais uma vez, ainda que sem o querer ajudavam a dar mais crédito a famosa “Lenda Negra” paraguaia, uma espécie de caldo ideológico atualizado com um fim bastante pragmático: impedir que imigrantes europeus seguissem subindo o Rio da Prata e ficassem instalados no Paraguai, ao invés da Argentina. Propagandeada principalmente em Buenos Aires, esta representação expunha o Paraguai como um país dominado por hordas de bárbaros índios guaranis em constantes conflitos entre si, relembrando as publicações dos dias da “Guerra Grande”.

Não obstante, já para camponeses paraguaios, pessoas humilhadas pela perda de terras e gados e também tencionadas ao extremo pela constante violência caudilhesca a partir da conflagração dos vários golpes, quarteladas e “revoluções” que se sucederam por toda a primeira década do século XX – 1902, 1904, 1908, 1909, eminência golpista em 1910 e uma guerra civil nos anos de 1911 e 1912 –, o passado começou a colocar-se de forma cada vez mais idealizada e, sobretudo, um suposto passado idílico lopizta. Um filão de reverência ao Marechal López, sobrevivente nos meios populares mesmo em meio da completa condenação de sua figura nas esferas oficiais e “cultas”, começou décadas depois a ganhar cada vez mais respaldo histórico-social²⁷⁹. Conforme sintetize de Evaristo Duarte,

“No imaginário popular o passado lopizta projetava-se com uma luz cada vez mais poderosa à medida que se afastava no tempo. Isso se devia principalmente à condição humilhante a que haviam sido jogados os camponeses e suas famílias pela política de privatização das terras que os obrigava a pagar tributos a proprietários cujo rosto nunca viram, ou então forçados, como párias, a deixar suas lavouras, e migrar para a capital ou para as províncias argentinas. Era relativamente fácil, nessas circunstâncias, que se produzisse uma idealização das condições, supostamente idílicas, em que os camponeses viviam na época lopizta”²⁸⁰.

Quem primeiro – depois do próprio Garay, mas partindo de uma nova filosofia – com muita ousadia capitalizou tais sentimentos e começou a contar de forma pública e sistemática uma outra história diferente da história liberal hegemônica de então foi Juan E. O’

²⁷⁸ Ver “El Liberal”, quinta-feira, 14 de dezembro de 1922.

²⁷⁹ Conf. BREZZO, Liliane. “La historiografía paraguaya: del aislamiento a la ...”, op. cit., p. 166.

²⁸⁰ Ver COLMÁN DUARTE, Evaristo E. **Nacionalismo e movimento operário na...**, op. cit., p. 80.

Leary, desde as páginas do “La Patria”, em 1902, utilizando-se para isso o pseudônimo de Pompeyo González. No início, porém, mesmo o seu revisionismo não se pautou pela reivindicação do Marechal López. Mas, de qualquer forma, sua ousadia foi tamanha que começou pela temática da própria guerra do Paraguai contra a Tríplice Aliança, a grande ferida paraguaia. Em 2 de maio de 1902 deu início a publicação de uma série de artigos intitulados “Recuerdos de Glória”, recontado de maneira épico-poética as batalhas da guerra, isto é, as “glórias” que os “heróicos” soldados paraguaios teriam acumulado em favor de sua pátria²⁸¹.

Esta série de artigos chegou a alcançar o mês de fevereiro de 1903, sendo que a partir do mês de novembro de 1902 O’ Leary publicou-a concomitantemente a uma outra série: a que julgou como uma “peregrinação intelectual através” da “história” paraguaia para assim refutar e atingir a Cecilio Báez, o seu antigo mestre e ainda correligionário liberal. Intitulou-a de “El cretinismo paraguay²⁸²”, alusão a recente tese de Báez a respeito do caráter “cretino” do povo paraguaio, caráter este ainda persistente em decorrência das conseqüências do “despotismo” que ele sofreu nas mãos dos ditadores do passado²⁸³.

Em realidade, essa tese de Báez não era outra coisa senão uma mera atualização, ou, se preferirmos, um outro nome dada à já tão propalada tese da degeneração da população paraguaia. A diferença é que agora, pela primeira vez, em decorrência da prenunciada polêmica com o “La Patria” e com O’ Leary, ela foi depois de mais de três décadas enfim sistematizada a partir de argumentos históricos por uma mente de grande capacidade. A partir de 18 de outubro de 1902, Báez publicou nas páginas do “El Cívico” os famosos artigos que supostamente comprovariam – conforme o próprio nome do primeiro artigo da série, “La educación: las pruebas del cretinismo” – o “cretinismo” do povo paraguaio²⁸⁴.

Logo mais, em 1903, o autor agrupou-os em um livro intitulado “La Tiranía en el Paraguay”²⁸⁵. De qualquer modo, entretanto, foram nesses dois diários assuncenos, mais do que em qualquer outro espaço, que se deu sistematicamente o confronto da história oficial, isto é, da história contada a maneira liberal, contra a contra-história revisionista, ainda incipiente.

Juan E. O’ Leary, talvez um pouco mais do que Cecilio Báez, desde tenra idade vinha atuando como escritor em diversos jornais. O seu próprio seguidor, Juan Natalício

²⁸¹ “La Patria”, 2 de maio de 1902.

²⁸² “La Patria”, 20 de novembro de 1902.

²⁸³ “La Patria”, 17 de outubro de 1902.

²⁸⁴ “El Cívico”, 18 de outubro de 1902.

²⁸⁵ Ver BÁEZ, Cecilio. **La Tiranía en el Paraguay...**, op.cit.

González em “Solano López y otros ensayos”²⁸⁶, narrou-nos a trajetória que O’ Leary teve como publicista em alguns periódicos assuncenos até a conflagração da briga que sustentou com Báez. Já havia escrito no “El Invisible”, um pequeno diário que corria sigilosamente no interior do “Colégio Nacional”, espaço onde cursou os estudos secundários a partir de 1895. Na mesma época, em companhia de outros jovens, fundou uma sociedade literária chamada “El Porvenir”. Adiante fundou, com Ignacio A. Pane, o “La Juventude”. Não obstante, ainda segundo Juan Natalicio González, foi no “El Estudiante” onde publicou os seus “primeiros artigos de corte nacionalista”²⁸⁷.

Juan E. O’ Leary não conseguiu concluir os estudos superiores iniciados na “Escuela de Derecho”: abandonou-o, como Manuel Gondra, para dedicar-se ao ensino secundário e ao próprio jornalismo. Contudo, ainda assim, não deixou de projetar-se como um intelectual. Em 1899 fez a leitura da poesia “El Alma de la Raza” no “Teatro Nacional”, poesia de sua própria autoria publicada em julho do mesmo ano na “Revista del Instituto Paraguayo”²⁸⁸. Foi grande o impacto desse trabalho nos círculos da revista, obtendo também alguma repercussão em todo o ambiente letrado de Assunção. Nele, muito longe de “bárbaro” a “regenerar”, o índio guarani foi reverenciado como uma “nobre estirpe”, embora com o triste lamento da “morte” de sua “raça”, da perda de sua “terra” e “pátria” em favor do “altivo paládio ibérico”. Vejamos algumas estrofes:

[...]

“Es de la raza guaraní la sombra
Que gime en la espesura,
Palpita en las tinieblas de la noche
Y duerme en las auroras.

Es de la estirpe que perdió su patria
El alma que se queja
Es ella la que lanza entre el follaje
El fundo grito de su raza muerta.

[...]

Allí recuerda la pujanza firme
De aquel cacique Lambaré famoso
Que al blanco sim igual mostrara
El férreo temple de su noble estirpe

²⁸⁶ Ver GONZÁLEZ, Juan Natalicio. **Solano López y otros ensayos**. Paris: Editorial de Indias, 1926.

²⁸⁷ Idem, p. 100.

²⁸⁸ Ver O’ LEARY, Juan Emiliano. “El Alma de la Raza”. In: **Revista del Instituto Paraguayo**, Asunción, año 2, nº 18, 1899, pp. 305-311.

Allí lamenta su perdida tierra
 Allí lamenta su extinguida raza,
 Y de los montes los lejanos ecos
 Van repitiendo sin cesar sua queja”.
 [...] ²⁸⁹

Há um ano exato, em julho de 1898, O’ Leary havia lido e publicado, também na “Revista del Instituto Paraguayo”, a poesia “24 de Mayo”, título em alusão a uma das batalhas da guerra entre o Paraguai e a aliança²⁹⁰. Esta poesia seria no futuro próximo a principal inspiração para a série “Recuerdo de Glorias” publicada no “La Patria” em 1902 e 1903. Suas estrofes cantam, igual que a série, com grande êxtase o “fulgor heroísmo” dos “titânicos soldados” paraguaios, homens “defensores da pátria” e “orgulho” de sua “história” ante a “torrente infernal do inimigo”, “vândalos da América”²⁹¹.

Por conta dessas e ainda outras poesias, “Salvaje!”²⁹², por exemplo, dedicada a Manuel Dominguez, não seria incorreto afirmar que o revisionismo histórico de O’ Leary, antes que historiográfico, iniciou-se de fato com a linguagem poética. Suas poesias, em termos de conteúdo, ao invés de por o índio e o soldado da guerra como seres degenerados e bárbaros, conduzidos docilmente pelo tirano, expunha-os, respectivamente, ao contrário, como valorosos “nobres” e “heróis”. Generalizando, foi esta a mesma tecla que logo O’ Leary insistiria em defender nos seus “Recuerdos” ao rememorar as principais batalhas da guerra. Já em termos de forma, elas marcariam por definitivo os contornos da escrita histórica, principalmente o tom épico e dramático, selo sempre distintivo de O’ Leary.

Esse seu “jeito” de escrever, somada a própria contundência e um certo respaldo ou mesmo fama que conquistou ao refutar a história liberal de Báez, influenciou, ainda que com temporalidades diferentes, também a escrita histórica de Manuel Dominguez e Fulgêncio Moreno, pelo menos a partir de seus próprios revisionismos²⁹³. De qualquer forma, daí em diante, paulatinamente o voluntarismo, a irracionalidade e a idealização positiva do passado por parte desses autores, bem como do próprio O’ Leary e de J. Natalicio González na gestação de suas respectivas contra-história, chegaram a tal ordem que fizeram Liliane Brezzo afirmar a

²⁸⁹ Idem, p. 306 e 308.

²⁹⁰ Ver O’ LEARY, Juan Emiliano. “24 de Mayo”. **Revista del Instituto Paraguayo**, Asunción, año 2, nº 13, julho de 1898, pp. 25-28.

²⁹¹ Idem, julho de 1898, p. 25 e 27.

²⁹² Ver O’ LEARY, Juan Emiliano. “Salvaje!”. **Revista del Instituto Paraguayo**, Asunción, año 4, nº 36, 1902, pp. 435-438.

²⁹³ É só na década de 1920 que Fulgencio Moreno tornou-se claramente revisionista.

existência da oposição entre uma história “sincera”, tendo como principal representante Cecilio Báez, e uma história “patriótica”, isto é, menos “sincera”, representada principalmente por O’ Leary, onde nenhum feito da “pátria” poderia ser denunciado, pois isso se caracterizaria como um anti-patriotismo²⁹⁴.

Mesmo Ignacio A. Pane, por exemplo, cientista social evolucionista, isto é, positivista spenceriano e darwinista social como o próprio Báez quando escreveu trabalhos sociológicos²⁹⁵, também passou por esse processo quando escreveu um trabalho de cunho historiográfico. Referimo-nos ao “Album Gráfico” organizado por Arsenio López Decoud e publicado em comemoração do centenário da independência do Paraguai. Nele Pane, ainda que com uma tímida participação, escreveu um ensaio contanto a história da “Intelectualidad paraguaya”, onde cantou louros a sua “geração” de intelectuais, pois a ela, segundo o seu entendimento, coube...

“la gran obra de reparación de la justicia histórica, la de descargar las colosales figuras de los López y nuestros guerreros de 1865-1870 del montón de censuras, befas y condenaciones que la Triple Alianza y los extranjeros y algunos nacionales imbuidos de su espíritu, arrojaron contra ellos y sobre ellos. Podemos decir que hoy, gracias á la juventud, se há llegado á suprimir ó descartar la añagaza partidista del *Lopizmo* y consagrar como credo del espíritu nacional...

En esta obra de justicia histórica y de natural y lógica elaboración espiritual de la sociedad, há sido el campeón, el sostenedor de la justa, Juan E. O’ Leary... [grifo do autor]²⁹⁶.

Nessa tarefa de reparação da “justiça histórica”, Pane, embora um intelectual com preocupações sociológicas, também se inseriu na linha de Enrique Solano López e Arsenio López Decoud – respectivamente filho e sobrinho do Marechal López e, portanto, com particulares interesses revisionistas –, na de Manuel Dominguez e, é claro, na de Juan E. O’ Leary, o “campeão” da “justa” contra Báez, como Pane o considerou. Todos, pela época do centenário de independência do Paraguai, eram já francamente intelectuais lopiztas.

Mas voltemos um pouco ao passado. O’ Leary, devido a todos esses trabalhos acima mencionados, quer poéticos ou jornalísticos, não era nenhum desconhecido quando em

²⁹⁴ Conf. BREZZO, Liliana M. “El Centenario en Paraguay: historiografía...”, op. cit., p. 64.

²⁹⁵ Ver PANE, Ignacio A. **Apuntes de sociología**. Geografía social. La mujer guaraní. Asunción: Imprenta Nacional, 1997, [s/d]. Ver também PANE, Ignacio A. **Antología**. Asunción: El Lector, 1996, [s/d].

²⁹⁶ Ver PANE, Ignacio A. “Intelectualidad paraguaya”. In: DECOUD, Arsenio López. **Album Gráfico de la República del Paraguay**. Buenos Aires: Talleres Gráficos de la Compañía General de Fósforo, p. 267.

1902 duelou com Báez, embora, certamente, o seu prestígio não se comparasse com o do mestre, 17 anos mais velho²⁹⁷. Báez, por seu turno, guardião do oficialismo histórico, ficou horrorizado com a campanha que O' Leary vinha empreendendo no “La Patria”, campanha esta que segundo Raul Amaral privilegiou justamente o arsenal literário do romantismo, do qual Báez era por formação extremamente carente²⁹⁸.

Em fins de maio de 1902 Báez havia retornado do “Segundo Congresso Pan Americano” realizado no México²⁹⁹, onde, mesmo participando de um secreto “Comité Revolucionario” para derrubada da hegemonia colorada³⁰⁰, resolveu aceitar o convite dessa missão oficial e representar o governo paraguaio de Juan A. Ecurra para defender a questão da “arbitragem” de países neutros quando dois outros disputassem um mesmo território.

Tratava-se de uma questão crucial e extremamente cara ao Paraguai, pois ele perdeu numa guerra grandes porções de terras aos dois principais países da Tríplice Aliança, além de ter chegado a beira da perda de todo o território do Chaco à Argentina não fosse a favorável “arbitragem” dos EUA. Mas, ainda assim, seguir com o risco da perda da soberania sobre este mesmo território, a metade ocidental do território nacional, deliberadamente contestada pelas autoridades bolivianas³⁰¹.

Desde o México, Báez, com alguma regularidade, enviava artigos para serem publicados no próprio “La Patria” e outros diários, relatando desde coisas diversas, como sua recente estada na Europa ou curiosidades do país anfitrião, bem como questões mais importantes relativas ao próprio congresso e a sua atuação nele³⁰². Aliás, esta foi muito muitíssimo aplaudida e comemorada na imprensa local, sendo que uma acalorada recepção, amplamente divulgada no “La Patria”, foi-lhe organizada para o dia de sua chegada em Assunção, marcada para 21 de maio³⁰³.

²⁹⁷ Juan E. O' Leary tinha 23 anos ao fim de 1902, enquanto Cecilio Báez tinha 40 anos.

²⁹⁸ Conf. AMARAL, Raul. **El novecentismo paraguayo**: línea biográfica..., op. cit., p. 3.

²⁹⁹ Em 1901, um anos antes, Báez já havia participado em Montevideo do Primeiro Congresso Panamericano.

³⁰⁰ Este “Comité Revolucionario”, formado em todo sigilo, estava composto por eminentes figuras paraguaias: General Dr. Benigno Ferreira, Dr. Cecilio Báez, Emiliano González Navero, Emilio Aceval, Guillermo de los Ríos, estavam entre os tesoureiros do Comitê.

³⁰¹ Não podemos nos esquecer do episódio bélico ocorrido entre a Bolívia, o Peru e o Chile na década de 1880 por questões de disputas territoriais.

³⁰² Há, entre outros, um artigo de Báez no “La Patria” intitulado “El Dr. Báez”, no qual ele mesmo, ainda fora do Paraguai, relata a sua viagem realizada recentemente à Europa. “La Patria”, 17 de maio de 1902.

³⁰³ Foi organizada uma comissão para preparar o festejo do retorno de Báez ao Paraguai, sendo que, ironicamente, mesmo um futuro lopizta como Arsenio López Decoud, fez parte da direção da mesma. “La Patria”, 19 de maio de 1902.

Não obstante, por volta dessa data eram já diversos os artigos revisionistas de O' Leary publicados nesse mesmo diário, a partir do pseudônimo Pompeyo González. Em um deles intitulado “Mitre”, falava de uma “sombra negra” que teria incidido sobre o Paraguai, “saqueando-o” e fazendo também “livros de história, [...] discursos, [...] versos, [...] povos livres [...] e que em três meses dominaria Assunção”. Com claro sarcasmo irônico, tal “sombra” referia-se ao peso da mão de Bartolomé Mitre, figura que além de historiador, político e presidente da república argentina durante grande parte do desenrolar da guerra, foi concomitantemente um dos generais em chefes das tropas da Tríplice Aliança. Demasiado otimista, Mitre calculou ser necessário apenas 90 dias para se chegar e “liberar” a capital paraguaia e o próprio Paraguai do “tirano” Marechal López³⁰⁴.

Em outro artigo O' Leary ao render homenagem a José P. Urdapilleta, soldado paraguaio sobrevivente da guerra que acabara de falecer, fustigou severamente os soldados legionários, isto é, as tropas da “Legión Paraguaya” comandadas pelo Coronel Iturburu que lutaram junto da aliança. Segundo O' Leary (isto é, Pompeyo González), Urdapilleta, um “herói de corpo inteiro”, tinha tudo para tornar-se também mais um mero legionário “traidor” da pátria como tantos outros paraguaios, pois tinha sua família exilada no exterior devido a desentendimentos com o governo lopizta.

Contudo, não a traíra: ao ver o inimigo chegar, “escutou o grito de chamada, tomou a arma e correu ao campo de batalha” para defendê-la³⁰⁵. Este artigo, possivelmente, foi um dos primeiros pronunciamentos onde as tropas legionárias de coadjuvantes na “libertação” do Paraguai, tese oficial, foram explicitamente taxadas de “traidoras” da pátria, representando, assim, uma total inversão de valores, como os que logo mais Pompeyo González, seguindo a mesma racionalidade, anunciaria permanecer estendendo não só a questão dos legionários, senão também a toda a interpretação da guerra.

Isso se deu em agosto de 1902, quando o desentendimento historiográfico com Báez estava prestes a explodir e a tomar contornos simbólicos extremamente “violentos”³⁰⁶.

³⁰⁴ Ver artigo denominado “Mitre”. “La Patria”, 17 de abril de 1902.

³⁰⁵ Ver artigo intitulado “D. José Urdapilleta”. “La Patria”, 28 de abril de 1902.

³⁰⁶ Nos dias 29 e 30 de agosto de 1902, foram publicados respectivamente dois artigos intitulados “El Maestro”, sendo um deles de autoria de Pompeyo González. O “maestro” referia-se a figura de Cecilio Báez. Recentemente ele havia censurando a juventude paraguaia por ela fixar-se no passado esquecendo-se do que realmente importava: o presente. Em realidade, era uma crítica que Báez dirigia a Juan E. O' Leary, também um jovem, devido a série de artigos que intitulou “Recuerdos de Gória”. Os artigos “El Maestro”, sustentando ainda um tom conciliador e cordial, foram uma resposta a esta crítica de Báez e já beiravam a completa ruptura. Mas esta não tardaria a chegar. Ver “La Patria”, 29 e 30 de julho de 1902.

Nesse momento O' Leary publicou o artigo "Oh! Los libertadores", que, embora provavelmente muito pouco conhecido, prenuncia aquilo que se tornou o cerne de sua vida intelectual: a revisão da história da guerra de "seu" país contra a Tríplice Aliança.

Como no artigo "Mitre", O' Leary fez nele explícita referência a história contada até então. Sentindo-se ameaçado depois que começou a publicar a série "Recuerdos de Glória", em um tom um tanto que desafiador questionou o porquê de somente "os seguidores de Mitre terem o direito de falar"; o porquê de somente eles, os argentinos, serem considerados os "heróis", os "mártires" e os "sacrificados"; o porquê de eles serem vistos como os que escreveram com "sangue a epopéia da liberdade dos escravos dos López"; o porquê de serem eles os que com "lágrimas" escreveram o "poema sombrio da tirania" lopizta³⁰⁷. A eloquência com que O' Leary escreveu estes questionamentos é notável: Vejamos como se deu um dos parágrafos subseqüentes:

"Durante mas de treinta años [los argentinos] han dito al mundo que la *Triple Alianza* habia libertado á un pueblo de miserables [...]. Durante mas de treinta años los verdugos del Paraguay tejieron la espesa red de sus infames calumnias. Estaban ya acostumbrados á llamarnos selvajes. Estaban ya acostumbrados á escarnecer las glorias mas puras del Paraguay. Nadie protestó contra tanta iniquidad" [grifos do autor]³⁰⁸.

E já que, como disse, "ninguém protestou" contra imensa "injustiça", ele mesmo pôs-se a fazer isso com os seus "Recuerdos de Glória". E, de fato, com a fama que conquistou depois da batalha com Báez, o faria por toda a sua vida, mesmo que objetivamente não seja possível acreditar que tenha posto conscientemente tal revisão histórica, desde o princípio, como um projeto de vida conforme mais tarde no seu "Los Legionários" daria a entender³⁰⁹. Mas, de qualquer forma, era com os seus "Recuerdos" que acreditava estar dando o início a

³⁰⁷ "La Patria", 5 de agosto de 1902.

³⁰⁸ Idem.

³⁰⁹ Em 1930 na obra "Los Legionarios", O' Leary então um militante e convicto antiliberal afirmou deliberadamente a ligação dessa sua obra – escrita para a condenação das tropas legionárias na guerra – com a campanha que empreendeu no "La Patria" contra Cecilio Báez em fins de 1902. Ambos os escritos, para ele, seguiam os mesmos critérios e possuíam os mesmos objetivos. Vejamos: "Há 28 anos, no alvorecer da juventude, foi nosso o primeiro protesto do Paraguai que ressuscitava contra o criador de uma escola de renunciamentos patriótico, de veneração ao vencedor e de negação de nossas glórias. [...]. É força cumprir [hoje], uma vez mais, o dever que nos impusemos ao iniciarmos na vida de escrever. [...]. Não importa que Héctor Decoud seja o mais depreciável dos homens". O' Leary, nessa obra, pôs-se a tarefa de combater a Héctor Francisco Decoud, filho do legionário Juan Francisco Decoud, da mesma forma que, como imaginou, combateu a Báez 28 anos atrás. Hector Decoud recentemente havia escrito a obra "Los emigrados

uma outra forma, isto é, a justa forma de se contar e rememorar as glórias conquistadas nas diversas batalhas da guerra, glórias que de direito pertenciam, ao contrário do que se dizia até então, aos paraguaios e não aos discípulos de Mitre ou à Argentina. Aliás, como afirmou em 2 de maio no primeiro artigo da série, ao patriota “recordar a obra de heroísmo de nossos pais” é uma obrigação fundamental. Portanto “que” esse “diário” – no caso o “La Patria” – “faça ressonar sua trombeta de ouro sobre o solo, mausoléu de heróis, anunciando em cada data e glória [...] que a pátria nova se ajoelha ante a tumba da pátria velha”³¹⁰.

E como Pompeyo disse concluindo o “Oh! Los libertadores”, continuaria a escrever os seus “Recuerdos...”, ou seja, a “ressonar sua trombeta”, independentemente das ameaças e “moléstias” que afirmou estar sofrendo por conta disso que considerou uma grande obra de “reparação” de décadas de “injustiça”, pois, em que pese o real “perigo” dos “canhões” argentinos que afirmou querer fazer-lo calar, já era “hora”, disse, “de que a luz da verdade histórica ilumine esse passado de eterna glória ao Paraguai”³¹¹. Para o mês de agosto, a série “Recuerdos de Glória” estava em seu décimo primeiro artigo e, de fato, a “pena” de O’ Leary gastaria cada vez mais tinta e papel em sua obra “reparadora” e “justiceira”.

Não obstante, O’ Leary não foi o primeiro membro da “geração de 900” a por o soldado e o paraguaio do tempo da guerra na condição de honrosos forjadores de “glórias” para a pátria e “heróis” nacionais ao invés de seres degenerados e meros seguidores inconscientes da vontade do Marechal López: “lopezguaaios”, conforme foram chamados os exércitos lopiztas particularmente pelas tropas brasileiras. Bebia, ainda que sem o afirmar, no manancial que Blas Garay apontou seis anos antes no seu “Compendio...”. Foi nesta obra, que, verdadeiramente, o revisionismo histórico paraguaio deu, talvez, a sua primeira tacada. Nela, junto da positiva educação ofertada pelos governos lopiztas, depois de destacar, entre outras coisas, as escassas possibilidades materiais, bélicas e de quantidade de soldados quando se comparam ambos os lados em pugna, Garay também comparou, em contrapartida a estes obstáculos, as qualidades do soldado paraguaio e o “heroísmo” com que ele empreendeu a “resistência” paraguaia na defesa do “solo da pátria”, “desmentindo” dessa maneira as “predicações” de Mitre a respeito dos prazos da guerra, ou seja, de que em apenas 90 dias a aliança alcançaria e “liberaria” Assunção. Vejamos:

paraguayos en la guerra de Triple Alianza”, defendendo a atuação de sua família. Ver O’ LEARY, Juan Emiliano. **Los Legionarios**. Asunción: Editorial de Indias, 1930, p. 39.

³¹⁰ “La Patria”, 2 de maio de 1902.

³¹¹ “La Patria”, 5 de agosto de 1902.

“Ningún pueblo rayó más alto em el heroísmo con que defendió el suelo de la patria; ninguno llevó á tan extrema abnegación el sacrificio por la integridad del territorio: vencedores ó vencidos en victorias que hacian pagar muy caras, cada vez se debilitaban más; combatidos por las epidemias, por la desnudez, por la falta de alimentos, por las marchas penosísimas al través de los montes, continuaban sin desmayar su heroica lucha, y los que caían prisioneros (lo cual, desde el punto de vista del bienestar material, era una fortuna) aprovechaban la primera coyuntura para huir y reincorporarse á su jefe. Jamás el orgullo nacional arrastró á más gloriosas acciones: peleaban los paraguayos con tan terrible encarnizamiento que desde los primeros combates los aliados adquirieron esta convicción, que ha sido consagrada en copiosos documentos durante toda la guerra: á los paraguayos sólo se les coge prisioneros cuando no pueden ya valerse; caídos por tierra, se defienden contra todos los que se les acercan; y cuando, curados desde sus heridas y regalados, recobran sus fuerzas, huyen, así que pueden hacerlo, para ir á ocupar su puesto en las siempre honradas filas del ejército nacional.

El 1º de Marzo de 1870, López, que estaba en Cerro Corá con 470 hombres, fué atacado por el grueso del ejército enemigo, que dio fin con la pequeña fuerza y muerte á Lopez, al vicepresidente Sánchez, al ministro de la guerra Caminos y á otros más, que rehusaran rendirse. Con este hecho terminó la guerra, que desmintiendo las predicciones del general Mitre, duró seis años, durante los cuales el Paraguay no recibió del extranjero ni un solo fusil ni un solo tiro, pues estaba completamente encerrado por el enemigo, que sin contar las ventajas de la posición y del armamento, representaba una fuerza doce veces superior”³¹².

Embora uma pequena obra, o “Compendio...” de Garay, ainda que sucintamente devido o fato de ser um manual de história, já possuía as principais teses futuramente desenvolvidas pelo revisionismo, inclusive esta do “heroísmo” paraguaio na guerra, a primeira e mais “fácil” delas. Logo mais em 29 de janeiro de 1903, o então vice-presidente da república, Manuel Dominguez, tomando partido de O’ Leary em sua contenda contra Báez, proferiu uma conferência na “Revista del Instituto Paraguayo” dando a conhecer o seu recém escrito intitulado “Causas del heroísmo paraguayo”, um ensaio publicado nesta mesma revista tendo por objetivo dar uma explicação plausível para a suposta encarniçada resistência que o paraguaio conseguiu sustentar durante tanto tempo, seis anos segundo Garay, contra a Tríplice Aliança. Tais explicações de Dominguez pautaram-se pela superioridade “racial” do homem paraguaio frente aos inimigos de guerra do passado e/ou aos vizinhos do presente, dando impulso ao seu próprio revisionismo³¹³.

³¹² Ver GARAY, Blas. **Compendio Elemental de Historia del Paraguay...**, op. cit., p. 296 e 297.

3.2 Os polemistas: Báez x O' Leary e Dominguez

Mas essa importante conferência de Manuel Dominguez não se a entende senão por conta do desenrolar do conflito nos diários assuncenos entre O' Leary e Báez. Então vamos diretamente a ele. Cecilio Báez, em outubro de 1902, fazendo um balanço do “Banco Territorial” e da crise sistêmica que tomava conta da economia paraguaia – crise agudizada na virada de século já que nem mesmo os serviços da dívida britânica conseguiam ser pagos com regularidade, impossibilitando novos empréstimos –, fez sérias acusações a esta instituição financeira, pondo-a como pouco rentável, mitificadora e disposta a enganar o povo por meio das publicações que estava levando adiante no diário “La Patria”.

Segundo disse em sua lapidária conclusão, ela “engana o povo paraguaio, povo cretinizado por *saeculorum* despotismo. E que em tudo crê porque o povo segue sendo semelhante a um cretino, isto é, a um ser sem vontade nem discernimento” [grifo do autor]³¹⁴. Báez, segundo Brezzo, referia-se particularmente ao “cretinismo” causado pelas heranças históricas do período da Primeira República Paraguaia, período este compreendido entre os anos de 1811 e 1865. Nele houve “54 anos de despotismo” que trouxeram ou fizeram a “nação” permanecer com a “incomunicação” com o mundo exterior, com o “terror”, com a “tibieza”, com a “pobreza”, com a “servidão”, e tudo isso, somado a “insensatez”, “orgulho” e “vanidade” de seu último governo, acabaram por levá-la à completa “ruína”, sucumbido-a quase que por definitivo ao fim da guerra em 1870³¹⁵.

Antes mesmo de O' Leary pôr-se a contestar Báez, o próprio “La Patria”, por meio de artigos apócrifos, defendeu-se fornecendo argumentos estritamente bancários; fazendo ameaças a Báez pelo desrespeito ao povo paraguaio, povo que recentemente o acolheu no dia do seu retorno do estrangeiro; e, interessadamente, expondo comparações entre os números de acusados de assassinato no Paraguai e de outros diversos países europeus, sendo que os números paraguaios seriam os mais baixo de quase todos eles, um sinal, ao contrário do que suporia Báez, de sua civilidade³¹⁶.

³¹³ Ver DOMINGUEZ, Manuel. “Causas del heroismo paraguayo”. **Revista del Instituto Paraguayo**, Asunción, año 4, nº 38, 1903, pp. 643-675.

³¹⁴ Não achei o original publicado no diário “El Paraguay” em começos de outubro de 1902. Portanto esta citação é uma que o “La Patria” fez para defender-se, publicada ainda no mesmo mês. Ver “La Patria”, 17 de outubro de 1902.

³¹⁵ Conf. BREZZO, Liliana M. “El Centenario en Paraguay: historiografía...”, op. cit., p. 64 e 65.

³¹⁶ “La Patria”, 22 de outubro de 1902.

De qualquer forma, para Báez, os maus frutos de uma infame era já destruída insistiam, todavia, mais de trinta anos depois, em seguir contaminado os frutos do presente, como estava acontecendo com o “Banco Territorial”, a economia paraguaia em geral, e o próprio “La Patria”, diário que – tendo como dono a Enrique Solano López, o filho do “tirano” – permitia a O’ Leary publicar a sua série “Recuerdos de Glória”, logo mais descreditada pelo próprio Báez. É nessa crença, crença na persistência ou mesmo agudização das conseqüências do despotismo devido aos “despóticos” e maus governos colorados que se valia Báez para expor tão drástica, contundente e polêmica visão sobre o povo e a história paraguaia, embora não houvesse nada de novo nisso.

Diante da repercussão de sua afirmação e da cobrança de “provas” do “cretinismo”, Báez pôs-se então a “prová-lo” com a “história nacional”. Foi então que começou a publicar a sua série “La educación: las pruebas del cretinismo”, dando com ela outro grande impulso à velha tese de que o paraguaio deveria ser “regenerado” (ou, como preferia, “descretinizado”) por meio da correta instrução pública, argumentação defendida desde os primeiros dias de formação do governo provisório antilopizta. Vejamos como Báez concluiu o primeiro artigo da série, publicado em 18 de outubro de 1902: “Eduquemos ao povo pela instrução e pelos atos de bom governo; porque um povo se desmoraliza pelos atentados dos governantes, se corrompe pelo despotismo, e se cretiniza pela falta de instrução”³¹⁷.

Esta conclusão vinha como resultado de uma rápida passagem pela história paraguaia, onde, segundo Báez, desde a morte do “adelantado” Domingo Martínez de Irala, teria fracassado “todos os planos de bom governo”, fracasso comprovada pelo eterno descuido da instrução; pelo estado de “servo da gleba” a que foi reduzido o índio guarani através dos regimes de encomienda³¹⁸ e de redução jesuítica; pelo isolamento com o “mundo civilizado”; pela ignorância da língua castelhana; e pelo sistema de governo “teocrático-político” implantado após a independência. Com a soma e secular persistência destes maus caracteres na

³¹⁷ “El Cívico”, 18 de outubro de 1902.

³¹⁸ A *encomienda* foi uma instituição que teve sua origem na Península Ibérica do século XII. Na América, em termos oficiais ela teve como objetivo a racionalização das relações entre os espanhóis e os índios. Através dela, e em parte como prêmio por sua ação conquistadora, o espanhol recebia durante um período limitado o direito de explorar o trabalho de um certo número de índios, com a obrigação de alimentá-los, vesti-los e instruí-los na fé católica. No ano de 1718, decretou-se a abolição do sistema de *encomiendas*, e ainda que essa medida fosse reiterada em várias oportunidades, o regime perdurou até o início do século XIX em áreas periféricas da antiga América espanhola, como o caso da então província do Paraguai. Para maior compreensão sobre a *encomienda* ver MACLEOD, Murdo J. “A Espanha e a América: o comércio atlântico, 1492-1720”. In: BETHELL, Leslie (org). **América Latina Colonial**. 2ª ed. São Paulo, Edusp, 1998.

história da “nação” paraguaia, o seu povo não podia tornar-se senão “pobre”, “ignorante” e “incapaz” para a democracia, em suma, um “embrutecido” e “cretino”³¹⁹.

No segundo artigo, Báez, seguindo em sua tarefa de dar as “provas” do “cretinismo”, lança mão de um estudo específico, o dos congressos que se iniciaram com a vida do Paraguai independente. Intitulado “La educación: los congresos paraguayos”, tal estudo histórico intenta demonstrar que o povo paraguaio devido ao sofrimento com o “secular despotismo” permaneceu alheio e sem qualquer “vida cívica” nos momentos políticos de grande importância nacional, onde mais do que nunca sua presença se fazia necessária³²⁰.

Tais momentos foram os dos congressos paraguaios: neles o legislativo, considerado por Báez uma mera “caricatura” de um verdadeiro legislativo, reunia-se para deliberar sob a forma de governo, para escrever as leis, e para eleger os governantes³²¹. Não obstante, mesmo com tamanha importância, por conta da “nulidade” do povo os deputados eram simples “chacareiros” e “analfabetos” que não “conheciam nem o espanhol”. Em outras palavras, pseudos-legisladores escolhidos pelos próprios “ditadores” de maneira que suas funções eram reduzidas a “subscrever [...] atas que se lhes apresentavam” previamente, isto é, subscrever a vontade dos “tiranos”³²².

Já no artigo subsequente, o início dos alvos foram as tradições hispânicas. Como o próprio título supõe, “La educación: los efectos de la tiranía”, tratou de enfatizar o despotismo da metrópole traduzido na educação espanhola e os efeitos dessa herança sobre as várias repúblicas americanas e, particularmente, sobre o Paraguai. Começando pelos discípulos de Santo Inácio espalhados pela América e Europa, execrou-os por considerarem a “ciência” como um crime e a “ignorância e estupidez” como virtudes. Para eles, disse Cecilio Báez, o “espírito de investigação” e a “inteligência” deveriam ser “arrancados” em favor da “credulidade” e “obediência”³²³.

O mesmo se estenderia às universidades espanholas e hispano-americanas que não foram para Báez senão corpos de “eclesiásticos” que temiam dar a mostra “os direitos dos povos”. Nelas as ciências estiveram “proscritas”; a “Geometria” equiparada a “bruxaria”; e

³¹⁹ “El Cívico”, 18 de outubro de 1902.

³²⁰ “El Cívico”, 21 e 22 de outubro de 1902.

³²¹ O primeiro congresso reuniu-se em 1811 e deu formação a uma Junta de cinco pessoas – Francia, Caballero, Yegros, Bogarín e Mora –, o primeiro governo do Paraguai independente. O segundo congresso reuniu-se em 1813, nomeando como Cônsules da República ao doutor Francia e a Yegros. O terceiro congresso reuniu-se em 1816 e nomeou Francia como “Ditador Perpétuo” do Paraguai.

³²² “El Cívico”, 21 e 22 de outubro de 1902.

³²³ “El Cívico”, 24 de outubro de 1902.

“Newton” igualmente proibido, pois contradizia os dogmas da “religião”. Soma-se a isso a “incomunicação” do império por três séculos com o resto da Europa e a proibição do trânsito de livros, pois cabia somente ao clero “inquisidor” a tarefa da instrução, isto é, do “inculcamento na consciência do povo de toda a classe de superstições, como a inviolabilidade do rei, a obediência absoluta à igreja e à monarquia, o ódio ao estrangeiro, sobretudo aos hereges e [tudo isso]”, como afirmou, “com a ferocidade do turco”³²⁴.

Todas essas formas equivocadas, “degradantes” e “embrutecedoras” de educação teriam sido, segundo Báez, aprovadas por “escritores supersticiosos” que deram margem e justificativas ao “terror” praticado primeiro pelos “déspotas” espanhóis e posteriormente pelos “tiranos” Francia e López. Mas não nasceram por acaso: tais excrescências do ensino espanhol herdadas pelo Paraguai foram conseqüências de todo um sistema despótico sustentado naquele país. Portanto, para Báez, nada mais justo que caracterizá-lo em seu conjunto, e assim o fez no artigo da série intitulado “Sistema Colonial Español: Antecedentes de la Tirania Paraguaya”.

Dividido em cinco partes, neste artigo falou do negativo “personalismo” dos conquistadores, da “organização do despotismo” por meio da divisão político-administrativa do império espanhol, da organização do “odioso monopólio” pela “política colonial”, da “servidão” a que os índios foram reduzidos pelo regime de “encomienda”, e, ao fim, da “conquista espiritual” que retirou de todos os sentimentos de “honra”, e, entre outros, também os de “personalidade humana”³²⁵.

Estes dois últimos artigos de Cecilio Báez que condenavam a tradição hispânica com vistas a explicar o atual “cretinismo” paraguaio, vertiam os mesmos princípios do ensaio “Estudios sobre la historia de España”, de autoria do próprio Báez, publicado na “Revista del Instituto Paraguayo” em outubro de 1899³²⁶. Nele Báez dedicou-se a condenar todos os “cérebros” e “literatos” espanhóis, principalmente os dos séculos XVI e XVII, período áureo do império espanhol. Todos, segundo Báez, seriam clérigos ao serviço do Santo Ofício ou de monarcas sedentos de poder, portanto homens “fanáticos” e “ortodoxos” que não acompanharam o “movimento do século XVI”, daí o “marasmo intelectual” espanhol. O “teatro” espanhol, por exemplo, só encenava figuras bíblicas dando maior respaldo ao

³²⁴ Idem.

³²⁵ Conf. BÁEZ, Cecilio. “Sistema Colonial Español: Antecedentes de la Tirania Paraguaya”. In: **La Tiranía en el Paraguay...**, op. cit., pp. 67-71. Este artigo foi originalmente publicado no “El Cívico” em novembro de 1902. Contudo, todas as publicações deste mês de dito periódico não se encontram na “Biblioteca Nacional el Paraguay”.

³²⁶ Ver BÁEZ Cecilio. “Estudio sobre la historia de España”. In: **Revista del Instituto Paraguayo**. Año 2, nº 21. Asunción, octubre de 1899, pp. 81-110.

“embrutecimento” do povo, seguido ainda do odioso “gênero romanesco” que o fazia crer em figuras místicas e “maravilhosas”; “os médicos [também] eram ignorantes” de modo que os prudentes preferiam os estrangeiros; nas universidades, por fim, não se ensinavam matemática, física, anatomia ou botânica, mas tão só teologia, cânones e jurisprudência. Em suma existiria...

“una abundantísima literatura sobre la necesidad de perseguir á los herejes, judios, moros y moriscos. No hay letrado ó literato que no haya escrito sobre los milagros del catolicismo, ni santo que no haya tenido una docena de biógrafos, en quienes no se sabe cual se ha de admirar más, si el descare con que falsean la verdad, o su estúpida candidez. Existia también enormes in-folios y en prodigioso numero sobre la historia de cada monasterio, convento, catedral, orden religiosa, pues cada una de estas instituciones tiene también su runfla de historiadores devotos.

El público español, pues, mas que devocionarios o historias maravillosas, bajo el doble despotismo de la monarquía y de la iglesia”³²⁷.

Juan E. O’ Leary que trabalhava no “La Patria” e nele publicava a sua série “Recuerdos de Glória”, não suportou toda essa condenação do passado “nacional”. Pôs-se, a partir de 20 de novembro, a tarefa de combater a Báez numa luta que comparou com a de “Davi” e “Golias”, porém um combate que julgou extremamente necessário para que as futuras “gerações [...] não sent[issem] profundo desprezo” pela sua³²⁸. Depois de negar que o despotismo “cretiniza” o povo, utilizando-se para isso de vários exemplos espanhóis³²⁹, no 8º artigo da série “El cretinismo paraguay” dirigiu-se contra a condenação daquilo que chamou de “pátria mãe”, isto é, contra a condenação daquela bondosa “pátria” que por meio de seus generosos esforços haveria ensinado e dado a verdadeira “religião cristã” ao Paraguai, “incorporado-o à civilização”, e deixado-o “livre com uma pátria sobre a terra”.

Indignado, afirmou que o único “crime” que a “nobre Espanha” cometeu foi o crime de ter sido um “Nilo” que espalhou “civilização”, que derramou sobre léguas e léguas o seu “sangue azul”. Estes foram os seus “crimes”. Agora, na longa noite de seu “presente infortúnio”; quando cai sobre ela os “*libertadores*” [grifo do autor] de Cuba³³⁰, sobram os “insultos” e os “escarnecimentos” dos “espúrios filhos de seus filhos”. Todavia não há com que

³²⁷ Idem, p. 84.

³²⁸ “La Patria”, 20 de novembro de 1902.

³²⁹ “La Patria”, 21 de novembro de 1902.

³³⁰ Refere-se a guerra entre Estados Unidos e Espanha por Cuba fazendo alusão aos “*libertadores*” do Paraguai, isto é, a Tríplice Aliança que destruiu o Paraguai com a desculpa de também o liberá-lo.

se importar, como considerou relembando e fazendo uso de paráfrases da obra do uruguaio Enrique Rodó, “Ariel”³³¹:

“España no ha caído. Ella es la patria hermosa de Ariel. Vive siempre grande en su pasado, grande en su historia, grande en la grandeza estupenda de su espíritu. Se derrumba su colosal imperio, se hunden sus barcos y millones de sus hijos desaparecen barridos por la peste y por el aliento impuro de los ‘inmensos gorilas co orado’. Pero allí esta ella, siempre grande, con los ojos fijos en las estelas de plata de sus tres caravelas portadora de su raza e de su lengua. Esas estelas marcan el rumbo eterno de su gloria, conducen á la glandezza sublime de su pasado que no ha de morir, donde ella vive, la vida que no se acaba, eternamente jóven, de una gloria sobrehumana.

Ella es siempre grande. En sus museos brillan sus armaduras y brillan sus espadas [...]. En sus museos brillan, también, con colorido eternamente fresco, sus cuadros inimitables, testigo mudo de su pasado. [...]. Ariel vive siempre jóven, reelinado en los blazos de la vieja hidalga, madre de Cides e de heróis que saben cair en Trafalgar, exclamando en la agonía: Más vale honra sin buques que buques sin honra...³³².

Mesmo ainda muito longe do antiliberalismo que professaria no futuro, O’ Leary rompeu em absoluto com a ortodoxia liberal hegemônica representada pelo velho positivismo desde os dias da guerra. Assim, antes que execradas segundo o modelo de construção nacional facultado pelo Iluminismo desde as grandes revoluções burguesas, as tradições histórico-culturais hispânicas, paraguaias e mesmo guaranis foram valorizadas, pois as considerou como as verdadeiras “matérias-primas” que davam as bases para se estabelecer os caracteres e as singularidades da nacionalidade paraguaia. Como o vimos, antes que “degenerado” o paraguaio era um “herói” e assim o provou nos combates da guerra; o índio guarani um grande “nobre” exemplificado na figura do “altivo” Lambare. Do mesmo modo, portanto, a Espanha, antes que exemplo de atraso a se suprimir, era a “pátria mãe” que graciosamente deu ao Paraguai a sua língua, a sua religião e o seu solo pátrio.

Chamemo-lo ou não de “arielista”, já que a questão é controvertida³³³, O’ Leary começou a participar, junto de Manuel Dominguez, de um movimento intelectual de longo alcance que pelo início do século XX começou a desconfiar das estruturas ideológicas vigentes, bem como da influência estrangeira, influência que, se noutras partes latino-americanas

³³¹ Ver RODÓ, José Enrique. *Ariel*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1991, [1900]. Para uma análise dessa obra e principalmente de sua importância ver WASSERMAN, Claudia. “Editorial”. *Anos 90*, Porto Alegre, nº 18, dezembro de 2003, pp. 5-16.

³³² “La Patria”, 1º de dezembro de 1902.

³³³ Raul Amaral, mesmo reconhecendo o revisionismo histórico e a sua importância, prefere não qualificá-lo como “arielista”, pois diz ser francesa as principais influências em O’ Leary. Conf. AMARAL, Raul. *El novecentismo paraguay: línea biográfica...*, op. cit., p. 3.

significavam influências da Europa e da América do Norte³³⁴, no Paraguai significava, a exceção dos campos político e diplomático até 1904, a absoluta influência da oligarquia argentina.

É interessante o fato do intelectual cordobês Martín Goicoechea Menéndez, ao apresentar-se em 1901 no diário “La Patria” procurou antes tranquilizar a todos: “sou argentino, porém não se alarmem”. Logo proferiu no “Instituto Paraguayo” a conferência “El pensamiento argentino: sus relaciones con el Paraguay”, dando ainda maior “impulso” e “razão” às desconfianças que alguns paraguaios estavam começando a sustentar em relação ao país vizinho³³⁵. Em 11 de junho Menéndez publicou no “La Patria” o artigo “Las ruinas gloriosas. Ante Humaitá”³³⁶, dedicado à Manuel Dominguez, considerando Humaitá uma fortaleza “invulnerável” como a alma do doutor Francia. Ainda em 1901 publicou “Los hombres montañas”, fazendo novas referências líricas à Francia e também ao Marechal López, que o considerou “o poeta da guerra”³³⁷.

O argentino Martín G. Menéndez, junto de Arsenio López Decoud – neto de Carlos Antonio López – e de Henrique Solano López, deu grande apoio intelectual para O’ Leary na campanha que começou a sustentar contra Báez. Mas o seu escrito que mais impressiona, e que, talvez, mais influenciou o futuro da revisão da figura do Marechal López, foi “Noite Antes de Cerro Corá”, relatando a última noite de vida do Marechal e, com a sua morte, também o fim de “Um Ideal, [de] uma Pátria e [de] uma Raça”³³⁸.

A preocupação de Menéndez em tranquilizar a todos por ser argentino é sintomática. Aliás, a grande acusação que O’ Leary lançou contra Báez foi a de ser um escritor convertido à maldita “raça” dos traidores “legionários”, igual que José Segundo Decoud, portanto um novo pró-“espia”, isto é, um novo escritor favorável à Argentina e àqueles que teriam ensinado na guerra o “caminho” para a Tríplice Aliança. Para se ter uma idéia dessa acusação bem como uma noção de como o debate entre ambos intelectuais tomou alguma proporção na sociedade paraguaia, o “La Patria” chegou mesmo a ridicularizar uma campanha

³³⁴ Segundo Wasserman, ao contrário dos positivistas, os “arielistas” consideravam negativa a influência estrangeira, sobretudo a dos Estados Unidos. Viam-na como “um sinal de dependência econômica, política e cultural altamente prejudicial aos objetivos de progresso dos povos latino-americanos”. Ver WASSERMAN, Claudia. “Percorso Intelectual e Historiográfico...”, op. cit., p. 110.

³³⁵ Ver MENENDEZ, Martín de Goycoechea. “El pensamiento argentino: Sus relaciones con el Paraguay. In: **Revista del Instituto Paraguayo**, Asunción, año 3, nº 30, agosto de 1901.

³³⁶ Ver “La Patria”, 11 de junho de 1901.

³³⁷ Conf. BREZZO, Liliana M. “El Centenario en Paraguay: historiografía...”, op. cit., p. 62.

religiosa de respeitáveis senhoras, amplamente divulgada no “El Cívico”, campanha realizada na Catedral assuncena contra a “tirania” e em favor das “almas” dos caídos por conta dela na guerra ou em qualquer outra situação.

Para o “La Patria” elas não passavam de meras ponta de lança para ferir a Pompeyo González. Na conclusão dizia que Báez, novo líder espiritual do “legionarismo”, era o chefe de uma comissão que começava a trabalhar para formar uma “sociedade” cujo nome provável seria “*Le legionarios y espías*” [grifo do diário]³³⁹. Mas ainda antes desse artigo do “La Patria”, o próprio O’ Leary acusou Báez de “ateu”; de líder “maçom”; de dono de um coração “duro”; de sustentador de um secreto “amor” pela “Argentina”; de “Caím” que matou o seu irmão; e o mais grave, de pretenso assassino das “sagradas” fontes de “orgulho” e “glórias” do Paraguai, entre outras coisas³⁴⁰. Na citação abaixo a violência das imagens evocadas para caracterizar a Báez e aos “legionários” é surpreendente:

“El otrora inimigo de la Argentina [senhor Báez] se arrastró servilmente á lamberle los piés. Y para que sus disposiciones históricas quedassem lidas [...], insultó a su patria e enchó de barro y esterco lo pasado y lo presente de nuestra nacionalidad. [...]; ¡Oh! ¡Los legionários! ¡Quedais justificados! Vosotros fusteis os precursores del doctor Báez, los maestros del apóstol. Vosotros fusteis los primeros civilizadores del Paraguay! [...]. Teneis razón, fuimos uns bárbaros, peleamos por la barbarie y caímos bajo el peso de la civilización. [...]. Bebed con él, olvidando que aun resuenan, bajo las bóvedas del palacio de la representación nacional, sus palabras de fuego, condenandoos, llamandoos traidores, indignos del nombre de paraguayos, raza de víboras [...] caínes [...] perros rastreadores de la Alianza y chacales glotones de lo podrido, hidrópicos de la sangre hermana!!! [...] La posteridad, cuando fije su mira en el pasado, ha de ver, unidos en el fraterno abrazo, á dos personajes interesantes de nuestra vida democrática”³⁴¹.

Estes “dois personagens interessantes” eram, para Juan E. O’ Leary, José Segundo Decoud e Cecilio Báez, os representantes do velho e do novo “argentinismo”, bem como, o que seria a mesma coisa, do velho e do novo “legionarismo” respectivamente. No Paraguai os motivos do que se tornou a “eterna” desconfiança em relação aos argentinos tinha na guerra uma de suas grandes causas, pois ela foi feita e legitimada pelos “pais” e oligarcas argentinos justamente, entre outras coisas, para se destruir tradições tidas como provas da “barbárie”

³³⁸ “Noite Antes de Cerro Corá”. *Apud*. STEFANICH, Juan. **El 23 de octubre de 1931**. Primera batalla por la defensa del Chaco y primer Grito de la Revolución de Febrero de 1936. Bueno Aires: Editorial Febrero, s/d, p. 178.

³³⁹ “La Patria”, 18 de dezembro de 1902. Ver também “La Patria”, 20 de dezembro de 1902.

³⁴⁰ “Nada importa que fira o que é Sagrado e que escarneça o que é divino. Sagrado é o amor do filho a mãe, divino a honra do povo à dignidade da pátria, orgulho nacional”. “La Patria”, 4 de dezembro de 1902.

cultivada pelos López, as mesmas tradições que agora O' Leary e Dominguez passaram a ter como os sinais da nacionalidade paraguaia.

Justificando a criação da Tríplice Aliança, o então presidente Mitre afirmou no seu jornal “La Nación” que derrubar a “abominável ditadura de López” era o meio de “abrir ao comércio do mundo” uma “esplêndida e magnífica região que possui[a], talvez, os mais variados e preciosos produtos dos trópicos e rios navegáveis para explorá-los”³⁴². Contudo, mesmo depois do fim da guerra seguia justificando-se, e para isso fez uso de incrível e fria sinceridade, onde “matar paraguaios” e “destruir o Paraguai” foi o resultado final, consciente ou não, dos planos aliados, mesmo com a reprovação da “filosofia”, da “humanidade” e da “moral”:

“Os soldados Aliados, e muito particularmente os argentinos, não foram ao Paraguai para derrubar uma tirania, embora por acidente esse seja um dos fecundos resultados da sua vitória [...]; da mesma forma teríamos ido se em vez de um governo monstruoso e tirânico como o de López, houvéramos sido insultados por um governo mais liberal e civilizado.

[Porém], a filosofia, a humanidade e a moral desertariam de nossas fileiras se tivéssemos ido **matar** paraguaios e **destruir** o Paraguai para redimir um montão de ruínas e grupos de viúvas e órfãos, cobrindo com a bandeira da liberdade o último cadáver do sustentador de sua tirania [destaque meu]”³⁴³.

Mais claras e diretas foram as afirmações de Domingo Faustino Sarmiento, mesmo nunca tendo sido favorável a criação da Tríplice Aliança. De qualquer forma, foi “providencial”, disse, “que um tirano tenha feito morrer todo esse povo guarani. Era preciso purgar a terra de toda essa excrescência humana”³⁴⁴. Soma-se a esse motivo de desconfiança que brotava em relação a Argentina, a secular dependência econômica paraguaia da capital portenha, pois ela sempre foi a principal compradora dos produtos exportados pelo Paraguai, erva-mate principalmente, e possuía o monopólio do controle do acesso ao Rio da Prata, sempre o utilizando para prejudicar o Paraguai quando julgasse necessário.

É, portanto, ilegítimo dizer que o início do revisionismo histórico de O' Leary seja explicado e reduzido como o resultado de meros benefícios materiais lhe dados em espécie pelo filho do Marechal López, Enrique Solano López, como considerou Francisco F. M.

³⁴¹ “La Patria”, 27 de novembro de 1902.

³⁴² Ver o diário argentino “La Nación”, 3 de fevereiro de 1865. *Apud.* CHIAVENATTO, Julio José. **Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai**. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 51.

³⁴³ *Idem*, p. 77.

³⁴⁴ *Idem*, p. 51.

Doratioto (2002) em sua obra “Maldita Guerra”³⁴⁵. A partir de influências múltiplas, européias e americanas, Monteoliva não conseguiu perceber que se processava no Paraguai, não só com O’ Leary e nem mesmo a partir dele, mas já desde Blas Garay, o início da explicação da “nacionalidade” paraguaia e da construção de uma “consciência histórica” a partir de novos elementos históricos, os nativistas, portanto não mais os herdados da filosofia iluminista³⁴⁶.

Aliás, em agosto de 1901 Ignacio A. Pane publicou na “Revista del Instituto Paraguayo” o ensaio intitulado “‘Ariel’ de Enrique Rodó”, dando popularidade a dita obra desse famoso uruguaio e, por conseguinte, embora com uma visão crítica, valorização às temáticas americanistas e nativas em depreciação daquilo que chamou de “utilitarismo” dos Estados Unidos, do “homem” transformado em “máquina”, do modelo de “democracia puritana”, e da própria falácia da “igualdade” no campo econômico, etc.³⁴⁷.

As “batalhas” nos diários assuncenos evoluíram, portanto, para interpretações históricas díspares num duplo sentido: tanto no que se refere à filosofia que a fundamentava, como no julgamento dos próprios fatos históricos, processos já em curso na Europa há pelo menos algumas décadas. Eric J. Hobsbawm, analisando o processo da ideologia nacional desse continente a partir de 1870, diz que “o que se revelou mais significativo [...] não foi tanto o grau do apoio para a causa nacional, obtido nessa época entre este ou aquele povo, e sim a transformação da definição e do programa do nacionalismo”, fato que as elites políticas e intelectuais da América Latina começaram experimentar, ao menos de modo mais acentuado, somente a partir do século XX³⁴⁸.

A respeito da segunda parte desse jogo de oposições, se Báez não conseguia provar a tese do “cretinismo” sem condenar particularmente o passado lopizta, O’ Leary, por seu turno, como ele mesmo reconheceu, não conseguia provar o que considerou o equívoco, a

³⁴⁵ Ainda antes da publicação desta importante obra, em um artigo “on line” da Folha de São Paulo publicado para as comemorações dos 500 anos do Brasil, Doratioto já havia defendido esta tese. Ver DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. “A construção de um mito”. In: **Folha Especial**. Disponível em: www.folha.uol.com.br/fol/brasil500/histpar-5html. Acesso em 11/01/2006.

³⁴⁶ Milda Rivarola fala de uma “Liga Patriótica” fundada em 1901, onde “vários intelectuais – Juan E. O’ Leary, Manuel Domínguez e Arsenio López Decoud – através da reivindicação da figura do Marechal López e do rol heróico do povo paraguaio na passada guerra, discutem o pensamento liberal, que tinha em Cecilio Báez um dos principais expoentes, e em 1912 um segundo intento de criar uma “União Patriótica” é realizado em Assunção. Ver RIVAROLA, Milda. **Obreros, utopias & revoluciones...**, op. cit., p. 101

³⁴⁷ Ver PANE, Ignacio A. “‘Ariel’ de Enrique Rodó”. In: **Revista del Instituto Paraguayo**, Asunción, año 3, nº 30, agosto de 1901, pp. 197-210.

³⁴⁸ Ver HOBBSAWM, Eric. **A era dos Impérios...**, op. cit., p. 208. Já Hans Kohn prefere datar a mudança da definição nacional para a Europa a partir de 1848. Ver KOHN, Hans. **A era...**, op. cit., p. 31.

má fé e o “legionarismo” de Báez sem “levantar as acusações formuladas contra López I”. Fazia-o, é verdade, com enormes cuidados dada a existência de um pesado legado antilopizta, justificando-se várias vezes dizendo que não se tratava de defender “tirano” algum, pois, como disse, “todos os condenamos”³⁴⁹, e, também, prevenindo aos seus leitores que os seus inimigos o chamaria de “reivindicador de déspota”, como de fato aconteceu. Para Báez, como afirmou no artigo “A los pueblos de la república”, e também aos que ficaram do seu lado, O’ Leary não passava de mais um “tiranófilo”, figura reverenciadora do “despotismo” “lopizta” que queria “extraviar a juventude”; que era inimiga da “liberdade” e da própria “civilização”³⁵⁰; portanto que era uma vergonha ao “Partido Liberal”.

Mas, de uma forma ou de outra, O’ Leary fazia realmente a reivindicação do outrora execrado passado através de uma clara inversão de valores a respeito dos governos e períodos lopiztas. Para tal, como meio de proteger-se apelou para constantes citações, em particular para as de não paraguaios, como as de Juan Bautista Alberdi – intelectual argentino inimigo político de Bartolomé Mitre que sempre o fustigou pela guerra –, as do inglês Jorge Thompson – engenheiro militar do Marechal López –, e de outros.

De Juan B. Alberdi, por exemplo, fez a seguinte citação: “López pai tem o mérito de ser o criador de tudo o que faz respeitável o Paraguai, e o [seu] filho tem o de tê-lo conservado”³⁵¹. De Jorge Thomposon, por exemplo, extraiu que o povo paraguaio sob o seu primeiro presidente “foi o mais feliz da terra” e o Paraguai um “Éden naqueles benditos tempos”. Portanto, O’ Leary, contrariando a toda uma interpretação histórica hegemônica, entendeu como lícito julgar o governo de Antonio Carlos López da seguinte forma:

“No se puede pedir más. No veo la forma de elogiar a un gobernante. Decir de un gobernante que fué EL QUE MÁS HIZO POR SU PAÍS, equivale a todo los elogios que se pudiera compilar en gruesos volumes [destaque do autor]”³⁵².

Por conseguinte, para O’ Leary o “presidente” López havia criado “tudo” no Paraguai – tese já levantada por Blás Garay no seu “Compendio...”³⁵³ –, referência em particular aos arsenais, linhas telegráficas, caminhos de ferro, ao sistema educacional que cobria o último dos “confins da República”, exploração de minas, fundição de ferro, academias

³⁴⁹ “La Patria”, 23 de dezembro de 1902.

³⁵⁰ “El Cívico”, 20 de dezembro de 1902.

³⁵¹ “La Patria”, 8 de dezembro de 1902.

³⁵² Idem.

³⁵³ Conforme afirmou Blas Garay, desenvolvendo adiante vários pontos, “o Paraguay era por esta época uma das mais fortes potências da América do sul”. GARAY, Blas. **Compendio Elemental de Historia del Paraguay...**, op. cit., p. 268.

de estudo e outras coisas³⁵⁴. Mas mais do que isso, justificou os monopólios e o “estanco” do comércio da erva fazendo uma lista dos seus benefícios materiais ao país e ao povo, agregando ainda que eles se tornaram uma “necessidade” devido a ameaça existencial que pesava sobre o Paraguai, sempre contestado por seus dois grandes vizinhos: Argentina e Brasil³⁵⁵.

Para Cecilio Báez no seu “Estudio Económico sobre el Paraguay: agricultura, indústria e comércio³⁵⁶”, este mesmo “tirano” López deve ser condenado por ter “monopolizado a navegação”, portanto o próprio comércio fazendo os preços subir; por ter monopolizado “toda a indústria”; por ter recolhido as “moedas de prata”; pela existência das “Estancias de la Patria”; pela falta de ensino industrial e comercial; por ter condenado o país a “pobreza primitiva”, em suma, por ter o levado, também por meio da economia, para a completa “barbárie”. Em 28 de janeiro de 1903 Báez publicou o artigo “La Tirania de Solano López: su aspecto comercial”, artigo onde acusou o Marechal López de saquear o tesouro e as terras públicas em favor de sua família, estando a guerra já perdida³⁵⁷.

No que diz respeito à instrução, a mesma dualidade. Enquanto o sistema educacional de López foi para O’ Leary não o que o Paraguai “necessitava”, como o reconhecia o próprio “presidente”, mas o mais fecundo e extensivo que existiu na república até aquele momento, principalmente se comparado com o sistema implantado depois “da guerra pelos legionários donos do poder”³⁵⁸, para Báez, sempre minguado e mesquinho, ele não teve outro objetivo que o de “cretinizar” e “embrutecer” ao povo, e prova disso era o próprio catecismo de San Alberto.

As formulações de Báez eram, embora mais universalistas, as mesmas que Manuel Gondra havia levantado contra Garay anos antes. Aliás não deixou de reportar a ele para sustentar-se melhor, daí a publicação no “El Cívico” de um artigo do próprio Gondra, em apoio a Báez, intitulado “Habla don Gondra”³⁵⁹. A questão da instrução pública, sempre tão candente nas discussões históricas e nacionais, levou Juan E. O’ Leary a dedicar a ela seis artigos da série “El cretinismo paraguayano”.

Quando tratou de levantar as acusações sobre a “pátria mãe”, por exemplo, não se esqueceu de fornecer uma lista de grandes filósofos, juristas, cientistas políticos, cientistas

³⁵⁴ “La Patria”, 24 de dezembro de 1902.

³⁵⁵ “La Patria”, 29 e 30 de dezembro de 1902.

³⁵⁶ “El Cívico”, 2 de dezembro de 1902.

³⁵⁷ “El Cívico”, 28 de janeiro de 1903.

³⁵⁸ “La Patria”, 18 de dezembro de 1902.

³⁵⁹ “El Cívico”, 15 de dezembro de 1902.

sociais, cientistas econômicos, historiadores, arqueólogos, botânicos, zoólogos, literatos e outros, todos espanhóis que estariam escrevendo teorias “avançadas” na Espanha que Báez considerou “embrutecida”. Um entre estes nomes, segundo O’ Leary, chegou a justificar o “tiranicídio” a partir de uma obra que percorreu toda a Europa, causando grande escândalo entre os diferentes monarcas³⁶⁰.

Ambos os lados em pugna receberam apoio e reprovação da sociedade assuncena. José Segundo Decoud ficou, inevitavelmente, ao lado de Cecilio Báez. Publicou no “El Cívico”, com outros apoiadores, um artigo chamado “Sepelio de la Tirania: manifestación al Dr. Báez³⁶¹”, onde se pôs, junto dele, na honrosa e necessária tarefa de “purgar” a “história” paraguaia “das mistificações”, enquanto o seu outrora advogado, Manuel Dominguez, agora vice-presidente da república, figura que o havia defendido ante o parlamento da acusação de “portenhista”, ficou ao lado de O’ Leary. Em janeiro de 1903 publicou “Causas del heroísmo paraguayano”, mas, ainda muito antes, havia publicado uma nota de felicitação por sua esplendida campanha histórica, referindo-se a série “Recuerdos de Glória”³⁶².

Mas as manifestações de apoio não se restringiam à intelectualidade. Ambos diários publicaram extensas listas de assinaturas em adesão aos seus respectivos escritores; deram particular notoriedade à adesão das damas da sociedade e, da mesma maneira, à dos jovens estudantes, pois escreviam particularmente para eles; fizeram publicações de cartas vindas do interior do país em apoio aos seus respectivos lados; publicaram manifestações de estrangeiros; organizaram e deram publicidade às manifestações públicas nas ruas e praças. Nas palavras de Raúl Amaral, a polêmica desenvolveu-se “de sítio em sítio, como uma militância”. Com ela a “história se vivi[a] nas ruas e praças em pleno sol, [...], nos cenários das batalhas e sombras da guerra”; com ela os “esquecidos veteranos, os soldados anônimos, tiveram voz e voltaram a vida depois de cruel ostracismo”³⁶³.

No dia 11 de dezembro deu-se, por exemplo, uma reunião de damas na cidade de Villa Rica, precisamente na residência da senhora Ramona Insfrán de Cudas, com objetivos religiosos e antilopiztas, como o que havia ocorrido na capital. O “La Patria”, por seu turno, organizou uma manifestação para 4 de janeiro de 1903 na “Plaza Uruguaya”, as quinze horas, fazendo com antecedência grande divulgação do ato público. Este chamamento intitulado “Al Pueblo”, dizia o seguinte:

³⁶⁰ “La Patria”, 1º de dezembro de 1902.

³⁶¹ “El Cívico”, 1º de dezembro de 1902.

³⁶² “La Patria”, 8 de outubro de 1902.

³⁶³ Ver AMARAL, Raúl. **Escritos paraguayos...**, op. cit., p. 169.

“Un hijo del Paraguay lanzó a la faz del país las injurias más sangrientas dirigida á su propia nacionalidad. Llamó al pueblo CRETINO, y no contento con ésto, negó el heroísmo del soldado paraguayo, que marchaba – según él – al combate como res al matadero. Y dijo más aun que nuestro pasado habia sido de abjección y de infelicidad [destaque do diário]”³⁶⁴.

A importância da introdução desse chamamento para a manifestação do dia 4 foi a de sintetizar o cerne da controvérsia entre ambos os diários e intelectuais. Desde a guerra – em parte pelo fato dela ter introduzido a novidade de ser uma guerra “total”³⁶⁵ – foi tido como certo que o paraguaio lutou ao lado de López por pura falta de consciência do que fazia, ou pelos menos por conta do medo dos laços e dos fuzilamentos. Em suma, ambas hipóteses expunham-no como empurrado à guerra pela tirania lopizta, isto é, como mero “lopezguayos”.

Báez, no artigo “El desenlace de la tiranía: la guerra del Paraguay” reproduziu esta tese, pois, para ele, o “despotismo militar” de López teria que dar necessariamente numa guerra, guerra que ele a fez da mesma forma como fizeram os conquistadores bárbaros Átila, Gengiskan e Temérlan: “estes monstros”, escreveu “arrebanhavam seus povos, levando-os adiante, como se conduz uma manada de animais ao matadouro”. Para Báez, o Marechal López, igualmente a estes “bárbaros”, também teria arrastado o povo como animais até Cerro Corá, confins do Paraguai, daí a sua quase completa dizimação³⁶⁶. Portanto, as teses do “heroísmo” e das “glórias” do Paraguai ficam reduzidas a nada, enquanto a tese do “cretinismo” torna-se o modo de explicar o porquê de o povo ter marchado às batalhas da “Guerra Grande”.

Para O’ Leary, por seu lado, o problema de Báez, típico problema de um “legionário”, é que ele via no passado e no presente de sua pátria “grandes criminosos” e “multidões de embrutecidos”; tornando tudo “sombra espessa”; tudo uma grande “infâmia”; e

³⁶⁴ “La Patria”, 30 de dezembro de 1902.

³⁶⁵ Uma das características da guerra entre o Paraguai e a aliança foi a de ela ter sido, pelo menos para o primeiro lado, uma guerra “total” que mobilizou todos os recursos humanos e materiais da sociedade. Esta característica deu margem para historiadores liberais contemporâneos, na luta que empreendiam contra o autoritarismo que atravessou quase todo o século XX paraguaio, compararem Solano López com Adolfo Hitler: “A semelhança [entre um e outro] está na mobilização total para a guerra, na guerra total que ambos travaram, cada qual dentro de suas possibilidades. Creio não ser fora de propósito considerar López um precursor do totalitarismo moderno, encarnado exemplarmente em Hitler”. ALCALÁ, Guido Rodriguez. **Residentas, destinadas y traidoras**. Asunción: RP/ Critérios, 1991, p. 19.

³⁶⁶ Conf. BÁEZ, Cecilio. “El desenlace de la Tiranía: la guerra del Paraguay. In: **La Tiranía en el Paraguay...**, op. cit., pp. 67-71. Este artigo foi originalmente publicado no “El Cívico” em novembro de 1902. Contudo, todas as publicações deste mês de dito periódico não as encontrei.

tudo “vergonha” a “nacionalidade”³⁶⁷. Ao não conseguir reconhecer nenhuma ação frutífera desse povo – a sua altivez, turbulência, os seu feitos e realizações, e que foi o primeiro a morrer pela independência –, pois estava igualado à uma manada amansada pelo “*saeculorum* despotismo”, justificou sua destruição pelas mãos da Tríplice Aliança³⁶⁸. Contudo, como disse no artigo do dia 4 de dezembro, contrariando o que considerava as falsas premissas de Báez:

“Ningún país tiene mas derecho que el Paraguay de conmoverse al conjuro de la historia. El pueblo turbulento del coloniaje, el que paseó su indomable arrojo hasta el confin de la Patagonia, el que fundó ciudades como Buenos Aires y estalió revoluciones como la de los comuneros de Asunción; el que sufrió tiranias como la de Francia y desplegó heroísmo como el que desplegó en la guerra tiene derecho de despertar cuando alguien penetra en esse templo onde duerme su pasado, para iluminarlo con la falsa luz de la mentira. El doctor Báez sabe esto, perfectamente”³⁶⁹.

Assim, antes que manejados como animais, os paraguaios, povo desde sempre muito “turbulento”, lutou para defender os seus “lares”, para defender aquilo que mais amava e lhe era sagrado, lutou “heroicamente” por suas “mulheres” e “filhas”, pelos túmulos de seus entes queridos, enfim, pelo solo pátrio sempre ameaçado pelas investidas portenhas e imperiais. Como considerou nos artigos de 26, 27 e 29 de dezembro, o Paraguai, com a independência constantemente ameaçada, “necessitou”, portanto, militarizar-se, pois estava “fatalmente condenado” a uma guerra com o inimigo de sempre, com os descendentes dos *mamelucos*³⁷⁰ [grifos do autor], se quisesse proteger os seus sagrados “lares”³⁷¹. Daí, como considerou, a importância das obras de Carlos Antonio López. Elas possibilitaram proteger o Paraguai por muito tempo, “assombrando” o mundo com a sua “heróica” resistência, embora, como resultado indireto, tiveram o efeito de precipitar o próprio conflito, pois o “rápido progresso” inspirou a inveja e “sérios temores” nos belicosos “vizinhos”³⁷².

O paraguaio foi à guerra, para O’ Leary, por um instinto de conservação, isto é, para conservar a sua própria pátria, para não tornar-se um provinciano da Argentina ou do Brasil, portanto não como um “degenerado” ou um “cretino” arrastado à morte no campo de batalha como animais ao “matadouro”. E não fosse a sua “resistência” em não ser argentino ou

³⁶⁷ “La Patria”, 21 de novembro de 1902.

³⁶⁸ “La Patria”, 23 de dezembro de 1902.

³⁶⁹ “La Patria”, 4 de dezembro de 1902.

³⁷⁰ Referência pejorativa aos bandeirantes do século XVII.

³⁷¹ “La Patria”, 26, 27 e 29 de dezembro de 1902.

³⁷² “La Patria”, 24 de dezembro de 1902.

brasileiro, “resistência” possibilitada pelo sistema lopizta, hoje o seria, daí, como acreditava, o ódio de Báez ao paraguaio, chamando-o de “bárbaro”.

Observa-se que a guerra é um dado essencial. Mesmo com perspectivas diferentes, ela é a principal matriz da militância nacional de ambos intelectuais em pugna. Para Báez é o momento onde o “despotismo” é derrotado e a “nação” enfim recobra a sua soberania roubada, podendo iniciar a sua árdua tarefa de “regeneração”. Para O’ Leary, mesmo derrotado, o Paraguai salvou-se do antigo desejo de anexação de seus poderosos vizinhos, além do sangue nela vertido ter dado maior conotação às singularidades paraguaia, como o “heroísmo” e a “turbulência”, forjados desde o período colonial.

Tais critérios revisionistas de O’ Leary não deixaram de refletir na própria “Revista del Instituto Paraguayo”. Em 1903 foi transcrito, não se sabe por quem, a conclusão da obra de Joaquim Nabuco, “A Guerra do Paraguai”. Nela, embora Nabuco afirme que o lado da “justiça” pertencia a Tríplice Aliança, o da “abnegação” e “heroísmo” pertencia, contudo, ao lado paraguaio, fato não explicado satisfatoriamente pela mera “escravidão política” dos López. Antes dessa seletiva reprodução pela revista, tem-se a seguinte consideração:

“De la obra de Joaquín Nabuco, ‘LA GUERRA DEL PARAGUAY’, copiamos el cap. XXX intitulado ‘*Fin de la Guerra*’, en que el brillante escritor brasileño hace entera justicia á la abnegación sin segundo que demostró nuestra patria en su duelo á muerte con los aliados. Entiende Nabuco que el heroico sacrificio no se explica por la esclavitud política. El heroismo há de tener otras causas” [destaques originais]³⁷³.

No mês de janeiro as publicações de ambos polemistas seguiam, quando então Manuel Dominguez, vice-presidente da república, mais claramente intervém tomando partido de O’ Leary, dando e explicando estas “outras causas” do “heroísmo” paraguaio “evidenciado” na guerra. Em 29 de dito mês pronunciou no “Instituto Paraguayo” a famosa conferência “Causas del heroísmo paraguay”, publicada logo mais na “Revista del Instituto Paraguayo”. O “La Patria”, fustigando a Báez e o “El Cívico”, não deixou de dar grande publicidade a este ensaio de Manuel Dominguez.

Nele Dominguez se propôs a fazer o que chamou de “psicologia histórica” para assim garimpar os motivos da imensa e inegável “energia” que, supostamente, o homem paraguaio despendeu na guerra. Buscou a primeira das causas na “raça” que conformou e

³⁷³ Ver NABUCO, Joaquim. “La Guerra del Paraguay”. **Revista del Instituto Paraguayo**, Asunción, año 4, nº 39, 1903, pp. 796-800.

conforma o Paraguai, raça que, como afirmou sem rodeios, seria “superior” à do portenho, à do crioulo, às dos vizinhos em geral e à do próprio espanhol, devido a perfeita “simpatia orgânica” da mistura de um e outro sangue, como o prova a “extraordinária multiplicação” paraguaia.

“El noble fuerte [español o bazco] mezcló su sangre con la del guaraní que era sufrido y nació el mestizo (1)³⁷⁴ que no era el de otras partes. Aquel mestizo en las cruzas sucessivas se fué haciendo blanco, á su manera, porque se aprende en historia natural que el tipo superior reaparece en la 5ª generación (2)³⁷⁵, blanco *sui-generis* en quien hay mucho del español, bastante del indígena y algo que no se encuentra o no se vé ni en uno ni en el outro. [...]. El paraguayo superior al porteño, superior al criollo, es también superior ao español da Europa. Yo no fantasio” [destaque do autor]³⁷⁶.

Sim, Dominguez imaginava não fantasiar. Respalda-lhe teóricos franceses como Taine e Renan, além de constantes citações de viajantes que passaram ou viveram no Paraguai. Reinterpretando-os a seu favor, Dominguez afirmou que o paraguaio possuía tanto “capacidade mental” como “física” superior aos seus vizinhos. Além do mais, às vésperas da guerra a presença do negro era quase nula e ao longo da história, comparado ao inimigo, o sangue deste pouco se mesclou com o do paraguaio, daí, em parte, a sua superioridade racial e a excelência do paraguaio: este, como julgou, era um tipo “branco”, que, não bastasse isso, herdou as positivities das guaranis³⁷⁷.

Ainda em 1903, dirigindo-se a Cecilio Báez, Dominguez publicou na “Revista del Instituto Histórico” o ensaio “La talla humana y la inteligencia”, trabalho onde reenfatizou a superioridade “intelectual” da “raça” paraguaia³⁷⁸. Soma-se a explicação da superioridade do Paraguai na guerra a inversão que Dominguez fez dos valores liberais investidos sobre o paraguaio: de homem dócil, amansado, folgado, sem atividade, cretino e cretinizado pelo despotismo, tornou-se não outra coisa senão um astuto “guerreiro”, pois, rodeado de inimigos, queria viver, tornando “obrigatório o serviço militar”:

³⁷⁴ (1) “Para evitar confusiones : *mestizo* es el que descende del español y de la India. *Mulato* es otra cosa: deriva de la negra o negro cruzados” [destaques do autor]. Ver DOMINGUEZ, Manuel. “Causas del heroísmo...”, op. cit., p. 646.

³⁷⁵ (2) “Los caracteres del indio desaparece en la 3ª generación”. – Demersay. *Historia del Paraguay*. ‘La 5ª generación se extingue a los 150 años’. Idem, p. 646.

³⁷⁶ Idem, pp. 646-648.

³⁷⁷ Idem, p. 649.

³⁷⁸ Ver DOMINGUEZ, Manuel. “La talla humana y la inteligencia...”, op. cit., pp. 774-776.

“La colonia del Paraguay fué un ejército en campaña. Ó era guerrera ó perecia; no quiso perecer, está claro, y se hizo guerrera. [...]. En el Paraguay existe el Chaco inconquistable, centro de *indiada* terrible, en que un guaicurú vale por 20 mejicanos ó peruanos [...], y al lado está el Brasil de que por séculos salen y acosan los portugueses, los mamelucos, los tupíes (1)³⁷⁹. En esta situación, excepcional, única, nótese bién, lo repito, se estableció el servicio militar obligatorio, una legislación también excepcional y única, en que cada colono ha de tener cuatro cabalos, armas y municiones, por su cuenta, y ha de estar siempre pronto para volar al combate [...]. Sin contar los combates en regla contra los jesuitas, contra los obispos, contra las autoridades reales, sus tres siglos de historia fueron tres siglos de guerra [grifo do autor]”³⁸⁰.

Nascia, numa só tacada, o mito da excelência da “raça” paraguaia e o mito do Paraguai “guerreiro”, nação que, pelas necessidades, vinha guerreando por “três séculos”. Nada de antiliberalismo por hora. Só nas décadas de 1920 e 1930 é que estes mitos tomariam tais contornos político-ideológicos. O próprio Dominguez, aliás, no primeiro ensaio onde evidenciou claramente o seu revisionismo, trabalho intitulado “Estudio sobre la ‘Atlántida’ de Diogenes Decoud”, também publicado na “Revista del Instituto Paraguayo” (1901), afirmou ser “liberal”, da mesma forma que Diogenes Decoud, mas nem por isso estar obrigado, como imaginava este autor (1886), a “olhar” [o Paraguai e sua história] só com o lado mal”, acusação que O’ Leary aproveitou para lançá-la também contra Cecilio Báez.³⁸¹

De qualquer forma, mesmo que longe do antiliberalismo, suas premissas significavam, uma vez mais, uma completa inversão dos modos liberais de se caracterizar o paraguaio: de homem “cretino” ou “degenerado” conduzido ao “matadouro” da guerra, tornou-se “destinado” a alcançar o “ápice” das “raças superiores”, “titãs” que suportavam a guerra e quaisquer outros sacrifícios. Como considerou, estas “heranças” “ingênitais” do mundo colonial transmitiram-se aos paraguaios, e, na guerra contra a Tríplice Aliança, fizeram a diferença entre os soldados de um e outro lado.

Junto das peculiaridades racial (“mescla” do godo com o guarani) e histórica (“fez-se guerreiro”), também colaborou para a excelência paraguaia as peculiaridade do solo, do ar, do clima, da temperatura, dos alimentos, isto é, da natureza da pátria em geral. Nela os frutos e alimentos abundavam tornando vigoroso o corpo do sofrido “guerreiro”. Era a tríade raça, história e terra que começavam a ser o pano de fundo para se caracterizar a “magnífica”

³⁷⁹ “(1) Se presta á la reflexión el hecho de que los dos países, Paraguay y Chile, donde por mas tiempo se peleó con los índios, sean los mas guerreros”. Ver DOMINGUEZ, Manuel. “Causas del heroísmo...”, op. cit., p. 652.

³⁸⁰ Idem, p. 652 e 653.

³⁸¹ Ver DOMINGUEZ, Manuel. “Estudio sobre la ‘Atlántida’ de Diogenes Decoud”. **Revista del Instituto Paraguayo**, Asunción, año 4, nº 39, 1903, pp. 796-800.

nacionalidade paraguaia, substituindo o velho princípio liberal de “soberania popular” e “cidadania” herdado do humanismo burguês³⁸². Segundo Alain Renaut nessa evolução temos, analiticamente, a oposição dos seguintes termos:

“‘nación-genio’ y no nación-contrato’ [...]. La idea de libre asociación es sustituida por la de totalidad inclusiva; la idea de construcción, abierta a un futuro, es sustituida por la de tradición, enraizada en un pasado; la idea de adhesión reflexiva, por la de vínculos naturales orgánicos, por pertenencia a una comunidad viva de lengua y de raza”³⁸³.

Agrega-se ainda a peculiaridade histórica do paraguaio que se “fez guerreiro”, a do mito da “idade de ouro” lopizta. Como o próprio O’ Leary a pouco, Dominguez também falou com grande positividade do Paraguai lopizta, um tempo perdido com a guerra. Antes dela, até 1865, o país vivia na “idade de ouro” da agricultura e da pecuária. Relativamente, produzia mais que qualquer outro povo americano. Sem necessidades supérfluas, o paraguaio “era feliz em sua simplicidade”: não conhecia “miséria” e quase sequer a “pobreza”; todos eram “proprietário”, mesmo o pobre; não existia paraguaio sem “lar”; não havia “analfabetos”. Em suma, todos eram “felizes”. Tais características teriam feito aumentar o “orgulho nacional”, daí o entusiasmo da própria “mulher” em defender a pátria ameaçada. Todos sabiam muito bem, como considerou, porque deveriam defendê-la³⁸⁴.

Esta imagem positiva do Paraguai lopizta se consagrou de tal modo entre os intelectuais revisionistas que se tornou irreversível. Anos mais tarde, por exemplo, O’ Leary (1929) falaria o seguinte sobre o paraguaio da era lopizta e a “Guerra Grande” que empreendeu:

“Eran hombres libres, verdaderamente libres, porque vivían de lo suyo, del pingüe producto de su trabajo, acostumbrados a todas las holguras. Todos tenían su hogar, sus tierras sin gravamen, sus animales y útiles de labranza, su presente y su porvenir asegurados. Iban a defender todo eso, la casita blanca, donde quedaban el amor, el pueblo natal, sus tierras ubérrimas, su lote de felicidad. Pronto sobraron voluntarios en nuestros cuarteles”³⁸⁵.

³⁸² Para acompanhar a gênese desse processo ao menos no campo das idéias ver KOHN, Hans. **A era...**, op. cit., pp. 29-35.

³⁸³ Ver RENAUT, Alain. “Lógicas de la nación”..., op. cit., p. 45.

³⁸⁴ Ver DOMINGUEZ, Manuel. “Causas del heroísmo...”, op. cit., pp. 666-668.

³⁸⁵ Ver O’ LEARY, Juan Emiliano. **El Centauro de Ybycui...**, op. cit., p. 54 e 55.

O contraste que significa este quadro idealizado com a condição social a que havia sido jogado o povo daquele país, explica a relativa e cada vez maior audiência que com o tempo foi conquistando tais construções nacionalistas. Aliás, dadas as condições do país, a superioridade dele em relação aos vizinhos e inimigos de outrora só podia ser “encontrada” num passado imaginário. Conforme proposição de Eric Hobsbawm, o “passado fornece um pano de fundo mais glorioso a um presente que não tem muito que comemorar”, e caso ele também não seja “satisfatório, sempre é possível inventá-lo”³⁸⁶.

Cecilio Báez, mesmo com o impacto desse ensaio de Manuel Dominguez estando favorável à O’ Leary, não se deu por vencido. Publicou ainda em 1903 na “Revista del Instituto Paraguayo” o longo ensaio “Estudio sobre la historia de España (2ª parte)”³⁸⁷, dando continuidade à condenação da herança hispânica que incidiu sobre o Paraguai e demais repúblicas americanas. Nele, depois de fazer algumas considerações sobre a “novidade” da “liberdade” na história, tendo ela como marco fundamental a Revolução Francesa, analisou várias etapas da história espanhola, como a da dominação romana, visigoda e árabe e a etapa da “reconquista”. Posteriormente os seus alvos foram as instituições espanholas, como o clero, a maior “calamidade” de sua história; o regime da “desigualdade” feudal; o regime monárquico, isto é, o regime do “despotismo teocrático”; e as instituições de ensino, “fábricas de teólogos”. Mesmo que publicado em 1903 foi um ensaio escrito sem o afobo da contenda, onde pôde esbanjar-se na narrativa e na argumentação³⁸⁸.

Esta polêmica, travada fundamentalmente em torno da disputa pelo monopólio da correta interpretação da guerra, da “era lopizta” e do homem paraguaio, foi importante tanto no sentido de definir a atmosfera intelectual da época, como para dar conteúdos históricos para o engendramento da questão nacional em um período de alarme geral, pois, como vimos, o “paraguaio” parecia não querer o ser, mudando-se à outras regiões do Rio da Prata ou mesmo ao Brasil, e, como se verá, no recrutamento emocional para a guerra contra a Bolívia. Estava lançado os novos marcos fundamentais da construção ideológica da nação paraguaia. Eles se repetirão, com a diferença de que cada vez mais se aproximarão da crítica a ordem liberal

³⁸⁶ Ver HOBBSAWM, J. Eric. **Sobre História....**, op. cit., p. 17.

³⁸⁷ Ver BÁEZ, Cecilio. “Estudio sobre la historia de España (2ª parte)”. **Revista del Instituto Paraguayo**, Asunción, año 5, nº 43, 1903, pp. 376-417.

³⁸⁸ Ainda em 1903, ao mês de novembro, publicou um trabalho que qualificou como uma “filosofia da história”, fornecendo fundamentos ao seu pensamento histórico sobre o Paraguai. Ver CECILIO, Báez. “Los elementos de la civilización cristiana: caracteres de la Edad Media”. In: **Revista del Instituto Paraguayo**, Asunción, año 5, nº 45, novembro de 1903, pp. 113-180.

estabelecida e mesmo a ideologia antiliberal. Raul Amaral, definiu a importância dessa polêmica da seguinte maneira:

“Pocos habrían pensado, en aquel tan mentado noviembre de 1902, que la llamarada encendida en alrededor de su nombre [Francisco Solano López] [...], modificaría no sólo la interpretación de la historia paraguaya y lo lineamientos de su enseñanza, sino la orientación misma de una época”³⁸⁹.

Logo mais, em 1904, com o alijamento colorado do poder, o revisionismo começaria a perfilar como domínio deste partido, pois frente ao discurso dos pólos civilização e barbárie do “Partido Liberal”, preferiu considerar-se um partido nacionalista, com os seus intelectuais, entre eles agora o próprio O’ Leary, levando ainda mais adiante a revisão da história liberal, em particular a da “Guerra Grande”.

3.3 “Revolução” de 1904: a luta entre a história e a contra-história no âmbito dos partidos tradicionais e seus intelectuais.

Passado o mês de janeiro a empresa de Cecilio Báez e Juan E. O’ Leary ainda prosseguia, porém já com menor entusiasmo. Foi uma batalha intelectual que não esteve, ao menos pragmaticamente, vinculada a luta política, pois tanto um como o outro contendor faziam parte do “Partido Liberal”, sendo que O’ Leary, por ser ainda bastante jovem, militava na facção da juventude liberal radical³⁹⁰. Logo, contudo, o conflito viu-se definitivamente interrompido pela urgência política, pois ambos polemistas e demais intelectuais tomaram partido no movimento “revolucionário” que se iniciara em fins de 1903.

A partir de então, ao menos entre Báez e O’ Leary, ambos com uma visão retrospectiva, iniciou-se uma clara conotação política a já encerrada polêmica. Objetivamente, entretanto, o movimento “revolucionário” esteve ligado a uma reação a política econômica reformista levada adiante pelo governo colorado de Juan Ecurra (1902-1904). Tendo ele como Ministro da Fazenda a figura de Fulgêncio R. Moreno, como meio de amenizar a crise econômica e aliviar as arcas do Estado tomou uma série de medidas que afetaram os principais interesses comerciais e pecuaristas da elite do país.

³⁸⁹ Conf. AMARAL, Raul. **El novecentismo paraguayo**: línea biográfica..., op. cit., p. 5.

³⁹⁰ Conf. PIRIS, Silvera. **Historiografía Paraguaya**: época independiente. Asunción: 2003, p. 83.

Para esse governo estava evidente que não se podia mais assegurar a economia paraguaia a partir da contínua venda de terras e formação de latifúndios pecuaristas ou improdutivos, dada a extenuação do modelo. Após uma série de vacilações políticas, resolveu reformar as tarifas aduaneiras com o aumento generalizado sobre a importação e exportação das casas comerciais, aumento oscilado entre 5 e 30%, sobretudo sobre o mate e o couro.

Moreno confeccionou um sofisticado plano destinado a atacar aquilo que Krauer chamou de “centro do problema financeiro”, além de tentar conter a depreciação do peso paraguaio que tanto beneficiava os exportadores³⁹¹. Seguindo as idéias econômicas vertidas por Blas Garay algum tempo antes³⁹², Moreno afastou-se totalmente do velho mentor colorado, José Segundo Decoud, ao anunciar ante o parlamento a idéia mestra de suas ações:

“La intervención del Estado en la esfera económica es una condición necesaria para el desarrollo progresivo, para la integración constante de cuerpo social. La teoría de la amplia libertad en la esfera económica, la doctrina del LAISSEZ-FAIRE, es una de las tantas antiguallas relegadas al museo de la ciencia [destaque do autor]”³⁹³.

Não obstante, não se sustentou como Ministro da Fazenda. Dissidências no interior do próprio governo a respeito da profundidade das medidas afastaram-no do cargo. Em seu lugar assumiu, em meados de 1903, Antonio Sosa, aumentando a radicalidade das imposições sobre as casas comerciais de modo a agudizar ainda mais o conflito entre elas e o governo.

A medida mais conflitiva, contudo, foi a criação do estanco de couro, produto com algum mercado na própria Europa, livre portando da intermediação portenha. Com ele o governo reservou ao Estado o direito de expropriar a metade das exportações de couro. Em princípios de 1904 uma idêntica e desesperada medida permitiu-lhe a expropriação, do mesmo modo, da metade das exportações de erva-mate. Em conjunto, todas essas medidas representavam a vontade de o governo Ecurra por freio no processo econômico implementado na década de 1880, repassando o contínuo ônus do Estado à esfera privada.

³⁹¹ Conf. KRAUER, Juan Carlos Herken. “La Revolución Liberal de 1904 en el...”, op. cit., p. 507.

³⁹² Somos partidários da intervenção do Estado. A requeremos, se não como absolutamente necessária, como sumamente conveniente. O ‘LAISSEZ FAIRE’ não se pode por em prática em países novos que começam a se desenvolver com tropeços e obstáculos, para os quais não bastam a ação natural e livre dos interesses empenhados em vencê-los. É necessário que o Estado, com os poderosos meios que dispõe, concorra para aplinar o caminho e fazer mais fácil a evolução... [destaque do autor]”. Ver FLEYTAS, José Gaspar Gómez. “Ubicación histórica de los partidos...”, op. cit., p. 477.

³⁹³ Idem, p. 478.

Contudo, logo se aperceberia de sua fraqueza. Setores de seu próprio partido, bem como do alto escalão de seu governo, figuravam entre os principais beneficiários da especulação monetária e do setor pecuário-extrativista, daí a resistência que passou a sofrer entre os seus próprios correligionários. O “Partido Liberal”, por sua vez, pela iniciativa de Cecilio Báez e de Benigno Ferreira, conseguiu conciliar as suas duas correntes internas, isto é, a dos “Cívicos” colaboracionistas e a dos “Radicais” abstencionistas, em torno de um projeto “revolucionário” articulado pelo “Comité Revolucionario” acima aludido³⁹⁴.

Mesmo os frágeis setores assalariados urbanos – agrupados em diversas sociedades de socorro mútuo e de resistência –, ainda que numericamente minguados, manifestaram a sua desaprovação ao governo e a longa hegemonia colorada. Não mais suportavam a desvalorização dos salários corroídos pela avalanche inflacionária, fato que ajuda a explicar tanto a primeira onda grevista da história paraguaia – ocorrida justamente nos primeiros anos do novo século –, como também a formação da primeira central sindical do país, a “Federación Obrera Regional Paraguaya” (FORP) de caracteres anarquistas³⁹⁵.

Soma-se a isso o desgaste de um partido que por décadas esteve a frente do Estado e não conseguiu levá-lo a mesma prosperidade que ocorria nos vizinhos próximos, Uruguai e Argentina. Além disso, havia ainda o fato dele ser continuamente acusado de corrupção nos processos de privatização das terras públicas e de nela “beneficiar” ao seus próprios caudilhos, em completa depreciação dos camponeses. O “La Democracia”, por exemplo, periódico liberal, fazia diversas publicações relatando casos concretos de expropriação e sofrimento desses que eram os paraguaios mais humilhados. Era o mal-estar geral acima aludido, isto é, o fracasso parcial do projeto de reconstrução “nacional” do pós-guerra, influenciando, não só na historiografia, mas também nos processos políticos do país³⁹⁶.

A partir dessa desfavorável conjuntura, Juan C. H. Krauer sintetizou o que chamou de “coalizão” anti-colorada. Nela estariam os comerciantes importadores e exportadores sobretaxados; os pecuaristas e ervateiros expropriados da metade de seus

³⁹⁴ Conf. ESTEVES, Gómes Freire. **História Contemporanea del...**, op. cit., p. 230.

³⁹⁵ Conf. GAONA, Francisco. **Introducción a la historia gremial...**, op. cit., pp. 160-171 . Tomo I.

³⁹⁶ “La Democracia”, 21 de julho de 1904. O próprio vice-presidente da república, Manuel Dominguez, em uma carta aberta dirigida a sociedade explicou o porquê de sua adesão a campanha revolucionária. Concomitante a acusação dirigida a Ecurra, chamando-o de “corrupto” e de aferrar-se as práticas “monopolistas”, fez uma pequena digressão histórica, onde mesmo estando o país destruído depois da “Guerra Grande”, ele ainda, como considerou, seria rico por ter as mãos quase a totalidade das terras do país e poder fazer com elas, em benefício dos camponeses, o que chamou de o “sonho dos sociólogos”, o que não aconteceu. A transcrição íntegra dessa carta está em PASTORE, Carlos. **Lucha por la tierra en...**, op. cit., pp. 282-284.

produtos; parcelas de assalariados urbanos em luta contra a corrosão de seus ganhos; e mesmo parcelas de pequenos camponeses cujas rendas esfumaçavam não em “meses, senão em semanas”³⁹⁷. O único apoio político sólido a Escurra e a continuidade da hegemonia colorada parecia vir do Brasil, cuja influência diplomática havia se consolidado no setor dominante da oligarquia paraguaia desde a década de 1870, influência que se prolongou sobre os colorados, sempre identificados como brasilianistas, enquanto, da mesma forma, os liberais como argentinistas³⁹⁸. Representava uma curiosa “anomalia” herdada da supremacia militar brasileira frente a Argentina na “Guerra Grande” contra o Paraguai, pois ao nível ideológico-cultural e mesmo econômico o peso da influência argentina sobre o Paraguai sempre foi muito maior que o brasileiro. Os capitais ânglo-argentinos, por exemplo, foram os que mais investiram em terras, pecuária extensiva, transporte fluvial e estradas de ferro³⁹⁹.

Construída, assim, a multiplicidade dos recém conquistados inimigos internos e ao velho interesse argentino em romper com esta “anomalia”, não foi difícil para as proeminentes figuras liberais do país angariar fundos e armamentos vindos da elite local e de Buenos Aires, contando elas com o próprio aval do governo argentino. O apoio diplomático do Brasil ficou, portanto, insuficiente para debelar a “revolução” anti-colorada, na qual mesmo a sua fração “egusquizista” – desalojados do poder em 1902 – tomou parte.

Em 12 de dezembro de 1904, depois de quatro meses de sangrenta guerra civil, foi assinado o tratado de Pilcomayo assumindo a presidência da república o revolucionário Juan Bautista Gaona⁴⁰⁰. Sua primeira medida, e não poderia deixar de ser, foi por fim aos monopólios, taxas e confiscos estabelecidos pelo governo derrotado.

O impacto desse novo “ajuste” caudilhesco consumado nesse “acordo” não pode ser minimizado. Somado ao próprio “boom” das atividades econômicas em todo o Rio da Prata pelo início do século XX⁴⁰¹, o tratado de Pilcomayo deu impulso para uma considerável

³⁹⁷ Conf. KRAUER, Juan Carlos Herken. “La Revolución Liberal de 1904 en el...”, 1995b. p. 509.

³⁹⁸ A influência política do Brasil sobre o Paraguai alcançou seu apogeu em 1894 com um golpe que impôs Esguiza no poder. Foi um movimento orquestrado desde o Rio de Janeiro que chegou a Assunção em princípios deste ano com a ida para lá do Ministro Amara Cavalcante. O objetivo da missão de Cavalcante era impedir que José Segundo Decoud chegasse ao poder, pois ante aos olhos do Brasil ele era considerado “argentinista”, além de ser um “inimigo”. Ver DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. “La participación del Brasil en el golpe de 1894...”, op. cit.

³⁹⁹ Conf. MORA, Frank O. **La política exterior del Paraguay (1811-1989)**. Asunción: Ediciones y arte, 1993, p. 69.

⁴⁰⁰ Conf. CARDOZO, Efraim. **Paraguay Independiente...**, op. cit., p. 357.

⁴⁰¹ Para observar a relevância dessa expansão da economia paraguaia dependente da Argentina, ver também as considerações do jornal “El Diario”, 28 de novembro de 1905.

expansão das atividades pecuário-extrativistas dos capitalistas ânglo-argentinas no Paraguai⁴⁰². Para eles, finalmente o mando político do país, como o era no plano econômico, foi monopolizado por homens afinados com a oligarquia Argentina. Entre estes, por exemplo, estavam alguns dos próprios membros da extinta “Legión Paraguaya”, como a figura do já idoso Benigno Ferreira. Ele estaria na chefia da presidência do país entre 25 de novembro de 1906 e 2 de julho de 1908.

Grandes foram as esperanças e expectativas da “revolução” de 1904 dentro e fora do país. Para a maioria dos observadores, exceto para perdedores e brasileiros, ela representou uma possibilidade a mais de finalmente o Paraguai alcançar a “civilização” e o “progresso”⁴⁰³. Uma leitura semelhante àquela da “Guerra Grande”, dizia que a partir de então a “gauchocracia” colorada com suas práticas de “violência” e “barbárie” – resquícios que teriam herdado do regime francista e lopizta, – teriam enfim um término.

Para se ter uma idéia dessas imagens, Ramón Indalecio Cardozo ao explicar sua filiação ao “Partido Liberal” qualificou o concorrente como constituído por “velhos caudilhos, herdeiros de vícios passados, de tiranias seculares, opressores da liberdade...”. Considerava-se seguidor de Cecilio Báez, pessoa que pregava “o ódio ao despotismo e a tirania, e ensinava o santo amor a liberdade”⁴⁰⁴. Também Eligio Ayala – intelectual membro da geração de 900 com preocupações sociológicas e militante liberal graduado em Direito e Ciências Sociais pela “Universidad Nacional” –, em seu livro “Migraciones” considerou a “revolução” tanto o fim de “um mundo de bárbaras tradições” como também o fim da “semi-escravidão política” que pesava sobre os paraguaios⁴⁰⁵.

Insistirei, ainda, um pouco mais nestas representações criadas pelos dos liberais. Os doutrinários do partido, à medida que se contrapunham aos governos colorados de fins do século XIX, governos que teriam, para Efraim Cardozo, reavivado o antigo sistema de

⁴⁰² “Banco Paraguay”; “La Nacional de Seguros”; “La Paraguaya de Seguros”; “La Paraguaya de Transportes”; “La Selvática”; “The River Plate Quebracho Company”; “La New York and Paraguaya”; estabelecimento pecuarista de “William Cooper y Nephén”; “Sociedad Florestal”; “Compañía Ganadera ‘Liebig’”; “Sociedad Comercial Norte del Paraguay”; “Establecimiento Puerto Cantera”; “Puerto Sastre”; “La Rural Artentino Paraguaya”; “Quebrachales y estancias Puerto Galileo”; “La Industrial Paraguaya”; “Compañía industrial de maderas, argentino paraguaya” e “Dell’ Aqua”. Conf. GAONA, Francisco. **Introducción a la historia gremial...**, op. cit., p. 153 e 154. Tomo I.

⁴⁰³ Conf. KRAUER, Juan Carlos Herken. “La Revolución Liberal de 1904 en el...”, op. cit., p. 522 e 523.

⁴⁰⁴ Ver CARDOZO, Ramón Indalecio. **Mi vida de ciudadano y...**, op. cit., p. 28 e 29.

⁴⁰⁵ Ver AYALA, Eligio. **Migraciones...**, op. cit., p. 66.

“encomienda”, entendiam o individualismo como o motor da sociedade política⁴⁰⁶. Assim, o velho “gregarismo tradicional” foi visto como anacrônico aos tempos modernos do pós-guerra, embora os colorados, como entendiam, nada teriam feito para combatê-lo. Criticavam também o autoritarismo caudilhista, imputado como prática exclusiva dos colorados. Para eles, somente a autocrítica e o civismo podiam fazer possível um regime democrático.

Relembrando Claudia Wasserman quando fala das claras conexões entre “ciência” e política, estas foram as mesmas leituras que os próprios revolucionários fizeram da situação. Expressaram-na com nítida clareza em seu “Manifiesto” dirigido “Al Pueblo”, um panfleto político lançado em agosto de 1904 no início da atividade bélico “revolucionária”. Entre outras, este manifesto fazia a promessa de finalmente por em prática a constituição liberal de 1870, até então – como considerou o militante liberal José de la Cruz Ayala ainda em 1887 – desrespeitada pelos colorados⁴⁰⁷.

Mas se a “barbárie” foi representada por colorados ainda lopiztas, cujo alguns de seus caudilhos de fato tiveram ligações com o regime dos López, a civilização dos liberais significou, entretanto, tudo o que lembrava ou vinha da Argentina. Um verdadeiro culto a este país e particularmente a sua capital – caldo ideológico-cultural existente desde a “Guerra Grande” – tornou-se, agora, ainda mais evidente entre os caudilhos liberais, entusiasmados pela conquista do poder. Para desespero de uns e glórias de outros, muitos chegaram a pensar que, finalmente, o país seria anexado à Argentina sob a condição de uma província.

Somado a isso, as diversas ações “antipopulares” que tomaram, como, por exemplo, a intensificação da repressão ao uso da língua guarani nas escolas e a demolição do antigo “mercado guazú” – local que servia tanto de refeitório popular para peões e trabalhadores assuncenos, como também local onde suburbanos ou camponeses ofereciam à venda seus rústicos produtos aos próprios assuncenos –, deram margem para os adversários os caracterizarem como “portenhistas”, e também para a capitalização do nacionalismo conservador por parte dos colorados. A este respeito Milda Rivarola citando um cônsul francês chamado Fabre, disse o seguinte:

“Las posiciones ‘civilizadoras’ y las ‘nacionalistas’ fueron asociadas, respectivamente, a cada uno de los partidos políticos. El cónsul francés, Fabre, definía hacia 1908 estas diferencias en los términos siguientes: ‘Desde hace mucho tiempo, tradicionalmente [...] la gente se divide aquí en liberales y colorados. He

⁴⁰⁶ Conf. CARDOZO, Efraim. **Breve historia del Paraguay**. Buenos Aires: Eudeba, 1965, p. 113.

⁴⁰⁷ Para verificar na íntegra este manifesto dos revolucionários de 1904 ver ESTEVES, Gómes Freire. **História Contemporanea del...**, op. cit., pp. 246-248.

oído sostener con frecuencia que la división no respondería a ninguna divergencia política efetiva. Todo estaría relacionado con intereses privados, cuestiones personales, deseo de conquistar o mantener el poder con las ventajas materiales que esto supone. Generalizando, puedo decirse que los colorados representan el elemento nacionalista. Conquistados, pero no asimilados por los españoles, los paraguayos indígenas, los Guaranís, conservaron una viva memoria de sus orígenes. Se consideran pertencientes a una raza diferente de los otros pueblos americanos [...]. En consecuencia, tienden a observar de mala manera a los inmigrantes extranjeros, quienes, más trabajadores y mejor preparados para la lucha económica, suelen adquirir aquí un lugar preponderante en detrimento de los nativos [...]. Nacionalismo en el interior, y alianza con los brasileños en el exterior, eso es, en dos palabras, el fondo del programa colorado [...]. Los liberales son, se jactan de ser partidarios del crecimiento de la influencia extranjera, sobre todo de la influencia argentina, de la que consideran que su país no puede, y no tendría además ningún interés, en sustraerse. Sostienen [...] que el Paraguay solo podrá progresar com el apoyo de capitales e inmigrantes extranjero [...], piden que se hah un abierto llamado a esos inmigrantes y a esos capitales, sin que parezcan preocuparse de las consecuencias que esto acarrearía desde el punto de vista de mantenimiento del carácter nacional”⁴⁰⁸.

Não obstante, mesmo que a diferença das conotações ideológicas de cada partido se tornasse cada vez mais claras depois de 1904, objetivamente pouco ou nada mudou com a ascensão dos liberais ao poder. As esperanças de maior respeito as liberdades civis e a estabilidade política duraram pouco, pois a tentativa do governo de Benigno Ferreira fundar um exército em base verdadeiramente nacional a partir da criação de um “Estado Mayor General”, frustrou-se completamente⁴⁰⁹. Logo as frações liberais, como fizeram as coloradas, retornaram às práticas de conflitos armados entre si, prosseguindo o uso particular que os caudilhos faziam da parcela do exército sob a sua influência⁴¹⁰.

Muito ao contrário do que a “revolução” se propôs, a instabilidade cresceu e chegou tal ordem que uma guerra civil, depois de uma conturbada década repleta de golpes, produziu-se entre 1911 e 1912, concomitante as publicações comemorativas do centenário da independência nacional⁴¹¹. Seria agora, porém, a Argentina e “suas” empresas, e não mais o Brasil, o país por detrás de cada uma das quarteladas, golpes e “revoluções” paraguaias, buscando por no poder a fração liberal que mais lhe conviesse. Aliás, a única mudança que a “revolução” de 1904 trouxe foi a reordenação da política externa, saindo o país da órbita

⁴⁰⁸ Conf. RIVAROLA, Milda. **Obreros, utopías & revoluciones...**, op. cit., p. 102 e 103.

⁴⁰⁹ Conf. VIOLA, Alfredo. **Eligio Ayala**. Presidente constitucional 1924-1928. Asunción: Centro de Publicaciones de la Universidad Católica “Nuestra Señora de la Asunción”, 2002, p. 140. Conf. CARDOZO, Gustavo Gatti. **El papel político de los militares...** op. cit., p. 32.

⁴¹⁰ Durante os 36 anos de governos dos liberais houve 21 administrações distintas, encabeçadas por 17 diferentes presidentes; só 3 conseguiram chegar ao término de seus mandatos.

⁴¹¹ Para uma narrativa dos fatos políticos dessa guerra civil ver CARDOZO, Efraim. **Paraguay Independiente...**, op. cit., p. 357.

brasileira e caindo na da argentina. Mesmo a outrora condenada alienação do patrimônio público lopizta, terras e meios de transporte, não se alteraram. Seguiu norteando o fundamento material do regime liberal.

De qualquer modo, mesmo com a inegável continuidade no padrão da estrutura sócio-política, a “revolução” de 1904 teve o efeito de acelerar o revisionismo da história liberal. De início, de algo quase que totalmente circunscrito ao campo da produção intelectual a partir de uma matriz de pensamento destoante, o revisionismo expandiu-se a outros campos ligando-se também ao trauma político vivido pelos caudilhos colorados⁴¹². Como o próprio cônsul francês constatou ainda em 1907, a valorização do “nacional” pertencia a “Asociación Nacional Republicana”. Na década de 1920 esse movimento tornou-se, contudo, muito mais sólido e claro. O jornal “Pátria”, órgão colorado, em um artigo intitulado “El sentido de nuestro patriotismo” fazia a seguinte afirmação:

“La historia, nuestra historia, es patriotismo sagrado de todos, sobre el que no cabe disputas entre hermanos.

Nosotros los colorados creemos que nuestro pasado es limpio y luminoso, creemos en nuestras glorias, veneramos a nuestros héroes y nos sentimos orgullosos de lo que fuimos. No podemos consentir, no consentiremos jamás que el Paraguay fue feudo de tiranos, tierra de esclavitud, patria de ilotas redimidos por un Emperador de esclavos y caudillos asesinos del Plata. No! Eso jamás”⁴¹³.

O trágico fim de José Segundo Decoud, outrora ideólogo dessa agremiação política, também lança luz sobre o movimento de capitalização do “nacional” pelo “Partido Colorado”. Afastado de qualquer influência política sobre o Estado e mesmo sobre o seu derrotado partido – era acusado pelos seus correligionários de ser pouco “nacionalista” –, suicidou-se em 1909. José Segundo Decoud, ex-emigrado e combatente de López, foi o típico homem do pós-“Guerra Grande” que tentou pôr em prática um grande projeto liberal de reconstrução e prosperidade nacional, projeto que ao menos parcialmente, em sua ambição, não se concretizou.

⁴¹² Para uma boa teorização entre o casamento de revisionismos históricos e traumas políticos ver os escritos da história argentina. QUATTROCCHI-WOISSON, Diana. **Los males de la memoria**. Historia y política en la Argentina. 2^a ed. Buenos Aires: Emecé Editores, 1998, pp. 69-71.

⁴¹³ “Patria”, 3 de julho de 1926.

Não possuindo mais espaço na vida pública paraguaia preferiu a morte, conforme uma carta de despedida que deixou a dona Benigna Decoud, sua esposa⁴¹⁴. Idoso, não lhe era mais possível “trocar de lado”, como outrora o foi.

Mas para a capitalização do nacionalismo conservador como domínio da “Asociación Nacional Republicana” – algo já prenunciado com o “caballerismo” –, a trajetória histórica de Bernardino Caballero foi a mais importante e ilustrativa. Ao término da “revolução”, em dezembro de 1904, Caballero foi jogado ao ostracismo político do exílio em Buenos Aires, onde ficou até 1907, pois permanecia com grande ascendência sobre os colorados. Lá O’ Leary, também no exílio por sua campanha jornalista anti-liberal, o conheceu e ambos tornaram-se grandes amigos. Além de Caballero, no exílio O’ Leary conheceu, ainda, ao Coronel Ecurra, o último presidente colorado, e também ao General Patricio Escobar. Exilados todos eles, a derrota política recente pareceu-lhes fundida com a polêmica intelectual e ao revisionismo histórico, pois O’ Leary, ainda que oficialmente um militante liberal, também se sentiu derrotado em 1904.

Em sua obra “El Centauro de Ybicui” – mesmo vivendo como funcionário público, em especial como professor e representante de alguns dos governos liberais no exterior – chegou a comparar a sua luta revisionista de 1902 como uma espécie de prolongamento da luta bélica de Caballero nos dias da “Guerra Grande”:

“El anciano ilustre [Caballero] veía, tal vez, [en mí], un camarada en el que convirtió en acero de pluma el acero de su espada, para prolongar la heroica porfía más allá de la derrota y hacer retoñar el verde laureal ahogado en los pantanales de medio siglo de imposturas”⁴¹⁵.

O “aço” de sua “pena” era a continuação do “aço” da “espada” de Caballero. Tendo como inimigos ideológicos a Cecilio Báez – chefe virtual da “revolução” – e também aos intelectuais Manuel Gondra e Eligio Ayala, todos mentores do “Partido Liberal” e presidentes da república em diferentes momentos da “era liberal”, O’ Leary, oficialmente nas fileiras coloradas desde 1908⁴¹⁶, publicou o “El Centauro...”, trabalho apologética de Bernardino Caballero, principal caudilho do “Partido Colorado” até falecer em 1912⁴¹⁷.

⁴¹⁴ Ver DORATIOTO, Francisco Moteoliva. “Guerra e regeneração: três estudos...”, op. cit., p. 84.

⁴¹⁵ Ver O’ LEARY, Juan Emiliano. **El Centauro de Ybicui...**, op. cit., p. 24.

⁴¹⁶ Conf. PIRIS, Silvera. **Historiografía Paraguaya: época...**, op. cit., p. 83.

⁴¹⁷ Caballero retornou do exílio em 1907, sendo que manteve relação de amizade com O’ Leary até a sua morte.

Nessa obra historiográfica o revisionismo – depois da versão liberal impingir também sobre Caballero e a “era colorada” os títulos de “barbárie” – “restaurava” não só o período lopizta, a guerra e os López, senão também ao próprio Caballero, figura chave para a memória e tradição colorada, inclusive para a ditadura de Stroessener (1954-1989).

Descrito como “bárbaro” pelos liberais, O’ Leary, em contrapartida, descreveu-o tanto como o valente “Centauro” da “Guerra Grande”, como também como o “reconstrutor” do Paraguai. Entre outras coisas, teria sido ele um verdadeiro “cavaleiro” representante da “nobre” “raça” “guerreira” de Francisco Solano López, pois só com esta qualidade alguém conseguiria executar a enorme tarefa que este lhe confiou. Caberia a Caballero ser uma espécie de elo e “vínculo” entre a “pátria velha” e a “pátria nova”, vínculo que não poderia ser quebrado, pois o que estava em jogo era a própria “existência nacional” do Paraguai. Daí Caballero ter sobrevivido a guerra:

“Ese era su destino. Ni el hierro ni el plomo enemigo – volvemos a repetirlo – habían de tocarlo nunca. Su vida era una llama sagrada que no debía apagarse en la tempestade de aquella guerra; lumbre votiva llamada a arder después de la catástrofe sobre la desolación de nuestra derrota. La patria vieja y la patria nueva iban a necesitar de un eslabón que, al vincularlas, reanudara el proceso de la existencia nacional. Y esse eslabón único iba en él, en su pecho generoso, en su gran corazón, en su volunta inquebrantable. ¡Tenia que vivir”⁴¹⁸!

No “El Libro de los Héroes” (1921) – obra publicada em comemoração do cinquentenário do término da guerra – O’ Leary já havia dito coisa semelhante. Caballero teria sido o reconstrutor do Paraguai, aquele que levantou a “bandeira” pátria nos piores momentos de sua existência.

“No hace falta decir quién fué el hombre que reunió todos los votos de sus compatriotas y en aquellos dias amargos fué la única esperanza de nuestro país.

No podía ser sino el gran soldado sobreviviente, el bravo de nuestros bravos, el hombre de Tuyutí, Curupayty, Isla Tayí, Tatayibá, Acayuazá, Ytororó, Avay, Lomas Valentinas, Diarte, Acosta, Nú... El general Caballero, y no outro, fue, y tuvo que ser, el encargado de levantar nuestra bandera, para desplegar ante el mundo estupefacto su vuelo tricolor”⁴¹⁹.

Cabe perguntar, entretanto, se o próprio Caballero, no imediato pós-guerra, pretendeu-se de fato um elo de ligação entre o passado lopizta e o porvir. Em outras palavras,

⁴¹⁸ Ver O’ LEARY, Juan Emiliano. **El Centauro de Ybycui...**, op. cit., p. 192.

⁴¹⁹ Ver O’ LEARY, Juan Emiliano. **El Libro de los Héroes...**, op. cit., p. 506 e 507.

se se pretendeu o “Mesías [...], portador [...], profeta anunciador de um despertar [...] da vida nacional”, como queria O’ Leary⁴²⁰. Para isso, vejamos o que afirmava em 1871.

“[...] el Paraguay desde la aparición de su primer tirano, José Gaspar de Francia, desapareció del catálogo de las demás naciones, olvidado y perdido por muchos años [...]. Posteriormente [...] el nuevo Nerón americano [López] le arrancó su existencia, su porvenir entero, sacrificando a sus pasiones brutales tantas víctimas ilustres”⁴²¹.

Diferentemente, portanto, da construção discursiva que O’ Leary empregou tanto no “El Centauro Ybycui” como no “El Libro de los Héroes”, Bernardino Caballero pôs-se, também, na árdua tarefa de “regenerar” o “esquecido” paraguaio das conseqüências e tradições do “tirano” Francia e do “Nero” Francisco Solano López.

Embora uma personalidade marcante, Caballero também se adaptou aos novos tempos do pós-guerra e passou a comungar das convicções hegemônicas daqueles dias de “ocupação” militar e “nascido” liberalismo, contando para isso com a ajuda das idéias vertidas por José Segundo Decoud, o outrora inimigo e membro da “Legión Paraguaya”. Foram eles, lembremos, que juntos começaram o processo de privatização das terras públicas e logo se tornaram os principais caudilhos na fundação da “Asociación Nacional Republicana” (1887).

Existem ainda outras afirmações de Caballero que serviriam para rebater as construções do “El Centauro de Ybycui” e do “El Libro de los Héroes”, obras da década de 1920. Mesmo colhido o material e as informações necessárias nas entrevistas que Caballero concedeu para O’ Leary confeccionar a primeira, a mais importante na incorporação do “caballerismo” colorado ao “lopizmo”, a publicação dela viria acontecer somente em 1929, momento em que não só os governos do “Partido Liberal”, mas também toda as instituições liberais implantas em 1870 estavam em aguda crise. Mas antes de sintetizar os movimentos políticos que derrubariam o regime liberal, obsevemos como a historiografia lopizta consolidou-se e hora direta e hora indiretamente, justificou ou serviu de justificativa ao término da “era liberal” paraguaia.

⁴²⁰ Ver O’ LEARY, Juan Emiliano. **El Centauro de Ybycui...**, op. cit., p. 431.

⁴²¹ Ver “El Pueblo”, 18 de agosto de 1871. *Apud.* ALCALÁ, Guido Rodriguez. “Imágenes de la guerra y del...”, op. cit., p. 2.

4 Temáticas do nacionalismo conservador e sua consolidação

4.1 Centenário da Independência

Dar um formato a “história pátria”, como havia predicado Cecilio Báez na inauguração dos trabalhos da “Revista del Instituto Paraguayo”, era uma das obrigações da intelectualidade paraguaia no final do século XIX. Em 1911, com o “Album Gráfico”, tal objetivo dos homens que se dedicavam as letras não havia mudado. Assim, a comemoração e rememoração da Independência – ato político ocorrido há cem anos – tornou-se um meio a mais para a produção da “matéria-prima” ideológica para a construção da “pátria” num momento de grande necessidade: o de apregoar a ontológica unidade do “organismo” nacional diante de uma avalanche de conflitos caudilhescos que pareciam intermináveis.

Como dizia a própria introdução do “Album”, texto formulada por Arsenio López Decoud, organizador do trabalho, as “revoluções provocadas pelo militarismo e suas quarteladas” não eram senão “acidentes desgraçados”. O “caudilhismo”, prosseguiu, “não conseguiu arraigar-se em nosso organismo” nacional⁴²². López Decoud entendia que a unidade do “organismo” a que pertencia, no caso a pátria paraguaia, ainda que em sofrimento pela intensa luta política daqueles dias, não deixaria de superar tais inconvenientes, como sempre o fez. Aliás, o próprio tom do “Album” foi o de amistosidade e colaboração entre os intelectuais, buscando superar as seqüelas do embate entre Cecilio Báez e Juan E. O’ Leary.

Pela época, como demonstra a citação acima, a leitura biológica da história e também a geofísica, já pertenciam ao domínio de parte da intelectualidade paraguaia. O próprio “Album” constituiu-se, genericamente, numa espécie de biografia nacional, cujo destaque está nas 3 mil fotos que publicou, fotos das principais personalidades do país nos diversos ramos de ofícios que teriam “composto” a “pátria” até o primeiro centenário de sua vida independente.

É um trabalho onde a “pátria” paraguaia foi entendida como um ser único, peculiar e destinado a assim prosseguir, pois possuía, como se pode averiguar por alguns títulos dos ensaios que compilou, uma história particular com uma gigantesca “epopéia”, um

⁴²² Ver DECOUD, Arsenio López. *Album Gráfico de la República del...*, op. cit., p. 9.

habitat geográfico particular, e, igualmente importante, uma raça própria, classificada agora entre as melhores do planeta, cultivadora da “tradição” e do “doce idioma” guarani, coisas, não obstante, rejeitadas pelas elites e governos do país⁴²³. Dessa forma o primeiro dos objetivos do “Album”, assinalado por Arsenio L. Decoud, foi “dar uma visão completa [...] da vida nacional”; “dar uma impressão completa do que o Paraguai foi, do que é e pode ser”; “prestar um serviço efetivo” para sua “propaganda fundada sobre a mais estrita verdade”. Numa palavra, dar uma historicidade ao “organismo” pátrio, por meio de sua biografia.

Más a confecção desse trabalho comemorativo não foi prevista por López Decoud senão pouco tempo antes do centenário. Anteriormente, desde 1910, algo parecido estava a serviço da casa editorial de Ramón Monte Domecq y Cía, cujo título seria “Album Gráfico de la República de Paraguay: 100 años de vida independiente, 1811-1911”. Mas o “tumulto” político do momento emperrou os trabalhos. Sucessivos decretos, ditados por efêmeros e diferentes governos, adiaram os festejos oficiais e a própria data do centenário. Mesmo Manuel Dominguez, ministro da Justiça, Culto e Instrução Pública do governo de Albino Jara (01/1911 à 07/1911), propôs um decreto que estabelecia o “aniversário móvel” da celebração do centenário. Outros semelhantes vieram, até que finalmente um, datado de outubro de 1913, que estabelecia os festejos para o ano seguinte, foi finalmente cumprido⁴²⁴.

Abandonado o trabalho pela editora Domecq y Cia, Arsenio López Decoud assumiu-o em janeiro de 1911, há apenas quatro meses do centenário. Logo conseguiu reunir o grupo dos intelectuais colaboradores, mas o público amplo só teria acesso ao resultado final do trabalho em fins de 1912. Nesse momento, uma grande divulgação na imprensa assuncena apresentava-o a todos. O “El Nacional”, por exemplo, considerou-o “ameno, útil e instrutivo”, indispensável à “casa particular, comercial ou industrial”⁴²⁵.

Arsenio López Decoud era desde a muito um intelectual engajado na revisão da história liberal. Nascido em San Fernando (1868), era filho de Benigno López, por conseguinte sobrinho do Marechal López e neto de Carlos Antonio López. Concluída a “Guerra Grande”

⁴²³ Segue a lista de autores e ensaios: 1) Blás Garay “contribuiu” com “Reseña histórica del Paraguay”; 2) Arsenio López Decoud com “Reseña Geográfica”; 3) Fulgencio Moreno com “Resumen de la Historia económica del Paraguay”; 4) Cecilio Báez com “Relaciones Internacionales”; 5) Juan E. O’ Leary com “La Guerra de la Triple Alianza”; 6) Enrique Solano López com “El periodismo en el Paraguay”; 7) Ignacio A. Pane com “Intelectualidad paraguaya”; 8) Cecilio Báez com “Instrucción pública”; 9) Fulgencio R. Moreno com “Inmigración y colonización antes y después de la guerra”; 10) por fim, Manuel Dominguez com “La capital de la República”.

⁴²⁴ Para acompanhá-los detalhadamente ver BREZZO, Liliana M. “El Centenario en Paraguay: historiografía...”, op. cit., p. 67.

⁴²⁵ “El Nacional”, 2 de janeiro de 1913.

foi levado para Buenos Aires, onde graduou-se pela “Escuela Naval Argentina” em “Guarda de Marinha”. Retornou ao Paraguai em 1890 e quatro anos depois recebia o título de bacharel em ciências e letras pelo “Colegio Nacional”. Ocupou distintos cargos públicos e se envolveu em diferentes atividades intelectuais, como na fundação dos jornais “El Progreso”, “La Prensa”, “El Nacional” e numa revista chamada “Fígaro”⁴²⁶.

Mesmo sendo filho de uma Decoud – família inimiga do Marechal López – e de Benigno López, pessoa acusada por conspiração, chicoteada e morta por traição nos dias da “Guerra Grande” pelo próprio irmão, em 1902 na polêmica entre Cecilio Báez e O’ Leary não hesitou em ficar ao lado de deste último, acusado pelo adversário como um “tiranófilo” pró-López. Naquele momento Arsenio López Decoud trabalhava no próprio “La Patria” ao lado de seu primo, Enrique Solano López, e assim também ao lado de Juan E. O’ Leary.

Desse modo, a tônica que imprimiu ao “Album” foi também revisionista, mesmo sendo ele um trabalho coletivo que contava com a presença de Báez e Fulgencio Moreno. Este último, pelo momento, ainda permanecia um intelectual vinculado ao positivismo e mesmo que ensejando uma perspectiva revisionista, preferia permanecer longe das discussões mais acaloradas⁴²⁷. De qualquer modo, Arsenio López Decoud pôs como o segundo objetivo do trabalho a seguinte obrigação:

“[él] dará la idea aproximada de lo que es este país tan mal tratado por los que no le conocen.

Él dirá que no fuimos la horda de bárbaros fanatizados, el ‘millón de salvajes’ al que debió redimirse por la sangre y por el fuego. Que hicimos patria, que intereses poderosos nos la deshiciero y que la reconstruímos pacientemente”⁴²⁸.

Essa retórica era uma tentativa a mais de dar uma resposta para a perspectiva criada desde a “Guerra Grande” pelos vencedores, em particular aos argentinos, e pelos próprios antilopiztas paraguaios, pessoas que tanto vincularam o paraguaio e o soldado a suposta “barbárie” da tradição e do lopizmo. Todos os ensaios, exceto o de Blás Garay, já morto, foram especialmente preparados para o “Album”, de modo que se constituem num rico legado que ajudou a estruturar o nacionalismo lopizta e suas principais temáticas.

⁴²⁶ Conf. CENTURIÓN, Carlos R. **Historia de la Cultura...**, op. cit., p. 460 e 461. Tomo I.

⁴²⁷ Fulgencio Moreno publicou sozinho na época do centenário uma outra obra comemorativa. Ver MORENO, Fulgencio Ricardo. **Estudio sobre la Independencia del Paraguay**. Asunción: Talleres Nacionales de H. Kraus, 1911.

⁴²⁸ Ver DECOUD, Arsenio López. **Album Gráfico de la República de...**, op. cit., p. 8.

Na exaltação do próprio, do particular, da excelência da “nação”, o ensaio intitulado “Reseña Geográfica” cumpriu uma função essencial. Nele todos os aspectos físicos, minerais e orgânicos da “patria” foram listados por López Decoud, contando para isso com as colaborações do agrônomo suíço Moisés Bertoni (1857-1929) e de Manuel Dominguez⁴²⁹. Este último publicou dois tópicos para o ensaio, um referente ao algodão, “El algodón en el Paraguay”, e outro referente ao gado, “El Ganado Vacuno en el Paraguay”. No primeiro deles Dominguez fez apenas uma espécie de resumo de um ensaio de sua própria autoria, ensaio publicado na “Revista del Instituto Paraguayo” em julho de 1903. Em ambos escritos há a seguinte consideração histórica sobre o algodão e o Paraguai:

“autores del siglo antepasado [...], del siglo pasado [...], sabios vivos [...], experimentos hechos en vasta escala por dos gobernantes (Dr. Francia y Don Carlos Antonio López), análisis practicados en Europa [...], certifican que el Paraguay produce el algodón de la mejor clase y en mayor cantidad, durando más y costando menos. Tenemos un país que produce más, mejor, por más tiempo y más barato que cualquiera otra zona”⁴³⁰.

No segundo tópico, sobre o gado bovino, a cegueira historiográfica de Manuel Dominguez foi ainda mais brutal. Sua consideração final expôs o animal tanto como elemento explicativo da sobrevivência do sofrido Paraguai, o que constituiria-se numa enorme singularidade frente a outras nações, como também como o elemento de sua presente riqueza:

“Y el resumen de todo es que *el buey* salvó á la conquista, sostuvo á la Colonia, fué con el criollo á fundar ciudades, reducciones, fuertes; hizo posible la independencia, era uno de los recursos grandes del Doctor Francia y de los López y aún hoy, después de la guerra arrasadora, mediane esse servidor manso y robusto, el Paraguay es todavía, en relación, uno de los países más ricos del mundo. ¡*Pesad las glorias de esse valiente mártir* [destaques do autor]”⁴³¹!

Enfim, os aspectos naturais do Paraguai eram excepcionais, inclusive a “exuberância” do minério de ferro tão útil ao governo dos López. Tamanha era a sua riqueza natural que, privilegiado, ainda depois da guerra podia ser um dos mais “ricos do mundo”.

⁴²⁹ Ver DECOUD, Arsenio López. “Reseña Geográfica: Etimología – Situación – Límites – Extensión territorial – Orografía – Hidrografía – Clima – Producciones naturales – El algodón en el Paraguay – Ganado vacuno. In: DECOUD, Arsenio López. **Album Gráfico de la República del Paraguay**. Buenos Aires: Talleres Gráficos de la Compañía General de Fósforos, 1911, pp. 57-87.

⁴³⁰ Ver DOMINGEZ, Manuel. “El Algodón: su producción en el Paraguay”. **Revista del Instituto Histórico**, Asunción, año 5, nº 42, julio 1903, p. 275. Ver también DOMINGUEZ, Manuel. “Reseña Geográfica: Producciones naturales”. **Album Gráfico de la República de...**, op. cit., p. 69.

⁴³¹ Ver DOMINGUEZ, Manuel. “Reseña Geográfica: Ganado vacuno”. **Album Gráfico de la República...**, op. cit., p. 74.

Nada mais desconforme com a realidade. Considerando que o Paraguai pela época do centenário importava gado da província argentina de Corrientes e que o algodão estava entre os seus produtos de menor exportação, torna-se justa a afirmação de Brezzo a respeito da “ficcionalização da história”, empreendida, aqui, por Manuel Dominguez⁴³².

Mas a superioridade e exaltação da “nação” paraguaia, substituto do discurso que a expunha e seguia expondo como “degenerada”, não ficou restrita ao enaltecimento da geografia, ambiente minuciosamente descrito no “Album”. Manuel Dominguez em um outro trabalho lançado em 1918 e intitulado “El alma de la raza”, obra onde compilou vários de seus ensaios já publicados, entre os quais figurou o famoso “Causas del heroismo paraguay” (1903), prosseguia na mesma linha⁴³³.

Nesse ensaio, lembremos, Dominguez deu uma explicação de o porquê da superioridade de sua “nação” frente aos países vizinhos na “Guerra Grande”. Além da questão guerreira e racial como o vimos no capítulo anterior, havia a questão da ânsia que o paraguaio sustentou desde muito sedo por sua autonomia política, pondo-se como o primeiro povo americano que por ela lutou; havia a questão da instrução pública ofertada pelos López, que, em relação aos vizinhos, era muito mais extensa e de melhor qualidade; havia a questão da maior unidade nacional, pois o Paraguai não sofria com os conflitos políticos entre “unitários” e “federalistas” ou entre “monarquistas” e “republicanos”, como sofriam os argentinos e brasileiros respectivamente. O Paraguai seria, ainda, um país sem “fanatismo” religioso, terra onde nunca houve sequer um auto de fé. Numa palavra, a superioridade paraguaia frente aos vizinhos, reeditada nesse livro, estava, portanto, nas mais variadas matérias, contrastando-se brutalmente com a dura realidade do momento que Dominguez o escreveu⁴³⁴.

Voltemos, contudo, ao “Album Gráfico”. Nele o discurso da superioridade e da exaltação da “nação” paraguaia não furtou-se da questão racista, um dos principais paradigmas na construção ideológica dos Estados nacionais modernos; além de um “ponto de partida válid[o]”, segundo Tania Regina de Luca, “para a descrição e a compreensão das sociedades” daquela época⁴³⁵. Utilizando-se do caminho apontado por Dominguez, López Decoud, ainda na introdução do trabalho, fez uma série de considerações sobre a questão, e, como o primeiro, pôs

⁴³² BREZZO, Liliana M. “El Centenario en Paraguay: historiografía...”, op. cit., p. 70.

⁴³³ Tudo contrastava com a realidade contemporânea: autonomia no passado e dependência no presente; Ver DOMINGUEZ, Manuel. “Causas del heroismo paraguay”. In: **El alma de la raza**. Buenos Aires: Editorial Ayacucho, 1969, [1918].

⁴³⁴ Idem.

⁴³⁵ Conf. LUCA, Tania Regina de. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N) ação**. São Paulo: Editora Unesp, 1999, p. 131.

a “homogeneidade étnica” e a ausência do sangue “negro” como fatores que orgulhavam e deveriam orgulhar os seus compatriotas:

“Pertencemos á una raza inteligente y sobria, fuerte y valerosa, capaz de sufrir sin una queja las más duras privaciones y de lleva á cabo las más altas empresas en la paz como á cabo las llevamos en la guerra.

Existe entre nosotros perfecta homogeneidad étnica: el pigmento negro no ensombrece nuestra piel. Amamos nuestra tradición y nos es grato conservar nuestro dulce y poético idioma guarani, y ella y él, á pesar de todo, nos mantendrán unidos al través del tiempo y de sus vicisitudes [destaques meus]”⁴³⁶.

Adiante – numa segunda parte do ensaio “Reseña Geográfica” – deu sequência a questão racial a partir de várias comparações da sua “raça”, considerada superior, com a de alguns outros “inferiorizados”. Vejamos:

“Creo [...] que los habitantes del Paraguay tienen más fieza, sagacidad e inteligencia que los **criollos**, es decir, que los hijos de padre y madre españoles, y yo los creo tambien mas activos [que] [...] la raza de los de **Buenos Aires** no aliada a los mestizos. [Esta] [...] no tiene las ventajas de la del Paraguay y hace que los de esta última sobrepasen á los de Buenos Aires en talla, proporciones, actividad y sagacidad.

Me parecen tener los mestizos del Paraguay algunas superioridades sobre los **espanhóles** por su talla, la elegancia de sus formas y aún por la blancura de su piel. Estos hechos me hacen suponer que la mezcla de las razas las mejora, y que la especie europea predomina, á la larga, sobre la indígena ó por lo menos el sexo masculino sobre el femenino [destaques meus]”⁴³⁷.

López Decoud fazia, ainda, questão de deixar claro que a “raça” paraguaia não se formava, como sempre teriam exposto os adversários do Paraguai, com o elemento indígena “da selva chaquenha”. Este, definitivamente, não seria o representante da civilização paraguaia, mas uma mera construção discursiva dos que sempre desejaram justificar a injustificável destruição do Paraguai, impingindo-lhe para isso o título de “bárbaro”.

É interessante notar, aqui, que o estigma de Arsenio López Decoud lançado sobre os portenhos, crioulos, espanhóis e vizinhos em geral, estende-se também ao índio, pois o “ser” paraguaio também diferiria-se dele, embora falasse do guarani com certo respeito. Da mesma maneira que Manuel Dominguez, via como importante enfatizar que o paraguaio era o resultado da mescla do espanhol com a índia guarani, embora, como considerou, esse fato

⁴³⁶ Ver DECOUD, Arsenio López. **Album Gráfico de la República del...**, loc. cit., p. 8.

digno de louvor de nada valia aos “Rosas”, aos “Quirogas”, aos “Flores” e também aos escravocratas, isto é, aos inimigos do Paraguai. Estes...

“cuando pretenden ofrecer nuna nota gráfica paraguaya, dan á la estampa un indio de la selva chaqueña, cubierto de plumas y abalorios, con su arco y aljava, como un expoente del grado de civilización que hemos alcanzado. No importa que la mejor sangre española que vino á América corra por nuestras venas mezcladas con la del guaraní altivo, valeroso y magnánimo; nada significan la blancura de nuestra piel, la belleza de nuestras mujeres y la armonía del conjunto; nada tampoco el haber tenido al frente nuestros gobiernos estadistas de verdad, paz, prosperidad, independencia y riquezas... Eramos nosotros, los paraguayos, los únicos bárbaros y esclavos de la América del Sur y fué necesario que los que no tenían entonces ni civilización ni libertad se aliaran para dárnolas. Pero ¡ay! que tan generoso anhelo resultó inútil, y hoy como ayer, como hace medio siglo, refractarios á su dura enseñanza, cristalizados en nuestra barbarie, seguimos siendo para ellos, y sólo para ellos, las hordas de salvajes que del 65 al 70 les vendimos bien cara la victoria, victoria de alas rotas y de cabeza cercenada, victoria de museo, como la de Samotracia”⁴³⁸!

Essa raça paraguaia, quase que destruída na “Guerra Grande”, formada pela mistura de duas outras, a espanhola e a guarani, teria começado a ser forjada no “leito de amor” logo após a fundação da “capital” Assunção em 1537, na verdade um forte militar espanhol para defesa contra os índios. Em uma palavra, a fundação da “capital” confundia-se com a fundação da própria “raça” paraguaia. Ambas foram, supostamente, forjadas na harmonia e aliança amorosa dos nobres brancos e índias, sem quaisquer conflitos. Esta visão idealizada foi construída por Manuel Dominguez em um tópico do ensaio “La Capital de la República” – o último do “Album Gráfico” – tópico intitulado “El paraíso de Mahoma en los siglos XVI, XVII, XVIII y XIX”. Nele a idealização do processo é extrema, destituindo a história *real* de qualquer movimento e contradição entre os grupos em questão:

“en 1540 había ya 700 mujeres en servicio de los españoles. Y en el **beso de amor**, el español iba transmitiendo al mestizo su sangre, su religión y su lengua.

[...]

Poco después, se calculaba que en el **Paraíso de Mahoma** había diez mujeres para cada hombre [destaques meus]⁴³⁹.

⁴³⁷ Ver DECOUD, Arsenio López. “Reseña Geográfica: Descripción Política: Etnografía – Población – Organización y División Política – Vías de Comunicación – Deuda, renta, etc. In: DECOUD, Arsenio López. **Album Gráfico de la República del...**, op. cit., p. 76.

⁴³⁸ Idem, p. 77.

A idílica mestiçagem do “Paraíso de Maomé”, mito fundador da “paraguaidade”⁴⁴⁰ era, agora, interpretada como fato positivo, pois ao longo dos séculos ela teria formado uma comunidade nacional biologicamente privilegiada e homogênea, portanto superior quando comparada aos países vizinhos, supostamente eivados por conflitos raciais e pelo pigmento do negro, o último da hierarquia humana. E assim – em nome da pureza racial da nação paraguaia – a intelectualidade da época negava por completo a dolorosa história de sublevações dos habitantes originais para poder criar o mito do harém americano, isto é, poder dar uma “compensação simbólica” aos conflitos, tensões e antinomias, de modo a garantir, ideologicamente, a continuidade temporal e a suposta perfeição da “pátria” paraguaia num momento de absoluta “guerra” política. Fosse qual fosse a realidade passada ou presente, o sentimento de pertença moderno estava em intensa construção pela “geração de 900”⁴⁴¹.

Logo mais, na década de 1920, no movimento historiográfico motivado pela comemoração do centenário do Marechal López (1926) e em uma conjuntura onde tornava-se cada vez mais clara a iminência de uma outra guerra, agora contra a Bolívia, a suposta mescla harmônica entre guaranis e espanhóis ligou ainda mais intimamente a questão da identidade nacional lopizta com o mito da “raça guerreira”, algo já prenunciado tanto por Manuel Dominguez no “Causas del heroísmo paraguay”, como também por Fulgencio Moreno no próprio “Album Gráfico”. Para este último, “o colono [paraguaio] se confund[ia] [...] com o soldado: ao mesmo tempo que os instrumentos de lavrar impunha[va] constantemente as armas do guerreiro”⁴⁴². Mas isto, com o próprio Moreno, ainda veremos melhor.

Além da homogeneidade racial forjada desde os princípios da colonização, fato que contribuiria para a superioridade da nação paraguaia, a idéia da homogeneidade social também foi considerada. Primeiro houve a homogênea pobreza geral, peculiaridade compartilhada por todas as classes do Paraguai colonial e parte do Paraguai independente.

⁴³⁹ Ver MANUEL, Dominguez. “La Capital de la República”. In: DECOUD, Arsenio López. **Album Gráfico de la República del Paraguay**. Buenos Aires: Talleres Gráficos de la Compañía General de Fósforos, 1911, p. 307.

⁴⁴⁰ Entendo mito fundador no sentido empregado por Marilena Chauí, isto é, narração de um “feito lendário” que dá uma “solução imaginária” para “tensões” e “conflitos” e que não “cessam de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e idéias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo”. Ver CHAUI, Marilena. **História do povo brasileiro**. Brasil: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000, p. 9.

⁴⁴¹ Segundo Marilena Chauí uma das funções do mito é exatamente criar esta compensação imaginária aos conflitos, tensões e lutas reais, tidas como insolúveis, cujo resultado é “ocultar a experiência da História ou do tempo”. Ver CHAUI, Marilena. **Filosofia**. São Paulo: Ática, 2003, p. 139.

Posteriormente, pelo labor construtivo dos López, houve a homogênea riqueza, um tempo de “ouro” e “felicidade” covardemente destruído pela “Guerra Grande”. Aliás esta guerra – como se pode aferir de Juan E. O’ Leary já na polêmica que travou contra Báez e novamente no “Album Gráfico” com o seu ensaio “La Guerra de la Triple Alianza” – foi planejada justamente para se destruir esta “felicidade” e “prosperidade” paraguaia, isto é, destruir a sua “idade de ouro”, na expressão utilizada por Manuel Domiguez.

Em poucas palavras, o medo de um Paraguai potente e próspero teria tomado conta dos seus invejosos vizinhos, tornando-os hostil ao Paraguai. Por conseguinte, procurando defender-se das constantes ameaças de argentinos e brasileiro, Carlos Antonio López e o Marechal López viram-se na incumbência de militarizar o país, fato que, condizente com a tradição paraguaia, colaborou ainda mais para aumentar a riqueza nacional. Vejamos o que O’ Leary afirmou a este respeito no ensaio “La Guerra de la Triple Alianza”:

“Y á la sombra de **nuestro poder militar** aumentó nuestra prosperidad, convirtiéndose el Paraguay en una potencia americana de primer orden. El país nadaba en la abundancia, pudiendo el tesoro nacional costear las más variadas medidas de progreso; se propagó la instrucción, fundándose academias, colegios e escuelas en toda la República; se fomentó la industria; se creó una marina mercante encargada de transportar nuestros productos hasta las playas de Europa; se fundaron fábricas de armas, balas y pólvora; fundiciones de hierro, astilleros y arsenales; se contrataron médicos, ingenieros, farmacéuticos y maestros en todos los oficios para montar nuestros establecimientos industriales y dirigir escuelas especiales de artesanos; se introdujo el ferrocarril y el telégrafo; se construyeron en la capital edificios monumentales y se reedificaron los templos arruinados; se fundaron, en fin, los primeros periódicos y se enviaron numerosos estudiantes al viejo mundo, fometándose la cultura en toda forma.

Cuando faleció nuestro glorioso patriarca, formábamos yá un **gran nación**, rica y poderosa cuya influencia pesaba en los destinos de América del Sur...

Por desgracias, nuestros creciente poderio no podia ser mirado con indiferencia por los vecinos. El Brasil [...]. El localismo bonarense [...].

El segundo de los López, conociendo perfectamete su situación, completó la obra de su padre en lo que respecta á la **militarización** del país [destaques meus]”⁴⁴³.

Este ensaio de Juan E. O’ Leary é o mais importante do “Album Gráfico”. Trata-se de um trabalho que comparado aos dos outros intelectuais excedeu bastante em extensão.

⁴⁴² Ver MORENO, Fulgencio Ricardo. “Resumen de la Historia Económida del Paraguay”. In: DECOUD, Arsenio López. **Album Gráfico de la República del Paraguay**. Buenos Aires: Talleres Gráficos de la Compañía General de Fósforos, 1911, p. 90.

⁴⁴³ Ver O’ LEARY, Juan Emiliano. “La Guerra de la Triple Alianza”. In: DECOUD, Arsenio López. **Album Gráfico de la República del Paraguay**. Buenos Aires: Talleres Gráficos de la Compañía General de Fósforos, 1911, p. 122.

Como afirmou Arsenio López Decoud na introdução do “Album”, estava “chamado a ter grande ressonância” nos diversos ambientes assuncenos, pois, pela primeira vez, um paraguaio de reconhecido “talento” publicava “uma história completa [...] [da] guerra”. Dividido em cinco capítulos, “La Guerra de la Triple Alianza” fornece tanto uma explicação para a “Guerra Grande” – medo e inveja do Brasil e da Argentina frente a contínua prosperidade e potência do Paraguai com o seu ideal fraternal e comunitário –, como também galvanização para o mito da “idade de ouro” lopizta, já anteriormente postulado⁴⁴⁴.

Mesmo Fulgencio Ricardo Moreno, talvez o único paraguaio da época versado nas “ciências” econômicas⁴⁴⁵, ainda um intelectual positivista, não escapou dessa caracterização extremamente positiva do período lopizta. Vejamos como no seu ensaio “Resumen de la Historia Económica del Paraguay”, também um trabalho do “Album”, estabeleceu uma nítida distinção temporal para a questão material do país, pondo a “Guerra Grande” como um marco divisor. De um lado a imensa “prosperidade” do pré-guerra, enquanto do outro, a imensa miséria e “desolação” do pós-guerra.

“A la terminación del gobierno de D. Carlos Antonio López, ocurrida con su muerte, [...], el Paraguay seguía ya firme un período de franca prosperidad económica. Al oscuro, misterioso y casi fantástico Paraguay de Francia, había sucedido en cuatro lustro de paz y de trabajo, un centro comercial que llamaba la atención de Europa, y una potencia militar que inspiraba respeto á sus vecinos. Con un ferrocarril que impulsaba la circulación interior, una marina mercante [...] que facilitaba el tráfico internacional, una paz sólida, una administración rigurosa, el hábito del orden, de la economía y del trabajo, nuestro país ofrecía en todos los órdenes de su vida material las vigorosas huellas de grande hombre de estado que acabava de desaparecer.
[...]

Concuida la gran lucha sostenida por un lustro contra la triple alianza argentino-brasileño-oriental, el Paraguay ofrecía el cuadro de una inmensa desolación. La población, dizemada y dispersa, al volver á su hogar deshecho, tenía que crearlo todo: en las viejas heredades, donde reinó la abundancia, había desaparecido hasta los animales domésticos: un instrumento de labranza era signo de bienestar. De estas ruinas surgió el Paraguay presente, en medio de errores y apasionadas discordias, que pusieron á mayor prueba todavía su poderosa vitalidad”⁴⁴⁶.

⁴⁴⁴ Esta galvanização, entretanto, não restringiu-se a O’ Leary. Lembremos que o mito da prosperidade do Paraguai lopizta nascera, como o vimos, com Blás Garay, tendo ganho impulso com Manuel Dominguez e O’ Leary ainda em 1902 e 1903.

⁴⁴⁵ No momento em que foi Ministro da Fazenda do último governo colorado, publicou “La cuestión monetaria en el Paraguay (1902). Ver AMARAL, Raúl. **Escritos paraguayos...**, op. cit., p. 159.

⁴⁴⁶ Ver MORENO, Fulgencio Ricardo. “Resumen de la Historia Económica del Paraguay”. In: DECOUD, Arsenio López. **Album Gráfico de la República del...**, op. cit., p. 93 e 94.

Para uma última análise do “Album Gráfico”, voltemos ao ensaio “La Guerra de la Triple Alianza” de O’ Leary. Como um todo esse ensaio teve por objetivo central dar uma narração para a grande “epopéia” paraguaia, feito bélico tido por O’ Leary como um dos mais belos e maiores de todo o planeta. Tratou-se, portanto, de um relato militar, cujo destaque ficou para as minúcias de uma enorme quantidade de batalhas, bem como para a caracterização precisa dos vários de seus “heróis”.

Enfim, o objetivo do trabalho – como anos antes havia sido os objetivos das séries “El cretinismo paraguay” e, principalmente, “Recuerdos de Gloria”, ambas publicadas no diário “La Patria” – foi exaltar a nação paraguaia, dando-lhe para isso a narração de uma imensidão de “heróis” e feitos dramáticos e épicos, a exemplo das “epopéias gregas”. Vejamos o exemplo da batalha de “Corrales”, onde, depois de arrolar uma enorme lista de “heróis” militares de diversas gradações, O’ Leary fez a seguinte consideração:

“¡He aquí los únicos nombres que há recogido la historia! ¡Guerreros extraordinarios de gigantesca talla, sólo ellos se han destacado sobre el pelotón heroico que realizó aquella hazaña de leyenda que parece una página arrancada á la epopeya griega!

La victoria de *Corrales* llenó de entusiasmo á todo el Paraguay, que en presencia de ella soñó todavía con el triunfo final. El Mariscal López honró a los sobrevivientes, concediéndoles una condecoración que fué la más estimada de todas la que otorgó en el curso de la guerra”⁴⁴⁷.

Há, porém, uma novidade nesse trabalho de O’ Leary em relação as séries de 1902 e a polêmica contra Cecilio Báez: a completa “reparação” histórica da figura de Francisco Solano López, pois se o paraguaio era uma “raça” de “heróis”, deveria haver algum representante especial. Naquele momento da disputa intelectual há uma década atrás, O’ Leary não havia conseguido passar por cima das acusações históricas contra o Marechal e presidente paraguaio, chegando a fazer questão de dizer que a sua luta contra o “mestre” Báez não tratava-se da defesa de “tirano” algum, mas tão só da defesa do “povo” por ele vilipendiado. De fato, pela época, o peso contra o Marechal López ainda era enorme, pois mesmo sua mãe, condenada pelo tribunal de guerra por traição, foi sumariamente executada.

Manuel Dominguez, a princípio, também seguiu na mesma linha de O’ Leary. Em 2 de março de 1907, ante uma polêmica travada com o militar argentino José Ignacio Gamendia, publicou no jornal assunceno “Los Sucesos” o ensaio “Heroismo y Tirania”. Nesse

trabalho pôs-se o objetivo de separar, por definitivo, o “heroísmo” do povo na “Guerra Grande” e os “tiranos” e “tiránias”, coisas bem diferentes para ele.

Assim, enquanto Garmendia, desde o “La Nación” de Buenos Aires defendeu a velha tese de que a resistência paraguaia dera-se pelo “terror” infundido por López sobre um povo historicamente “passivo”, Dominguez, como no “Causas del heroísmo paraguayo”, entendia que a resistência nada tinha a ver com o “tirano” e “tirania” alguma, senão com as próprias virtudes e superioridade paraguaia em relação aos seus inimigos: “energia étnica” e “capital guerreiro”, por exemplo. Parecia uma reedição de debates já travados, mas o mais importante é atentar como a figura do Marechal López seguia, ainda, proscria por Manuel Dominguez, que, além de impingir-lhe o título de “tirano”, negou-lhe também participação e mérito na “heróica” resistência paraguaia:

“Nadie niega que el Paraguay demostró sublime energía en la guerra...

Los lopiztas encuentran estas causas en López, y lo curioso es que los antilopiztas, a vuelta de rugir maldiciones contra el tirano, acaban también, sin sospecharlo, por convertir a López en el único herói de esa Iliada.

Esta opinión yo no refrendo, no quiero refrendarla. Creo que el Paraguay fué heróe apesar de los tiranos; de ningún modo por magnética virtude de los tiranos. Creo que lo fué por razones étnicas, físicas y morales, que nada tiene a ver con López, tiranos ni terror”⁴⁴⁸.

Já outra, porém, foi a interpretação que Juan E. O’ Leary em 1911 empregou na comemoração do centenário da Independência do país. Agora os “erros” e “faltas” do Marechal López, embora reconhecidos, estavam perdoados, pois, além de ter sido ele um “grande soldado” que morreu em Aquidabám por sua “pátria”, foi também o comandante de uma “geração valente e abnegada” que tudo deu de si, também pela amada “pátria”. Finalmente, portanto, López estava – na expressão de Ignacio A. Pane utilizada no ensaio “Intelectualidad paraguaya” do “Album” – “descarregado” das acusações que sempre sofreu e execrou a sua memória. Segue abaixo uma citação de “La guerra de la Triple Alianza” de O’ Leary, abrindo o processo de instauração do herói máximo paraguaio, o condutor da “valente” e “guerreira” “pátria” paraguaia, mito importante à tradição autoritária do país:

⁴⁴⁷ Ver O’ LEARY, Juan Emiliano. “La Guerra de la Triple Alianza”. In: Decoud, Arsenio López. **Album Gráfico de la República del...**, op. cit., p. 132.

⁴⁴⁸ Ver DOMINGEZ, Manuel. “Heroismo y Tirania”. In. **El alma de la raza**. Buenos Aires: Editorial Ayacucho, 1969, [1918].

“Cualesquiera que fuesen los errores y faltas de López, no puede negarse que la lucha que llevó á los Aliados fué valiente, audaz y resuelta. Por cada pulgada de tierra conquistada los enemigos tuvieron que librar una batalla desesperada. La resistencia opuesta por él ha sido en extremo porfiada. *Demonstró ser un hombre de inmensos recursos y uno de los más grandes soldados de nuestros días.*

[...]

Una generación valiente y abnegada, compuesta de hombres de todos los círculos sociales, combatió y sucumbió en los campos de batalla, al lado del dictador; y hasta las mismas mujeres *figuraron heroicamente en aquella horrorosa lucha.* El agotamiento del Paraguay y la superioridad de las fuerzas enemigas decidieron al fin, la suerte de las armas á favor de los aliados. *López murió como un valiente en el campos de aquidabán, en 1870 [destaques do autor]*”⁴⁴⁹.

4.2 Explosão do nacionalismo conservador

Entre as comemorações do cinquentenário do término da “Guerra Grande” (1920) e o suposto centenário de nascimento de Francisco Solano López (1926), o país passou por uma outra guerra civil (05/1922 - 07/1923), a última de sua “era liberal”. Depois dela, novos movimentos sócio-políticos ganharam espaço contribuindo para relativizar a importância dos partidos tradicionais e destruindo, parcialmente, as velhas lutas políticas caudilhescas e suas formas de arregimentação popular. Não obstante – ainda que de formas e em momentos diferentes – todos eles contribuíram para o reforço social do nacionalismo conservador, ideologia produzida em particular pelos intelectuais lopiztas desde há várias décadas, que, agora, começava a ganhar respaldo da sociedade paraguaia em geral.

Tratava-se de um período em que essa sociedade começava já não mais a se contentar apenas em referendar a vontade do caudilho imediato, pois mesmo entre parcelas das camadas subalternas começava a ocorrer a ascensão à cena política – fato histórico contemporâneo à “captura” delas pela “consciência nacional”. Poucas, porém combativas organizações autônomas de estudantes, intelectuais e pequenos burgueses em geral, somado aos trabalhadores sindicalizados urbanos e também aos camponeses e militares, pressionavam para a participação na arena política, por direitos e não abriam mão de suas aspirações de reformas sociais e políticas. Com uma intensa movimentação social, ao fim da década de 1920 a “democracia” paraguaia mal se sustentava, embora a guerra contra a Bolívia tenha lhe dado alguma sobrevida.

⁴⁴⁹ Ver O’ LEARY, Juan Emiliano. “La Guerra de la Triple Alianza”. In: **Album Gráfico de la Republica del...**, 1911, p. 203.

No plano ideológico-cultural dessa sociedade liberal que adentrava em uma crise, a irrestrita liberdade de expressão permitia a multiplicação de diários e revistas, cada uma com critérios próprios. A arte, a literatura, a música que até o momento – a exceção dos intelectuais e círculos lopiztas e colorados – expressavam tão só as gastas “cópias” parnasianas de Buenos Aires e Paris, de pronto buscaram uma criação “nacional”. Os velhos ares folclóricos ultrapassaram os espaços restritos e, valorizados, foram recuperados e disseminados. Não era por acaso que Juan E. O’ Leary – perpassado pela inspiração do pensamento francês de Charles Maurras conhecido como “nacionalismo integral”⁴⁵⁰ – podia vangloriar-se de ser o iniciador e mesmo o apóstolo e “sacerdote” de uma espécie de “religião”, o lopizmo. No seu ensaio “Apostolado Patriótico” (1930) dizia o seguinte:

“‘Pontífice máximo del lopizmo’, se me ha llamado.

Esta afirmación despectiva me da, a pesar de todo, un carácter sacerdotal que me place. Me eleva a la suprema magistratura en un culto, que se empeñan en que sea el de un hombre. Indirectamente reconocen que se trata de una religión y de un sacerdocio. [...].

El patriotismo es, en efecto, una religión, y, como tal, está basado en la fe.
¡Se ama o no se ama a la patria”⁴⁵¹!

Entre os letrados em geral, surgia também a literatura em guarani, língua “revisada” e “restaurada”, entre outros, por Manuel Dominguez em uma conferência ofertada pela “Facultad de Filosofia y Letras de Buenos Aires”, em junho de 1924⁴⁵². Agora a cultura paraguaia de expressão em guarani, língua valorizada já no “Album”, tornava-se concebida como um dos grandes símbolos da identidade nacional, embora não fosse percebida senão como mera coleção de dados folclóricos. A bem da verdade, havia pouca preocupação em saber como a população de matriz indígena formulava sua própria concepção de “paraguaidade” (se é que formulava), língua e literatura, pois mesmo que em guarani os referenciais socioculturais dos escritores eram todos espanhóis.

⁴⁵⁰ Maurras vem da tradição reacionária francesa que dirigia seus ataques a Ilustração, a Revolução Francesa, a Comuna de Paris, em suma, a toda tradição revolucionária francesa. Membro de um movimento de direita chamado “Ação Francesa”, fundado em 1899, expunha sua ideologia na revista intitulada “Revista da Ação Francesa”, meio no qual lançava uma propaganda de acusação aos judeus, aos maçons e a democracia parlamentar. Esta, a seu ver, tornava o homem medíocre e antinatural. Ver OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na primeira república**. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 58.

⁴⁵¹ Ver O’ LEARY, Juna Emiliano. **Apostolado Patriótico**. Asunción: 1930, p. 141.

⁴⁵² Conferência intitulada “La lengua, la medicina e la higiene guaraní”. Ver DOMINGUEZ, Manuel. **La traición a la patria...**, op. cit., pp. 180-197.

Mas, de qualquer modo, somava-se a literatura de ensaios históricos revisionistas as canções, contos e poesias épicas escritas em guarani, literatura que se publicava aos montes. Um importante papel na fixação por escrito e na divulgação da poesia popular e das canções nessa língua coube, por exemplo, a revista “Ocara Poty Cue-mi”, ainda hoje existente, editada a partir de 1922 por Félix Trujillo⁴⁵³. Um ano antes Narciso Colmán havia publicado a obra “Ocara Poty”, livro de poemas também em guarani prefaciado por Juan E. O’ Leary⁴⁵⁴.

Nessas publicações as temáticas racistas e guerreiras predominavam. Falavam sobre a excelência e superioridade do paraguaio na guerra contra a Tríplice Aliança e na certeza da superioridade paraguaia na provável guerra vindoura contra a Bolívia. “Primero de Marzo”, “Tte Rojas Silva Rekavo” e “Che la Reina” de Emiliano R. Fernandez, “Salvaje” de Narciso R. Colmán e muitíssimas outras canções embalavam uma espécie de nacionalismo lopizta popular, onde a bravura do paraguaio era contraposta a covardia dos índios “guaikurús”, “chiquitos” e “chiriguanos” que avançavam sobre o território chaquenho paraguaio, referência pejorativa e/ou implícita aos bolivianos⁴⁵⁵.

Tais canções começaram a surgir em uma conjuntura específica de grande efervescência nacionalista. Em fevereiro de 1927 forças bolivianas mataram o Tenente Adolfo Rojas Silva quando ele fazia uma patrulha pelo Chaco, próximo a um forte militar chamado “Sorpresa”. Com isso as já fortes acusações contra o governo liberal de “indefesa” do Chaco se acirraram. Nos diários, discurso políticos e manifestações em praças e ruas a condenação do governo liberal de Ayala, e, por vezes, do próprio regime posto como “entreguista” ou “legionário”, tornaram-se comuns⁴⁵⁶. O “La Nación”, por exemplo, – futuro órgão do movimento opositor “Liga Nacional Independiente” fundado em 1928 – condenava o governo e a imprensa oficial pelo “silêncio” e “indiferença” sobre a questão de limites⁴⁵⁷.

O “Patria”, jornal colorado, fez um chamado do povo para uma manifestação pública anti-boliviana a modo de repúdio do assassinato de Rojas Silva, posteriormente, em 1936, elevado legalmente como o “primeiro mártir” da campanha chaquenha e também a “herói

⁴⁵³ Nesta revista se publicaria a maioria das canções sobre a guerra do Chaco, especialmente as de Emiliano R. Fernández, Herminio Giménez y Leonardo R. Alarcón.

⁴⁵⁴ Conf. COLMÁN DUARTE, Evaristo E. **Nacionalismo e movimento operário na...**, op. cit., p. 110.

⁴⁵⁵ Conf. RIVAROLA, Milda. **La contestacion al orden liberal**. La crisis..., op. cit., p. 24.

⁴⁵⁶ O “Patria”, por exemplo, porta-vóz colorado, publicava em março de 1927 um artigo intitulado “Ni legionarismo, ni derrotismo”. Fazendo citação do colorado Blás Garay, morto desde 1899, “legionarismo” e “derrotismo” referia-se aos governos liberais hegemônicos desde 1904, enquanto Garay e os colorados seriam a tradição da luta diante da presença do inimigo. “Patria”, 5 de março de 1927.

⁴⁵⁷ Ver artigo “Ante los Reclamos de la Hora”. “La Nación, 9 de agosto de 1927.

nacional”⁴⁵⁸. Marcada para um sábado, dia 25 de março de 1927, nesse chamado a belicosidade, isto é, a personalidade guerreira do “paraguaio” foi evidenciada, bem como o seu gigantesco capital “heróico” acumulado na “Guerra Grande”: ele “está disposto a derramar a última gota de sangue e a reviver o heróico martírio de 70 em defesa da soberania nacional”, dizia o diário colorado⁴⁵⁹.

Embora longe do interesse político pragmático, Fernandez também homenageou o Tenente Adolfo Rojas Silva com algumas canções, entre as quais está a “Primero de Marzo”, nome em alusão a data de morte de Francisco Solano López. Na tradução para o espanhol ela perde parte do sentido original, mas ainda assim pode dar alguma idéia de como o nacionalismo lopizta foi trabalhado pela época. Vejamos suas estrofes:

“Ojalá con esta canción despierte a nuestro lindo Paraguay
y los que están vivos que escuchen nuestros antepasados (?)
Que suena la corneta para que lo oigan los que están en nuestro país
Que digo mientras toque mi guitarra

He adorando mi rancho con la cinta tricolor
Saludando la roja aurora el 1º de Marzo
Mis amigos en mi frente, vamos a alegrar un poco a Solano López (?)
El León intachable que amaba la Patria paraguaya.

Acudieron tres naciones para destruirnos totalmente
Lanzas en las manos, con bayonetas puntiagudas
Trozaron en Tujuti cuando salieron en busca de pelea
Entonces vieron cuánto vale la raza guaraní.

¡Viva el Paraguay! así grito al fondo del Chaco
Para hacer de la huella de López una canción
La suelto al viento para que llegue hasta Cerro Corá
donde están sobre las sepulturas nuestros héroes.

Y ha cumplido 56 años al amanecer este día
Desde la batalla de Cerro Corá en 1870
Entonces, para defender su patria, López en su blanco caballo
su espada en la mano, debajo de la bandera, salió al galope.

Cumplió su ley "Vencer y Morir" ante el Tupí
Al lado del hijo del Coronel salió también Resquín
Para segar los negros por amor a la patria en medio del humo
Solano López fue un hombre que amaba a su país verdaderamente.

⁴⁵⁸ Em 31 de março de 1936 o governo do Coronel Rafael Franco edita o decreto de número 514 reconfigurando a memória do Tenente Adolfo Rojas Silva. RESQUIN, Ruperto D. **La generación paraguaya (1928-1932)**. Buenos Aires: Ediciones Paraguay en America, 1978, p. 74 e 75.

⁴⁵⁹ “Patria”, 23 de março de 1927.

Nos alegraremos si hay dos como tú sobre la tierra
 He aquí un canto que guardo en mi alma para ti
 1º de Marzo: quien en esta tu tierra nace en este día
 No piensa que va a dar su vida, no le importa. (?)

Espero que cada 1º de Marzo
 salgan de mi boca palabras lindas y escogidas
 para que paguemos nuestro deber con los veteranos
 nuestros padres que defendieron la Tricolor.

Tujutí, Kurupa'yty,
 Estero Bellaco, Ita Yvate,
 Ytororõ, Cerro Corá,
 allí está el Mariscal López⁴⁶⁰.

Canções como esta de Fernandez – que como qualquer canção popular de outro povo também fala de amores, de gracejos, da natureza e situações pitorescas – ajudaram a acentuar a reabilitação e culto, diante do imaginário popular, da figura e do regime de Francisco Solano López, além de ajudar a “preparar” a todos para uma outra guerra aparentemente provável: o tema guerreiro e racial sempre foram os preponderantes.

Emiliano R. Fernandez daria, ainda, muitíssimas provas do seu lopizmo. Em 1931, desde a cidade de Concepción, tomou parte de uma peregrinação à Cerro Corá, local de morte do Marechal López, a fim de homenageá-lo. Lá recitou a poesia e música “Mariscal Kurusúpe”, ratificando sua campanha popular lopizta⁴⁶¹. A conotação emotiva de suas canções se intensificou e ganhou grande respaldo por um motivo muito interessante: tornou-se também um “herói”. Na guerra contra a Bolívia (1932-1935) Emiliano R. Fernandez esteve na linha de frente das batalhas, e, junto das armas, empunhou também o violão com o qual produziu outras centenas de músicas populares, algumas das quais ainda hoje conhecidas e respeitadas em todo o Paraguai. Para uma população iletrada em sua maioria, não havia, aliás, melhor veículo para o nacionalismo lopizta que as canções oralizadas e tocadas em momentos de tristeza ou alegria, como as do assassinato de Rojas Silva, tido como uma agressão à “pátria”.

Também foi importante para o nacionalismo lopizta, cujo um dos sustentáculos foi o próprio processo de heroificação da figura do Marechal López, a mobilização festiva em

⁴⁶⁰ “Primero de Marzo”, canção de Emiliano R. Fernandez. Tradução de Wolf Lustig. Disponível em: <<http://www.staff.uni-mainz.de/lusting/guarani/chacpura/chacpu.htm>>. Acesso em 11/01/2006.

⁴⁶¹ Um ano antes havia se formado uma “Comisión pro peregrinación” encarregada de organizar a viagem a Cerro Corá. Mil e duzentas pessoas de toda a república participaram do ato de culto ao Marechal López. Conf. ALVAREZ, Mario Rubén. “Emiliano R. Fernandez, lopizta: Mariscal Kurusúpe”. **Última Hora**, 2 e 3 de fevereiro de 2002. Disponível em: <www.musicaparaguaya.org.py/paraguayprofundo/profundo14.htm>. Acesso em 25/09/2006.

torno da data do suposto centenário do seu nascimento, 24 de julho de 1926⁴⁶². Nesse momento houve uma intensa agitação cultural no Paraguai.

Uma “Comisión Nacional de Celebración del Centenario del Mariscal López” – ou simplesmente “Comité Pro-Homenajes” – foi criada e incumbiu-se de organizar todo um circuito de atividades comemorativas, do qual toda a sociedade estava “convidada” a tomar parte. Como dizia o “Patria” em um chamado dirigido a população para uma manifestação pública em reverência a López – chamado intitulado “Viva el Mariscal F. Solano López” – o “amor por nosso passado heróico obriga-nos a assistir a grande citação de honra”. Que “todos ocupem seu posto: homens, mulheres e crianças”⁴⁶³.

O “Partido Colorado”, mas não só, foi a agremiação política que mais tentou capitalizar as manifestações reivindicativas de Francisco Solano López. Vários dos seus membros, como Juan Natalicio González, por exemplo, fizeram parte do “Comité” criado para homenageá-lo. Por meio do seu diário, o “Patria”, o partido foi o que deu a maior cobertura para as atividades organizadas pelo “Comité”, sendo que dentre elas destacam-se os “Juegos Florales”⁴⁶⁴; as apresentações de peças teatrais⁴⁶⁵; as conferências⁴⁶⁶; as manifestações públicas pelas ruas⁴⁶⁷; as cartas de adesão vindas de todas as partes e setores sociais do país⁴⁶⁸; e, ainda, a um “torneio literário” na língua guarani⁴⁶⁹.

Foi no diário desse partido, inclusive, que se publicou o próprio manifesto do “Comité Pro-Homenajes”, um ensaio histórico que pôs a “Guerra Grande” como fruto das intermináveis ameaças portenho-imperiais, além do único modo da “nação” paraguaia tentar

⁴⁶² Descobriu-se posteriormente que o seu centenário seria exatamente um ano depois, em 24 de julho de 1927.

⁴⁶³ “Patria”, 14 de julho de 1926.

⁴⁶⁴ Os “Juegos Florales” foram uma série de campeonatos esportivos. “Patria”, 7 de julho de 1926.

⁴⁶⁵ Duas peças de teatro, “La Epopeya del Mariscal” e outra em língua guarani “Mboracjhú-pahjá” foram propagandeadas no “Patria”. Ver “Patria”, 5 julho de 1926.

⁴⁶⁶ Manuel Dominguez ofereceu uma conferência que chamou de “La visión del pasado”. Ver “Patria”, 26 de julho de 1926. Em 10 de julho no “Teatro Nacional” Dominguez apresentou a conferência “El Mariscal López y la Conspiración”. Na propaganda desta conferência o “Patria” disse o seguinte: “Este ilustre intelectual exhibirá la plueblas irrefutables de la traición mas ignominiosa que han cometido los hijos espurios la patria paraguayá”. Ver “Patria”, 3 de julho de 1926. Juan Natalicio González apresentou a conferência “La influencia de Solano López sobre el alma nacional”, propagandeada também no “Patria”. Ver “Patria”, 12 de julho de 1926.

⁴⁶⁷ Em 16 de julho de 1926 ocorreu o que o “Patria”, no dia anterior, havia chamado de “La gran concentración de mañana”. Ver “Patria”, 15 de julho de 1926. No dia 24 de julho, dia do suposto centenário, houve outra concentração e discursos públicos. Ver “El Liberal”, 26 de julho de 1926.

⁴⁶⁸ Segue apenas dois exemplos: cartas de adesão as homenagens à López do “povo de Ipané” e dos “empregados da Aduana da Capital”. Ver respectivamente “Patria”, 3 de julho de 1926 e “Patria”, 5 de julho de 1926.

⁴⁶⁹ “Patria”, 8 de julho de 1926.

prosseguir com a sua existência e soberania: “foi a hora tremenda da prova”, dizia o manifesto, “na qual se santificou com sangue nossa tão discutida vontade autônoma”. Francisco Solano López teria sido a “encarnação” desta “vontade”, daí o dever de todo paraguaio em homenagiá-lo. Vejamos:

“...el Mariscal López, lejos de instrumentar nuestro pueblo para el logro de insensatos designios [tese de Báez], fue instrumentado por él y convertido en la **encarnación** de su voluntad intransigente de ser libre o perecer.

Así aparece el Mariscal López en el cuadro tempestuoso de la guerra, y solo así, desde luego, puede encontrarse una explicación satisfactoria aquella estupenda solidaridad entre pueblo y gobierno.

[...]

El Mariscal López **encarnó** un ideal, el mas caro de los ideales: el de la independencia de un pueblo que se afirma, que tiene fe en si mismo, que cre en su destino de pueblo libre con una firmeza mística [destaques meus]”⁴⁷⁰.

Tamanha foi a movimentação cultural por conta dessas festividades que mesmo a imprensa liberal, ainda que a contragosto, não teve como abster-se da divulgação do suposto centenário de López. O “El Liberal”, órgão do “Partido Liberal”, dois dias depois dos festejos publicou um artigo narrando os fatos do dia 24 de julho⁴⁷¹. Mas ao tom imparcial desse artigo, contrapõe-se, por exemplo, a obra “El Mariscal Francisco Solano López” publicada ainda em 1926 por uma alto-proclamada “Junta Patriótica”, com vistas a combater àquilo que chamou de “campanha de glorificação d[e] [...] Solano López” e seus panegiristas. Nesse trabalho vários ensaios antilopiztas da “geração de 900”, mas não só, foram reeditados. Nele há, por exemplo, ensaios de Cecilio Báez, de Manuel Gondra, de José Segundo Decoud e mesmo dos agora lopiztas Manuel Dominguez e Juan E. O’ Leary⁴⁷².

Mesmo no Brasil as comemoração festivas e as publicações de obras e ensaios em torno do suposto centenário de López também não passaram despercebidas. Provocaram tamanho incômodo e indignação em Lindolfo Collor que levaram-no a combater o lopizmo – de O’ Leary em particular – com uma publicação própria, intitulada “No centenário de Solano López”, onde resolve explicar as “verdadeiras” causas da guerra. Esperava, ainda, para o bom

⁴⁷⁰ “Patria”, 26 de julho de 1926.

⁴⁷¹ “El Liberal”, 26 de julho de 1926.

⁴⁷² Ver JUNTA PATRIÓTICA. **El Mariscal Francisco Solano López**. Asunción: 1996, [1926].

relacionamento do Paraguai e do Brasil poder prosseguir, que a visão de O' Leary não correspondesse com a oficial do governo paraguaio⁴⁷³.

No entanto, todo esse revisionismo histórico da memória de López imiscuía-se também, de modo bastante direto, no plano legal e político. Um grupo do “Comité Pro-Homenajes” foi encarregado de exigir do Poder Legislativo um projeto de lei para abolição da lei de 17 de agosto de 1869 que havia posto Francisco Solano López como “fora da lei” e “assassino de sua pátria”. Em um artigo do “Patria” chamado “Nacionalismo del Pueblo: Frente la Ley Infame del Gobierno Legionario”, o “Comité” instava o legislativo, controlado pelos liberais, a eliminá-la não por honra do próprio “Herói, que esta[va] muito acima dela, senão para do [próprio] Paraguai”. Vejamos como prosseguiu se justificando:

“Ahora, el sentir nacionalista ha despertado por completo y la hora de la reivindicación definitiva ha sonado. Y con ella, ha llegado el momento de que el Poder Legislativo, levante este oprobio que la raza maldita en su afanoso empeño de menoscabar la memoria ciclópea del Mariscal López, puso sobre ella, excluyendo de la ley precisamente al más grande de nuestros mayores, el que en cinco años de martirologio mantuvo con fuerza indolegable de su voluntad férrea, de su valor espartano y de su decisión admirable, la defensa de la patria...”⁴⁷⁴.

Em 31 de agosto de 1926 Eligio Ayala sancionou um projeto que respondia parcialmente aos anseios do “Comité Pro-Homenajes”. Era a primeira revisão legal da história paraguaia. Ayala tornou vigente um projeto do legislativo que punha como inexistente ou sem valor todos os papéis oficiais da nação, inéditos ou já publicados, onde houvesse o qualificativo de “traidor” e “assassino” com que os governos do pós-“Guerra Grande” condenaram a memória de Francisco Solano López. Contudo, era um projeto que ordenava proceder de idêntica maneira nos casos em que o próprio governo de López havia utilizado do mesmo qualificativo contra os cidadãos e militares do exército “nacional” que foram, também, por ele condenados como “traidores”, principalmente nos dolorosos dias da guerra⁴⁷⁵.

Mesmo que sempre rejeitado e combatido nos círculos liberais, o nacionalismo conservador lopizta expandia-se. Nas palavras de Víctor Jacinto Flecha (1995), terminada a guerra civil de 1922 e 1923, de “pronto a sociedade inteira se submergiu em um magma

⁴⁷³ Conf. COLLOR, Lindolfo. **No centenário de Solano López**. São Paulo: Companhia de Melhoramentos de São Paulo, 1926.

⁴⁷⁴ “Patria”, 13 de julho de 1926.

⁴⁷⁵ Conf. BREZZO, Liliane. “La historiografía paraguaya: del aislamiento a la...”, op. cit., p. 160.

nacionalista”⁴⁷⁶, do qual logo também se impregnariam os movimentos sócio-políticos sindicais, estudantis, partidários e camponeses que pressionariam os governos liberais, particularmente o de Guggiari (1928-1932). Ainda que cada um com uma conotação diferente, de algum modo todos eles, como veremos, se aproximaram da ideologia nacional lopizta e, por conseguinte, da crítica a ordem liberal em vigor.

O próprio termo “liberal”, aliás, sofria nessa conjuntura uma estranha mutação, passando de “argentínista” ou “portenhista” a significar ainda “legionário”, portanto “traidor”, “espia”, “entreguista” da “pátria” na guerra passada contra a Tríplice Aliança e, agora, do território nacional em favor da Bolívia.

Em 1924, por exemplo, uma série considerável de artigos publicados no “Patria” pelo estrangeiro Raúl del Pozo Cano – cônsul equatoriano em Assunção – contrariava o governo liberal ao insistir no avanço boliviano pelo Chaco, pois no subsolo dele haveria um valioso material negro cobiçado por empresas norte-americanas instaladas na Bolívia: o petróleo⁴⁷⁷. Inclusive muitas das publicações e discursos comemorativos do suposto centenário do Marechal López pautaram-se pela temática da “traição”⁴⁷⁸. Manuel Dominguez, por exemplo, numa de suas conferências, exatamente a que proferiu em 24 de julho no “Teatro Nacional”, falou do “El Mariscal López y la Conspiración” de que foi vítima⁴⁷⁹.

Para se ter uma idéia da conjuntura ideológica, o próprio “Partido Colorado”, também perpassado por caudilhos como o “Partido Liberal”, pedia uma “revolução” para o término da hegemonia liberal onze anos antes dela vir acontecer.⁴⁸⁰ Acusava-a constantemente de desproteção e desinteresse pela questão chaquenha desde quando galgou ao mando do país, em 1904, portanto também de “traição”⁴⁸¹.

⁴⁷⁶ Ver FLECHA, Víctor Jacinto. “Años 20: movimientos socio-políticos en...”, op. cit., p. 535.

⁴⁷⁷ Um artigo desta série está, por exemplo, no “Patria”, 8 de setembro de 1924.

⁴⁷⁸ Durante quase todo o ano de 1926 o “Patria” publicou uma série de artigos do Coronel Juan Crisótopo Centurión e outras pessoas, cujo título era “Prueba de la traición a la Patria. Piezas de convicción que rebaten las leyendas urdidas por los culpables para incubir el crimen”. Esta “prova” refere-se aos “crimes” que vitimaram Francisco Solano López e a “patria” nos dias da guerra. Um dos artigos está, por exemplo, em “Patria”, 12 de julho de 1926.

⁴⁷⁹ “Patria”, 3 de julho de 1926.

⁴⁸⁰ “Patria”, 15 de julho de 1925. Um ano antes, o “El Orden” pedia uma “frente única” para apagar os resquícios e mágoas da guerra civil passada. Justificava-se dizendo que todas as nações, em favor do “espírito de conservação” “nacional”, estavam abandonando os ressentimentos e disputas “individuais”. Ver “El Orden”, 10 de julho de 1924.

⁴⁸¹ Em um artigo intitulado “Los culpables del abandono de la cuestión de límites”, o “Patria”, diário colorado, acusava algumas das figuras mais famosas do “Partido Liberal”, Manuel Gondra e Eligio Ayala, de terem causado um “grande mal” ao povo no que respeita aos tratados de limites. Ver “Patria”, 21 de outubro de 1924. Noutro artigo, intitulado “La representación diplomática en el exterior” acusava o período de hegemonia liberal em curso de manter no exterior representantes

Ao retornar a luta política parlamentar em 1927, abandonando o abstencionismo desde a última guerra civil, os colorados assumiram uma postura eminentemente belicista, afirmando – em uma espécie de manifesto dirigido ao povo intitulado “Invitación: el Partido Nacional Republicano al Pueblo Paraguayo” – que o seu “programa mínimo” parlamentar reduziria-se a “organizar a defesa nacional”, cujo sustentáculo dela deveria ser a criação de uma “máquina de guerra” destinada ao “encontro dos bolivianos”⁴⁸². Por essa época, aliás, uma ampla frente de movimentos políticos se coligariam para a defesa do Chaco.

Mas isso foi um fenômeno lentamente construído e muito combatido pelos liberais. Ao tom belicista opositor, inclusive de frações liberais, todo ele animado pelo mito da “raça guerreira” paraguaia que abaixo veremos melhor, o governo de Eligio Ayala (1924-1928) procurava desmentir o avanço boliviano, acusando o “alarmismo” opositor ao passo que, silenciosamente, começava a comprar equipamentos e armas de guerra no exterior⁴⁸³.

4.3 Historiografia do cinquentenário do término da “Guerra Grande” e do centenário de nascimento de Francisco Solano López

Foi, contudo, do âmbito próprio da produção da narrativa histórica que proveio de forma mais sistematizada o nacionalismo lopizta e, pode-se dizer, o substrato ideológico mais “consistente” para o antiliberalismo. Em torno da data comemorativa do cinquentenário do término da “Guerra Grande” (1920) e do suposto centenário de nascimento de Francisco Solano López (1926), o lopizmo adquiriu grande pujança entre os famosos e conhecidos intelectuais da época⁴⁸⁴.

Destacam-se as publicações do “El Alma de la Raza” (1918) de Manuel Dominguez, já comentado, o “El Patriota y el Traidor” (1920) e, ainda, o “El Paraguay, sus grandezas y sus glorias” (1920) desse mesmo autor. Enquanto isso o jovem Juan Natalicio González editava “Cincuentenario de Cerro Corá” (1920) e “Solano López y otros ensayos” (1926). Juan E. O’ Leary publicava, por sua vez, entre os anos de 1919 e 1922, “Nuestra Epopeya”, “El Mariscal Francisco Solano López” e o “El Libro de los Héroes”. Mais tarde publicaria “Los Legionarios” (1930) e “Apostolado Patriótico (1930)”. Fulgencio Ricardo

diplomáticos despreparados para este importante cargo, devido as questões de limites com a Bolívia. Ver “Patria”, 17 de outubro de 1924.

⁴⁸² “Patria”, 25 de fevereiro de 1929.

⁴⁸³ Conf. VIOLA, Alfredo. **Eligio Ayala...**, op. cit., p. 90.

Moreno, já distante do positivismo, publicou “La Ciudad de la Asunción” (1926). Fora desses momentos comemorativos, porém não menos importante, Juan Natalicio González publicou “El Paraguay Eterno” (1935), onde a “pátria” paraguaia é mostrada como essencialmente devotada ao cultivo antiliberal.

É possível várias abordagens e análises dessas obras e ensaios. Mas as que nos norteiam são sempre as da compreensão da “questão nacional”. Portanto buscamos os temas e problemas históricos centrais mobilizados para a construção da nação paraguaia, isto é, a “matéria-prima” histórica sob a qual gravitou o forjamento dessa ideologia para este país.

Nessa busca a consolidação da imagem de uma suposta “raça” paraguaia “superior”, “heróica” e “guerreira”, tornou-se fator de capital importância. Fulgencio Ricardo Moreno, junto de Manuel Dominguez, foi importantíssimo nessa temática. No “La Ciudad de la Asunción”, obra publicada em 1926, compilou vários artigos originalmente escritos no “La Prensa” de Buenos Aires. Nesse ano, junto da propaganda comemorativa do centenário de Francisco Solano López, o “Patria” de Assunção fazia também a divulgação desse seu trabalho, pondo-o como obra “digna de ser lida”⁴⁸⁵.

Nele Moreno deu impulso àquilo que chamou de “aliança” e “cooperação” hispano-guarani nos mais variados setores da vida colonial. Como entendia – referendando o que Manuel Dominguez havia iniciado no ensaio “La Capital de la República” do “Album Gráfico” e no “Causas del heroísmo paraguay” – tal “aliança” e “cooperação” teria sido “condição indispensável” para a própria gênese do Paraguai através da fundação da capital Assunção. Mas ela teria sido importante, ainda, na sustentação dos colonos por meio da produção agrícola das índias; nas expedições em busca de metais preciosos nunca encontrados; e na fundação de outras cidades, como a de Buenos Aires, por exemplo.

No entanto, dentre estas “alianças”, duas outras se sobreporiam porque teriam possibilitado não só o nascimento da grandiosa “raça” paraguaia, mas também a própria sobrevivência dela em um meio extremamente hostil, o que a tornou “guerreira”. Moreno referiu-se a “aliança” amorosa no “lar”, cujo resultado foi a fundação do “ser” “racial” “paraguaio”, e também a “aliança” nas guerras expedicionárias contra os vários inimigos do “Paraguai”. Tem-se, assim, novamente, o mito fundador da “nação” no sentido conservador do

⁴⁸⁴ Os nomes de Manuel Dominguez e Juan E. O’ Leary, por exemplo, chegaram a ressonar nos jornais madrilênses. Ver “La Nación”, 9 de diciembre de 1925.

⁴⁸⁵ “Patria”, 9 de julho de 1926.

nacionalismo paraguaio: “aliança” sangüínea e “guerreira” entre duas “raças”. No parágrafo abaixo, Moreno sintetizou bem estas duas “alianças”:

“Fruto de una alianza, para una conquista próxima, en que los españoles aportaron la superioridad de su cultura y su poder bélico, la ciudad, base y amparo de esa suprema empresa, recibió por parte de los autóctonos, a más de la cooperación masculina, el contingente de las mujeres indias, como compañeras en el hogar y a la vez agentes de producción. [...]. Y mientras éstos elaboraban los toscos elementos constitutivos de la ciudad y preparaban su expansión conquistadora, fueron las indias, esposas y siervas de esos mismos guerreros, quienes velaban en los rústicos albergues, rodeados de sus sembrados, por la vida económica de la colonia. Más de setecientas mujeres, según Irala, se encontraban en esas condiciones, a poco de fundada la Asunción, para ‘servir en las casas y en sus rozas’”⁴⁸⁶.

Era, em certo sentido, uma outra versão do “Paraíso de Maomé” do qual falou Domínguez: o espanhol e depois o “paraguaio” dispôs dos amores da índia nas “casas” e dos labores dela nas “roças”, além da “cooperação” do índio na “expansão conquistadora”. E assim Assunção e depois todo o Paraguai ganharam vida. A primeira “aliança guerreira” entre espanhóis e guaranis teria dado-se sob o comando de Cabeça de Vaca contra os índios Guaicurús do ocidente, abrindo o que Moreno considerou...

“uno de los período más interesantes de la historia colonial paraguaya: la expedición que la inició [Cabeza de Vaca] fue la primera que realizaron las armas combinadas de los españoles y los guaraníes, para el sometimiento de aquellos indios, en las **tierras occidentales** del río Paraguay [destaque meu]”⁴⁸⁷.

Não sem interesse, porém, Moreno falava dessa empresa realizada com a colaboração dos guaranis. Por as “terras ocidentais” do Paraguai, isto é, o Chaco, como região que desde o princípio da colônia passou a ser disputada para tornar-se domínio efetivo paraguaio era crucial em um momento quando ela era disputada ferozmente com a Bolívia. Fulgêncio Moreno foi um dos maiores estudiosos dos “direitos históricos” do Paraguai sobre o território chaquenho⁴⁸⁸. Em nenhum momento, como o de uma guerra que se avizinhava, a

⁴⁸⁶ Ver MORENO, Fulgencio Ricardo. **La ciudad de la...**, op. cit., p. 112.

⁴⁸⁷ Idem, p. 70.

⁴⁸⁸ Mas não só dos “direitos” sobre o Chaco. Em 1927 publicou um ensaio histórico que só pelo título dá uma noção de como a “história pátria” servia a pátria paraguaia: “La amplia colaboración de los guaraníes en las jornadas de Tierra Rica y la fundación de la Nueva Asunción en las tierras de los Chiquitos”. Esta “colaboração”, dada ainda no período colonial, teria possibilitado ao Paraguai o domínio de territórios ao norte – fronteiriços com a Bolívia – portanto territórios legitimamente paraguaios. Ver “El Diario”, 21 de setembro de 1927.

importância do mito guerreiro, fundido com o de fundação, foi tão capital para a sociedade paraguaia. Ele deveria ajudar a mobilizar os sentimentos das pessoas, conquistar a lealdade do homem comum para um Estado que pouco lhe oferecia e podia oferecer, além de fazê-lo aceitar de bom grado uma possível morte nas trincheiras do árido Chaco, região a ser não mais “conquistada”, porém, como acreditava, apenas garantida frente ao abuso boliviano.

Apenas garantida porque no passado colonial secular, as “expedições ao Chaco”, fruto da “aliança” hispano-guarani, já teriam feito, para Moreno, tanto a “conquista” da região, colocando-a como “domínio efetivo do governo” paraguaio, como também contribuído para a “pacificação” dos grupos indígenas “rebeldes”, fato concatenado com a difusão da “população” e “civilização” paraguaia naquelas “terras”⁴⁸⁹.

Mas logo espanhóis e guaranis seguiriam lutando na “aliança” militar não mais como tais, isto é, como espanhóis e guaranis, mas no belo resultado da fusão de ambos. Seguiriam lutando como “paraguaios”, nova “raça” formada da “aliança” sangüínea – ou nas palavras de Manuel Dominguez, formada do “beijo de amor” – das duas anteriores. Assim, apesar do idílico amor no “paraíso”, as épicas guerras continuaram a impedir a nova “raça” de viver em “tranqüilamente”, pois pelo “orient e norte” vinham as “agressões dos paulistas”; enquanto “pelo ocidente, a feroz hostilidade dos índios”⁴⁹⁰.

Contudo, mesmo num ambiente absolutamente adverso a nova “raça” teria demonstrado sua “superioridade” diante dos inimigos e sobreviveu. Junto da sexualidade desregrada que a engendrava – em que o autóctone impôs ao espanhol os seus valores – a confusão, os vícios, a violência, o sofrimento, a ação, a audácia, e as lutas, caracteres que teriam passado a conformar a sua personalidade, faziam parte da vida cotidiana do “paraguaio”. A colônia foi o “tempo fabuloso” das origens; na expressão de Moreno, ela foi uma “verdadeira Babilônia”, que, na luta por sua conservação e sobrevivência, destacou...

“la incesante lucha con los indios. Y a la par de sostenimiento económico de la existencia, era indispensable estar vigilando siempre su seguridad. La sociedad fué así, **agrícola y militar**, al mismo tiempo. Y nada expresó mejor esse doble carácter que el papel del hierro en la vida inicial asuncena: la ‘cuña’, para ella más importante que el oro, fué la primera medida de los valores; y, el mismo pedazo de hierro que circulaba como moneda, servía para abatir el bosque, preparar la tierra y someter al indio. En esas condiciones, la Asunción, al principio, y después el Paraguay entero, fué a modo de un campamento en constante actividad. Todos los paraguayos estaban obliados al servicio miliar, desde los 18 años, a su propia costa y con sus propios recursos de caballos, armas y municiones. Todos vuestros fieles

⁴⁸⁹ Ver MORENO, Fulgencio Ricardo. **La ciudad de la...**, op. cit., p. 177.

⁴⁹⁰ Idem, p. 172.

vasallos son soldados, escribía al rey el Cabildo de la asunción, y los vecinos sirven diariamente en los veinte presidios que existen en la provincia. Y un gobernador, entre tantos otros, escribía por esse mismo tiempo: ‘No hai un hombre en toda la Provincia que esté libre de la esclavitud militar. Todos sufren la dura ley de estar todo el año con las armas en la mano, sirviendo en los cuerpos de guardia, en guarnecer los fuertes, en cubrir los pasos y en todas las fatigas militares [destaque meu]’,⁴⁹¹.

Essa preocupação de Moreno em mostrar uma sociedade turbulenta e guerreira, superior aos inimigos por ter sido capaz de resistir a mais dura e constante adversidade, não foi algo novo e nem se pode estranhar. Era parte do revisionismo histórico iniciado a décadas, vindo na contramão da ideologia liberal que tanto representou o “paraguaio” como povo “degenerado”, “indolente”, “passivo”, “vagabundo”, etc. Mas expressar o caráter turbulento e “guerreiro” da personalidade paraguaia tinha, ainda, um outro e irresponsável objetivo. Demonstrá-lo tanto superior aos inimigos do período colonial como também superior ao provável inimigo boliviano, suposta “raça” herdeira daquelas “hordas” de índios que outrora atacaram ininterruptamente o Paraguai colonial.

Claramente a difícil luta diplomática do Paraguai daqueles dias pesou sobre a produção historiográfica de Moreno, pondo-a em favor da causa nacional. Os mitos nacionais dela expressavam valores e idéias histórica de um modo tal que, quanto mais queriam parecer outra coisa, tanto mais eram a “repetição” do momento que escrevia, de maneira que a história *real* da colonização paraguaia ficou muito aquém de suas linhas.

Moreno, aliás, ao lado de Dominguez, sempre esteve vinculado a questão dos limites. Ambos intelectuais foram contratados em 1924 pelo governo de Ayala para integrar uma “Comisión Asesora de Límites”. Subordinada ao “Ministerio de Relaciones Exteriores”, ela estava encarregada de compilar e ordenar documentos históricos que provassem os direitos paraguaios sobre o território do Chaco⁴⁹². Dois anos depois seria publicada pela “Imprenta Nacional” o primeiro volume de um “informe” da questão dos limites, contendo ele 200 páginas, cujo autor principal foi Dominguez⁴⁹³. Mas, ainda em 1925, este intelectual já havia proferido uma série de quatro conferências no “Teatro Nacional” de Asunción para rebater algumas conferências dadas em Buenos Aires pelo intelectual boliviano Dr. Cornelio Ríos⁴⁹⁴.

⁴⁹¹ Idem, p. 210.

⁴⁹² Conf. VIOLA, Alfredo. **Eligio Ayala...**, op. cit., p. 95.

⁴⁹³ A propaganda deste informe está no jornal “El Diario”, cujo título do artigo é “El Chaco Boreal”. Ver “El Diario”, 27 de março de 1926.

⁴⁹⁴ Conf. VIOLA, Alfredo. **Eligio Ayala...**, op. cit., p. 113.

Antes dele, entretanto, ambos paraguaios, Moreno e Dominguez, também estiveram em Buenos Aires defendendo a causa paraguaia⁴⁹⁵.

Todavia não só como intelectuais Dominguez e Moreno militaram a favor causa nacional frente ao ímpeto externo. Atuaram também diretamente como “diplomatas”. Nas primeira e segunda décadas do século XX, foram, respectivamente, os negociadores do Paraguai com representantes do governo boliviano, embora nunca tenham conquistado acordos definitivos⁴⁹⁶. Em 1927 ambos intelectuais integraram uma delegação de seis paraguaios, formada por liberais e colorados, para buscar um novo acordo definitivo com outros seis representantes bolivianos. Estas negociações – realizadas em Buenos Aires e acompanhadas pelo governo argentino – iniciaram suas atividades em setembro deste mesmo ano e se estenderam até meados do ano seguinte, mas não obtiveram êxito algum⁴⁹⁷.

A superioridade do paraguaio, cujo principal destaques estaria no fato dele ser um povo “guerreiro”, não foi, contudo, algo criado por Fulgencio R. Moreno no “La ciudad de la Asunción”. O próprio Manuel Dominguez – companheiro nas lutas “diplomáticas” – havia sido o principal membro da “geração de 900” articulador dessa questão. Nas publicações do cinquentenário do término da “Guerra Grande”, extremamente combatidas pelos liberais⁴⁹⁸, insistiu nela com a obra “El Paraguay sus grandezas y sus glorias”. Em tom categórico e direto exaltou a raça paraguaia e em particular o Paraguai do regime dos López⁴⁹⁹.

Nessa exaltação o aspecto racista de sua obra merece alguma atenção. Em um tópico do livro, intitulado “El paraguay, flor de la raza”, Dominguez comparou a “nobreza” do

⁴⁹⁵ Moreno publicou na imprensa portenha documentos defendendo o interesse paraguaio. Ver artigo “D. Fulgencio R. Moreno defiende en ‘La Prensa’ de Buenos Aires nuestros derechos sobre el Chaco. ‘Patria’”, 13 de agosto de 1924. Manuel Dominguez, por sua vez, profere conferências. Ver artigo “Las conferencias del doctor Dominguez”. “El Orden”, 1 de dezembro de 1924.

⁴⁹⁶ Conf. CARDOZO, Efraim. **Paraguay Independiente...**, op. cit., pp. 358-360.

⁴⁹⁷ Antes do início das negociações o otimismo era enorme. Houve um “banquete” oferecido a delegação que viajaria para Buenos Aires, festa que mesmo o presidente da delegação boliviana participou. Ver “El Diario”, 21 de setembro de 1927. Posteriormente uma profunda sensação de frustração tomou conta de todos, inclusive do observador argentino. Ver “El Diario”, 3 de julho de 1928.

⁴⁹⁸ Apenas um dia depois do aniversário do cinquentenário do término da “Guerra Grande”, quando alguns poucos porém relevantes trabalhos seguiam no processo de exaltação da “nação” paraguaia e também a de seu “herói” máximo Marechal Francisco Solano López, o “El Liberal”, diário vinculado ao “Partido Liberal”, condenava com veemência o que chamou de “tiranófilos-lopiztas [...], apóstolos da inquisição”. Em um artigo intitulado “López y la guerra del Paraguay” não admitia que uma parcela da sociedade desse ouvidos a um grupo de escritores supostamente adoradores de “tiraniyas” passadas que, de tempos em tempos, escolhiam alguma data para comemorar feitos execráveis. Ver “El Liberal”, 2 de março de 1920.

⁴⁹⁹ Ver DOMINGUEZ, Manuel. **El Paraguay sus grandezas y sus glorias**. Buenos Aires: Editorial Ayacucho, 1946, [1920].

colonizador europeu que aportou ao Paraguai com a inferioridade dos colonizadores do restante da América, compostos por “índios, negros e mulatos ou mulatoides”. Dominguez – como Arsenio López Decoud no “Album Gráfico” – ao fazer tábua rasa da contribuição de outros povos na constituição do Paraguai de sua época, podia, imaginariamente, criar um suposto esplendor da “melhor gente” que o fundou, apagando os conflitos e contradições históricas e presentes.

Essa “melhor gente”, como acreditava, desdobrava-se continuamente através do tempo nas “fazendas dos heróis” e nas “entranhas da raça” paraguaia, pois, se a “morte fisiológica” era certa, também o era, como disse, que “continuamos em nossos filhos”. Em resumo, a “nobreza” do conquistador continuava no paraguaio e do mesmo modo a inferioridade dos outros colonizadores continuavam nas nações americanas vizinhas. Vejamos:

¿Y dónde están los Cháves, Garay, Irala, Zalazar y sus huestes de hierro, la mejor gente de mejor tiempo? ¿Donde? En la estancia de los héroes y en las entrañas de la raza... Dueños misteriosos de nuestro destino, esos Hércules sin paralelo empujaron con su espíritu todos los sucesos memorables de nuestra historia. Estaban en los paraguayos que tuvieron la entereza de expulsar a los Jesuítas en 1649, en los Comuneros que rubricaron con sangre la primera revolución americana, en todas las explosiones de energía inaudita, patentes en nuestra historia. Y es que nos prolongamos en nuestros descendientes, vivimos en ellos y éstos y nosotros viviremos en lo nuestros. La muerte fisiológica es cierta, pero también lo es que continuamos en nuestros hijos. La sabia del tronco está en la rama, en la flor, en el fruto, que será tronco a la vez y en él continúa el individuo colosal que se llama especie. [...]. Somos lo que fuimos y seremos lo que somos, coro patriótico de Esparta. El Paraguay puede decir sencillamente con Machado: Yo soy como las gentes que a mi tierra vinieron, y antes mi cuna de nobles y de héroes, sin par en su tiempo y en la especie, todas las razas americanas, compuestas en su mayoría de indios, negros y mulatos o mulatoides, vienen obligados a descubrirse con respeto”⁵⁰⁰.

Por este trecho acima citado percebe-se que Manuel Dominguez escreveu um livro que embora pretensamente historiográfico simplesmente desprezou a história: “somos o que fomos e seremos o que somos”. Assim, a nação paraguaia forjada com a excepcional contribuição do “nobre” espanhol foi posta como uma entidade perene, e destinada a eternidade. Simplesmente existia, apesar das calamidades por que passou e passava.

Em um outro tópico intitulado “La cruz del godo y la raza guaraní. Predominio de la raza blanca”, Manuel Dominguez retomou com maior propriedade o mito de fundação da “raça guerreira” paraguaia. No cruzamento racial acima anotado, a natureza “férrea” do

espanhol teria adaptado-se perfeitamente com a “suavidade” da índia guarani, sendo que do resultado desta “simpatia orgânica” consumada no “beijo amante”, “nasceu um manso leão, o paraguaio”. Vejamos:

“Y así, en una encrucijada de la historia, la corriente de la mejor raza de Europa, la más potente de su tiempo, se confundió con la corriente de la mejor raza de América, la más inteligente de su zona entrando en juego la afinidad electiva, el poder estético, el del amor, que mejora a las razas en belleza, salud e inteligencia. Ley de simpatía orgánica perpetuó en el Paraguay la suavidad de la heroína del amor y la magnífica voluntad del godo con su naturaleza férre. !Armonía de los contrastes! Él era ‘fuerte como la virilidad’, ella ‘graciosa como la languidez’, y de un beso amante nació un manso león, !el paraguay”⁵⁰¹!

Dominguez, não obstante, fez questão de deixar ainda mais clara a personalidade “guerreira” do paraguaio. O fez em um outro tópico chamado “El Paraguay guerrero, caso único en la historia universal”, onde comparou a guerra que o Paraguai empreendeu contra a Tríplice Aliança com vários outros momentos bélicos da história ocidental. Nenhum desses outros momentos, como considerou, estaria ao nível da guerra que o Paraguai enfrentou, constituindo ele, assim, um “caso único” na história:

“No queremos amenguar las glorias guerreras de la Francia, pródiga de su sangre desde los tiempos de Roma hasta la batalla del Marne, y que enciende ideas y las disemina por el mundo, pero la verdad sencilla es que nuestras siete victorias pueden sustituir a las treinta y dos victorias grabadas en el Arco de la Estrella de París. Ytá-Yvaté vale más que esas treinta y dos hazañas. !Infinitamente mais! Ni Alejandro ni Aníbal ni Napoleón ni San Martín ni Bolívar ni Sucre, ni después otro capitán ni pueblo, pueden condecorarse con la gloria guerrera del Paraguay. Los números no mienten. Sí el pueblo de Israel, según Renán, realizó un milagro de santidad y el pueblos heleno un milagro de belleza, añadamos que el Paraguay realizó un milagro de heroísmo. Este milagro de heroísmo es también belleza suprema por ser del orden dinámico sublime, y es santidad porque se ejercitó en defensa de Patria. El Paraguay guerrero es caso único en la Historia Universal”⁵⁰².

A “Guerra Grande”, marca nunca superada no imaginário nacional em construção, era a segurança de que precisava a elite letrada revisionista para evidenciar primeiro o “heroísmo” e depois o caráter “guerreiro” da personalidade paraguaia. A explosiva questão dos limites com a Bolívia – nunca resolvida até a guerra do Chaco (1932-1935) – contribuía para jogar combustível em tais idealizações e colocá-las para além dos limites da escrita da história, consolidando um caldo ideológico que atuou diretamente tanto na produção cultural destinadas

⁵⁰⁰ Idem, pp. 145-147.

⁵⁰¹ Idem, p. 154.

as camadas populares, como também nos movimentos políticos do fim da década de 1920. Mas era da historiografia, contudo, de onde provinha a melhor sistematização desses mitos. O’ Leary, por exemplo, dizia o seguinte no “El Mariscal Solano López” (1925):

“Marchaba [López] en medio de su **pueblo**, que le seguía voluntariamente, llevando consigo a la Patria, que iba a sucumbir con él, después de agotar el sacrificio. No era aquello la retirada de un ejército en derrota, era el fúnebre desfile de los restos de una **nacionalidad** hacia la muerte, era la ceremonia final de un épico holocausto. Hambrientos, desnudos, castigados por todas las inclemencias de una salvaje y cruel naturaleza, caminaban durante el día, abrasados por un sol de fuego, y en las tibias noches caminaban también a la incierta luz de las estrellas. Ya no eran sino fantasmas que andaban, sombras que se movían, muertos que tenían voluntad. Y aquella doliente muchedumbre, que iba desgranándose en medio de los más atroces sufrimientos, era todo lo que quedaba de un pueblo feliz, rico y floreciente, condenado a morir, después de cinco años de martirio, porque protestara en nombre del derecho ajeno y defendiera los fueros de la propia independencia [destaques meus]”⁵⁰³.

A idealização da guerra, inclusive com a exaltação da morte, assumiu em O’ Leary contornos extremamente irresponsáveis, ainda mais se considerado o problema com a Bolívia. Na citação acima o martírio do “povo” – contrariando os discursos políticos e intelectuais que diziam que o terror infundido por López foi o que determinou a participação das massas nos combates – foi apresentando como algo absolutamente voluntário. Foi ele, como um todo homogêneo, que protestando em “nome do direito alheio”, uruguaio no caso, e defendendo os “foros da própria independência”, não fez conta de qualquer sofrimento ou sequer do próprio extermínio: marchou para a morte.

A guerra foi-lhe um “desfile fúnebre”, uma “cerimônia” de “mortos” que ainda dispunham, heroicamente, de “vontade” guerreira para a defesa da pátria. Mesmo um honrado desporto cavalheiresco, segundo O’ Leary, nunca faltou, pois apesar de toda a calamidade e cotidiano sofrimento, “um bom humor constante” e “indeclinável mantinha firme a moral d[as] [...] tropas”. Todos, inclusive as mulheres, “iam à morte sorrindo”⁵⁰⁴, quando não sem armas: “Armas? Para que”, perguntava O’ Leary, “se já eram inúteis! Se tratava de morrer, e para isto sobravam as armas inimigas”⁵⁰⁵.

⁵⁰² Idem, p. 156.

⁵⁰³ Ver O’ LEARY, Juan Emiliano. **El Mariscal Solano López**. Madrid: Imprenta de Félix Moliner, 1925, p. 289 e 290.

⁵⁰⁴ Conf. O’ LEARY, Juan Emiliano. **El Centauro de Ybycui...**, op. cit., p. 276.

⁵⁰⁵ Conf. O’ LEARY, Juan Emiliano. **El Libro de los Héroes...**, op. cit., p. 352

Noutras passagens da obra “El Mariscal Solano López” (1925), até os idosos e as crianças teriam tomado voluntariamente parte da “Guerra Grande”, seguindo a Francisco Solano López:

“Y todos los que aun podían andar o cargar un fusil, acudieron, presurosos, desde los últimos confines de la República, para rodear al héroe desgraciado que sostenía nuestra bandera.

Ancianos octogenarios y criaturas de once años formaron en las mismas filas, abrazándose así el pasado y el porvenir, frente al altar de la patria”⁵⁰⁶.

A certeza da morte não impedia ninguém, nem mesmo os incapazes pela tenra ou avançada idade, de honrar a faceta “guerreira” e “heróica” da raça paraguaia. Todos, como preconizaram Moreno e Dominguez, eram “guerreiros” e na “Guerra Grande” atualizaram este histórico valor da nacionalidade. Como dizia O’ Leary em “Nuestra Epopeya” (1919),

“el heroísmo es una potencia superior de nuestro espíritu... [...] en el paraguay había un delirante fanatismo nacional y una resolución invariable de vencer o morir, que venían de las lejanías del tiempo y de la historia, de nuestras luchas seculares, internas y externas, del peligro constante en que vivimos, antes y después de la independencia, del desconocimiento permanente de nuestra soberanía, de todos los factores que forjaron nuestra alma y nos obligaron a convertirnos en guardianes, celosos y desconfiados, del patrimonio común, frente a las ambiciones vecinales”⁵⁰⁷.

A “potência superior” do paraguaio contra a Tríplice Aliança teria sido resultado de acúmulos de lutas seculares, lutas que tornaram-se “patrimônio comum” da paraguaidade. Vejamos, agora, como Juan Natalicio González, organizador da obra coletiva intitulada “Cincuentenario de Cerro Corá” (1920), também enfatizou e repetiu o aspecto voluntário e “expontâneo” da participação do “povo” na “Guerra Grande”:

“Hombres que tenían apenas un brazo o una sola pierna, viejos, criaturas de diez años, mujeres, todos cuanto pudieron tenerse en pie, estaban en armas para defender el último abrigo de la defensa nacional.

[...]

Las penurias de la población civil que siguió la suerte de la retirada de López, no fué obra exclusiva de la ‘crueldad de un déspota’, sino resultado de un movimiento

⁵⁰⁶ Ver O’ LEARY, Juan Emiliano. **El Mariscal Solano...**, op. cit., p. 252.

⁵⁰⁷ Ver O’ LEARY, Juan Emiliano. **Nuestra Epopeya...**, op. cit. p. 76.

general y **expontáneo de todo el Pueblo paraguayo** solidarizado contra los invasores del suelo patrio [destaque meu]⁵⁰⁸.

Juan Natalicio González, discípulo de O' Leary, não deixou de comungar, portanto, com o mito da “raça guerreira” paraguaia. Mais tarde, como o seu mestre, ligou-o, porém, claramente a ideologia antiliberal inspirada no pensamento francês de Charles Maurras. Em sua obra “El Paraguay Eterno” (1935) afirmou que a história paraguaia e a essência mesma do “ser” nacional paraguaio não tinham nada que ver com a ideologia imposta com a “Guerra Grande”, isto é, com o liberalismo e o regime em vigor, cuja expressão máxima era a constituição de 1870. Dessa forma, como acreditava, no bojo de uma série de valores “antiliberais” também estaria contemplado no caráter do paraguaio o aspecto “guerreiro”, de maneira que ele sempre o foi e o será um “agricultor-soldado”⁵⁰⁹. Assim era o homem paraguaio segundo González as vésperas do golpe que deu fim ao regime implantado em 1870. Nada mais conveniente aos inimigos do “Partido Liberal”.

Voltemos, contudo, à O' Leary. Para glorificar os “guerreiros” e “heróicos” paraguaios da “Guerra Grande”, publicou no cinquentenário do término da guerra uma obra magistral: “El Libro de los Héroes” (1921). Nela também se pode encontrar, irresponsavelmente, a idealização da guerra e mesmo da morte: “tínhamos [nas batalhas] algo de nosso lado mais poderoso que a metralha: a morte”⁵¹⁰! Em outra passagem a morte chegou a figurar como sinônimo de liberdade, algo esperado e desejado:

“Yo no soy ya sino una sombra, y voy, con la capucha calada, camino de la tumba. ¡La muerte! Créanme que no la temo. La espero, tranquilo, como una liberación”⁵¹¹.

“El Libro de los Héroes” (1921) foi dividido em quatro partes. Na primeira, com o subtítulo “Desfile Heróico”, O' Leary arrolou mais de uma dezena de grandes personagens e a narrativa histórica dos seus combates na “Guerra Grande”. Na segunda parte, intitulada “La Via Crucis”, narrou os episódios finais da guerra, isto é, o “trágico Calvário” culminado com a “crucificação” de Francisco Solano López no “altar” da pátria, Cerro Corá. Na terceira parte, “Lampos de Gloria”, O' Leary narrou alguns episódios peculiares da guerra, quase pitorescos,

⁵⁰⁸ Ver GONZALEZ, Juan Natalicio. **Cincuentenario de Cerro Corá**. Asunción: Talleres de La Prensa, 1920, p. 19 e 20.

⁵⁰⁹ Conf. GONZÁLEZ, Juan Natalicio. **El Paraguay Eterno...**, op. cit., p. 56.

⁵¹⁰ Conf. O' LEARY, Juan Emiliano. **El Libro de los Héroes...**, op. cit., p. 234.

⁵¹¹ Idem, p. 447.

que comprovariam o “heroísmo” e acumulariam ainda mais “glórias” ao Paraguai. Na quarta e última parte, “Luces y Sombras”, narrou momentos de esperança de vitória, mas, por fim, a derrota seguida dos “saques” e “roubos” da Assunção capitulada, o que comprovaria não a “barbárie” do Paraguai, mas a dos aliados.

Mas se o paraguaio foi exaltado como uma individualidade racial superior, “heróica” e “guerreira”, “única” na história universal, disposto e desejoso mesmo a “morte” se preciso, a nação haveria de possuir uma figura singular e destacada. Alguém que condensasse de modo potencializado todo o ideal “guerreiro” da paraguaidade e todas as virtudes desse esplêndido povo que preferiu o extermínio a entregar de mão beijada a sua amada “pátria”. É aqui que entra, novamente, o processo de instauração do “herói” máximo Francisco Solano López, a “personificação milagrosa da energia de nossa raça”, como o considerou Manuel Dominguez⁵¹². Ele, na guerra, tornou-se a condensação de toda a “superioridade” e de toda a glória do Paraguai “guerreiro”.

Lembremos, contudo, que foi somente a partir do “Album Gráfico” (1911) que, ao menos diretamente, esse processo se iniciou. Antes dele o revisionismo histórico sempre tergiversou em reivindicar a sua figura, pondo a suposta “enérgica” e “heróica” resistência paraguaia como resultado da obra do seu “povo” e não de López.

Entretanto foi na década de 1920 que a glorificação do Marechal López encontrou sua expressão mais elaborada. Acima dissemos que sua figura foi posta pelo ensaio do manifesto do “Comité Pro-Homenajes”, publicado no jornal “Patria”, como a “encarnação” da “vontade autônoma” do Paraguai. Na mesma data e no mesmo jornal, Juan Natalicio González fazia afirmações idênticas em um grande ensaio intitulado “El Mariscal Solano López y su influencia en el alma Nacional”. O próprio título desse trabalho não poderia ser mais sugestivo. O Marechal López de “assassino” da pátria tornava-se, agora, o principal pai forjador da nação paraguaia moderna e, na própria expressão de González, o “natural” e portanto o inquestionável “mandatário de seu povo” e “guia obrigado de sua raça”⁵¹³. No mesmo ano do suposto centenário, Juan N. González publicou, ainda, sua famosa obra “Solano López y otros ensayos” (1926), onde, novamente o Marechal López foi posto como a “encarnação” da raça paraguaia:

“La figura de Solano López desconcierta. Este raro señor de los tiempos heroicos es el símbolo soberbio de su dilecta estirpe. Dualidad sugestiva y magnífica, su personalidad es una extraña amalgama de Fuego y Pensamiento. Toda una Raza se

⁵¹² Conf. DOMINGUEZ, Manuel. **El Paraguay sus grandezas...**, op. cit., p. 45.

⁵¹³ “Patria”, 26 de julho de 1926.

encarnó en él, pero una Raza joven, artista y brava, que supo arrancar de las garras de la muerte el secreto de la Inmortalidad”⁵¹⁴.

Vemos nessa passagem que Solano López seria não só a “encarnação” de um suposto desejo secular de “autônoma” nacional ou o “natural mandatário” do país, mas também a síntese mais elaborada da “dileta estirpe” paraguaia. O lopizmo abriu mão de uma gama enorme de bons adjetivos raciais para qualificar o Marechal López. Juan E. O’ Leary, por exemplo, no “El Mariscal Solano López” (1925) – obra destinada ao culto de sua figura – começou por expor sua herança familiar: “nobres e limpos, sem más raças [...]”, disse, “foram [os] seu maiores”, isto é, os seus pais⁵¹⁵. Procurou, ainda, comparar Solano López com a figura argentina de Bartolomé Mitre, pessoa considerada pelo nacionalismo lopizta o maior culpado da guerra de “aniquilação” que pesou sobre o Paraguai. López era, nada mais nada menos, que um “super-homem”, enquanto o seu maior inimigo, Mitre, um repugnante e medroso “pigmeu”.

No primeiro capítulo do “El Mariscal Solano López” (1925), O’ Leary enfatizou as qualidades intelectuais e culturais de Francisco Solano López. Como acreditava, desde tenra idade López estudou com “entusiasmo” e nunca abandonou os livros, objeto que o acompanhou em suas “viagens”, em suas “campanhas militares”, no meio das “árduas tarefas de governo”, e mesmo nas “vicissitudes” da “guerra”. Sua vasta cultura não era, entretanto, produto do mero esforço pessoal, mas algo congênito, próprio de sua natureza superior:

“Claro está que no hay labor que transforme, en ningún tiempo, a una mediocridad en una eminencia.

Un milagro semejante sólo es posible en un hombre milagroso, es decir, en quien poseía, desde ya, las dotes naturales necesarias para realizar el prodigio”⁵¹⁶.

A extraordinária figura do Marechal López era, como todo o paraguaio, um “guerreiro”. Essa qualidade somada as ameaças vindas de Buenos Aires feita por Rosas, levou-o, desde muito cedo, a tornar-se merecidamente o “general em chefe do exército nacional”. Diante de suas “aptidões militares”, o seu pai “não pôde menos que dar-lhe a direção técnica e pessoal” desta “organização”⁵¹⁷. Aliás, a velha ameaça que pesava sobre a integridade do território paraguaio desde o período colonial e mesmo sobre a sua independência e soberania, Francisco Solano López a teria encarado sem medo. Na hora extrema, jurou “vencer ou morrer”

⁵¹⁴ Ver GONZÁLEZ, Juan Natalicio. **Solano López y otros...**, op. cit., p. 3.

⁵¹⁵ Ver O’ LEARY, Juan Emiliano. **El Mariscal Solano...**, op. cit., p. 2.

⁵¹⁶ Idem, p. 20.

⁵¹⁷ Idem, p. 21.

e, por fim, morreu com a espada nas mãos. A história não conheceria idêntico “sacrifício” e, como disse González no ensaio “El Mariscal Solano López y su influencia en el alma Nacional” (1926), sua vida foi “tão perfeita, tão grandiosa e de sublime beleza, que por momentos sua figura se despoja dos caracteres humanos”⁵¹⁸.

Um padrão semelhante a narrativa bíblica da trajetória final de Jesus Cristo se encontra, aliás, no “Cincuentenario de Cerro Corá” (1920) organizado pelo próprio González. Como dizia um dos ensaios da obra, uma energia “sobre-humana” empurrou o Marechal López ao “sacrifício voluntário”, e, como Jesus Cristo, ele sabia que “ia morrer e o sabia de tempos atrás, muito antes de Cerro Corá”. Aceitou porém, como aquele, a morte “tranquila e serenamente, sem o mais leve protesto”⁵¹⁹. Seguiu o seu destino e marchou ao “Calvário”.

Não obstante, mesmo diante dessa fatídica realidade, jamais se entregou e nos momentos finais, quando já não existia exército algum ao seu lado, a mera presença de sua figura “sobre-humana” foi capaz de fazer deter o avanço do inimigo. O voluntarismo e a irracionalidade que tomam conta da narrativa histórica lopizta se aprofundou agudamente: um “homem”, apenas um, lutava e detia todo um “exército”, disse O’ Leary. A potência guerreira do Paraguai condensava-se, após anos de catástrofes, na figura de Francisco Solano López.

“Inútilmente el Marqués Caxias dió por terminada la guerra.

Los veinte mil soldados victoriosos, atrincherados en Asunción [en enero de 1869], sabían muy bien que mientras se mantuviese en pie el Presidente paraguayo la lucha no estaba terminada.

¡Un hombre frente a un ejército!

Era la renovación del mito del gigante hecatonquérico, que él sólo era capaz de detener a enemigos infinitos con el prodioso poder de sus cien manos.

Leyendo esta página de maravilla de nuestra maravillosa historia, sentimos la sensación extraña que nos produjeron en la niñez los libros de caballería o los cuentos fabulosos, viendo alzarse ante nuestro ojos las figuras deslumbradoras de aquellos héroes estupendos, vencedores de enemigos monstruosos. Al llegar aquí parece cerrarse el ciclo de la realidad para empezar el de la leyenda.

Nuestro Héroe Epónimo pierde sus contornos humanos, entrando de lleno en los dominios de lo sobrenatural.

Su voz es un trueno que domina la voz de cien cañones.

Sus miradas son rayos que fulminan a la distancia.

Cuando camina, la Cordillera parece vacilar sobre sus firmes cimientos, y el ruido de sus pasos repercute largo tiempo en las gargantas de la Sierra como el eco e un huracán que se aleja.

Su frente toca la bóveda del cielo y sus manos alcanzan los límites del horizonte.

⁵¹⁸ “Patria”, 26 de julho de 1926.

⁵¹⁹ Conf. GONZALEZ, Juan Natalicio. **Cincuentenario de Cerro...**, op. cit., p. 43.

Así se le veían los enemigos...
Y así se le ve la posteridad...⁵²⁰.

A citação acima perde, entretanto, em eloquência e significação se comparada com a de abaixo: nela López é tanto a personificação do Paraguai como também de sua própria história. Ele é a síntese da “epopéia” paraguaia.

“...Mariscal López. Esa figura es como el nudo de nuestra historia, **principio y fin de nuestra epopeya**, clave de nuestro pasado, cumbre y sima, aurora y ocaso, resplandor de luz meridiana, tristeza crepuscular, encarnación de todas nuestras grandezas morales y símbolo vivo de todos nuestros dolores. Imposible derribarla y mucho menos negarla. Montaña de voluntad, montaña de patriotismo, en sus entrañas brama el fuego desmesurado a nuestra tierra y en su alta frente pensativa parece que bullen todos los anhelos de nuestra raza. [...]. En su corazón va todo nuestro ayer, el loco optimismo de los vencedores de Belgrano, la sombría resolución patriótica del Doctor Francia, el afán creador, la sabiduría y el orgullo del Patriarca. **Es un hombre y es un pueblo**. Es un magistrado y es una causa. Es, en una palabra, la personificación del Paraguay... [...]. Antes y después de la guerra, López fue y es el Paraguay [destaque meu]⁵²¹.”

Junto da idealização da “heróica” e “guerreira” “raça” paraguaia nascida no “Paraíso de Maomé”; da idealização da “Guerra Grande” e da “morte”; da idealização da figura do Marechal López, agrega-se ao nacionalismo lopizta, ainda, a idealização do sistema de governo lopizta destruído na “Guerra Grande”. Inclusive, lembremos, a despeito de outros interesses, foi a promessa de restauração de tal sistema, portanto do “idealismo paraguaio”, a principal justificativa ideológica para a destruição da “era liberal” do país em meados da década de 1930.

Mas a exaltação do regime lopizta nasceu longe da crítica a ordem liberal imposta em 1870. Sou “liberal”, afirmou Dominguez no início do século XX. Desde a polêmica travada entre Cecilio Báez e O’ Leary em 1902 e 1903 ou mesmo desde a obra “Compendio Elemental de Historia del Paraguay” (1896) de Blas Garay, o regime do Estado lopizta foi considerado como extremamente positivo, superior ao do pós-guerra nos seus feitos e realizações. Nas palavras de Manuel Dominguez no seu “Causas del heroísmo paraguayano” (1903), foi a “idade de ouro” do Paraguai.

⁵²⁰ Ver O’ LEARY, Juan Emiliano. **El Mariscal Solano...**, op. cit., p. 249.

⁵²¹ Ver O’ LEARY, Juan Emiliano. **Apostolado patriótico...**, op. cit., p. 152.

Nas décadas de 1920 e 1930, entretanto, o regime lopizta, além da suposta prosperidade material que supostamente trouxe ao Paraguai, teria, ainda, para nacionalismo lopizta, o mérito de não ter dado margens as convulsões ou guerras civis que tanto caracterizaram os países vizinhos e se tornaram também comuns no Paraguai do pós-“Guerra Grande”. Teria o mérito, portanto, de não ter possibilitado entre os paraguaios o sistema de “anarquias” e as lutas fratricidas, signo do descompasso entre o “liberalismo” imposto em 1870 e/ou 1904 e a essência “nacional” paraguaia.

Juan Natalicio González expôs esse entendimento, recorrente na imprensa opositora desde há muito⁵²², no “El Paraguay Eterno” (1935). Para ele as “tendências naturais” do povo faziam a síntese perfeita da “unidade étnica” com o “habitat” físico, favorecendo a homogênea “índole rural e guerreira da raça”. Por isso, quando adveio a independência, enquanto “os países vizinhos se consumiam numa frenética anarquia, na terra guarani surgiu um Estado forte, identificado com o destino coletivo, consciente de seus fins...”⁵²³. Os governos de Francia e dos López sabendo do limite e perigo das liberdades e direitos “teoricamente perfeitos”, acharam necessário que o povo “por muitos anos continu[asse]” naquela “ordem e regime” para que se “acostum[asse] a um uso regular e moderado de direitos que ainda não conhec[ia]”. Dessa forma o Paraguai, guiado paternalmente pelos ditadores, haveria safado-se, como acreditava González, das “grandes calamidades” que tanto “atormentaram os Estados vizinhos”⁵²⁴.

Era a exaltação daquilo que González felicitou como a “supremacia absoluta do Estado”, princípio caro do nacionalismo lopizta⁵²⁵. Esta “supremacia”, além de salvaguarda das “anarquias”, representou, ainda, a destruição das “castas aristocráticas”, a supressão do “problema religioso” – pondo a Igreja sob a tutela do Estado – entre outras coisas. Tudo, como acreditava González, condizente com o profundo “sentido igualitário do povo”. Mais de uma década antes Manuel Dominguez, no “El Ama de la Raza” (1918), havia defendido o regime lopizta com o mesmo tipo de argumentação. Em um ensaio da obra intitulado “Constitución de 1844” afirmava que aquele regime, erigido a partir de sua constituição, salvou o Paraguai da “anarquia” que predominava em todo o Rio da Prata. Embora não fosse uma constituição das

⁵²² “La obra del Partido Liberal en 20 años de gobierno: revoluciones, sublevaciones y cuarteladas”. Este era o título de um artigo do jornal “Patria”. Ver “Patria” 21 de janeiro de 1924.

⁵²³ Ver GONZÁLEZ, Juan Natalicio. **El Paraguay Eterno...**, op. cit., p. 45 e 46.

⁵²⁴ Idem, p. 48 e 49.

⁵²⁵ Não só o golpe contra o último governo liberal de Eusébio Ayala (1932-1936), mas também as truculentas e longas ditaduras de Morínigo (1940-1948) e Stroessener (1954-1989) se serviram destas construções ideológicas.

mais “liberais”, como reconhece, ela estaria em perfeita consonância com a “geografia”, com a “raça” e, principalmente, com o momento “histórico” do povo paraguaio e platino em geral⁵²⁶.

Posteriormente, contudo, adveio a “debilidade” e, em meio a riqueza, a miséria e o caos trazido pelo “infortúnio” da “Guerra Grande”. Enquanto no “Album Gráfico” (1911) Arsenio López Decoud expôs o problema da instabilidade política como mero resultante das “revoluções provocadas pelo militarismo”, era agora o próprio regime imposto brutalmente com a guerra o culpado do caos político. Juan E. O’ Leary em “El Libro de los Héroes” (1921), por exemplo, dizia que embora “ricos”, a “derrota desencadeou” a “anarquia que tanto temeram” os “ditadores” paraguaios:

“Ricos somos, como pocos. Nuestra tierra es, toda ella, una mina de oro. Y, sin embargo, nos morimos de hambre. Es que el mal finca en otra parte, el mal está en nuestra alma, debilitada por el infortunio, aplastada por el desastre.

No nos levantamos, no somos lo que debíamos ser, porque hasta ahora no han vuelto a recuperar su vigor primitivo esas nuestras virtudes peculiares, que hicieron posible nuestra prosperidad en otros tiempo.

La derrota desencadenó esa anarquía que tanto temieron nuestros dictadores, siendo esta calamidad de las muchas que nos trajeron los invasores. Anarquía sangrienta y trágica a ratos, pero siempre disolvente, ella há dispersado nuestras fuerzas y há enconado el odio entre hermanos, haciendo imposible una acción conjunta y anteponiendo las pasiones estrechas de un crudo sectarismo a la que debía ser nuestra única pasión: el amor a nuestra patria desventuradas”⁵²⁷.

Mas a exaltação do regime do Estado lopizta, cujo construtor principal teria sido Carlos Antonio López, teve uma obra magistral em seu favor: “El Paraguay sus grandezas y sus glorias” (1920) de Manuel Dominguez. Nessa obra, o período governado pelos López foi posto como um “Édem” na terra, o “sonho de sociólogos, utopistas, economistas e filantropos que [...], na escala desejada, se realizou no mundo”⁵²⁸. Esse seu trabalho foi fruto de uma polêmica com um publicista russo chamado Rodolfo Ritter que afirmou ser “lenda” e “fábula” patriótica a passada grandeza do Paraguai lopizta. Para rebater tal tese, que Manuel Dominguez a condenou como “legionária” e herdeira da “raça maldita” dos traidores, publicou uma série de artigos no jornal “El Nacional” em 1919, logo compilada na referida obra para também se comemorar o cinquentenário de Cerro Corá.

Mas se as realizações materiais, financeiras, educativas, produtivas, comunicativas e bélicas do Estado lopizta teriam permitido, homogeneamente, a “felicidade” e

⁵²⁶ Conf. DOMINGUEZ, Manuel. “Constitución de 1844...”, op. cit.

⁵²⁷ Ver O’ LEARY, Juan Emiliano. **El Libro de los Héroes...**, op. cit., p. 227 e 228.

o orgulho nacional dos paraguaios, mesmo do mais humilde deles, Dominguez nesse trabalho não deixou de louvar o autoritarismo deste mesmo Estado forte. Ele, por exemplo – como deveria fazer o atual Estado –, obrigou todos ao “trabalho”, inclusive aqueles que supostamente não o queriam. Os “jogadores”, os “folgados”, os “embriagados” e os “presidiários”, afirmou, “trabalhavam também”⁵²⁹.

Não só estas pessoas, mas, como tratou Milda Rivarola em seu trabalho “Vagos, Pobres y Soldados” (1994), diversos setores sociais de matriz indígena foram compelidos ao trabalho forçado pelo regime lopizta, não exclusivo aos escravos negros⁵³⁰. O “Estado Mercantilista” do qual falou Pastore, tinha ânsia por mão-de-obra gratuita. Talvez por isso Dominguez “revisou” sua constituição. Em conferências proferidas em março e abril de 1922 no teatro “Granados” de Assunção, defendeu novamente o trabalho forçado compelido pelo Estado. Para justificar suas idéias lembrou de como eram as coisas no tempo dos López: “os governos anteriores a guerra impunham o trabalho e até a obrigação de ter lar”⁵³¹.

Observa-se assim que tanto o pensamento liberal como o autoritário do Paraguai da “era liberal”, comungado por Dominguez em diferentes etapas de sua vida, preocupou-se com a extração de trabalho da população humilde. A diferença é que a legitimação de uma e outra vertente de pensamento fundava-se em diferentes questões históricas: para o pensamento liberal era porque o paraguaio deveria ser “regenerado” para assim o país alcançar, definitivamente, a “civilização”; para o autoritário porque a obrigação do trabalho condizia com a “essência” paraguaia e com a prática do governo lopizta.

4.4 Críticas a ordem liberal e movimentos nacionalistas

A “raça guerreira” viveu, até a “Guerra Grande”, em felicidade e harmonia, pois contava com a prosperidade do forte Estado lopizta criado e comandado pelos patriarcas López. Assim pode ser sintetizado o nacionalismo lopizta. Com Juan Natalicio González, o lopizmo, não obstante, transcendeu a mera crítica da ordem imposta com a guerra e chegou de vez ao antiliberalismo inspirado em Charles Maurras. González não poupou crítica ao regime instalado

⁵²⁸ Conf. DOMINGUEZ, Manuel. **El Paraguay sus grandezas y...**, op. cit., p. 56.

⁵²⁹ Idem, p. 7.

⁵³⁰ Conf. RIVAROLA, Milda. **Vagos, Pobres y Soldados**. La domesticación ..., op. cit.

⁵³¹ Conferências intituladas “Problemas nacionales”. Conf. DOMINGUEZ, Manuel. **La traición a la patria...**, op. cit., p. 8.

em 1870, a sua constituição, a intelectuais liberais como Juan Bautista Alberdi e Cecilio Báez, além de combater, no plano das idéias, a concepção “judaica da pátria”, isto é, a cidadania liberal: contra ela dizia que “a estrutura social e histórica do Paraguai” era “antiliberal e antiindividualista por natureza”⁵³².

Influenciado por Maurras, “El Paraguay Eterno” (1935) caracterizou a “era liberal” como fruto da conspiração externa de argentinos e brasileiros⁵³³ e, ainda, perpassada por um conjunto de oposições em constante conflito. Haveria, supostamente, o conflito entre as leis “naturais” da nação e as leis “artificiais” do Estado liberal; haveria o conflito entre uma constituição “efetiva”, criação viva da nação, e a constituição “exógena” imposta pelos vencedores da guerra em 1870; haveria o conflito entre os valores “coletivistas” da “raça” paraguaia, como os laços familiares e corporativos, e o “individualismo” imposto pelas instituições liberais do Estado “exógeno”.

Em uma palavra, teríamos de um lado os oprimidos valores “autóctones” da nação, e, de outro, os valores “metecos” e “exógeno”, opressores da mesma. Uma permanente luta, segundo González, “entre Nação e Estado”⁵³⁴, entre um país “real” e um país “legal”⁵³⁵. Segundo J. S. Dávalos e L. L. Banks, na concepção de González haveria no Paraguai liberal uma cruel “barbárie” anti-vital, isto é, a pretensão de desnaturalizar o “espírito do povo” e, assim, as próprias “essências” nacionais⁵³⁶. Para superar tal pretensão...

“El Paraguay busca la destrucción del Estado liberal que le oprime y desarticula y marcha a la conquista de un Estado que sirva de instrumento a su grandeza. El Estado liberal es un ente abstracto, que vive de la ficción legalista: el Paraguay quiere un Estado que sea un ente moral, animoso y creador como la vida”⁵³⁷.

Esse foi também o projeto político de Jun N. González ao menos enquanto durou a “era liberal”. Em consonância com a proposta teórica do catalão Josef Fontanta, os escritos

⁵³² Ver GONZÁLEZ, Juan Natalicio. **El Paraguay Eterno...**, op. cit., p. 75.

⁵³³ Para este intelectual francês, a Revolução Francesa foi fruto da conspiração interna de protestantes e maçons, e, externa, de prussianos e ingleses.

⁵³⁴ Ver GONZÁLEZ, Juan Natalicio. **El Paraguay Eterno...**, op. cit., p. 86.

⁵³⁵ Conf. ALCALÁ, Guido Rodriguez. **Ideología Autoritaria...**, op. cit., p. 98.

⁵³⁶ Para J. N. González os valores “metecos” e “exógenos” importados e impostos pelo Estado liberal representavam uma vontade assassina e “bárbara”, pois a nação não tolera nada forasteiro. Ver DÁVALOS, J. S.; BANKS, L. L. “El Problema de la Historia del Paraguay”. In: **Revista Paraguaya de Sociología**. Pasado y Presente de la Realidad Social Paraguaya, Asunción, v. 1, 1995, p. 1090.

⁵³⁷ Ver GONZÁLEZ, Juan Natalicio. **El Paraguay Eterno...**, op. cit., p. 72.

históricos lopiztas em questão, de modo mais ou menos direto, também possuíam um programa político e social para o futuro, sendo o de González o mais radical e claro deles⁵³⁸.

Seu contato com ideologias de extrema-direita deu-se, provavelmente, em viagens pela América Latina e Europa nos primeiros anos da década de 1920, antes do suposto centenário do Marechal López⁵³⁹. Mas, ainda no ano de 1920 entrou em contato com ao menos um ensaio crítico e irredutível ao liberalismo, ensaio intitulado “López” e assinado por R. Capace Farone. Ele foi publicado na própria obra que González organizou para o “cinquentenário”, referimo-nos ao trabalho coletivo “Cincuentenário de Cerro Corá” (1920). Ali a crítica ao liberalismo, a Revolução Francesa e Bolchevique estão já, embora alegoricamente, colocadas.

Así le admiré entonces y así le admiro hoy [Francisco Solano López] en esta época a través de la cual la democracia utilitaria amenaza extinguir la divina belleza de sobre la faz de una humanidad al parecer caduca.

Porque yo admiro siempre todo gesto de belleza y más cuando irradia energía. Todas mis simpatías han sido siempre para el magnánimo Luis XVI y para la altiva María Antonieta, alba flor de infortunio cercenada en la guillotina por manos de los cerdos de la demagogia.

Hoy en la época del progreso, repítense los procedimientos de antaño, y para obtener el reparto de la propiedad concienzudamente se matan y degüellan burgueses...

Mañana continuará la sombría experiencia, tal vez en lacarne de los mismo que hoy despanzurran a pacíficos propietarios.

[...]

Me permitirán los satélites de la democracia que reverencie a los magníficos tiranos, domadores de pueblos y protectores de artistas⁵⁴⁰.

Frente a um céptico presente de “democracia utilitária”, de “soberbos direitos do homem” e de revoluções que “degolam burgueses”, R. Capace Farone preferiu glorificar “magníficos tiranos”: Luís XVI, Maria Antonieta, além, é claro, do Marechal López.

Quando adveio o Estado “Nacional Revolucionário” (1936-1947) González, organizador do trabalho acima citado, seguiria com o seu projeto autoritário e revisionista. Participou de instituições culturais como a “Academia Paraguaya de la Lengua Española” e do

⁵³⁸ Conf FONTANA, Josep. **Históira**: análise do passado e projeto... loc. cit., p. 9.

⁵³⁹ Segundo o “La Nación” González neste intervalo de tempo ficou vários anos viajando por países destes continentes. “La Nación”, 10 de dezembro de 1925.

⁵⁴⁰ Ver FARONE, R. Capace. “López”. In: Conf. GONZALEZ, Juan Natalicio. **Cincuentenario de Cerro...**, op. cit., p. 44.

“Instituto Paraguayo de Investigaciones Historicas”. Fez, ainda, estudos sobre o folclore paraguaio e também publicações na revista “Turismo”. Foi o fundador e diretor de uma conhecida e famosa revista paraguaia, “Guaranía”, que abarcou quatro períodos diferentes entre os anos de 1920 e 1948⁵⁴¹. Em 1936 dedicou todo um número dela ao fascismo, onde, junto de um artigo seu, há também, segundo Guido Rodriguez Alcalá, um do próprio Mussolini⁵⁴². Defenderia, mesmo depois da derrota do nazi-fascismo europeu, uma reacionária tese que dizia que o homem “nasce escravo”⁵⁴³.

Ao contrário de González, o seu mestre O’ Leary mesmo comungando das mesmas idéias antiliberais de Maurras nunca atacou diretamente o liberalismo paraguaio. Segundo Guido R. Alcalá, o fato dele ter vivido da “república liberal como funcionário público” – desde professor à diplomata de sucessivos governos – limitou sua prédica antiliberal. Esta se explicitaria mais agudamente com o próprio fim da “era liberal” em 1936.⁵⁴⁴

Não obstante, além das temáticas racistas, belicistas, estatistas e da crença que sustentava nos “governos fortes” e providenciais – coisas comuns em seus trabalhos historiográficos da década de 1920 –, não deixou de expor seu horror ao “individualismo” liberal e ao “socialismo” marxiano quando este fundamentou a tomada do poder na Rússia pelo bolchevismo. Contra esse tipo de ameaças do presente, disse, se imporia em todo o continente americano uma necessária “reação nacionalista”.

“Y hoy, más que nunca, se impone en todas las secciones del continente esa reacción nacionalista de que os hablo, reacción de la colectividad nativa contra el individualismo nihilista y también contra los avances audaces del socialismo maximalista, surgido, como una amenaza de las miserias y de los dolores a que há dado lugar la guerra espantosa que acaba de terminar”⁵⁴⁵.

Uma outra temática da história que deu margem e ampliou a discussão acerca do liberalismo e aferrou a crítica a ele foi a que suscitou as tropas da “Legión Paraguaya”, isto é, as tropas paraguaias que lutaram junto da Tríplice Aliança contra o Marechal López e o Paraguai. Antes que nada os “legionários” foram, para o lopizmo, “traidores” da pátrias, conclusão que O’ Leary havia chegado ainda em 1902, lançando-a contra Cecílio Báez.

⁵⁴¹ Conf. CENTURIÓN, Carlos R. **Historia de la...**, op. cit., p. 534 e 535. Tomo II.

⁵⁴² Conf. ALCALÁ, Guido Rodriguez. **Ideología Autoritaria...**, op. cit., p. 118.

⁵⁴³ Conf. GONZALEZ, Natalicio. **La ideología Americana**. Asunción: Editorial Cuadernos Republicanos, 1984, p. 46. [s/d].

⁵⁴⁴ Conf. ALCALÁ, Guido Rodriguez. **Ideología Autoritaria...**, op. cit., p. 97.

⁵⁴⁵ Conf. O’ LEARY, Juan Emiliano. **El Libro de los Héroes...**, op. cit., p. 226.

Só na comemoração do cinquentenário de Cerro Corá foram publicados dois ensaios que trataram do tema, ambos com o mesmo título: “El Patriota y el Traidor”. Um foi de autoria de Manuel Dominguez e outro, assinado tão só como sendo de George, integrou o trabalho “Cincuentenario de Cerro Corá” organizado por Natalicio González. A semelhança de ambos é tamanha que duas possibilidades se colocam: ou um dos autores plagiou o trabalho do outro, possibilidade menos provável; ou, então, ambos os trabalhos seriam de Manuel Dominguez. Com interesse de dar notoriedade ao tema teria publicado-o também com o pseudônimo “George”, possibilidade que nos parece ser a mais coerente⁵⁴⁶.

Os ensaios procuram fazer a caracterização do “patriota” e do “traidor”, em particular desse último. Como entendiam os autores, o “traidor” foi o “portenhista”, depois o “legionário”. Nos tempos coloniais foi o “contrabandista” que via as coisas apenas com os “olhos do mercador”, não importando-lhe nada o interesse da “pátria”. Era surdo a “voz da raça”, sequer orgulho dela sentia. Em verdade “odiava profundamente o Paraguai”. Achava que ele não passava duma criação artificial dos ditadores que lhes perseguia: daí chamarem os paraguaios de “lopezguayos”. Não entendia, contudo, que foi justamete a “pátria” que, conscientemente, dispôs dos ditadores para poder eliminá-lo. Foi o inimigo interno a ser destruído que os criaram, mesmo quando esse inimigo, fugitivo, vivesse em Buenos Aires, a velha rival⁵⁴⁷.

O nacionalismo conservador do Paraguai, do qual Dominguez tornou-se uma das grandes figuras, sempre se deu em oposição a capital portenha. Além da velha dependência econômica, foi dela de onde proveio a maioria dos ataques militares contra o Paraguai e suas tentativas de “autonomia”. No século XVIII a “Revolução dos Comuneros” foi aplacada pelo governador bonarense Bruno M. Zavala. Mesmo a “Independência” (1911) deu-se, primeiramente, em oposição as pretensões hegemônicas portenhas, que novamente enviaram tropas contra Assunção. Juan Manuel Rosas, governador de Buenos Aires (1830-1852), abertamente tratava o Paraguai como mera província rebelde a ser reconquistada. Veio a “Guerra Grande” e em decorrência dela a Argentina julgou-se dona de todo o Chaco.

Em todas estas situações, segundo os ensaios que trataram de reconstituir a “personalidade” do “traidor”, alguns maus paraguaios “aliaram-se” aos inimigos, porque

⁵⁴⁶ Lembremos que Manuel Dominguez foi o mesmo quem defendeu José Segundo Decoud, então Ministro das Relações Exteriores, da acusação de portenhismo e traição, ainda em fins do século XIX

aliariam-se ao “demônio para vir contra sua pátria”, daí a necessidade de eliminá-los. Foi exatamente isso que Francia e os López tentaram fazer; e para isso a “pátria” deram-lhes imenso poder. Para Dominguez e/ou George a multidão era sã, porém...

“tenha que matar el “portenhismo”, extipar este cáncer roedor del organismo nacional, y admás defenderse contra los vecinos y respondiendo a esta necesidad hizo surgir a Francia y los López”⁵⁴⁸.

Colaborava imensamente com tais “leituras” o trauma político dos colorados vivido na “Revolução de 1904”. Nela os liberais, ainda no poder 20 anos depois, também receberam apoio logístico e bélico de Buenos Aires contra o governo de Ecurra. Além disso, Cecilio Báez, que era o ideólogo do “Partido Liberal”, e o General Benigno Ferreira, um antigo membro da “Legión Paraguaya”, foram os principais chefes desse movimento político, o que tornou mais “fácil” a identificação entre “legionarismo” e “liberalismo”. Cecilio Báez era o “San Pablo del legionarismo”, segundo expressão do título de um artigo historiográfico que Juan E. O’ Leary publicou no “Patria”, em setembro de 1924⁵⁴⁹.

Mas o trabalho historiográfico de maior peso que tratou da “Legión Paraguaya” e sua suposta “traição” foi “Los Legionarios” de O’ Leary, publicado em 1930. A principal motivação desse seu ensaio foi o execramento de um outro trabalho historiográfico. Héctor Decoud a pouco havia publicado uma obra para buscar salvar a honra da “Legión” e também de sua família e do empreendimento jornalístico “La Regeneración”: “Los emigrados paraguayos en la guerra de la Triple Alianza” (1930). Não obstante, para O’ Leary a obra de Héctor Decoud não passava da manifestação de uma “casta maldita”, outrora seguidora de Bartolomé Mitre, portanto a manifestação de um “mitrista”:

“Un mitrista tiene que sentir y pensar como un legionario, ya que son manifestaciones de un mismo fenómeno moral. Fraternizan en el odio al Paraguay y un mismo rencor les anima contra el grande hombre [López] [...]. Están en el mismo plano y están vinculado por la misma tradición familiar. El porteño era legionarista, como el legionario era porteñistas. O bisabuelo de Héctor Decoud era ya enemigo del Paraguay y pardario de Buenos Aires”⁵⁵⁰.

⁵⁴⁷ Ver DOMINGUEZ, Manuel. “El Patriota y el Traidor”. In: **La traición a la patria...**, op. cit. Ver também GEORGE. “El Patriota y el Traidor”. In: GONZÁLEZ, Juan Natalicio. **Cincuentenario de Cerro Corá...**, op. cit.

⁵⁴⁸ Idem, op. cit., p. 155; Idem, op. cit., p. 36.

⁵⁴⁹ “Patria”, 1 de setembro de 1924.

O problema é que todas essas construções historiográficas foram capitalizadas politicamente como crítica ao “Partido Liberal” e, quando não, ao próprio regime liberal. Ao dizer de Milda Rivarola tomaram conotações “fortemente antiliberais”. Algumas “licenças historiográficas”, segundo esta mesma autora, permitiam identificar de modo imediato os “legionários” como sendo os “liberais” que outrora haviam “vendido a López e entregavam agora o Chaco aos bolivianos”⁵⁵¹.

As acusações de “indefesa do Chaco” pelo regime liberal, portanto de falta de patriotismo, o que seria coisa comum dos “legionários”, foram, aliás, uma constante na década de 1920⁵⁵². Em setembro de 1928 – diante da crise internacional que chegou a beira da guerra quando ocorreram respectivos ataques entre bolivianos e paraguaios no Chaco⁵⁵³ – a propaganda heróico-belicista do lopizmo revelou-se extremamente eficaz na tarefa do recrutamento militar da população civil: 20.000 paraguaios se alistaram. Contudo alimentou a oposição ao “liberalismo” e ao que chamaram de “criminosa indefesa do Chaco” pelo governo⁵⁵⁴. Para diversos setores oposicionistas, liberalismo e legionarismo já não eram senão as mesmas e idênticas coisas.

As críticas a ordem liberal deu-se, não obstante, justamente quando a democracia parlamentar paraguaia alçava, no governo de Eligio Ayala particularmente (1924-1928), o seu apogeu realizador e também o seu intento mais sério e respeitável. No próprio âmbito do regime, depois da derrota das forças políticas tradicionais na guerra civil de 1922 e 1923, um amplo “projeto democrático” – cujos mentores eram Manuel Gondra, Eligio Ayala e Eusébio Ayala principalmente, chefes de uma ala do “Partido Liberal” – estava em curso procurando modernizar o país e substituir as formas tradicionais da política caudilhesca vigente desde os dias da “Guerra Grande”.⁵⁵⁵ Tratava-se de um projeto de afirmação da democracia institucional, acompanhado, porém, da proliferação de tendências ideológicas como o anarquismo, o marxismo e, o que nos interessa propriamente, do nacionalismo conservador, todos, entretanto, com tendências antiliberais.

⁵⁵⁰ Ver O’ LEARY, Juan Emiliano. **Los Legionarios...**, op. cit., p. 41.

⁵⁵¹ Conf. RIVAROLA, Milda. **La contestacion al orden liberal**. La crisis..., op. cit., p. 24.

⁵⁵² “Bolivia sigue acumulando fuerzas en el Chaco”, acusava o título de um artigo jornalístico. Ver “Patria”, 22 de janeiro de 1929.

⁵⁵³ Ver RESQUIN, Ruperto D. **La generación paraguaya (1928-1932)**. Buenos Aires: Ediciones Paraguay en America, 1978, p. 121.

⁵⁵⁴ Conf. RIVAROLA, Milda. **La contestacion al orden liberal**. La crisis..., op. cit., p. 30.

⁵⁵⁵ Uma das primeiras medidas do governo Ayala foi declarar a anistia geral para os participantes civis da guerra recém concluída, afim de pacificar o país. Aos participantes militares Eligio Ayala não os anistiou de pronto, causando-lhe críticas nos jornais opositores. Ver “El Orden”, 20 e 21 de agosto de 1924.

Não tratava-se de nenhuma mudança substancial na direção do padrão geral sócio-econômico imposto pela Tríplice Aliança. Mas, de qualquer modo, tal “projeto democrático” modernizador incluía uma reforma racionalizadora e apolítica da máquina da burocracia do Estado; uma reforma do exército buscando, também, torná-lo apolítico, profissional e nacional; incluía ainda o fim da emissão de papel-moeda inorgânico, o que possibilitou a estabilidade monetária até quase o início da guerra em 1932; contemplava o respeito efetivo às liberdades outorgadas pela constituição de 1870; uma reforma eleitoral buscando incorporar na luta democrática o partido de oposição, o colorado, que aferrava-se no abstencionismo antiparlamentar, dando à minoria dos seus possíveis legisladores eleitos maior poder e representatividade⁵⁵⁶; incluía, por último, o sancionamento de uma lei de “Criação, fomento e conservação da pequena propriedade”⁵⁵⁷.

Contribuiu para tudo isso um surto de crescimento econômico a partir do aumento da demanda externa da cultura algodoeira, cultura que contava com a participação de camponeses que até então produziam-na apenas para sua própria subsistência. Quando, não obstante, a partir desse surto, passaram a produzi-la também para um mercado minimamente amplo e desconhecido, houve a entrada de uma parcela desses que eram os paraguaios mais sofridos ao minúsculo mercado de consumo interno, o que levou o secular vínculo sentimental e forma de dominação pessoal dos caudilhos locais sobre eles a sofrer sérios abalos. Começava, finalmente, a implosão das relações caudilhistas no campo. Ao menos em tese, é nesse momento de alteração na estrutura social que o sentimento nacional, na versão lopizta, começou a adentrar nas camadas populares, possibilitando a explosão do nacionalismo conservador.

Mas a lucrativa produção da cultura algodoeira por essas pessoas encontrava seus limites no regime fundiário, levando a extrema concentração da terra a ganhar contornos ainda mais violentos, principalmente no governo de Guggiari (1928-1932). Naquele momento apenas 5.8% da população paraguaia participava da propriedade imobiliária, enquanto cerca de 70% trabalhava e vivia em terras alheias⁵⁵⁸. Foi nesse momento, também, que o auge da bonança econômica foi se esgotando, o que, como afirmou Evaristo Duarte,

“somado à economia de guerra implementada sob orientação de E. Ayala e à deterioração salarial decorrente da desvalorização do peso paraguaio, configurou

⁵⁵⁶ Conf. FLECHA, Víctor Jacinto. “Años 20: movimientos socio-políticos en...”, 1995, pp. 530-533.

⁵⁵⁷ Conf. PASTORE, Carlos. **Lucha por la tierra en...**, op. cit., p 301.

⁵⁵⁸ Idem, p. 299.

uma situação de crise social e política que pôs o governo liberal em cheque. Para complicar ainda mais o cenário para os liberais, a crise de 1929/30 veio questionar o modelo econômico baseado na exportação de produtos primários”⁵⁵⁹.

Mas a crise do regime liberal havia começado desde a anos. Na guerra civil de 1922 e 1923, por exemplo, os caudilhos do “Partido Liberal” Eduardo Schaerer – chefe do legislativo e ex-presidente da República (1912-1916) – e Coronel Adolfo Chirife, enfrentaram o governo do presidente Eusébio Ayala (1921-1923). De acordo com Milda Rivarola, tinham como programa o governo dos “melhores cidadãos do país” e como projeto de “lei social” o “trabalho forçado para toda a população”. Talvez por isso contassem com a adesão entusiasmada do então deputado colorado Manuel Dominguez. Mas contavam, ainda, com a adesão de comerciantes locais, pequenos burgueses em geral, e, ainda segundo Milda Rivarola, de todos aqueles que desejavam um “governo forte”, indispensável a um “povo pouco maduro”⁵⁶⁰.

Em termos políticos, essa guerra civil não foi apenas mais um golpe na conturbada história política do Paraguai. Foi, além disso, a tentativa de se instalar no país uma ditadura comandada por um “Partido Nacional” sustentado pelo exército, suposto “depositário das glórias tradicionais [e] dos valores cívicos”, como afirmava Eduardo Schaerer⁵⁶¹.

O presidente liberal Eusébio Ayala (1921-1923), dispondo apenas da fraca polícia assuncena para defender-se, contou com a ajuda bélica – homens e armamentos – dos trabalhadores da socialista “Liga de los Obreros Marítimos” (LOM) e derrotou a sedição militar comandada Chirife depois de meses de lutas civis. Nessa vitória, o grosso das forças do exército paraguaio nas mãos de Chirife – mobilizadas ao prazer dos diferentes caudilhos desde 1870 – foram destruídas, o que possibilitou aos governos vindouros tanto a renovação do exército como uma espécie de pacto social informal entre governos liberais de Eligio Ayala (1924-1928) e José P. Guggiari (1928-1932) e os sindicalismo socialista.

Mas a renovação do exército teve um efeito inesperado. Com a proximidade da guerra com a Bolívia, os oficiais do “novo” exército, agora nacional, passam a nutrir simpatias ao já morto Coronel Chirife, simpatias fundadas na comum antipatia a “classe” política e ao parlamentarismo. Segundo Evaristo Duarte, contribuía para tudo isso a popularização do nacionalismo lopizta – em particular das “excelências da raça paraguaia” –, nacionalismo

⁵⁵⁹ Conf. COLMÁN DUARTE, Evaristo E. **Nacionalismo e movimento operário na...**, op. cit., p. 21.

⁵⁶⁰ Conf. RIVAROLA, Milda. **La contestacion al orden liberal**. La crisis..., op. cit., p. 15 e 16.

⁵⁶¹ Conf. FLECHA, Víctor Jacinto. “Años 20: movimientos socio-políticos en...”, op. cit., p. 529.

respaldado pelos “círculos antiliberais” e sistematizado principalmente pelos intelectuais Manuel Dominguez⁵⁶², Fulgencio Moreno e Arsenio López Decoud.

Além do mais, houve uma grande proximidade desses militares com os regimes e movimentos fascistas europeus. Muitos deles haviam se aperfeiçoado e estudado em missões na Alemanha, Itália, e França, além do Chile na América Latina⁵⁶³. Seriam exatamente eles que no futuro próximo teriam destacada participação na guerra contra a Bolívia e também no golpe contra o regime liberal, afim de buscar o “idealismo paraguaio”. Mas já em 1930 eram subversivos ao governo de Guggiari.

Não só da caserna, porém, provinham propostas e agitações antiliberais. Outro grupo com tais tendências foi o “Nueva Generación”, organizado em torno de um longo (e hoje tido como confuso) manifesto intitulado “Nuevo Ideario Nacional” (NIN), escrito por mais de vinte pessoas. Esse grupo, embora reduzido, conseguiu uma base social bastante ampla e respeitável. Conquistou a hegemonia sobre parcelas do radicalismo estudantil e trabalhador; sobre intelectuais comunistas e anarquistas; ganhou em 1930 o controle da “Liga de los Obreros Marítimos” (LOM); conseguiu alguma ascendência sobre o exército; além de aglutinar setores liberais dissidentes. Diversos líderes do futuro Partido Comunista Paraguuaio, como Oscar Creydt e Obdulio Barthe provieram dele.

É difícil definir a ideologia do NIN devido as múltiplas tendências postuladas, como o anarquismo, o comunismo e o nacionalismo. Mas estavam mais próximas, sem dúvida, do nacional-socialismo da Europa que de qualquer outra ideologia.

É importante destacar, contudo, que o nacionalismo defendido pelo manifesto NIN não fazia a reivindicação das figuras dos López, fato que agradou Cecilio Báez⁵⁶⁴. De qualquer modo, o novo regime por ele proposto, ao contrário do liberal, deveria estar em perfeita comunhão com a “ordem étnica e racial” do paraguaio e provocar “uma formidável restauração da alma nativa ou crioula”, e, o que seria a mesma coisa, o “renascimento do espírito legendário e ancestral da raça” paraguaia⁵⁶⁵. Não era nova a identificação entre ideais “esquerdistas” com a natureza étnica e histórica do paraguaio. O intelectual Blas Garay a

⁵⁶² Conf. COLMÁN DUARTE, Evaristo E. **Nacionalismo e movimento operário na...**, op. cit., p. 215.

⁵⁶³ Conf. RIVAROLA, Milda. **La contestacion al orden liberal**. La crisis..., op. cit., p. 23.

⁵⁶⁴ Cecilio Báez tinha relações de amizade com Oscar Creydt, principal dirigente do manifesto. Logo decepcionou-se com ele, pois, não resistindo a maré lopizta, Creydt aderiu-se a ela conforme tentou justificar em sua auto-biografia. Ver CREYDT, Oscar. **Formación Histórica de la Nación Paraguaya**. Pensamiento y vida del autor. Asunción: Servi Libro, 2004, p. 137.

décadas já o havia feito; Juan Natalício González, Manuel Dominguez e mesmo Fulgencio Moreno seguiram também na mesma linha⁵⁶⁶.

As afirmações do manifesto sintetizam a lúcida consciência da vivência de uma crise, constituindo o textemunho de uma conjuntura histórica que se esgotava. Falam do fim do “fundamento ético” de uma “ordem institucional”; da “crise do “velho edifício social” e da quebra do “regime d[e] democracia parlamentar”. Condena, ainda, a lenidade do Estado liberal diante da crise com a Bolívia e justifica a “defesa contra a ditadura” desse país controlado pelo “capitalismo imperialista”. Rompe com o anticlericalismo liberal e anarquista de décadas, associando práticas de um suposto comunismo primitivo e os dogmas da Igreja Católica com as melhores tradições “socialistas”. Defende, ainda, posições anti-industriais com a nostalgia da igualdade na pobreza que caracterizou o Paraguai do doutor Francia. O Paraguai, como afirma o NIN, deveria ser “menos urbanos e industrial” e mais “camponês e agrícola”. Defende, também, a construção de um governo de tipo comunal federativo alicerçado por “federações nacionais de sindicatos ou corporações locais”, cuja inspiração proveria dos conselhos soviéticos e do corporativismo italiano do regime de Mussolini. Segundo considerações de Milda Rivarola sobre o NIN (1993a),

“Nunca antes un documento había logrado, desde la izquierda, una síntesis tan acabada de los distintos temas anti-liberales de la época. Anti-parlamentarismo, anti-partidismo, recuperación de temas religiosos, anti-industrialismo, belicismo, corporatismo y nacionalismo aparecen y se enlazan en un sincretismo peculiar”⁵⁶⁷.

Um grupo de colaboradores e dirigentes do jornal “La Nación” – jornal existente desde 1925 – fundou em 14 de maio de 1928 a “Liga Nacional Independiente”, movimento político liderando por Adriano Irala e Juan Stefanich. Era uma outra manifestação da sociedade civil contra o regime liberal, cujas bases estendia-se particularmente sobre estudantes,

⁵⁶⁵ O manifesto NIN do “Nueva Generación”, publicado no “La Colmena”, 1929, foi reproduzido em sua íntegra por RIVAROLA, Milda. **La contestación al orden liberal**. La crisis..., op. cit., pp. 53-102.

⁵⁶⁶ Um dos mais fortes “mitos políticos” do Paraguai é o do sangue da pátria assassinada e dos que por ela morreram seguir, ainda, correndo nas veias dos vivos e na cultura, costumes e instituições transmitidas. Uma herança biológica e intelectual continua, mesmo na adversidade extrema, dando dimensão, equilíbrio e sentido a vida nacional. Como vimos acima, Manuel Dominguez foi o principal articulador desta questão: “somos o que fomos e seremos o que somos”, disse. Sobre “mito político” ver BONAZZI Tiziano. “Mito Político”... op. cit., p. 997.

⁵⁶⁷ Ver RIVAROLA, Milda. **La contestación al orden liberal**. La crisis..., op. cit., p. 37.

intelectuais e catedráticos do “Colegio Nacional”, da “Escuela Normal de Profesores” e da “Facultad de Derecho”⁵⁶⁸.

A liga preconizava, genericamente, a “intervenção do Estado nas empresas agroexportadoras” e a “justiça social”. Lutava, ainda, pela formação de uma “consciência social e popular em torno dos destinos da nacionalidade”⁵⁶⁹. O discurso nacionalista e anti-partidário da “Liga” ganhou aderência e força mobilizadora⁵⁷⁰, embora a reivindicação dos “heróis” doutor Francia, López pai e López filho, isto é, a reivindicação do nacionalismo romântico lopizta, tenha causado alguma cisão em suas fileiras. Desde 1929 o “La Nación”, órgão do movimento, começou abertamente a publicar textos favoráveis aos regimes de Mussolini e Stalin, enquanto Stefanich propunha nada menos senão uma “revolução”⁵⁷¹.

A “Liga Nacional Independiente” foi muitíssimo importante, pois, segundo Evaristo Duarte, tornou-se o agrupamento que mais precocemente influenciou aquele que se tornaria o primeiro governo do Estado “Nacional Revolucionário”: o do Coronel Rafael Franco. Juan Stefanich, aliás, seria o seu Ministro das Relações Exteriores e um dos principais articuladores do partido político que Franco tentou formar desde 1936⁵⁷².

Mas não só as classes médias e pequeno burguesas assuncenas tiveram representantes na ideologia nacional conservadora. Quando os movimentos sindicais rompem o pacto com os governos liberais formado desde o curso guerra civil de 1922 e 1923, adensaram também o nacionalismo lopizta e a onda “chauvinista” anti-boliviana. Se aperceberam que suas reivindicações não seriam atendidas e que o governo de José P. Guggiari (1928-1932) havia começado a reprimir as manifestações dos trabalhadores e particularmente as organizações sindicais. Sentiram, por conseguinte, uma enorme frustração e desengano político, pois anos antes haviam defendido, com sangue, o regime liberal numa guerra civil.

Tudo isso, somado ao contexto de crise econômica explicado em parte pela economia de guerra, empurrou inevitavelmente o sindicalismo do final da década de 1920 contra o regime liberal, oposição formalizada quando Guggiari decretou ilegal a atividade sindical. Para esta nova orientação ideológica do sindicalismo foi de suma importância, ainda, o

⁵⁶⁸ Manifestações estudantis e intelectuais tornaram-se mais ou menos corriqueiras. Ver, por exemplo, a convocação que o “La Nación” fazia para uma manifestação pública deles, em 1929. O título da chamada era “El meeting estudiantil del sabado”. “La Nación”, 20 de maio de 1929.

⁵⁶⁹ Ver artigo “El Deber de la hora”. “La Nación”, 22 de maio de 1929.

⁵⁷⁰ Desde o seu primeiro número o “La Nación” proclamou-se independência de qualquer “partido político”, além de possuir um “programa patriótico”. Ver “La Nación”, 25 de novembro de 1925.

⁵⁷¹ Conf. RIVAROLA, Milda. **La contestacion al orden liberal**. La crisis..., op. cit., p. 28.

⁵⁷² Conf. COLMÁN DUARTE, Evaristo E. **Nacionalismo e movimento operário na...**, op. cit., p. 219.

fato dos membros do “Nuevo Ideario Nacional” (NIN) terem ganhado a direção da “Liga de los Obreros Marítimos”, de nada adiantando a campanha antiguerrera e anti-xenófoba que o Partido Comunista Paraguaio realizou, após 1933, a partir do exterior depois de ser e considerado ilegal.

Estava formado, assim, desde o final da década de 1920, o rol de forças sociais que após a guerra do Chaco dariam fim ao regime liberal. Aos movimentos acima descritos, exército, “Nueva Generación”, “Liga Nacional Independiente” e trabalhadores organizados, agrega-se ainda os mais velhos e mais tradicionais inimigos dos liberais, os colorados, além da fração dissidente do liberalismo aglutinada em torno de Eduardo Schaerer, caudilho derrotado na última guerra civil. A mais forte destas forças políticas era o exército, principal protagonista do golpe de 1936 que contou com o apoio político dos movimentos listados.

O que os uniram contra o regime liberal foi, no campo ideológico, exatamente o nacionalismo lopizta mais ou menos comungado por todos eles; a acusação do regime por não preocupar-se em defender o Chaco; e, por isso, a acusação dele ser “legionarista”, isto é, de ser um regime traidor da “pátria” por conta de um suposto fio que ligava os liberais as tropas da “Legión Paraguaya”. Aliás, um “novo” herói, um “novo” representante máximo da paraguaidade e também um “novo” condutor do povo, como, em tese, haveria sido o Marechal López, era já ansiado em fins da década de 1920 para a “nação” poder resolver os problemas externos com a Bolívia e internos com o legionarismo, pois os governos liberais, mais que incapazes para tal, eram considerados parte deles. O “La Nación”, por exemplo, clamava por “uma voz poderosa, renovadora e salvadora da nacionalidade”. Numa palavra, o “corpo enfermo”, precisando ser “salvo”, carecia da ajuda de um “super-homem”, pois estava sendo consumido pela “anarquia”, pela “corrupção”, pela “imoralidade”, pela “mesquinha” e pelas “baixas paixões”, como considerou o diário.⁵⁷³

Mas por mais irracionais que fossem tais críticas a ordem liberal imposta com a “Guerra Grande”, não deixavam de apontar e acusar, corretamente, a completa dependência do país em relação ao exterior, particularmente a Argentina e a suas empresas, e, por conseguinte, a sua falta de autonomia nacional, autonomia que haveria abundado no regime lopizta. Superar essa dependência era, de fato, improvável nos marcos institucionais estabelecidos, embora a restauração da “felicidade” e “prosperidade” da suposta república “autônoma” e “guerreira” dos “heróis” López – restauração que justificou o golpe de 1936 e a implantação do Estado “Nacional Revolucionário” – fosse impossível, pois ela jamais havia existido senão na

idealização da “história patria”. De qualquer modo o Estado “Nacional Revolucionário” do Paraguai, com uma natureza intrinsecamente autoritária e finalmente alijado da interferência argentino-brasileira, de fato buscou impulsionar alguns projetos intervencionistas e desenvolvimentistas, aproveitando-se para isso da aguda disputa pela hegemonia latino-americana entre a Alemanha nazista e os Estados Unidos⁵⁷⁴.

Amalgamado com tudo isso estava o lopizmo e também os elementos centrais do pensamento fascista – como a negação do positivismo e da herança racionalista do Século da Luz, o belicismo, o racismo, os temas do darwinismo social, o organicismo, e a crença no decadentismo – que tanto alimentaram, segundo Milda Rivarola, o discurso erudito da oposição radical ao liberalismo⁵⁷⁵. Não foi por acaso, aliás, que o Coronel Rafael Franco declarou o golpe de 17 de fevereiro de 1936 como revestido “da mesma índole das transformações sociais [e] totalitárias da Europa contemporânea”⁵⁷⁶. O Paraguai, como tantos outros países, também “flertou” com o fascismo europeu, utilizando-se para tal do lopizmo.

⁵⁷³ Ver artigo “Del seno del pueblo”. “La Nación”, 20 de maio de 1929.

⁵⁷⁴ Conf. GROW, Michael. **Los Estados Unidos y el Paraguay...**, op. cit.

⁵⁷⁵ Conf. RIVAROLA, Milda. **La contestacion al orden liberal**. La crisis..., op. cit., p. 50.

⁵⁷⁶ Conf. ALCALÁ, Guido Rodriguez. **Ideologia Autoritária...**, op. cit., p. 85.

Conclusão

Não é nenhuma novidade dizer que a história, enquanto disciplina científica ordenadora da memória social institucionalizada, nasceu do interesse político-nacional. No Paraguai as coisas não foram diferentes. Como em todo ocidente, lá primeiro nasceu a função política e só muito posteriormente o ofício do historiador menos engajado. Em sua “era liberal”, período aberto e findado por duas guerras contra vizinhos fronteiriços, o país conheceu um pequeno número de intelectuais que militaram para que a população em geral, estudantes e camponeses em particular, tomasse consciência da nacionalidade a que pertencia. Para isso articularam e lançaram a sociedade todo um arsenal de símbolos e ideologias históricas, mais ou menos elaborados, que tiveram por finalidade caracterizar a individualidade do Paraguai enquanto nação independente e autônoma.

Preocupado em reconstituir a lógica destes símbolos e ideologias históricas e o impacto delas sobre os projetos político do país, o trabalho em mãos não se trata de uma história social e política dos intelectuais, embora estas preocupações não foram de todo desconsideradas. Tampouco privilegia as questões propriamente estéticas de seus escritos. O que se fez, aqui, foi a análise das leituras e dos quadros referenciais que estes homens, preocupados com o destino sócio-político da “nação”, fizeram da história do Paraguai. Em uma palavra, os nacionalismos que engendraram foram os nossos objetivos.

Estes nacionalismos, organizados por um punhado de intelectuais, demonstram cabalmente como duas filosofias da história se enfrentaram. Era a “história” liberal, contada desde guerra, e a “história revisada” conservadora, disputando a interpretação legítima da história da “nação” paraguaia, e, particularmente, disputando o seu ponto de inflexão mais dramático, a “Guerra Grande”. Nesta disputa é possível observar, claramente, o poder dos discursos de natureza histórica. Procurando cada um deles outorgar coerência ao passado “nacional”, puderam selecionar e singularizar fatos e pessoas. Puderam, em suma, nomear e classificar a história paraguaia e atribuir-lhe sentidos diferentes e mesmo diametralmente opostos, sentidos que, ainda hoje, servem muito bem aos mitos políticos nacionais.

O nacionalismo liberal paraguaio, ou seja, a “história pátria” liberal teve os seus referenciais nas revoluções burguesas, atribuindo para a “Guerra Grande” um sentido libertador da soberania popular e da cidadania participativa frente os despotismos do passado. Mas mesmo partindo desses referenciais revolucionários e progressistas, significou também o desprezo pela população indígena, mestiça e mesmo espanhola, além do desprezo a todos os

seus valores e tradições históricas. Coadunado com um projeto de reconstrução antilopizta do país no pós-guerra, este nacionalismo teve por objetivo restringir e inviabilizar a reprodução da herança cultural e étnica da população de matriz guarani, população apresentada como “bárbara”, lopizta e contrária a “civilização”, portanto a ser “regenerada”.

Imbuídas destas idéias históricas e políticas as elites paraguaias construíram as instituições de ensino e cultura, cuja “Revista del Instituto Paraguayo” foi também importante. Intentaram, frustradamente, importar grandes quantidades de europeus, isto é, trabalhadores, tecnologias e capitais para fazer a prosperidade “nacional”, já que o paraguaio era tido como desqualificado para tal. Alienaram abrupta e maciçamente as terras públicas para o capital estrangeiro, de forma que o camponês viu-se, uma vez mais, privado delas. Mas a necessária “regeneração do povo” posta em prática não aplacou a violência e a instabilidade política dessas mesma elites e muito menos conseguiu fazer real as grandes expectativas de progresso material do país, como o que acontecia na Argentina, país modelo para elas.

A outra matriz de construção da nacionalidade, a conservadora, partindo da revisão da guerra, creditava a paraguaidade, em oposição a primeira, justamente na valorização da “história pátria”. Fazia, com a depreciação das “nações” vizinhas, a valorização da herança cultural e biológica de sua população outrora indígena e, naquele momento, mestiça. A velha racionalidade universal do primeiro nacionalismo, cujo motor da história era a suposta luta entre “civilização” e “barbárie”, é substituída pela irracionalidade individualizadora, sendo que a “história pátria” passa a ser vista apenas em sua imanência peculiarizadora: terra, sangue e história próprias explicariam a existência, ou melhor, a sobrevivência do sofrido Paraguai. A extrema positividade desta tríade explicaria, ainda, o “heroísmo” da “raça” e a extrema “resistência” dela na “Guerra Grande”; além da certeza e ânsia por uma vitória contra outro agressor externo, a Bolívia.

Mas, pelo menos na década de 1920, estas idéias representam um projeto nacional que ansiava, também, cada vez mais, a destruição do regime liberal implantado em 1870. Aqui o autoritarismo dos López torna-se objeto de nostalgia e admiração entre intelectuais, militares, estudantes e pequeno burgueses em geral. Eles teriam, supostamente, construído um Estado próspero, militarmente potente, capaz de promover a felicidade do último dos paraguaios. Porém um Estado que para tal, não poupou esforços para proteger-se daquilo que chamou de anarquia política e perigo sobre a sua soberania, nem que para isso tivesse que restringir as liberdades civis. No momento da construção desses discursos, também um novo salvador do Paraguai, forte e temido, era esperado para acabar com as lutas civis internas, com a traição do

“legionarismo” e também com o problema externo com a Bolívia. A nova guerra que se aproximava com este país, contribuía para jogar combustível nestas idealizações do sistema lopizta, tornando-a “arma” utilizada contra os governos liberais. Os novos movimentos políticos contestatório do final desta década, defensores ardentes da soberania paraguaia sobre o Chaco, de uma ou outra forma, serviram deles para atingir o liberalismo implantado em 1870.

Não obstante, ambas ideologias nacionais organizadas pelos intelectuais da “geração de 900”, mas não só por eles, além dos projetos implícitos, paralisaram a história *real*. Entidades modernas que se querem “eternas” e “naturais” as nações, construídas, entre outras coisas pelos nacionalismos, têm uma relação ambígua com a história disciplina. Embora dispondo dela como “matéria-prima” formadora, a “história pátria” não pode fugir de uma equivocada e básica ferramenta ideológica: a teleologia. Organiza o passado de modo a levá-lo a cair no presente nacional imaginado ou proposto, seja para repudiá-lo ou para glorificá-lo, desconsiderando as forças sociais e/ou movimento *reais*. Numa palavra, a “nação” paraguaia em construção subtraiu o estudo efetivo da história.

Lopizmo e antilopizmo foram na “era liberal” os marcos referenciais do embate do pensamento da elite política e intelectual paraguaia. Posteriormente, com a vitória do lopizmo, por décadas os governos da direita autoritária deste país serviram-se dele para se justificarem e poderem perseguir os seu inimigos políticos, enquanto no restante da América Latina, contraditoriamente, assumia caracteres esquerdistas e antiimperialistas, isto é, de crítica à Inglaterra e, principalmente, aos Estados Unidos. Hoje, com o avanço de uma nova democracia liberal no Paraguai, estas leituras começam finalmente a ser superadas. O país pode prescindir do nacionalismo belicista conservador, tão criticado pela produção historiográfica atual, tanto quanto do liberal que outrora lhe representou como “bárbaro”, e, ainda hoje, impõe-lhe falsos modelos exteriores e esvaziados de qualquer efetiva cidadania popular. O campo acadêmico em geral, historiográfico em particular, para o entendimento de processos fundamentais paraguaios e platinos, como a “Guerra Grande”, por exemplo, também pode rejeitar intervenções extra-sociais nos processo históricos.

Fontes

Periódicos – “Biblioteca Nacional de Asunción”

“El Cívico”, 18 de outubro de 1902.

“El Cívico”, 21 de outubro de 1902.

“El Cívico”, 22 de outubro de 1902.

“El Cívico”, 24 de outubro de 1902.

“El Cívico”, 1º de dezembro de 1902.

“El Cívico”, 2 de dezembro de 1902.

“El Cívico”, 15 de dezembro de 1902.

“El Cívico”, 20 de dezembro de 1902.

“El Cívico”, 28 de janeiro de 1903.

“El Diario”, 28 de novembro de 1905.

“El Diario”, 27 de março de 1926.

“El Diario”, 21 de setembro de 1927.

“El Diario”, 3 de julho de 1928.

“El Independiente”, 19 de abril 1889.

“El Independiente”, 25 de abril de 1889.

“El Liberal”, 2 de março de 1920.

“El Liberal”, 14 de dezembro de 1922.

“El Liberal”, 26 de julho de 1926.

“El Nacional”, 2 de janeiro de 1913.

“El Orden”, 10 de julho de 1924.

“El Orden”, 20 de agosto de 1924.

“El Orden”, 21 de agosto de 1924.

“El Orden”, 1 de dezembro de 1924.

“La Democracia”, 4 de maio de 1881.

“La Democracia”, 15 de maio de 1897.

“La Democracia”, 21 de julho de 1904.

“La Nación”, 25 de novembro de 1925.

“La Nación”, 9 de dezembro de 1925.

“La Nación”, 10 de dezembro de 1925.

“La Nación”, 9 de agosto de 1927.

“La Nación”, 20 de maio de 1929.

“La Nación”, 22 de maio de 1929.

“La Patria”, 17 de abril de 1902.

“La Patria”, 28 de abril de 1902.

“La Patria”, 2 de maio de 1902.

“La Patria”, 17 de maio de 1902.

“La Patria”, 19 de maio de 1902.

“La Patria”, 11 de junho de 1901.

“La Patria”, 29 julho de 1902.

“La Patria”, 30 de julho de 1902.

“La Patria”, 5 de agosto de 1902.

“La Patria”, 8 de outubro de 1902.

“La Patria”, 17 de outubro de 1902.

“La Patria”, 22 de outubro de 1902.

“La Patria”, 20 de novembro de 1902.

“La Patria”, 21 de novembro de 1902.

“La Patria”, 27 de novembro de 1902.

“La Patria”, 1º de dezembro de 1902.

“La Patria”, 4 de dezembro de 1902.

“La Patria”, 8 de dezembro de 1902.

“La Patria”, 18 de dezembro de 1902.

“La Patria”, 20 de dezembro de 1902.

“La Patria”, 23 de dezembro de 1902.

“La Patria”, 24 de dezembro de 1902.

“La Patria”, 26 de dezembro de 1902.

“La Patria”, 27 de dezembro de 1902.

“La Patria”, 29 de dezembro de 1902.

“La Patria”, 30 de dezembro de 1902.

“La Reforma”, 3 de abril de 1884.

“Patria” 21 de janeiro de 1924.

“Patria”, 13 de agosto de 1924.

“Patria”, 1 de setembro de 1924.

“Patria”, 17 de outubro de 1924.

“Patria”, 21 de outubro de 1924.

“Patria”, 15 de julho de 1925.

“Patria”, 3 de julho de 1926.

“Patria”, 5 de julho de 1926.

“Patria”, 7 de julho de 1926.

“Patria”, 8 de julho de 1926.

“Patria”, 9 de julho de 1926.

“Patria”, 12 de julho de 1926.

“Patria”, 13 de julho de 1926.

“Patria”, 15 de julho de 1926.

“Patria”, 26 de julho de 1926.

“Patria”, 5 de março de 1927.

“Patria”, 23 de março de 1927.

“Patria”, 22 de janeiro de 1929.

“Patria”, 25 de fevereiro de 1929.

Periódicos – “Fundación Carlos Pusineri Scala”

“La Regeneración”, 1º de outubro de 1869.

“La Regeneración”, 3 de outubro de 1869.

“La Regeneración”, 10 de outubro de 1869.

“La Regeneración”, 14 de outubro de 1869.

“La Regeneración”, 21 de outubro de 1869.

“La Regeneración”, 31 de outubro de 1869.

“La Regeneración”, 9 de fevereiro de 1870.

“La Regeneración”, 6 de março de 1870.

“La Regeneración”, 5 de agosto de 1870.

“La Regeneración”, 4 de setembro de 1870.

Ensaio de revista e livros de época - “Museo Etnográfico Andres Barbero” e “Academia Paraguaya de Historia”

AYALA, Eligio. **Migraciones**. Assunção: Editorial El Lector, 1996, [1915].

BÁEZ, Cecilio. **Política Americana**. Asunción: Imprenta Zamphirópolis & Cia, 1925.

BÁEZ Cecilio. “Estudio sobre la historia de España”. In: **Revista del Instituto Paraguayo**, Asunción, año 2, nº 21, octubre de 1899, pp. 81-110.

BÁEZ, Cecilio. “Discurso del doctor don Cecilio Báez”. In: **Revista del Instituto Paraguayo**, Asunción, año 1, nº 1, octubre de 1896.

BÁEZ, Cecilio. “Estudio sobre la historia de España (2ª parte)”. **Revista del Instituto Paraguayo**, Asunción, año 5, nº 43, 1903 pp. 376-417.

BÁEZ, Cecilio. “Historia de la Instrucción Pública en el Paraguay”. In: DECOUD, Arsenio López. **Album Gráfico de la República del Paraguay**. Buenos Aires: Talleres Gráficos de la Compañía General de Fósforo, 1911.

BÁEZ, Cecilio. “Los elementos de la civilización cristiana: caracteres de la Edad Media”. In: **Revista del Instituto Paraguayo**, Asunción, año 5, nº 45, noviembre de 1903.

BÁEZ, Cecilio. “Sistema Colonial Español: Antecedentes de la Tiranía Paraguaya”. In: **La Tiranía en el Paraguay**. Asunción: Intercontinental Editora, 1992, [1903].

BÁEZ, Cecilio. **La Tiranía en el Paraguay**. Asunción: Intercontinental Editora, 1992, [1903].

DECOUD, Arsenio López. **Album Gráfico de la República del Paraguay**. Buenos Aires: Talleres Gráficos de la Compañía General de Fósforo, 1911.

DECOUD, Arsenio López. “Reseña Geográfica: Descripción Política: Etnografía – Población – Organización y División Política – Vías de Comunicación – Deuda, renta, etc”. In: DECOUD, Arsenio López. **Album Gráfico de la República del Paraguay**. Buenos Aires: Talleres Gráficos de la Compañía General de Fósforos, 1911.

DECOUD, José Segundo. “La libertad”. **Revista del Instituto Paraguayo**, Asunción, año 3, nº 29, febrero de 1901, pp. 125-135.

- DECOUD, José Segundo. “La Patria”. **Revista del Instituto Paraguayo**, Asunción, año 6, n° 49, 1904, pp. 165-180.
- DECOUD, Hector. **Sobre los escombros de la guerra**. Una década de vida nacional. 1869-1888. Asunción, 1925.
- DOMINGUEZ, Manuel. “Causas del heroísmo paraguayo”. **Revista del Instituto Paraguayo**, Asunción, año 4, n° 38, 1903, pp. 643-675.
- DOMINGUEZ, Manuel. “El Algodón: su producción en el Paraguay”. **Revista del Instituto Histórico**, Asunción, año 5, n° 42, 1903, pp. 238-245.
- DOMINGUEZ, Manuel. “Estudio sobre la ‘Atlántida’ de Diogenes Decoud”. **Revista del Instituto Paraguayo**, Asunción, año 4, n° 39, 1903, pp. 796-800.
- DOMINGUEZ, Manuel. “Historia de la enseñanza nacional”. **Revista del Instituto Paraguayo**, Asunción, año 1, n° 10, agosto de 1897, pp. 217-247.
- DOMINGUEZ, Manuel. “La talla humana y la inteligencia” **Revista del Instituto Paraguayo**, Asunción, año 4, n° 39, 1903, p. 776.
- DOMINGUEZ, Manuel. **La traición a la patria y otros ensayos**. Asunción: FF.AA., 1959, [1899].
- DOMINGUEZ, Manuel. “El Patriota y el Traidor”. In: **La traición a la patria y otros ensayos**. Asunción: FF.AA., 1959, [1920].
- DOMINGUEZ, Manuel. **El Paraguay sus grandezas y sus glorias**. Buenos Aires: Editorial Ayacucho, 1946, [1920].
- DOMINGUEZ, Manuel. “La Nación”. In: **Revista del Instituto Paraguayo**, Asunción, año 10, n° 61, 1908.
- DOMINGUEZ, Manuel. “La Capital de la República”. In: DECOUD, Arsenio López. **Album Gráfico de la República del Paraguay**. Buenos Aires: Talleres Gráficos de la Compañía General de Fósforos, 1911.
- DOMINGUEZ, Manuel. “Constitución de 1844”. In: **El alma de la raza**. Buenos Aires: Editorial Ayacucho, 1969, [1918].
- DOMINGUEZ, Manuel. “Causas del heroísmo paraguayo”. In: **El alma de la raza**. Buenos Aires: Editorial Ayacucho, 1969, [1918].

- EDITORES. “Nuestros propósitos”. **Revista del Instituto Paraguayo**, Asunción, año 1, n° 1, octubre de 1896.
- FARONE, R. Capace. “López”. In: Conf. GONZALEZ, Juan Natalicio. **Cincuentenario de Cerro**. Asunción: Talleres de La Prensa, 1920.
- GARAY, Blas. “Reseña Histórica del Paraguay”. In: DECOUD, Arsenio López. **Album Gráfico de la República del Paraguay**. Buenos Aires: Talleres Gráficos de la Compañía General de Fósforo, 1911, [s/d].
- GARAY, Blas. **Compendio Elemental de Historia del Paraguay**. Madrid: Librería y Casa Editora, s/d, [1896].
- GARAY, Blas. **El Comunismo de las misiones jesuíticas**. Asunción: Carlos Schauman Editor, s/d, [1897].
- GEORGE. “El Patriota y el Traidor”. In: GONZÁLEZ, Juan Natalicio. **Cincuentenario de Cerro Corá**. Asunción: Talleres de La Prensa, 1920.
- GONDRA, Manuel. “En torno de Rubén Darío”. **Revista del Instituto Paraguayo**. Año 2, n° 17. Asunción, junio de 1899, pp. 167-201.
- GONDRA, Manuel. **Hombres y letrados de América**. Asunción: El Lector, 1996, [1942].
- GONZÁLEZ, Juan Natalicio. **El Paraguay Eterno**. Asunción: Editorial ‘Guaranía’, 1935.
- GONZÁLEZ, Juan Natalicio. **Solano López y otros ensayos**. París: Editorial de Indias, 1926.
- GONZALEZ, Juan Natalicio. **Cincuentenario de Cerro Corá**. Asunción: Talleres de La Prensa, 1920.
- GONZALEZ, Natalicio. **La ideología Americana**. Asunción: Editorial Cuadernos Republicanos, 1984, [s/d].
- JUNTA PATRIÓTICA. **El Mariscal Francisco Solano López**. Asunción: 1996, [1926].
- MENENDEZ, Martín de Goycochea. “El pensamiento argentino: Sus relaciones con el Paraguay”. **Revista del Instituto Paraguayo**, Asunción, año 3, n° 30, agosto de 1901.
- MORENO, Fulgencio Ricardo. **La ciudad de la Asunción**. 2ª ed. Asunción: Editorial Paraguaya, 1968, [1926].
- MORENO, Fungêncio Ricardo. “El origen del doctor Francia”. **Revista del Instituto Paraguayo**, Asunción, año 9, n° 58, 1907, pp. 357-384.

- MORENO, Fulgencio Ricardo. “Resumen de la Historia Económica del Paraguay”. In: DECOUD, Arsenio López. **Album Gráfico de la República del Paraguay**. Buenos Aires: Talleres Gráficos de la Compañía General de Fósforos, 1911, p. 93 e 94.
- MORENO, Fulgencio Ricardo. **Estudio sobre la Independencia del Paraguay**. Asunción: Talleres Nacionales de H. Kraus, 1911.
- NABUCO, Joaquim. “La Guerra del Paraguay”. In: **Revista del Instituto Paraguayo**, Asunción, año 4, n° 39, 1903, pp. 796-800.
- O’ LEARY, Juan Emiliano. “24 de Mayo”. In: **Revista del Instituto Paraguayo**, Asunción, año 2, n° 13, julio de 1898, pp. 25-28.
- O’ LEARY, Juan Emiliano. **El Libro de los Héroes**. Páginas históricas de la Guerra del Paraguay. Asunción: Librería la Mundial, 1922.
- O’ LEARY, Juan Emiliano. “El Alma de la Raza”. In: **Revista del Instituto Paraguayo**, Asunción, año 2, n° 18, 1899, pp. 305-311.
- O’ LEARY, Juan Emiliano. “Salvaje”! In: **Revista del Instituto Paraguayo**, Asunción, año 4, n° 36, 1902, pp. 435-438.
- O’ LEARY, Juan Emiliano. **El Centauro de Ybycui**. Vida heroica del General Bernardino Caballero en la Guerra del Paraguay. Asunción: Ministerio de Hacienda, 1970, [1929].
- O’ LEARY, Juan Emiliano. **Los Legionarios**. Asunción: Editorial de Indias, 1930.
- O’ LEARY, Juan Emiliano. **Apostolado Patriótico**. Asunción: 1930.
- O’ LEARY, Juan Emiliano. “La Guerra de la Triple Alianza”. In: DECOUD, Arsenio López. **Album Gráfico de la República del Paraguay**. Buenos Aires: Talleres Gráficos de la Compañía General de Fósforos, 1911.
- O’ LEARY, Juan Emiliano. **Nuestra Epopeya**. Asunción: Biblioteca Tellechea/Gómez Rocha, 1985, [1919].
- PANE, Ignacio A. “‘Ariel’ de Enrique Rodó”. In: **Revista del Instituto Paraguayo**, Asunción, año 3, n° 30, agosto de 1901, pp. 197-210.

PANE, Ignacio A. “Intelectualid paraguaya”. In: DECOUD, Arsenio López (org). **Album Gráfico de la República del Paraguay**. Buenos Aires: Talleres Gráficos de la Compañía General de Fósforo, 1911.

PANE, Ignacio A. **Antología**. Asunción: El Lector, 1996, [s/d].

PANE, Ignacio A. **Apuntes de sociología**. Geografia social. La mujer guarani. Asunción: Imprenta Nacional, 1997, [s/d].

SÁNCHEZ, Cleto. “Discruso de Apertura”. In: “**Revista del Instituto Paraguayo**”, Asunción, año 1, nº 1, 1896, pp. 4-8.

TERÁN, Leopoldo Gómez de; GAMBA, Próspero Pereira. **Compendio de historia del Paraguay**. 16^a ed. Asuncion: Tipografia Quell & Cia, 1920, pp. 1-143. (versão reformulada por Héctor Francisco Decoud).

Referências Bibliográficas

- ACTON, Lord. “Nacionalidade” In: BALAKRISHNAN, Gopal (org). **Um Mapa da Questão Nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- AGUINAGA, Juan B. Gill. **La Asociación Paraguaya en la guerra de la Triple Alianza**. Buenos Aires: Talleres Gráficos Lumen, 1959.
- ALBERDI, Juan Bautista. **Fundamentos da Organização Política da Argentina**. Campinas: Unicamp, s/d, [1852].
- ALCALÁ, Guido Rodriguez. “Imágenes de la guerra y del sistema”. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Paris, v. 6, noviembre 2005. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/document1639.html>>. Acesso em 16/04/2006.
- ALCALÁ, Guido Rodriguez. **Ideologia Autoritária**. Asunción: RP. Ediciones, 1987.
- ALCALÁ, Guido Rodriguez. **Residentas, destinadas y traidoras**. Asunción: RP/ Críterios, 1991.
- ALVAREZ, Mario Rubén. “Emiliano R. Fernandez, lopizta: Mariscal Kurusupe”. **Ultima Hora**, 2 e 3 de fevereiro de 2002. Disponível em: <www.musicaparaguaya.org.py/paraguayprofundo/profundo14.htm>. Acesso em 25/09/2006.
- AMARAL, Raul. **El novecentismo paraguayo: línea biografica y doctrinal de una generación**. Buenos Aires: Publicación del Instituto Judío Argentino de Cultura e Información, s/d.
- AMARAL, Raúl. **Escritos paraguayos**. Primera parte. Introducción a la cultura nacional. Asunción: Editora Litocolor, 1984.
- AMARAL, Raúl. **Paraguayos del 900 y argentinos del 80**. Asunción: 1978.
- BERTONHA, João Fábio. **Os Italianos**. São Paulo: Contexto, 2005.
- BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**. São Paulo: Editora Unesp, 1997.
- BONAZZI Tiziano. “Mito Político”. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs). **Diccionario de Política**. México: Siglo Veinteuno Editores, 1976.

- BREUILLY, John. "Abordagens do nacionalismo". In: BALAKRISHNAN, Gopal (org). **Um Mapa da Questão Nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BREZZO, Liliana M. "El Centenario en Paraguay: historiografía y responsabilidades nacionalistas (1897-1912)". **Anuario del CEH**, Córdoba, año 4, nº 4, 2004.
- BREZZO, Liliana M. "La Argentina y la organización del gobierno provisorio en el Paraguay. La misión de Jose Roque Peres, 1869". **Historia Paraguaya**, Asunción, v. 39º, 1999.
- BREZZO, Liliana M. "La guerra de la Triple Alianza en los límites de la ortodoxia: mitos y tabúes". **Revista Universum**, Talca, nº 19, v. 1, 2004. Disponible em: <<http://www.scielo-test.conicyt.cl/scielo.php>>. Acesso em 16/04/2006.
- BREZZO, Liliane. "La historiografía paraguaya: del aislamiento a la superación de la mediterraneidad". **Diálogos**, Maringá, v. 7, 2003.
- BURGOS, Adriano Irala. "La epistemología de la historia en el Paraguai". In: **Estudios Paraguayos**. Asunción: Revista de la Universidad Católica "Nuestra Señora de la Asunción": Vol. XX e XXI nºs 1 e 2, diciembre 2003.
- CAMPOS R. D, Daniel. "Lucha por la tierra y políticas públicas: un intento de periodización socio-histórica, 1811-1954". In: **Revista Paraguaya de Sociología**. Pasado y Presente de la Realidad Social Paraguaya, Asunción, v. 1, 1995.
- CARDOZO, Efraim. **Apuntes de historia cultural del Paraguay**. 6ª ed. Asunción: Biblioteca de Estudios Paraguayos, 1998.
- CARDOZO, Efraim. **Breve historia del Paraguay**. Buenos Aires: Eudeba, 1965.
- CARDOZO, Efraim. **Hace 100 años: crónicas de la guerra del 1864-1870**". Asunción: EMASA, 1982. Tomo XIII.
- CARDOZO, Efraim. **Historiografía Paraguaya**. Paraguay indígena, español y jesuita. México: Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 1959.
- CARDOZO, Efraim. **Paraguay Independiente**. Asunción: Editorial El Lector, 1996.
- CARDOZO, Gustavo Gatti. **El papel político de los militares en el Paraguay (1870-1990)**: Asunción: Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción e Biblioteca de Estudios Paraguayos, 1990.
- CARDOZO, Ramón Indalecio. **Mi vida de ciudadano y maestro**. Asunción: El Lector, 1991.

- CENTURIÓN, Carlos R. **Historia de la Cultura Paraguaya**. Asunción: Biblioteca Ortiz Guerrero, 1961. Tomo I e II.
- CHAUÍ, Marilena. **Filosofia**. São Paulo: Ática, 2003.
- CHAUÍ, Marilena. **História do povo brasileiro**. Brasil: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CHIAVENATO, Júlio José. **Genocídio Americano**. A guerra do Paraguai. 1ª ed. São Paulo: Editora Moderna, 1998.
- COLMÁN DUARTE, Evaristo E. **Nacionalismo e movimento operário na origem do Estado Nacional Revolucionário paraguaio: 1936 – 1947**. Assis: UNESP, 2002 (Tese de doutorado).
- CREYDT, Oscar. **Formación Histórica de la Nación Paraguaya**. Pensamiento y vida del autor. Asunción: Servi Libro, 2004.
- DÁVALOS, J. S.; BANKS, L. L. “El Problema de la Historia del Paraguay”. In: **Revista Paraguaya de Sociología**. Pasado y Presente de la Realidad Social Paraguaya, Asunción, v. 1, 1995.
- DORATIOTO, Francisco Fernando Mondeoliva. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. “A construção de um mito”. In: **Folha Especial**. Disponível em: www.folha.uol.com.br/fol/brasil500/histpar-5html. Acesso em 11/01/2006.
- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. “La participación del Brasil en el golpe de 1894 en Paraguay: la misión Cavalcanti”. In: **Historia Paraguaya**, Asunción, v. 38º, 1998.
- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. “La rivalidad argentino-brasileña y la reorganización institucional del Paraguay (1869-1870)”. In: **Historia Paraguaya**, Asunción, v. 37º, 1997.
- DORATIOTO, Francisco Fernando Moteoliva. “Guerra e regeneração: três estudos sobre o Paraguai”. **Diálogos**. Maringá, v. 9, nº 2, 2005, p. 84.
- DRACHENBERG, Lyra Pidoux. “Inmigracion y colonizacion en el Paraguay 1870-1970”. In: **Revista Paraguaya de Sociología**. Pasado y Presente de la Realidad Social Paraguaya, Asunción, v. 1, 1995b.

- ELIAS, Norbert. **Sobre o Tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- ESTEVES, Gómes Freire. **História Contemporanea del Paraguay (1869-1920)**. Asunción: Biblioteca Paraguaya. Ediciones NAPA, s/d.
- FERNANDES, Florestan. “Padrões de Dominação Externa na América Latina”. In: BARSOTTI, Paulo; PERICÁS, Luiz Bernanrdo. **América Latina: história, idéias e revoluções**. 2ª ed. São Paulo: Núcleo Emancipação do Trabalho e Xamã Editora, 1999.
- FERNANDEZ, Emiliano R. “Primero de Marzo”. Trad. Wolf Lustig. Disponível em: <http://www.staff.uni-mainz.de/lusting/guarani/chacpura/chacpu.htm>. Acesso em 11/01/2006.
- FLECHA, Víctor Jacinto. “Años 20: movimientos socio-políticos en el Paraguay y proyección posterior”. In: **Revista Paraguaya de Sociología**. Pasado y Presente de la Realidad Social Paraguaya, Asunción, v. 1, 1995.
- FLEYTAS, José Gaspar Gómes. “Ubicación histórica de los partidos tradicionales en el Paraguay”. In: **Revista Paraguaya de Sociología**. Pasado y Presente de la Realidad Social Paraguaya, Asunción, v. 1, 1995.
- FONTANA, Josep. **História: análise do passado e projeto social**. São Paulo: Edusc, 1998.
- FONTES, Virgínea. “O Manifesto Comunista e o pensamento histórico”. In: FILHO, Daniel Aarão Reis. **O Manifesto Comunista 150 anos depois**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Trad. Galeno de Freitas. 21ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- GAONA, Francisco. **Introducción a la historia gremial y social del Paraguay**. Asunción/Buenos Aires: Editorial “Arandu”, 1967. Tomo I.
- GIL, Delannoi. “Naciones e Ilustración, Filosofías de la Nación antes del Nacionalismo: Voltaire y Herder”. In: GIL, Delannoi; TAGUIEFF, Pierre-Andres (org). **Teorías del nacionalismo**. Barcelona: Paidós Ibérica, 1993.
- GOMES, Angela de Castro. **História e historiadores**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- GRAFF, H. J. **The Legacies of Literacy**. Bloomington-Indiana, Indiana University Press, 1987.

- GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo: Círculo do Livro S. A., 1984.
- GROW, Michael. **Los Estados Unidos y el Paraguay durante la Segunda Guerra Mundial: Política del buen vecino y autoritarismo en Paraguay**. Asunción: Editorial Historica, 1988.
- GUELLNER, Ernest. “O Advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe”. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org). **Um Mapa da Questão Nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- GUELLNER, Ernest. **Naciones y nacionalismos**. Buenos Aires: Alianza Editorial, 1997.
- GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalimos**. O estado nacional e o nacionalismo no século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- HOBBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- HOBBSBAWM, Eric. **A Era das Revoluções (1789-1848)**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- HOBBSBAWM, Eric. **A Era dos Impérios (1875-1914)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- HOBBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.
- KOHN, Hans. **A era do nacionalismo**. São Paulo: Fundo de Cultura S. A., 1963.
- KRAUER, Juan Carlos Herken. “La Inmigracion en el Paraguay de Posguerra: el caso de los ‘Lincolnshire Farmers’ (1870-1873)”. In: **Revista Paraguaya de Sociología**. Pasado y Presente de la Realidad Social Paraguaya, Asunción, v. 1, 1995b.
- KRAUER, Juan Carlos Herken. “La Revolución Liberal de 1904 en el Paraguay: El transfondo socio-económico y la perspectiva británica”. In: **Revista Paraguaya de Sociología**. Pasado y Presente de la Realidad Social Paraguaya, Asunción, v. 1, 1995b.
- LAINO, Domingo. **Paraguay: de la Independencia a la Dependencia**. Historia del saqueo inglés en el Paraguay de la posguerra. Asunción: Intercontinental Editora, 1989.
- LUCA, Tania Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanegi (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.
- LUCA, Tania Regina de. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N) ação**. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

- MACLEOD, Murdo J. “A Espanha e a América: o comércio atlântico, 1492-1720”. In: BETHELL, Leslie (org). **América Latina Colonial**. 2^a ed. São Paulo, Edusp, 1998.
- MALERBA, Jurandir. **O Brasil Imperial (1808-1889)**. Panorama da história do Brasil no século XIX. Maringá: Eduem, 1999.
- MARX, K. ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. 6^a ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1987.
- MELIÀ, Bartolomeu. **La lengua guaraní del Paraguay**. Madrid: MAPFRE, 1992.
- MELLID, Atilio Garcia. **Proceso a los falsificadores de la historia del Paraguay**. Tomo II. Buenos Aires: Ediciones Theorias, 1964.
- MÉSZÁROS, István, **O poder da ideologia**. São Paulo: Editora Ensaio, 1996.
- MÉSZÁROS, István. “Ir além do capital”. In: **Globalização e Socialismo**. São Paulo: Núcleo Emancipação do Trabalho/Xamã Editora, 1997.
- MORA, Frank O. **La política exterior del Paraguay (1811-1989)**. Asunción: Ediciones y arte, 1993.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na primeira república**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- OTERO, Luis Mariña. **Las Constituciones del Paraguay**. Madrid: Ediciones cultura hispánica del Centro Iberoamericano de Cooperación, 1978.
- PASTORE, Carlos. **Lucha por la tierra en el Paraguay**. Montevideo: Editorial Antequera, 1972.
- PERÉZ-AGOTE, Afonso. “Nación y nacionalismo: la politización de la identidad colectiva”. In: BENEDICTO, Jorge; MORÁN, Maria Luz. (org). **Sociedad y política**. Madrid: Alianza Editorial, 1995.
- PIRIS, Silvera. **Historiografia Paraguaya: época independiente**. Asunción: 2003.
- PRADO, Maria Ligia Coelho. “América Latina: tradição e crítica”. **Revista brasileira de história**, São Paulo, vol. 1, n^o 2, 1981.
- PRADO, Maria Ligia Coelho. “Para ler o *Facundo* de Sarmiento”. In: **América Latina no século XIX: Tramas, Telas e Textos**. São Paulo: Edusp e Edusc, 1999.

- PRADO, Maria Lígia Coelho. “Prefácio à edição brasileira”. In: SARMIENTO, Domingo Faustino. **Facundo: civilização e barbárie**. Trad.: Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1997.
- PRADO, Maria Lígia Coelho. “Universidade, Estado e Igreja na América Latina”. In: **América Latina no século XIX: Tramas, Telas e Textos**. São Paulo: Edusc e Edusp, 1999.
- QUATTROCCHI-WOISSON, Diana. **Los males de la memoria**. Historia y política en la Argentina. 2^a ed. Buenos Aires: Emecé Editores, 1998.
- RECALDE, José Ramón. **La construcción de las naciones**. Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1982.
- RENAUT, Alain. “Lógicas de la nación”. In: GIL, Delannoi; TAGUIEFF, Pierre-Andres (org). **Teorías del nacionalismo**. Barcelona: Paidós Ibérica, 1993.
- RESQUIN, Ruperto D. **La generación paraguaya (1928-1932)**. Buenos Aires: Ediciones Paraguay en América, 1978.
- RIVAROLA, Domingo M. “Estado y educación superior: su evolución histórica”. In: **Revista Paraguaya de Sociología**. Pasado y Presente de la Realidad Social Paraguaya, Asunción, v. 1, 1995, p, 1047.
- RIVAROLA, Milda. “Filosofías, pedagogías y percepción colectiva de la historia en el Paraguay”. In: **Historia Paraguaya**, Asunción, v. 36º, 1996.
- RIVAROLA, Milda. **La contestación al orden liberal**. La crisis del liberalismo en la guerra del Chaco. Asunción: Centro de Documentación y Estudios, 1993a.
- RIVAROLA, Milda. **Obreros, utopías & revoluciones**. Formación de las clases trabajadoras en el Paraguay liberal (1870-1931). Asunción: Centro de Documentación y Estudios, 1993b.
- RIVAROLA, Milda. **Vagos, Pobres y Soldados**. La domesticación estatal del trabajo en el Paraguay del siglo XIX. Asunción: Centro de Documentación y Estudios, 1994.
- RODÓ, José Enrique. **Ariel**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1991, [1900].
- SALUM-FECHA, Antonio. **Historia diplomática del Paraguay de 1869 a 1990**. 4^a ed. Asunción, 1990.
- SARMIENTO, Domingo Faustino. **Facundo: civilização e barbárie**. Trad.: Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1997.
- SARTRE, Jean-Paul. **Em defesa dos intelectuais**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

- SCALA, Adelina Pusineri. “Las luchas político-democráticas através de la prensa y la Convención Nacional Constituyente de 1870”. **Diálogos**, Maringá, v. 9, nº 2, 2005.
- SCHLESENER, Anita Helena. **Hegemonia e cultura: Gramsci**. 2^a ed. Curitiba: Editora da UFPR, 2001.
- SILVA, Alberto Ribeiro da. “A noite das Kygua Vera”. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, vol. 1, nº 1, 1996, s/p. Disponível em: <<http://www.rhr.uepg.br/v1n1/alberto-htm>>. Acesso em 11/01/2006.
- SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René (org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, Fundação Getulio Vargas, 1996.
- SKIDMORE, Thomas E.; SMITH, Peter H. **Historia contemporânea de América Latina**. América Latina del siglo XX. Barcelona: Editorial Critica, 1999.
- STEFANICH, Juan. **El 23 de octubre de 1931**. Primera batalla por la defensa del Chaco y primer Grito de la Revolución de Febrero de 1936. Bueno Aires: Editorial Febrero, s/d.
- SVAMPA, Maristella. **El dilema argentino: civilización o barbarie**. De Sarmiento al revisionismo peronista. Buenos Aires: El cielo por asalto, 1994.
- VIOLA Alfredo. “Asunción bajo la dominación extanjera”. In: **Historia Paraguaya**, Asunción, v. 25, 1988.
- VIOLA, Aufredo. **Eligio Ayala**. Presidente constitucional 1924-1928. Asunción: Centro de Publicaciones de la Universidad Católica “Nuestra Señora de la Asunción”, 2002.
- WARREN, Harris Gaylord. **Paraguay and the Triple Alliance**. The Postwar Decade, 1869-1878. Texas: Institute of American Studies, 1978.
- WARREN, Harris Gaylord. **The Paraguayan Revolution of 1904**. The Americas, XXXVI, January, 1980.
- WASSERMAN, Claudia. “Editorial”. **Anos 90**, Porto Alegre, nº 18, dezembro de 2003.
- WASSERMAN, Claudia. “Percurso Intelectual e Historiográfico da Questão Nacional e Identitária na América Latina: as condições de produção e o processo de repercussão do conhecimento histórico”. **Anos 90**, Porto Alegre, nº 18, dezembro de 2003.
- WHIGHAM, Tomas Lyle. “La fundición de hierro de Ybycuí: el desarrollo industrial del Paraguay a mediados del siglo diecinueve”. In: **Revista Paraguaya de Sociología**. Pasado y Presente de la Realidad Social Paraguaya, Asunción, v. 1, 1995.

ZALAZAR, Raquel. “Regeneración de la sociedad paraguaya: aporte de los inmigrantes (1870-1904)”. **Diálogos**, Maringá, v. 9, nº 2, 2005, pp. 67-76.